R-111

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

30 JUN 70

RELATÓRIO

1958

Seção de Publicações do Serviço de Documentação

RELATÓRIO

DO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1958

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, PELO SENHOR EMBAIXADOR FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Seção de Publicações do Serviço de Documentação

ÍNDICE

Págs.

I — INTRODUÇÃO V

II — EXPOSIÇÃO XIX

ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS 1

Operação Pan-Americana 3

Nações Unidas 11

Organização dos Estados Americanos 15

Organização Mundial da Saúde 18

Brasil-Japão 19

O Batalhão Suez 20

Reconhecimento da República da Guiné 21

Relações com os Estados Africanos Independentes ... 22

Reconhecimento da República Árabe Unida 23

Relações com os Países Asiáticos 24

Relações com o Iraque e a Jordânia 25

Proteção dos Interêsses Portuguêses na Índia 26

Elevação à Categoria de Embaixada das Missões Diplomáticas Brasileiras em Berna e Helsinki 27

Relações com a França 28

Projetos de Convenção entre o Brasil e a Itália sôbre Extradição e Assistência Judiciária em Matéria Penal, Civil e Comercial 29

Relações com a Itália 30

Págs.

Visita do Secretário de Estado Norte-Americano John F. Dulles 31

Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Canadá 32

Argentina 33

Reconhecimento do Novo Govêrno Venezuelano 35

Representação dos Interêsses Argentinos e Venezuelanos 36

Missão Especial Brasileira à Posse do Novo Presidente da Colômbia 38

Gestões para a Solução da Questão de Limites entre o Peru e o Equador 39

Estabelecimento da Linha do Correio Aéreo Nacional para Quito 41

Visita do Embaixador José Carlos de Macedo Soares à Colômbia 42

Visita do Embaixador José Carlos de Macedo Soares ao Equador 44

ATIVIDADES CULTURAIS 47

Cátedras, Cursos e Institutos de Estudos Brasileiros no Exterior 47

Setor de Divulgação 56

CERIMONIAL 65

Homenagens no Itamaraty 71

Alterações nas Chefias das Missões Diplomáticas acreditadas no Rio de Janeiro 74

Plenos Poderes 77

Credenciais e Revocatórias 80

Cartas de Gabinete e de Chancelaria 84

Personalidades Estrangeiras Agraciadas com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul 91

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS 121

Págs.

Congressos Internacionais com a participação do Brasil 121

Atos Internacionais assinados pelo Brasil em 1958 129

Atos Internacionais promulgados pelo Brasil em 1958 .. 138

Atos Internacionais ratificados pelo Brasil em 1958 140

Decretos Executivos sôbre Atos Internacionais em 1958 141

Decretos Legislativos de 1958, relativos a Atos Internacionais 142

FRONTEIRAS 147

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS 153

ORGANISMOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS E ASSUNTOS ESPECÍFICOS 155

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM OS PAÍSES DAS AMÉRICAS .. 179

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM OS PAÍSES DA EUROPA, ÁSIA, ÁFRICA E OCEANIA 189

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 207

ASSUNTOS CONSULARES E DE PASSAPORTES 215

SERVIÇOS CONSULARES 217

PASSAPORTES 227

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS 237

PESSOAL 239

MATERIAL 243

COMUNICAÇÕES E ARQUIVO 247

ORÇAMENTO 253

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO 265

Biblioteca 265

Mapoteca 273

Arquivo Histórico 275

Publicações 277

Gabinete Fotográfico e Fotostático 280

Págs.

Depósito de Impressos 280

DIVERSOS 283

CONSULTORIA JURÍDICA 285

MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO 291

INSTITUTO RIO BRANCO 295

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES 309

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO 313

COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL 315

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA 317

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 321

INTRODUÇÃO

Declaração sôbre Intercâmbio Cultural e Técnico com o Equador, assinado em Quito, em 5 de março de 1958.

Acôrdo relativo à Interpretação dos artigos IV e VI do Convênio Cultural Brasileiro-Peruano, de 28 de julho de 1945, concluído no Rio de Janeiro por troca de notas de 25 de março de 1958.

Convênio de Intercâmbio Cultural com a Bolívia, firmado em La Paz, em 29 de março de 1958.

Notas reversais adicionais sôbre distribuição de bôlsas de estudos a que aludem os artigos VII, VIII e IX do Convênio acima mencionado — La Paz, 29 de março de 1958.

Convênio Cultural com a Colômbia, firmado em Bogotá, em 28 de maio de 1958.

Convênio com a Itália para a constituição de um Centro de Estudos sôbre a Agricultura Brasileira, firmado no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1958.

Acôrdo Cultural com a Itália, firmado em 6 de setembro de 1958, no Rio de Janeiro.

Ainda contribuiu a Divisão Cultural para o Festival de Cinema Americano organizado pela Filmoteca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, ocasião em que convidou o Sr. Richard Griffith, da Filmoteca do Museu de Arte Moderna de Nova York, bem como ofereceu os prêmios do Festival.

VISITAS DE PERSONALIDADES E SUBVENÇÕES VÁRIAS

No seu programa de divulgação da cultura brasileira foram convidados a visitar o Brasil personalidades estrangeiras de renome internacional entre outras, os escritores Aldous Huxley, inglês, e John dos Passos, americano.

Aldous Huxley além de visitar o Rio, estêve em Minas, Brasília, Mato Grosso, Bahia, Recife e São Paulo. Tanto êle como John dos Passos realizaram palestras e conferências durante o tempo que aqui permaneceram.

Em novembro o artista Timo Saarpaneva, convidado pela Divisão Cultural, realizou no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro uma exposição de Arte Decorativa Finlandesa que despertou grande interêsse por parte do público.

Em colaboração com o jornal «O Globo», a Divisão Cultural convidou a vir ao Brasil uma jovem italiana, Srta. Clara Cova, que, no seu apís, respondeu perguntas sôbre história do Brasil num programa de Televisão.

Com o auxílio da Divisão Cultural, seguiu para a Europa o Compositor Cláudio Santoro que realizará uma série de Concertos de música erudita brasileira em diversos centros europeus.

Foram ainda auxiliados os seguintes artistas brasileiros:

Ivy Improta — pianista; Margarida Lopes de Almeida — declamadora; o conjunto coral Madrigal Renascentista; Yara Bernette — pianista; e Ivete Magdalena — pianista.

ACORDOS CULTURAIS

Durante o ano de 1958 foram firmados pelo Govêrno brasileiro os seguintes Acordos:

Ainda no setor de Arquitetura, a Divisão Cultural patrocinou, juntamente com o IBECC e o Instituto de Arquitetos do Brasil, o «Seminário de Arquitetura e Urbanismo» que se realizou, de 6 a 12 de outubro, no Rio e em Brasília, convidando para êsse certame quatro arquitetos estrangeiros, Van Esteeren (Holandês), Max Loch (Inglês), Takamasa Ioshizaka (Japonês) e Aba El-Hanani (Israelense).

Entre as principais mostras individuais de artes plásticas realizadas no exterior com o patrocínio e auxílio da Divisão Cultural, conta-se a de Roberto Burle Marx que expôs arquitetura paisagística nas mostras já mencionadas de Zurique, Genebra, Munique e Stuttgart.

De Lazar Segall, desenho e pintura, em Madrid, tendo duas outras programadas respectivamente para Veneza e Paris.

De Fayga Ostrower, gravura, em Amsterdam, no Städlick Museum.

De Aldemir Martins, desenho e gravura, em Nova York.

De Iberê Camargo, pintura e gravura, em Washington.

Existe na Europa e na América excepcional interêsse pelas recentes criações dos artistas nacionais, para o que muito contribui o notável desempenho dos Museus de Arte Moderna de São Paulo e do Rio de Janeiro, instituições com as quais a Divisão Cultural mantém estreitas relações.

Com o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a Divisão Cultural está organizando, para o *Haus der Kunst* de Munique, uma Exposição de Artes Plásticas contemporâneas brasileiras que percorrerá diversos países da Europa, dentre outros França, Holanda, Suíça e Alemanha, nos anos de 1959 e 1960.

A Divisão Cultural está colaborando com o Museu de Arte Moderna de São Paulo na organização da V Bienal que se realizará em fins de 1959.

à arquitetura brasileira, abrangendo tôdas as etapas da sua evolução. Obteve também a Divisão numerosíssimas fotos de Brasília.

RELATÓRIO DO SETOR DE EXPOSIÇÕES, ETC.

A Divisão Cultural prosseguiu no seu trabalho intensivo de difusão da arte brasileira, promovendo e apoiando a realização tanto de exposições individuais de artistas nacionais no estrangeiro, quanto de exposições de arquitetura brasileira, editando cartazes e catálogos especiais para cada um dos certames e distribuindo documentação e revistas especializadas.

A divulgação da arquitetura mereceu especiais cuidados da Divisão Cultural e está recebendo excelente acolhida em todos os países em que vem sendo apresentada. Com a colaboração da Novacap, a Divisão Cultural organizou várias exposições relativas aos planos e à construção de Brasília.

Foram exibidas assim em:

Londres, de 10 a 28 de junho, no «Institute of Contemporary Arts»; em Zurique, de 21 de fevereiro a 8 de março; em Genebra durante o mês de maio; em Milão de 9 de janeiro a 9 de fevereiro; em Munique, no mês de agôsto; em Stuttgart durante o mês de outubro, e em Paris, inaugurada a 3 de novembro, durante a Conferência Geral da UNESCO e na própria sede da Organização.

Continuando nesse plano de divulgação a Divisão Cultural inaugurou em Buenos Aires, a 18 de outubro, uma grande Exposição de Arquitetura Brasileira, dividida em três partes: Barroca, Contemporânea e Brasília, e que seguirá para Montevidéu, devendo posteriormente ser apresentada nas principais capitais da América Latina. Essa Exposição compõe-se de mais de duzentos painéis, maquetes e peças decorativas.

A Divisão Cultural patrocinou e contribuiu também para a Exposição de arquitetura organizada pelo Instituto de Arquitetos, no «Annual Home Show», no Coliseu de Nova York, enviando objetos de artesanato, discos e filmes, além de duas maquetes de obras em andamento no Rio de Janeiro.

Pitoresco Musical», curiosa coletânea de músicas de salão do nosso Segundo Império, recentemente descobertas em Londres.

Foram distribuídos às Missões diplomáticas e Repartições consulares de carreira exemplares da nova gravação do Hino Nacional Brasileiro.

Aos Centros de Estudos Brasileiros no exterior foram distribuídas gravações de páginas famosas da nossa literatura.

Procurou ainda a Divisão atender aos pedidos de fornecimento de partituras musicais, enviando, entre outras, a partitura das «Bachianas Brasileiras», de Villa-Lobos, e a da ópera «Lo Schiavo», de Carlos Gomes.

FILMES E FOTOGRAFIAS

No setor cinematográfico o principal trabalho da Divisão Cultural foi o de promover a confecção de novas cópias e novas versões dos documentários já existentes, que são os seguintes:

Arquitetura Moderna, de Paul Stille, em versão alemã, espanhola e japonêsa;

Viagem através do Brasil, de Paul Stille, em versão alemã, espanhola, italiana, sueca, holandesa e japonêsa;

Café do Brasil, de Jean Manzon, em inglês;

Santos Dumont, de Jean Manzon, em francês;

Itamaraty, de Jean Manzon, em espanhol;

A Mais Linda Cidade do Mundo, de Jean Manzon, em inglês, francês, português;

As Primeiras Imagens de Brasília, de Jean Manzon.

Colaborou, também, a Divisão Cultural para a produção de um filme sôbre a imigração.

Enviou a Divisão numerosos documentários de sua propriedade e do Instituto Nacional do Cinema Educativo ao pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Bruxelas.

Prosseguindo na renovação de seu arquivo fotográfico, a Divisão Cultural reuniu excelente documentação relativa

Brasil, do qual foram adquiridos pela Divisão 1.000 exemplares. O mesmo fizeram as revistas *Architecture d'Aujourd'hui* e *Das Kunstwerk*, entre outras.

Da revista *Américas* foi publicado em separata, por iniciativa da Divisão, um artigo em inglês relativo a Brasília, com a tiragem de 30.000 exemplares.

Cooperou a Divisão Cultural com os organizadores do II Festival do Livro da América (Rio de Janeiro — junho-julho de 1958), solicitando apoio das Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras e obtendo, dêsse modo, volumosa contribuição para aquela mostra.

MÚSICA E DISCOS

No setor musical, além de uma nova prensagem de coleção de 10 discos *long-play* de 12 polegadas organizada pela Divisão Cultural em colaboração com a Rádio-Ministério da Educação e Cultura e a firma Sinter, a Divisão Cultural adquiriu da Festa, Discos, Ltda. as seguintes gravações, de elevado padrão artístico e técnico:

Música Erudita

Música Barroca Mineira — 2 discos
José Maurício — Réquiem
Música sinfônica de Francisco Mignone
Música sinfônica de Camargo Guarnieri
Música sinfônica de Cláudio Santoro
Antologia da Música Brasileira (pianista Oswaldo Estrêla) I e II
Francisco Mignone — Valsas de Esquina.

Música Popular

Modinhas
Canção do Amor Demais
Nelson Souto interpreta E. Souto.

Foi ainda adquirida a suite-sinfônica «Descobrimento do Brasil» e os «Choros nº 10», de Villa-Lobos, além do «Álbum

Poesia di Mario de Andrade (tradução de Anton Angelo Chiocchio).

Hans Mann — *Strolling Through Rio*

Henrique de Souza Gomes — *Il Brasile e la Sua Politica Estera*

Murilo Mendes — *Aspetti della Cultura Brasiliana*

Sérgio Correia da Costa — *Every Inch a King*

Brasil (U.P.A.), em espanhol

The Diary of Helen Morley.

Para prover as Missões diplomáticas e Repartições consulares de material de divulgação atualizado e de aprimorada apresentação gráfica, a Divisão Cultural preparou e fêz imprimir em Amsterdam o folheto *Brasil — 1958*, com a tiragem de cem mil exemplares (em inglês, francês, espanhol e alemão — 25.000 de cada um). Elaborou e determinou também a impressão, em Berna, do folheto «Brasília» (em inglês e francês), cuja tiragem foi de 50.000 exemplares. Ainda em Berna a Divisão Cultural promoveu a publicação dos folhetos Museu de Arte Moderno do Rio de Janeiro e Poésie Brésilienne Contemporaine (Henri Mugnier).

Colaborou a Divisão para a feitura e financiamento do catálogo (guia) do pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Bruxelas, bem como para um folheto sôbre a economia brasileira, preparado pela SUMOC.

Com o intuito de amplamente divulgar a arquitetura, as artes e a cultura brasileira no exterior, continuaram a ser adquiridas e distribuídas pela Divisão Cultural as revistas *Módulo, Habitat, Acrópole, Arquitetura e Engenharia* e *Brasília*, ao lado das revistas *Brasil Moderno, Revista Latina, Brazilian American Survey, Revista Brasileira de Política Internacional, Anhembi* e *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, que abordam assuntos de interêsse geral.

Com a colaboração da Divisão Cultural, a revista italiana *Meridione* publicou um número especial dedicado ao

Dicionário Michaëlis — *Inglês-Português*

Cristiano Benedito Ottoni — *O Futuro das Estradas de Ferro no Brasil*

Autoridades Brasileiras

Directory of Hotels — *Brazil*

Relações de Jornais Existentes no País

Relação de Editôras Existentes no País

Relação de Livrarias Existentes no País

Estações Radiodifusoras Existentes no País

Sinopse Estatística do Ensino Médio — 1957

Sinopse Estatística do Ensino Superior — 1957

Estatística das Despesas com o Ensino e a Cultura — 1956-1957

Estatística do Ensino Médio — 1956

Estatística do Culto Católico Romano das Províncias Eclesiásticas do Brasil.

De alguma das obras acima, receberam as Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras numerosos exemplares para distribuição a instituições culturais e a particulares, a cujos freqüentes pedidos de publicações a Divisão Cultural procurou sempre atender.

Às 37 escolas «Brasil» existentes na América-espanhola enviou a Divisão Cultural livros infantis, mapas, quadros-murais, quebra-cabeças educativos, etc.

No exterior foram adquiridas e distribuídas, entre outras, as seguintes obras:

Roger Bastide — *Brésil Terre des Contrastes*

Maurice Sandoz — *Un peu du Brésil*

Coleção «Le Monde en Couleurs» — *Brésil,* (in »Amérique du Sud I»).

Henrique Mindlin — *A Arquitetura Moderna no Brasil* (edições francesa, inglêsa e alemã).

Poesia di Manuel Bandeira (tradução de Anton Angelo Chiocchio).

SETOR DE DIVULGAÇÃO

No setor de divulgação, as atividades da Divisão Cultural revestiram os seguintes aspectos:

LIVROS E REVISTAS

Com o intuito de dar prosseguimento à organização, nas principais Missões diplomáticas e Repartições consulares de carreira, de *bibliotecas básicas*, reunindo obras fundamentais, representativas da cultura brasileira, bem como obras de referência, a Divisão Cultural distribuiu os seguintes livros:

Varnhagen — *História Geral do Brasil* (5 volumes)

Hélio Viana — *História Diplomática do Brasil*

Fernando de Azevedo — *A Cultura Brasileira* (3 volumes).

Alceu Amoroso Lima — *Introdução à Literatura Brasileira*

Alceu Amoroso Lima — *Quadro Sinótico da Literatura Brasileira*

Djacir Menezes — *O Brasil no Pensamento Brasileiro*

Coleção «*Nossos Clássicos*»: Tavares Bastos — Cruz e Sousa — Gonçalves Dias — Simões Lopes Neto — João Ribeiro — Álvares de Azevedo — Santa Rita Durão — Fagundes Varela — Coelho Neto — Raul Pompéia.

Graciliano Ramos — *Contos e Novelas*

Gilberto Amado — *Presença na Política*

Oswaldo Orico — *Brasil Capital Brasília*

J.O. de Meira Penna — *Quando Mudam as Capitais*

Hans Mann — *The 12 Prophets*

Oscar Campiglia — *Igrejas do Brasil*

Darcy Ribeiro-Berta G. Ribeiro — *Arte Plumária dos Índios Kaapor*

Subvenções e entidades culturais no exterior — A Divisão Cultural concedeu, durante o exercício em curso, subvenções a várias entidades culturais no exterior, abaixo discriminadas:

1	Aos Cursos de assuntos brasileiros da Universidade de Kobe	US$	300.00
2	À Anglo-Brazilian Society	"	1,500.00
3	International Folk Music Council	"	140.00
4	Centro de Estudos Brasileiros em Munich .	"	600.00
5	À Escola «Brasil» em Sarandita	"	750.00
6	Ao Centro Cultural Holanda-Portugal-Brasil	"	500.00
7	À União Internacional dos Arquitetos	"	240.00
8	Ao Instituto Cultural Peruano-Brasileiro	"	2,400.00
9	À Escola «Brasil» em Assunção	"	1,000.00
10	Ao Colégio Experimental em Assunção ..	"	3,500.00
11	À radiodifusão e Televisão Francesa	"	2,000.00
12	Centro Cultural Internacional da Cidade Universitária de Paris	"	500.00
13	Instituto Luso-Brasileiro da Sorbonne	"	1,200.00
14	Instituto Ítalo-Brasileiro de Cultura de Roma	"	550.00
15	Organização Mundial para Educação Pré-Escolar	"	266.00
16	Union Brasilo-Belge	"	1,200.00

Com tais medidas ficou o Govêrno peruano de inteiro acôrdo.

OUTRAS ATIVIDADES

«*Prêmio Itamaraty*» — como vem sendo feito anualmente, 28 alunos dos cursos de estudos brasileiros, mantidos pelo Itamaraty em Buenos Aires, Rosário, Assunção, Lima e Montevidéu, assim distribuídos: Argentina — 15; Peru — 3. Paraguai — 5. Uruguai — 5, foram contemplados com o «Prêmio Itamaraty», constante de viagem e estada de 15 dias no Brasil. Os alunos contemplados visitaram o Rio de Janeiro e São Paulo, tendo contado com a assistência permanente da Divisão Cultural que organizou um programa de visitas a Volta Redonda, Fábrica de automóveis VEMAG, Parque Ibirapuera, Museu de Petrópolis, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, além dos recantos mais pitorescos de Santos, Guarujá e Petrópolis.

Comissão Educacional para seleção de professôres e bolsistas — A Divisão Cultural e a alta direção do Itamaraty estão procedendo a estudos no sentido de ser criada uma Comissão Educacional para a seleção de professôres, a serem designados pelo Itamaraty para servir no exterior, e bolsistas contemplados com auxílios. A referida Comissão seria constituída pelo: 1) Chefe do Departamento Político e Cultural; 2) Chefe da Divisão Política; 3) Chefe da Divisão Cultural; 4) pelo Diretor do Instituto Rio-Branco; 5) pelo Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; 6) pelo Secretário executivo, funcionário da Divisão Cultural encarregado do setor.

Comissão Fullbright. — A Divisão Cultural, pelo seu Chefe, manteve contacto íntimo com a Comissão Educacional dos Estados Unidos da América no Brasil (Fullbright Comission) e com a Comissão do Ministério da Educação e Cultura encarregado de pôr em execução o Convênio Cultural com a Grã-Bretanha.

sileiros, senão também pelas facilidades que lhes são concedidas, tais como isenção de taxas de ensino, gratuidade de matrícula e de taxas de expedição de diplomas e, sobretudo, isenção de exames vestibulares. No ano de 1958, 661 estudantes latino-americanos solicitaram matrícula em Universidades brasileiras, beneficiando-se das facilidades estipuladas nos Convênios culturais firmados.

Dos 661, obtiveram matrícula cêrca de 510 estudantes, assim discriminados:

Uruguai	1
Bolívia	153
Peru	264
Colômbia	17
Venezuela	37
Panamá	30
Nicarágua	2
México	2
Equador	2
Paraguai	1
Guatemala	1
TOTAL	510

Ante à enorme afluência de estudantes latino-americanos, sobretudo do Peru, às faculdades brasileiras(medicina e engenharia, especialmente), os estudantes brasileiros fizeram greves e protestos ao Ministério da Educação e concederam entrevistas aos jornais, condenando as cláusulas dos convênios firmados pelo Brasil. À vista disso, o Itamaraty propôs ao Govêrno peruano, por troca de notas, que se procedesse à seguinte modificação no Artigo VI do Convênio Cultural Brasil-Peru, que passou a estipular que o ingresso aos estabelecimentos de ensino superior de ambos os países, ficaria condicionado aos «requisitos legais universitários que os habilitem a realizar estudos de nível superior em seu país de origem». Ainda mais, as matrículas ficariam subordinadas às possibilidades materiais dos estabelecimentos de ensino superior brasileiros e peruanos.

Bôlsas e auxílios a estudantes estrangeiros — Foram concedidas pela Divisão Cultural, no exercício de 1958, 61 bôlsas de estudos a estudantes estrangeiros, por período de 4 a 9 meses, no valor global de Cr$ 1.414.000,00 (um milhão quatrocentos e quatorze mil cruzeiros). Países cujos nacionais foram beneficiados: Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América do Norte, França, Inglaterra, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Portugal, Peru, Uruguai e Venezuela. Matérias para as quais foram distribuídas as bôlsas: agronomia — 2; literatura brasileira — 7; assistência social — 1; direito financeiro — 1; artes infantis — 2; microquímica — 1; teatro — 1; cirurgia infantil — 1; biofísica — 1; medicina — 3; biblioteconomia — 2; curso de aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar — 2; nutrição — 13; sociologia política — 1; estudos sôbre os índios — 1; odontologia — 2; arquitetura — 2; música brasileira — 1; administração hospitalar — 1; gravura — 2; cirurgia abdominal — 1; economia política — 1; relações boliviano-brasileiras — 1. Devemos também mencionar as dez bôlsas concedidas a professôres latino-americanos a título de contribuição brasileira ao Projeto Principal da UNESCO sôbre educação primária na América Latina.

A grande maioria dessas bôlsas foi concedida a estudantes originários de países latino-americanos dentro do âmbito dos convênios culturais em vigor. Embora relativamente modesto, merece ser citado como auspicioso o fato de que dois estudantes alemães se beneficiaram dessas bôlsas par estudar arquitetura no Brasil.

Matrícula de estudantes estrangeiros em estabelecimentos brasileiros de ensino — Em virtude do disposto na maioria dos convênios culturais que o Brasil mantém com países da América Latina, é grande o número de estudantes estrangeiros que procuram anualmente as Universidades e estabelecimentos de ensino superior brasileiro para efetuarem seus estudos. Essa afluência é determinada não sòmente pelo valor atribuído em seus respectivos países aos títulos bra-

Mendes ministrou cinqüenta e cinco aulas contando com a assistência de cêrca de quinze alunos, e visitou várias cidades italianas dando conferências sôbre o Brasil.

XI — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Madrid* — O professor Josué Montello, regente da cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Madrid, ministrou os cursos de Estudos Brasileiros a partir de setembro findo. Procurou o referido professor despertar o interêsse pela língua, literatura e civilização brasileiras, partindo da influência que estas sofreram da própria cultura espanhola, cujos remanescentes ainda estão bem vivos na obra de grandes autores nacionais, entre outros, na de Machado de Assis. Logrou o professor Montello seu objetivo, como atesta a grande e permanente afluência de interessados aos cursos referidos, o que constitui, certamente, indício da segura penetração cultural brasileira em um grande centro europeu, como é Madrid.

XII — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Bélgica* — A referida cátedra foi ministrada pelo professor Otto Lara de Rezende, que, além de suas funções didáticas, prestou valiosos serviços à Embaixada na preparação da representação brasileira à Feira Internacional de Bruxelas.

XIII — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Nova York.* — A Divisão Cultural do Itamaraty confiou as funções de regente da cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Nova York, e outras atividades culturais de caráter não estritamente didático, ao professor Alceu de Amoroso Lima, cuja auspiciosa aceitação garantiu o início das aludidas atividades em setembro do exercício em curso.

Auxílio a estudantes brasileiros no exterior — Criado para contrabalançar os prejuízos causados a estudantes brasileiros pelo cancelamento de autorização de remessa de divisas ao exterior a câmbio favorecido pelo Banco do Brasil, importou êsse auxílio na quantia de US$ 38,550,00, tendo sido contemplados cêrca de 207 estudantes na Europa e nos Estados Unidos da América.

Luso-Brasileiros da Faculdade de Letras (Sorbonne) da Universidade de Paris, tendo sido abordada, além das questões de civilização e literatura luso-brasileira inscritas anteriormente, a questão extraordinária sôbre Brasília, a nova Capital do Brasil. Nos cursos inscreveram-se cêrca de 270 alunos. O número de aulas dado pelo Leitor brasileiro, professor Heron de Alencar, elevou-se a 96, o que demonstra ser crescente o interêsse e a atenção dispensada pela Europa aos assuntos brasileiros. O Leitor brasileiro fêz sugestões à Divisão Cultural, através da Embaixada, no sentido de serem concedidas bôlsas, pelo menos a um ou dois estudantes que tenham concluído o certificado de Estudos Brasileiros na Sorbonne. A formação de especialistas estrangeiros em assuntos brasileiros constituiria valioso elemento para o conhecimento mais profundo de nossa realidade. O Leitorado Brasileiro conta ainda com o auxílio de uma secretária-bibliotecária, subvencionada pela Divisão Cultural.

IX — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* — A cátedra de Estudos Brasileiros — com o seu titular português, atualmente o professor Mário d'Albuquerque, e com o professor brasileiro Mozart do Rêgo Monteiro, subvencionado pela Divisão Cultural, compreendeu até o presente exercício o ensino da história e da literatura do Brasil. Entretanto, o curso, êste ano, iniciando-se com o tema «Estudos Brasileiros» ampliou o sentido até aqui restrito da cátedra, abrangendo a Geografia Humana do Brasil, e a Sociologia Brasileira. História e Literatura são as disciplinas fundamentais, mas as demais citadas são disciplinas auxiliares, tôdas, porém, conjugadas através dos programas. A freqüência, não só dos alunos de matrícula obrigatória na cadeira, como também de estranhos à Universidade — observou-se em número cada vez maior.

X — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma* — Além de suas atividades no curso de Estudos Brasileiros, o professor Murilo Mendes prestou valiosa colaboração no setor cultural da Embaixada. O professor Murilo

professôres, 200 estudantes de nível secundário, além de 37 profissionais, isto é, advogados, engenheiros, químicos, arquitetos, escrivães, notários, etc.

A matrícula no Instituto de Estudos Brasileiros em Rosário elevou-se a 166 alunos com uma freqüência média de 73,17%.

V — *Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro* — A seção didática do Instituto é confiada ao diretor Walter Wey que conta com a colaboração de quatro outros professôres. Além da seção didática ocupou-se o referido diretor de outras atividades de interêsse para o Brasil, tais como a realização de conferências e a participação nas manifestações culturais sôbre o Brasil realizadas em Montevidéu. O Instituto desenvolveu o seu programa de publicação de folhetos sôbre vários aspectos da atualidade brasileira, programa êsse de grande efeito para a difusão da cultura brasileira no Uruguai.

VI — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de San Marcos (Lima)* — A cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de San Marcos, de Lima, foi ministrada pelo Professor Pedro Freire Ribeiro. No curso de português, iniciado em setembro último, matricularam-se cêrca de oitenta alunos de ambos os sexos.

VII — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade do Chile* — A cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade do Chile, em Santiago, foi ministrada pelo professor Sílvio Leitão da Cunha que adotou, no plano de suas atividades, dois sentidos: um que através de divulgações adequadas pudesse favorecer o trabalho dos estudiosos; outro, que proporcionasse aos agrupamentos humanos indiscriminados oportunidade para um conhecimento mais estreito da nossa cultura. Objetivamente, o primeiro foi o ensino na própria Universidade, e o segundo constituiu um plano de palestras sôbre o Brasil, pelo rádio.

VIII — *Instituto de Estudos Luso-Brasileiros na Sorbonne* — Os cursos de Estudos Brasileiros em Paris foram ministrados, como nos anos anteriores, no Instituto de Estudos

Para a solução definitiva do assunto propôs ainda o Itamaraty em 29 de julho a distribuição do referido crédito à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, providência cujo atendimento não logrou êxito até o presente.

III — *Centro Cultural Bolívia-Brasil* — O Centro Cultural Bolívia-Brasil foi fundado em 7 de setembro, separando-se do Instituto Boliviano-Brasileiro o qual, funcionando como entidade privada, com personalidade jurídica própria, não possui qualquer vinculação com a Embaixada em La Paz.

O professor Djacir Lima Menezes, designado anteriormente para as funções de diretor da Seção Didática do Instituto Boliviano-Brasiliero, foi indicado para Diretor do Centro, cargo em que permaneceu até fins de outubro.

O Centro Cultural Bolívia-Brasil com suas três seções: Didática, Teatro e Rádio e Biblioteca está atualmente vinculado ao setor da Embaixada para a ação cultural. Não exclui, entretanto, o referido Centro a manutenção de cordial convivência com o antigo Instituto.

IV — *Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e Instituto de Estudos Brasileiros em Rosário* — A Divisão Cultural registrou as atividades dêstes dois centros de difusão da cultura brasileira cujas atividades, êste ano, são reveladoras do interêsse crescente que existe na Argentina pela cultura brasileira. O corpo docente do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires contou com a colaboração de dez professôres sob a direção geral do professor Gildo W. Lopes. O Instituto em Rosário conta com 6 professôres sob a orientação da professôra Anadyr Coelho Ostrowsky.

No Centro de Estudos em Buenos Aires inscreveram-se durante êste ano 994 alunos, sendo que 780 dêstes distribuíram sua freqüência nos cursos da manhã e da tarde. Foi digno de nota o nível intelectual de uma parte dos alunos no ato da inscrição. Esta incluiu cêrca de 35 diplomados por escolas superiores, 60 estudantes de nível universitário, 25

ATIVIDADES CULTURAIS

CÁTEDRAS, CURSOS E INSTITUTOS DE ESTUDOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

I — *Missão Cultural Brasileira em Assunção* — De acôrdo com o acontecido em exercícios anteriores, desincumbiu-se, êste ano, a Missão Cultural Brasileira no Paraguai de sua finalidade, estabelecida no Convênio Cultural de 31 de março de 1952, realizando a difusão da Língua Portuguêsa e da Literatura e Civilização Brasileiras, na Escola Brasil, no Instituto Cultural Paraguai-Brasil e na Faculdade de Filosofia, contribuindo, nesta última, para a formação de professôres de ensino secundário, consoante o espírito pan-americanista de nossa política cultural. A chefia da Missão, até julho do corrente ano, estêve a cargo do Senhor Albino Peixoto Júnior, que foi substituído pelo Dr. José Edgard Estelita Lins.

II — *Colégio Experimental Paraguai-Brasil* — As obras iniciadas em 1954, em conseqüência de acôrdo firmado em 1953, prosseguiram até sua paralisação temporária em julho de 1957, determinada pela ausência de recursos orçamentários. O crédito especial de Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) aberto pelo Decreto n. 43.728, de 21-V-58, para custear as obras, e registrado no Tribunal de Contas, não foi distribuído ao Tesouro Nacional «*por falta de amparo legal*» (conforme ofício n. 2.495, de 16-VII-58, do Tribunal de Contas ao Itamaraty).

O Ministério das Relações Exteriores, por sua verba «Intercâmbio Cultural», pôs à disposição da Embaixada em Assunção a quantia de US$ 3,500.00 para atender aos compromissos mais urgentes da construção do Colégio.

> Amazônica, o meu Govêrno quer corresponder, oferecendo ao Brasil um pôrto livre sôbre o Pacífico equatoriano, para o que solicitará a autorização correspondente do Congresso Nacional. Que equatorianos e brasileiros transitem com liberdade, comerciem com amplitude, sem travas, com garantias, através do Amazonas.»

Por troca de notas, efetuada a 5 de março, na Capital equatoriana, o Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares expressou ao Chanceler do Equador, Senhor Carlos Tobar Zaldumbide, a aceitação e os sinceros agradecimentos do Govêrno brasileiro por aquela transcendental e significativa resolução do Chefe do Executivo equatoriano, anunciada durante o banquete que ofereceu à Missão brasileira, na presença de todo o Corpo diplomático acreditado em Quito e das mais altas personalidades daquela nação amiga.

riano de conservarem-se fiéis aos princípios que asseguram o livre desenvolvimento da personalidade humana, contra quaisquer infiltrações ideológicas que sejam contrárias à índole cristã de nossas duas nacionalidades.

Reitera ainda a mencionada Declaração a necessidade de serem respeitados dois princípios já consagrados pelo Direito Internacional Americano, e que constituem uma das bases do sistema jurídico interamericano: o da igualdade jurídica dos Estados e o da solução pacífica dos conflitos ou divergências entre os países do Hemisfério.

CONCESSÃO DE PÔRTO LIVRE EQUATORIANO AO BRASIL

Um outro acontecimento da maior importância para o Brasil, ocorrido durante a visita do Embaixador Macedo Soares ao Equador, foi o oferecimento feito pelo Senhor Presidente da República equatoriana, Doutor Camilo Ponce Enríques, do pôrto livre de San Lorenzo, para entrada e saída de produtos brasileiros e base de operações de intercâmbio comercial.

Ratificando essa resolução, o Congresso equatoriano aprovou a concessão do pôrto livre de San Lorenzo ao Brasil.

Êsse gesto dos parlamentares equatorianos, que constitui mais um testemunho do quanto o Brasil é estimado e apreciado pelo povo e pelos dirigentes daquela nação irmã, representa, indiscutìvelmente, um passo bastante avançado para o incremento das nossas relações comerciais com o referido país, do que resultarão grandes benefícios para o nosso imenso e ainda desconhecido vale amazônico.

A respeito do oferecimento do pôrto livre de San Lorenzo ao Brasil, o Presidente equatoriano, em seu histórico discurso de 5 de março de 1958, proferiu as seguintes palavras, dirigindo-se ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares:

> «Ao gesto americanista de vosso ilustre Governo que estabeleceu uma zona franca na cidade de Manaus, em favor dos países condôminos da Bacia

VISITA DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES AO EQUADOR

Nos primeiros dias de março de 1958, realizou-se a visita oficial ao Equador do Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ex-Ministro das Relações Exteriores, atendendo ao convite que lhe fôra dirigido pelo Govêrno daquele país amigo.

Integraram a comitiva do ex-Chanceler brasileiro altas personalidades civis e militares, diversos representantes de nossa imprensa escrita e falada, além de funcionários do Itamaraty, que foram recebidos com a maior cordialidade, tendo sido alvo de inúmeras demonstrações de aprêço e amizade, não só da parte dos meios oficiais equatorianos, como também da sociedade local.

Foi intenso o programa cumprido pela Missão brasileira, cuja permanência em Quito estendeu-se de 2 a 8 de março.

Entre os atos mais significativos verificados durante essa visita, podemos destacar os seguintes: inauguração da exposição de gravuras brasileiras no Museu Colonial; inauguração do busto de Rui Barbosa, oferecido à Faculdade de Jurisprudência da Universidade Central do Equador; inauguração da cátedra de «Estudos Brasileiros», na mesma Universidade; assinatura da «Declaração de Quito», do convênio sôbre bases de cooperação e assistência técnica e da declaração sôbre intercâmbio cultural e técnico.

A «Declaração de Quito» merece especial referência, não só por sua alta significação política, como também porque se trata do primeiro documento no gênero assinado entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

Os signatários dêsse transcendental documento — o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pelo Brasil, e o Chanceler Carlos Tobar Zaldumbide, pelo Equador — nele reafirmaram a resolução dos Governos brasileiro e equato-

biana a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em reconhecimento do quanto fizeram os agraciados em prol da amizade brasileiro-colombiana.

VISITA DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES À COLÔMBIA

Atendendo um convite do Govêrno da Colômbia, o ex-Chanceler José Carlos de Macedo Soares realizou, de 25 a 29 de maio, uma visita oficial àquela República amiga, onde foi alvo, juntamente com tôda sua comitiva, de expressivas demonstrações de aprêço e amizade.

Altas personalidades civis e militares acompanharam o Embaixador Macedo Soares em sua visita a Bogotá, que constituiu excelente oportunidade para que se fortalecessem ainda mais os laços que nos unem àquela nação irmã, com a qual temos tantas afinidades e interêsses em comum.

Vários documentos da maior transcedência para os dois países foram firmados em Bogotá, entre o ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o então Chanceler da Colômbia, Doutor Carlos Sanz de Santamaria. Em primeiro lugar, a chamada «Declaração de Bogotá», pela qual os Governos brasileiro e colombiano ratificaram os compromissos assumidos anteriormente no que concerne à política cafeeira e reiteraram o propósito de intensificar a cooperação mútua naquele campo, reafirmando ainda a sua decisão de dar o maior apoio à Organização Internacional do Café, proposta na Conferência Internacional do Café, realizada nesta Capital, em janeiro de 1958. Foram ainda assinados o Convênio sôbre bases para a cooperação econômica e técnica, nos moldes dos acordos sôbre a matéria, celebrados com o Peru e o Equador; o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos e um convênio cultural.

O Senhor Embaixador Macedo Soares teve ainda ocasião de outorgar a altos funcionários da Chancelaria colom-

ESTABELECIMENTO DA LINHA DO CORREIO AÉREO NACIONAL PARA QUITO

Coroando as gestões levadas a efeito pelo Itamaraty, de comum acôrdo com o Ministério da Aeronáutica e o Govêrno do Equador, foi inaugurada, com o maior êxito, a linha regular do Correio Aéreo Nacional, entre o Rio de Janeiro e Quito, no dia 23 de setembro, data em que chegou à Capital equatoriana o primeiro avião da FAB, que deu início à série de vôos mensais, entre as duas metrópoles, cobrindo uma rota sôbre a vasta região amazônica, numa extensão de 6.950 quilômetros.

Participaram dêsse vôo do CAN, entre outros, o Brigadeiro Benjamin Manuel do Amarante, Presidente da Comissão de Estados relativos à Navegação Aérea Internacional, o Coronel Adamastor Beltrão Cantalice, do Comando Geral de Transportes Aéreos, do Ministério da Aeronáutica, além do Coronel Carlos Faria Leão e do Tenente-Coronel Eudo Candiota da Silva, que pilotaram o referido avião.

Os oficiais brasileiros foram portadores de uma mensagem de cordialidade da F.A.B. à Fôrça Aérea Equatoriana. Entre as manifestações prestadas ao Brasil por motivo do estabelecimento dessa nova linha do CAN, o Govêrno equatoriano resolveu emitir os selos comemorativos da visita realizada ao Equador, em março de 1958, pelo ex-Chanceler brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, os quais foram postos em circulação dias após a chegada do avião do Correio Aéreo Nacional.

— um sôbre trânsito fronteiriço e outro sôbre intercâmbio econômico e comercial, além de bases para um acôrdo cultural.

Muito embora não se tenha chegado à solução do problema limítrofe, não resta a menor dúvida de que as medidas tomadas pelo Embaixador Macedo Soares em Quito e, posteriormente, em Lima, quando do seu regresso ao Brasil, não foram estéreis e haverão ainda de frutificar, para que desapareçam, definitivametne, do Continente êsses resquícios de dissenções entre povos irmãos.

O maior testemunho do quanto foram úteis e benéficas as negociações levadas a cabo pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, encontramos nas próprias declarações feitas aos respectivos Congressos Nacionais pelos Supremos Mandatários dos dois países, os quais, em suas últimas mensagens, tiveram oportunidade de referir-se às gestões brasileiras de maneira altamente elogiosa e consagradora.

Sem dúvida alguma, foram removidos alguns obstáculos que vinham entorpecendo o desenvolvimento das negociações entre os dois países, e, se mais não nos foi possível obter, pelo menos nos resta a satisfação de termos lançado as bases de entendimentos futuros entre equatorianos e peruanos, para a solução definitiva dêsse importante litígio.

GESTÕES PARA A SOLUÇÃO DA QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O PERU E O EQUADOR

Como um dos Estados Garantes da execução do Protocolo de Paz, Amizade e Limites, firmado, em 29 de janeiro de 1942, entre o Perú e o Equador, o Brasil não tem poupado esforços no sentido de encontrar uma fórmula conciliatória capaz de levar as partes interessadas à solução da intrincada questão de limites peruano-equatoriana.

Desde 1942, têm sido inúmeras as tentativas realizadas pelas Potências Garantes visando ao encerramento daquele litígio, o qual, por suas implicações, continua polarizando as atenções de tôdas as Chancelarias do Continente e tem sido alvo dos mais cuidadosos estudos da parte dos quatro países que assumiram o compromisso solene de garantirem o cumprimento das disposições consagradas naquele ato internacional.

Foi imbuído dêsse espírito de conciliação e para dar seqüência às negociações realizadas, com o maior êxito, em novembro de 1957, durante sua visita ao Peru, que o ex-Chanceler José Carlos de Macedo Soares promoveu uma série de importantes gestões, com o conhecimento e autorização prévios dos demais Estados Garantes, junto aos Gover do Peru e do Equador, com vistas à solução do impasse a que chegaram, infelizmente, as duas partes.

Aproveitando sua visita a Quito, o Senhor Embaixador Macedo Soares propôs aos Governos interessados o reinício das atividades da Comissão mista demarcadora de limites e a designação de um perito brasileiro, o qual prestaria eventual e oportuna cooperação àquela comissão, que não se reune desde 1952.

Aquela proposta ensejou a realização de longas e difíceis negociações, que se iniciaram em Quito e prosseguiram nesta Capital, logo após o regresso do Embaixador Macedo Soares. Ainda por iniciativa do Govêrno brasileiro e dentro do processo das aludidas negociações, efetuaram-se gestões para a assinatura de convênios complementares entre os dois países

MISSÃO ESPECIAL BRASILEIRA À POSSE DO NOVO PRESIDENTE DA COLÔMBIA

Vitorioso nas eleições realizadas no dia 4 de maio de 1958, o Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Lleras Camargo tomou posse de seu cargo como Supremo Mandatário da República da Colômbia, no dia 7 de agôsto. O Brasil, — como não podia deixar de ocorrer, em se tratando da investidura do Chefe do Govêrno de uma nação à qual estamos ìntimamente ligados — fêz-se representar, nas cerimônias de posse do novo Presidente colombiano, por uma Missão Especial, chefiada pelo Senhor Senador Apolônio Jorge de Farias Salles, e integrada pelo Senhor Ministro José Sette Câmara Filho, Subchefe da Casa Civil da Presidência da República, por todos os membros de nossa Missão diplomática em Bogotá e por um funcionário da Secretaria de Estado.

Durante sua permanência em Bogotá, a Missão brasileira participou, juntamente com as demais delegações presentes, de diversas cerimônias dos vários atos que foram programados pelo Govêrno da Colômbia para a posse do atual Chefe do Executivo daquele país vizinho.

unânime o aplauso de tôda a imprensa americana pelos esforços despendidos pelo Govêrno brasileiro para que a unidade e o sistema interamericanos não sofressem ruturas, nem soluções de continuidade.

REPRESENTAÇÃO DOS INTERÉSSES ARGENTINOS E VENEZUELANOS

Com a assinatura do Decreto de 29 de janeiro, o Govêrno argentino resolveu reconhecer o novo Govêrno da Venezuela, restabelecendo, destarte, suas relações diplomáticas com aquêle país. Pouco tempo depois, a Junta Governativa venezuelana tomava idênticas medidas, em caráter de reciprocidade, e solicitava ao Govêrno brasileiro fôsse o intérprete de seu desejo de reabrir imediatamente sua representação diplomática em Buenos Aires.

Tais acontecimentos, sumamente auspiciosos, coroaram de pleno êxito a honrosa representação, que fôra confiada ao Brasil, dos interêsses argentinos na Venezuela e vice-versa, dos venezuelanos na Argentina, depois da rutura das relações diplomáticas entre aquelas duas Repúblicas, devido aos incidentes ocorridos por motivo do asilo concedido ao General Juan Domingo Perón pelo Govêrno do General Marcos Pérez Jimenez.

Tanto o Govêrno argentino, quanto o venezuelano, expressaram, por intermédio de suas Chancelarias, seu mais vivo agradecimento ao Brasil pela maneira por que foram protegidos os seus interêsses pelas Missões diplomátiacs brasileiras em Caracas e em Buenos Aires, bem como pelos bons ofícios prestados para o restabelecimento das relações diplomáticas venezuelano-argentinas.

Não resta a menor dúvida de que foi esta uma das grandes vitórias registradas pela diplomacia brasileira em 1958. Os agradecimentos e o reconhecimento dos dois Governos ao Brasil alcançaram ressonâncias continentais e foi

RECONHECIMENTO DO NOVO GOVÉRNO VENEZUELANO

Deposto o General Marcos Pérez Jimenez em 23 de janeiro de 1958, assumiu a direção dos destinos da República da Venezuela a Junta Governativa, presidida pelo Contra-Almirante Wolfgang Larrazabal. Tão logo ficou ciente da estabilidade do novo regime venezuelano e seguindo a praxe adotada em casos análogos, o Govêrno brasileiro, por intermédio do Itamaraty, enviou instruções à Embaixada do Brasil em Caracas para reconhecer o novo Govêrno daquele país amigo no dia 29 de janeiro.

O Brasil foi assim um dos primeiros países a reconhecer a Junta de Govêrno da Venezuela e o fêz com o firme propósito de que não se interrompessem as nossas tradicionais e excelentes relações diplomáticas com aquela República vizinha, à qual nos achamos unidos por laços de amizade que remontam às origens de nossas duas nacionalidades.

Ainda em 1958, a convite do Govêrno brasileiro, visitou o Rio de Janeiro o Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e Culto, Embaixador Luís Maria de Pablo Pardo, que veio revestido de missão pessoal do Presidente Arturo Frondizi para convidar o Presidente Juscelino Kubitschek a visitar a Argentina. O convite foi aceito e a visita, após um adiamento, deverá realizar-se em 1959.

ARGENTINA

Quer nos últimos meses do Govêrno do General Pedro Eugênio Aramburu — gestão durante tôda a qual nossas relações com a Argentina haviam sido excelentes e cordiais —, quer de maio a dezembro do ano em curso, já na presidência Doutor Arturo Frondizi, a posição recíproca dos dois países, Brasil e Argentina, e de seus Governos se caracterizou pelo franco entendimento e boa colaboração internacional.

O novo Presidente argentino, logo após as eleições e antes de aceitar outros convites, expressou sua satisfação em visitar o Brasil, no mesmo momento em que o Embaixador João Carlos Muniz lhe transmitou o convite.

Sua presença no Rio de Janeiro e em São Paulo, acompanhado de várias personalidades que logo após viriam a integrar seu Ministério e Casa Civil, caracterizou-se pelo mútuo entendimento com que foram tratados muitos assuntos do interêsse dos dois países — e de início consolidou o espírito de colaboração que vem animando ambos os Governos, e que tem sido tão bem demonstrado no andamento da Operação Pan-Americana.

Correspondeu o Govêrno brasileiro à amizade e compreensão demonstradas pelo primeiro mandatário argentino, enviando a Buenos Aires uma delegação altamente qualificada, quando da investidura do Presidente Frondizi em seu mandato.

Chefiou a delegação brasileira o Presidente da Câmara dos Deputados, Doutor Ranieri Mazzilli, fazendo parte da mesma o Procurador Geral da República, Doutor Carlos Medeiros da Silva, os presidentes das Comissões de Diplomacia das duas casas do Congresso, Senador João Villasboas e Deputado Newton Carneiro, além de outros parlamentares, do Embaixador João Carlos Muniz, oficiais generais das três armas, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Senhor Herbert Moses, funcionários diplomáticos e outras personalidades.

VISITA DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CANADÁ

Convidado oficialmente pelo Govêrno brasileiro, estêve no Rio de Janeiro, de 17 a 20 de novembro de 1958, o Senhor Sidney Earle Smith, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Canadá. A visita oficial do titular canadense da pasta das Relações Exteriores trouxe mais uma contribuição aos laços de amizade e cooperação que sempre existiram entre as duas nações americanas. Durante sua permanência na capital brasileira, o Senhor Earle Smith recebeu expressivas homenagens e manteve importantes conversações com as autoridades brasileiras sôbre questões de interêsse das duas nações.

VISITA DO SECRETÁRIO DE ESTADO NORTE-AMERICANO JOHN F. DULLES

De 4 a 6 de agôsto de 1958, estêve no Brasil, em visita oficial, o Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles. Nos entendimentos havidos entre o Senhor Dulles e as autoridades brasileiras, além dos assuntos de ordem direta entre as duas nações, foram abordados os problemas da conjuntura politica internacional e, mais especialmente, os atinentes à Operação Pan-Americana. O Secretário de Estado norte-americano, que durante a sua breve permanência no Brasil, foi alvo de calorosas manifestações de simpatia por parte do Govêrno e do povo brasileiros, assinou, em Brasília, com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, uma declaração conjunta, na qual se manifesta o completo apoio dos dois Governos ao movimento renovador da unidade do Hemisfério Ocidental.

RELAÇÕES COM A ITÁLIA

Chegou ao Brasil em visita oficial, no mês de setembro, o Presidente da República Italiana, Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, que se fazia acompanhar da espôsa e de selecionada comitiva. Recebido condignamente e homenageado pelos três Poderes da República, o Presidente Gronchi participou das comemorações da Semana da Pátria no Rio de Janeiro e foi alvo, em tôdas as oportunidades, do mais caloroso entusiasmo e simpatia populares. Em 6 de setembro, realizou-se no Palácio do Catete a assinatura de diversos atos ítalo-brasileiros, na presença dos Chefes de Estado dos dois países e de altas autoridades.

A seguir, o Presidente da República Italiana visitou Brasília, futura sede do Govêrno Federal e os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Na capital paulista, em 10 de setembro, os Presidentes do Brasil e da Itália firmaram a «Declaração de São Paulo», que, juntamente com os atos concluídos no Rio de Janeiro, abriu novos rumos à ampla e amistosa cooperação entre os dois países.

PROJETOS DE CONVENÇÃO ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA SÔBRE EXTRADIÇÃO E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL, CIVIL E COMERCIAL

Continuam, em fase mais adiantada, as negociações entre os Governos brasileiro e italiano, visando à conclusão de duas convenções sôbre extradição e assistência judiciária em matéria penal, assim como sôbre assistência judiciária em matéria civil e comercial. As negociações em aprêço decorrem das propostas iniciais do Govêrno italiano, relativas à regulamentação dêsses aspectos das relações jurídicas internacionais, no que afeta ao Brasil e à Itália.

RELAÇÕES COM A FRANÇA

Em missão que lhe foi confiada pelo Presidente do Conselho de Ministros da França, veio ao Brasil em agôsto o Senhor Louis Jacquinot, Ministro de Estado no Gabinete do General Charles de Gaulle. Nesta capital, o Senhor Jacquinot realizou conversações com o Ministro das Relações Exteriores, tendo sido examinados assuntos do interêsse recíproco dos dois países e temas da atualidade mundial.

O Senhor Jacquinot, outrossim, foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República, ao qual expôs em linhas gerais os propósitos do Govêrno do General de Gaulle, com relação à política interna francêsa e aos principais problemas internacionais.

ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE EMBAIXADA DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS EM BERNA E HELSINKI

O Govêrno brasileiro, no intuito de tornar mais sólidos seus laços tradicionais de amizade com os Governos suiço e finlandês, concordou, juntamente com os dois últimos, em elevar à categoria de Embaixada, por atos simultâneos, as respectivas Missões diplomáticas em Berna, Helsinki e no Rio de Janeiro. As Legações do Brasil em Berna e Helsinki foram elevadas à categoria de Embaixada, respectivamente, por Decretos publicados no «Diário Oficial» de 14 de março e 21 de julho de 1958.

PROTEÇÃO DOS INTERÊSSES PORTUGUÊSES NA ÍNDIA

Continuando o cumprimento da obrigação assumida para com o Govêrno português, em atenção ao pedido por êle formulado quando da rutura parcial de suas relações com a Índia, o Brasil manteve ativos seus serviços de proteção dos interêsses portuguêses naquele subcontinente asiático. Felizmente, o ano de 1958 não apresentou incidentes de maior gravidade entre os territórios da Índia Portuguêsa e o da Índia; ao contrário, parece que o decurso do tempo está contribuindo para certo relaxamento da tensão inicial, propiciando relativa tranqüilidade. A Embaixada do Brasil em Nova Delhi tem-se ocupado de tôdas as providências junto ao Govêrno indiano e sua ação tem sido de suma utilidade para cidadãos goenses, especialmente os residentes em Bombaim, aos quais tem atendido, até de forma direta, mediante a realização de visitas trimestrais de funcionários da nossa Missão diplomática à referida cidade.

RELAÇÕES COM O IRAQUE E A JORDÂNIA

Reconhecendo suas maiores responsabilidades no cenário internacional e ante os interêsses recíprocos na existência de relações diplomáticas mais ativas, o Brasil assentou com a Federação das Monarquias Árabes, logo no comêço de 1958, a troca de Legações, com sede em Bagdá e Rio de Janeiro. De nossa parte, a Legação em Bagdá seria cumulativa com a já existente em Teerã, para o que foi expedido um decreto, publicado no «Diário Oficial», de 27 de março. No entanto, antes que se concretizasse o estabelecimento daquela Missão, produziu-se, no mês de julho, uma revolução interna no Reino do Iraque, um dos dois membros da Federação em aprêço, e, em conseqüência dêsse movimento, foi proclamada a república naquele país e rompidos os laços federais com a Jordânia. Estabelecida a ordem no Iraque, o govêrno republicano instalado solicitou o reconhecimento internacional do novo regime, ao que o Brasil correspondeu afirmativamente, mediante comunicação feita pela Legação em Teerã ao representante diplomático iraquiano naquela capital. Desfeita a Federação, entretanto, ficou pràticamente sem efeito o decreto que determinou a criação duma Legação em Bagdá, uma vez que a mesma deveria representar o Brasil junto àquela Federação. É possível, entretanto, ante a permanência dos motivos que anteriormente justificaram aquela medida governamental, que o Brasil venha a ter relações diplomáticas efetivas tanto com o Reino da Jordânia quanto com a República do Iraque.

RELAÇÕES COM OS PAÍSES ASIÁTICOS

A crescente projeção internacional dos países asiáticos, muitos dos quais de recente ingresso na comunidade das nações, é um fenômeno ressaltante no mundo de hoje. Ciente dêsse fato e cônscio, por sua vez, de suas presentes responsabilidades, o Brasil tem procurado incrementar suas relações com aquêles países, o que se acentuou no curso de 1958. Nossas Missões diplomáticas têm atuado em volume crescente e constantes têm sido os contatos de nossos representantes em organismos internacionais com colegas asiáticos. Dentro dêsse espírito, o Itamaraty tem examinado sob sérios e, em alguns casos, adiantados estudos a possibilidade da criação de novas Missões diplomáticas, que, de início, poderão ter caráter cumulativo, no grau de Legação, para mais tarde, então, virem a ter instalação própria e, posteriormente serem ascendidas à categoria de Embaixada.

Outra feição importante de nossas relações com diversos países asiáticos, a um dos quais — o Japão — é dedicado um capítulo à parte, é a circunstância de terem alguns dêles manifestado o desejo de receber a visita do Senhor Presidente da República. Assim se deu, de modo efetivo, com a Índia e a Indonésia, para não falar ainda no Japão. Em ambos casos, o Senhor Presidente declarou o prazer que lhe dariam tais visitas, mas, pelo momento, não pôde assumir compromissos de datas.

RECONHECIMENTO DA REPÚBLICA ÁRABE UNIDA

A 1º de fevereiro, a República Síria e o Egito constituíram um novo Estado, com a denominação de República Árabe Unida. O Govêrno brasileiro reconheceu êsse Estado a 24 de fevereiro, por nota passada pela Embaixada do Brasil no Cairo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Unida.

Conseqüentemente, o Chefe da Missão diplomática do Brasil junto ao Govêrno egípcio, Senhor Carlos Maximiano de Figueiredo, ficou acreditado como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Govêrno da República Árabe Unida. Por sua vez, a Missão diplomática brasileira em Damasco, onde estava sediada uma Legação, passou à categoria de Consulado-Geral.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS AFRICANOS INDEPENDENTES

Realizou-se em Acra, Capital de Gana, entre 15 e 22 de abril, a I Conferência dos Estados Africanos Independentes, da qual participaram representantes de oito países e de alguns movimentos nacionalistas da África. Ao final dos trabalhos, foi divulgado o texto da «Declaração de Acra» e das resoluções aprovadas.

Em cumprimento ao disposto no item sétimo da terceira resolução daquela Conferência, veio ao Brasil, em setembro, uma Delegação dos Estados Africanos Independentes. Essa Delegação permaneceu quatro dias na capital brasileira, tendo sido recebida em audiência pelo Senhor Presidente da República e realizado conversações com o Ministro das Relações Exteriores.

RECONHECIMENTO DA REPÚBLICA DA GUINÉ

No *referendum* constitucional de 21 de setembro, na França e em suas dependências ultramarinas, a população da Guiné francesa votou pela negativa. Em conseqüência, a 2 de outubro, verificou-se a proclamação da República da Guiné, como Estado independente e soberano.

Na mesma data, o Chefe do Govêrno da República da Guiné, Senhor Sekou Touré, solicitou ao Govêrno brasileiro o reconhecimento do novo Estado e expressou o desejo de que se estabelecessem relações diplomáticas entre os dois países, com vistas à colaboração mútua no plano internacional.

A 4 de novembro, por telegrama do Senhor Presidente da República ao Senhor Sekou Touré, o Govêrno brasileiro reconheceu formalmente a República da Guiné e manifestou a profunda simpatia com que acolhera a entrada daquele Estado na comunidade das nações livres.

O BATALHÃO SUEZ

No curso de 1958, o Brasil manteve, sem qualquer diminuição, sua participação na Fôrça de Emergência das Nações Unidas, que atua na zona do Canal de Suez, conforme determinação tomada, em 1956, pela I Assembléia Especial de Emergência daquela organização internacional. O já conhecido «Batalhão Suez» tem tido sua colaboração muito apreciada e sua oficialidade tem merecido geral estima. Em setembro, deu-se a chegada ao Egito de novo contingente, sendo assim rendido o que lá já se encontrava há mais tempo do que estava previsto; essa circunstância se deveu à demora, por razões administrativas na partida do Navio-Transporte «Barroso Pereira».

BRASIL-JAPÃO

No quadro das relações entre o Brasil e os países asiáticos, merece o Japão uma apreciação isolada, dado o volume de nosso intercâmbio com aquela nação. De certa maneira, a maior parte de nossas relações com o Japão se tem verificada nos campos imigratório e econômico, mas, no curso de 1958, se deu a visita ao Brasil de Suas Altezas Imperiais os Príncipes Mikasa, que vieram acompanhados de seleta comitiva.

A visita daqueles ilustres membros da Casa Imperial japonêsa marcou um momento alto das relações entre os dois países e serviu para que lhes fôssem tributadas especiais homenagens, por parte tanto das autoridades brasileiras quanto da imensa colônia nipo-brasileira. Os Príncipes Mikasa estiveram no Rio de Janeiro e em São Paulo. É possível, conforme se planejou ainda no curso dêste ano, que, em 1959, se proceda à retribuição dessa memorável visita, pois o Govêrno japonês convidou o Senhor Presidente da República a visitar seu país, o que seria esplêndida oportunidade para o estreitamento ainda maior dos laços de amizade que unem o Japão ao Brasil.

Além da visita dos Príncipes Mikasa, deve-se assinalar também a de uma delegação de membros da Dieta japonêsa, que, em agôsto, vieram ao Brasil, em retribuição à visita que parlamentares brasileiros fizeram ao Japão no ano anterior. Os visitantes japoneses, aos quais se juntaram os delegados nipônicos à XLVII Conferência Interparlamentar, realizada nesta Capital, na última semana de julho, estiveram no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

O Brasil foi eleito, por expressiva maioria, para o Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde, em eleições efetuadas por ocasião da XI Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Minneápolis, Estados Unidos da América, de 26 de maio a 17 de junho de 1958.

ser destacadas a política geral do problema de bolsas de estudo da OEA; a solicitação do Govêrno colombiano para que a Comissão Jurídica Interamericana procedesse a um estudo técnico sôbre a procedência ou improcedência, à luz das convenções vigentes, da concessão de asilo diplomático a militares da ativa; modificações na estrutura da União Pan-Americana, que resultaram na supressão e criação de Comissões, Serviços e Departamentos; a elaboração do estatuto da Comissão Interamericana de Energia Nuclear; a programação da XI Conferência Interamericana; a realização de uma Conferência Interamericana de Telecomunicações; a adoção, pelas Repúblicas americanas, da Lei Uniforme Interamericana sôbre Arbitramento Comercial.

Foram designados paar integrar a Delegação do Brasil junto ao «Comitê dos 21» do Conselho da OEA, como Presidente, o Doutor Augusto Frederico Schmidt; como Delegados os Ministros Egydio Câmara Souza, José Sette Câmara Filho e Lucillo Haddock Lobo; como Assessôres, o Conselheiro Mozart Gurgel Valente Júnior, e os Secretários João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco, Oscar Sotto Lorenzo Fernandez, Celso Antônio de Souza e Silva, Italo Zappa e Ronaldo Costa.

No decorrer de 1958, o Govêrno brasileiro desenvolveu ainda mais que nos anos precedentes sua política de apoio às atividades da OEA, colaborando ativamente nos trabalhos do Conselho e respectivas Comissões, assim como na União Pan-Americana, nos vários Organismos especializados e na Comissão Interamericana de Paz.

Como prova dessa colaboração, o Brasil participou do trabalho de 15 das 16 Comissões principais do Conselho e da Comissão Interamericana de Paz, da qual o Embaixador Fernando Lôbo, Representante brasileiro no Conselho da OEA, é atualmente Presidente. No transcurso de 1958, o Brasil ocupou a Presidência da Comissão de Organismos Interamericanos e da Comissão sôbre a Criação de um Fundo Especial dentro do Programa de Cooperação Técnica, e a Vice-Presidência da Comissão de Conferências Interamericanas e da Comissão de Programas de Bôlsas da OEA.

Em sessão solene realizada em 16 de abril de 1958, o Conselho comemorou o X aniversário da Carta de Bogotá, aprovada na IX Conferência Internacional Americana. Por resolução de 27 de junho, o Conselho, tendo em vista estar em processo de solução definitiva a questão entre Honduras e a Nicarágua, a qual foi submetida à Côrte Internacional de Justiça, cancelou a convocatória da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores e deu por terminada a atuação provisória do Conselho como Órgão de Consulta.

No decorrer de seu período de sessões, o Conselho considerou extensivamente várias questões, entre as quais podem

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

As atividades da Organização dos Estados Americanos foram sobremodo prestigiadas, em 24 de setembro de 1958, pela realização de uma sessão extraordinária do Conselho da OEA, à qual compareceram os Ministros das Relações Exteriores das 21 Repúblicas americanas.

Aproveitando a presença em Washington, para assistir a uma reunião informal convocada pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, dos Chanceleres das Repúblicas americanas, a Delegação brasileira à referida reunião gestionou junto às demais Delegações no sentido de realizar-se uma sessão extraordinária do Conselho da OEA, presidida pelos próprios Ministros de Estado. A sugestão brasileira, aceita por unanimidade, muito contribuiu para acelerar o processo de execução da Operação Pan-Americana.

Na sessão extraordinária assistida pelos Ministros das Relações Exteriores, o Conselho resolveu estudar a conveniência de promover com maior freqüência reuniões informais dos Ministros das Relações Exteriores, e criar uma comissão especial incumbida de estudar, antes da XI Conferência Interamericana, a formulação de novas medidas de cooperação econômica, à luz das considerações contidas no comunicado da Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em 24 de setembro de 1958.

A fim de promover a execução da Resolução em aprêço, o Conselho aprovou posteriormente as recomendações da Comissão Geral no sentido de criar uma comissão especial, composta de 11 membros, para estudar a realização mais freqüente de reuniões informais dos Chanceleres, e de constituir pelos 21 membros da Organização a comissão especial criada para estudar a formulação de novas medidas de cooperação econômica, a qual realizou sua primeira reunião em 17 de novembro.

atingir os ideais das Nações Unidas e os direitos fundamentais da própria Carta, nega os direitos da dignidade humana e põe em perigo a própria ONU. O Govêrno brasileiro apoiou uma resolução que expressa decepção e preocupação pelo fato de o Govêrno da União da África do Sul não haver ainda respondido aos apelos da Assembléia no sentido de reconsiderar sua política de segregação racial.

Assistência Técnica — O Brasil foi eleito por unanimidade, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, para a vaga da Venezuela no Comitê de Assistência Técnica, a partir de 1º de janeiro de 1959.

brasileiro apresentou, juntamente com 16 outros países, um projeto de resolução que pedia aos Estados interessados se esforçassem para chegar a acôrdo para a suspensão das armas nucleares sob contrôle internacional efetivo, e solicitava que os referidos Estados não realizassem testes de armas atômicas enquanto se realizassem as referidas negociações. O ponto de vista do Govêrno brasileiro sôbre o assunto foi externado na Assembléia Geral pelo Doutor Augusto Frederico Schmidt, que, alertando a comissão dos perigos e do desgaste produzido pela corrida armamentista, e lembrando o ponto de vista do Govêrno brasileiro na XII Assembléia Geral, analisou as vantagens do projeto dos 17 com relação aos demais projetos sôbre o assunto. O projeto co-patrocinado pelo Brasil foi aprovado, com uma emenda de 7 países, a qual determinava que os fundos resultantes do desarmamento fôssem destinados ao auxílio a países menos desenvolvidos. Foi igualmente aprovada uma proposta da Índia e Iugoslávia pela qual a Comissão de Desarmamento deverá ser composta, em 1959 e numa base *ad-hoc,* de todos os membros das Nações Unidas.

Comissão de Bons Ofícios para o Sudoeste Africano — O Brasil foi convidado pelo Presidente da XII Assembléia Geral para, juntamente com o Reino Unido e os Estados Unidos da América, integrar o Comitê de Bons Ofícios. Após demorados entendimentos com o Govêrno da União Sul-Africana, o Comitê sugeriu em seu relatório fôsse o Território dividido em duas partes, uma das quais seria anexada à União da África do Sul enquanto a outra seria posta sob tutela, de acôrdo com as Nações Unidas. Entretanto, a IV Comissão da Assembléia Geral decidiu não aceitar as sugestões do Comitê de Bons Ofícios e convidou-o a reiniciar as discussões com o Govêrno da União Sul-Africana a fim de encontrar uma base para um acôrdo que continuasse a dar ao Território como um todo um estatuto internacional.

Discriminação racial — O Ministro Jayme de Barros Gomes lembrou, no debate sôbre o assunto, que a política de discriminação racial adotada pela União Sul-Africana, por

Coerente com os princípios que norteiam a Operação Pan-Americana, a Delegação deu ênfase ao direito dos países latino-americanos a uma participação mais ampla e uma atuação mais viva no encaminhamento dos grandes problemas internacionais, os quais não mais podem permanecer na dependência das decisões tomadas pelos Quatro Grandes.

Com relação à inclusão de ítens na Agenda da XIII sessão da Assembléia Geral, o Brasil sustentou o ponto de vista de que um assunto deve ser incluído na Agenda sempre que seja apoiado por um número apreciável de países, porém o voto a favor da inclusão não prejulga a competência das Nações Unidas para formular recomendações específicas, nem antecipa necessàriamente a posição da delegação votante.

O Brasil sempre defendeu o reconhecimento de uma responsabilidade institucional das Nações Unidas no trato das questões coloniais. Em vista disso, e por não ter problemas relativos àquelas questões, o Brasil ocupa posição privilegiada para mediar e para conciliar, num plano de pura ação política e na defesa dos imanentes interêsses da civilização ocidental, os dois grandes blocos antagônicos em que se divide a Assembléia no tocante ao tratamento das questões coloniais, as quais freqüentemente evoluem em problemas perigosos para a paz e a segurança internacionais.

Entre os principais assuntos políticos considerados pela presente sessão da Assembléia Geral podemos destacar os seguintes:

Desarmamento — Em nenhuma Assembléia anterior foi tão crucial o problema da cessação, suspensão ou interrupção das experiências atômicas, dada a perspectiva de ser aumentado de três para quatro o número de potências nucleares. A Comissão de Desarmamento de 25 membros, criada pela XII Assembléia Geral, não se reuniu desde sua constituição em virtude do boicote soviético. No sentido de ressuscitar a Comissão de Desarmamento, vários países apresentaram propostas sôbre desarmamento, suspensão de experiências nucleares e redução dos orçamentos militares. O Govêrno

NAÇÕES UNIDAS

A XIII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas foi inaugurada em Nova York, em 16 de setembro de 1958. Como prova da crescente importância emprestada pelo Govêrno brasileiro às Assembléias Gerais da ONU, a Delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e integrada ainda, na qualidade de Delegados, pelo Embaixador Cyro de Freitas-Valle, Embaixador Gilberto Amado, Senador Leopoldo Cunha Mello, Deputado José Joffily Bezerra de Mello, Doutor Augusto Frederico Schmidt; como Delegados-Suplentes, Jayme de Barros Gomes, Ministro Eurico Penteado, Ministro Carlos Alfredo Bernardes, Cônsul Geral Dora de Alencar Vasconcelos e Ministro João Augusto de Araújo Castro.

Aproveitando a presença nas Nações Unidas de representantes de quase todos os países do mundo, o Embaixador Francisco Negrão de Lima, em discurso com o qual inaugurou os debates gerais na XIII sessão da Assembléia Geral, expôs os princípios da nova política internacional em que está empenhado o Brasil, juntamente com os demais países americanos, e que consiste fundamentalmente num movimento de revitalização da unidade continental, denominado Operação Pan-Americana.

Êsse movimento, destinado a promover uma ação decisiva e dinâmica para erradicar o subdesenvolvimento das Américas, contribuirá decisivamente para o fortalecimento da paz universal, já que se conhece a correlação existente entre o subdesenvolvimento de determinadas áreas e as crises políticas nelas geradas, as quais muitas vêzes representam séria ameaça à paz internacional. Iniciando nova prática destinada a facilitar uma maior identificação entre os países hispano-americanos e o Brasil, o Embaixador Negrão de Lima pronunciou seu discurso em idioma castelhano.

reuniões dos Chanceleres americanos; a outra, claramente correspondente ao "Comitê dos 21" proposto pelo Brasil em seu *aide-mémoire* já citado, incumbida de examinar e determinar a maneira de pôr em execução os seis temas sugeridos pelo Brasil, mais um, sôbre assistência técnica, proposto pela Argentina.

Consoante sua orientação, o Brasil designou para o chamado «Comitê dos 21» um representante especial, que foi o Senhor Augusto Frederico Schmidt; outros países, como os Estados Unidos e a Colômbia, também assim procederam; os demais, alegando dificuldades diversas, designaram seus representantes junto à O.E.A. ou seus embaixadores em Washington. Êsse comitê reuniu-se no dia 17 de novembro e sua sessão inaugural constituiu mais uma consagração da Operação Pan-Americana e da ação do Senhor Presidente da República e da diplomacia brasileira, dadas as declarações feitas pelas delegações de diversos países latino-americanos.

Não será demais dizer que a parte política ou diplomática, pròpriamente dita, da Operação Pan-Americana pode ser considerada encerrada com a instalação do «Comitê dos 21». De certa maneira, a discussão doravante se concentrará em temas cuja natureza é marcadamente econômico-financeira.

7. Concordam em que chegou a hora de se organizarem as Repúblicas Americanas a fim de que se encontrem não apenas para tratar dos problemas de urgência imediata, mas para discutir, em bases regulares, todos e quaisquer problemas de interêsse mútuo, tendo em vista suas responsabilidades comuns quando a paz e a liberdade estiverem ameaçadas. Com essa finalidade, ficou acordado que ambos os governos sugeririam às outras Repúblicas Americanas que seus Chanceleres se encontrem, periòdicamente, dentro dos quadros da Organização dos Estados Americanos.

8. Concordam em que as consultas entre os seus dois países deverão prosseguir.

9. Pormenores dessas conversações serão prontamente comunicados às outras Repúblicas Americanas».

Em 9 de agôsto, após continuadas consultas com os Governos latino-americanos, o Itamaraty entregou às embaixadas das vinte repúblicas americanas um extenso *aide-mémoire*, no qual consubstanciou seu pensamento sôbre a Operação e, apresentando um temário de seis pontos de caráter econômico, sugeriu que a comunidade pan-americana promovesse um encontro de opiniões em Washington. Nesse momento, antecipando-se à reação de várias repúblicas latino-americanas e coincidindo com uma sugestão anteriormente aventada pelo Govêrno mexicano, o Govêrno norte-americano convidou os Chanceleres latino-americanos a se reunirem em Washington, em caráter informal, com o Secretário de Estado Foster Dulles. Nessa reunião, realizada nos dias 23 e 24 de setembro, conseguiu-se chegar, graças aos esforços dos representantes brasileiros e à colaboração que lhes prestaram outros delegados latino-americanos, à unanimidade de opiniões, expressas num comunicado final altamente consagratório da Operação Pan-Americana. Nos têrmos dêsse comunicado, criaram-se duas comissões especiais; uma, ìntimamente ligada ao Conselho da O.E.A., encarregada de estudar os meios de tornar mais freqüentes as

extremamente oportunas e úteis, pois advogam a reformulação dos ideais pan-americanos, com a finalidade de fortalecer a unidade continental e preservar a paz.

2. Declaram que estão de inteiro acôrdo em procurar uma formulação política destinada não sòmente a reforçar a defesa dos valores da civilização ocidental, mas também imprimir um impulso mais criador para se atingir tal objetivo.

3. Concordam que a América Latina tem um papel importante a desempenhar entre as nações do mundo. É altamente desejável que a América Latina tenha participação ainda mais ativa na formulação das linhas fundamentais da política internacional que orientam o mundo livre.

4. Reiteram sua convicção de que o fortalecimento da comunidade americana requer, entre outras medidas, esforços dinâmicos para vencer os problemas do subdesenvolvimento. Acreditam que êste princípio — luta por maior desenvolvimento, que é inseparável da segurança coletiva do Hemisfério — será apoiado por todo o Continente.

5. Reafirmam que se tornou necessário lutar decididamente pelos princípios religiosos e democráticos, pelo direito à liberdade das nações e pelo respeito à dignidade individual do homem, valores êsses que integram o patrimônio da civilização e da cultura ocidental, formadores do espírito e da alma das Américas, que são desafiadas pelo credo do comunismo ateu. Nesse sentido, seriam tomadas, com urgência, providências que garantissem, de forma efetiva, a defesa dêsses objetivos.

6. Reafirmam, assim, seus propósitos de continuar numa linha de maiores contatos e consultas, já com êxito iniciada, com as outras Repúblicas Americanas. Dessa maneira, as Repúblicas Americanas estarão melhor habilitadas a alcançar o seu objetivo comum: um esfôrço coordenado e harmônico para desenvolver as economias dos países do Hemisfério.

junho, em resposta à comunicação que lhe enviou, a 17 daquele mês, o Presidente Kubitschek. Os têrmos do apoio argentino à tese brasileira são, por si só, uma expressiva vitória da Operação Pan-Americana, como ação da diplomacia brasileira. Poucos dias após a carta do Presidente Frondizi, chegou às mãos do Senhor Presidente da República uma carta do Presidente do Paraguai, datada de 1º de julho, expressando espontâneamente a adesão de seu país à iniciativa brasileira.

Coincidindo já com essas e outras expressões de apoio de países latino-americanos à Operação Pan-Americana, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, apesar da gravidade da situação internacional àquela época, decidiu manter sua visita ao Brasil, programada para o dia 4 de agôsto. Durante essa visita, a apreciação de assuntos bilaterais foi nitidamente superada pelos entendimentos referentes à Operação Pan-Americana cuja aceitação pelos Estados Unidos ficou expressa pela Declaração de Brasília, assinada pelo Senhor Foster Dulles e pelo Senhor Ministro de Estado, no dia 6 daquele mês, cujo texto é o seguinte:

> *«Por ocasião da sua visita ao Brasil, nos dias 4 e 5 de agôsto, o Secretário de Estado John Foster Dulles foi recebido pelo Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Francisco Negrão de Lima. Mantiveram-se extensos entedimentos, com trocas de opiniões sôbre a situação internacional e os problemas relacionados com o movimento pela unidade do Hemisfério, denominado pelo Presidente Kubitschek de «Operação Pan-Americana». No término das francas e cordiais conversações, dentro das linhas gerais das manifestações de pontos de vista que ora se efetuam entre as Repúblicas Americanas, os dois governos:*
>
> *1. Reafirmam sua determinação de cumprir tôdas as obrigações assumidas na Carta da Organização dos Estados Americanos, e enfàticamente declaram que as cartas do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e do Presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, foram*

Como Vossa Excelência não adiantou um programa específico para fortalecer a compreensão pan-americana, parece-me que nossos dois Governos devam entrar em entendimentos, no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana e à adoção imediata de medidas que determinem, através de todo o continente, uma reafirmação de devotamento ao Pan-Americanismo e um melhor planejamento na promoção de interêsses comuns e do bem-estar de nossos diferentes países.

Existe uma vasta gama de assuntos a serem discutidos e analisados, inclusive, por exemplo, o problema de uma execução mais completa da Declaração de Solidariedade da Décima Conferência Interamericana realizada em Caracas em 1954.

Considero êste assunto tão importante que estou dando instruções ao Senhor Roy Richard Rubottom, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Americanos, para entregar-lhe pessoalmente minha carta no Rio de Janeiro e, em conversa com Vossa Excelência, melhor colhêr o seu pensamento sôbre êsses problemas. Suas idéias e pensamentos, assim registrados em primeira mão, poderão ser objeto de novos entendimentos, através das vias diplomáticas ordinárias, antes da futura visita do Secretário de Estado ao Brasil. Caso Vossa Excelência esteja de acôrdo, o Senhor Rubottom acertará com o seu Govêrno a época mais propícia para a viagem do Secretário Dulles.

Com a segurança de minha mais alta consideração e com os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e pelo bem-estar do povo brasileiro, sou, de Vossa Excelência,

Sinceramente,

a) Dwight Eisenhower.»

Lançada assim a Operação Pan-Americana, como depois veio a ser chamada pelo Senhor Presidente da República, iniciou-se imediatamente uma vasta e ativa corrente de pronunciamentos, entre os quais merece realce o do Presidente Arturo Frondizi, da Argentina, através de sua carta de 25 de

As contrariedades suportadas pelo Vice-Presidente Nixon devem ser utilizadas em favor de uma nobre tarefa, no sentido de criarmos algo de mais profundo e duradouro em prol de nosso destino comum.

Como já disse a Vossa Excelência, é aconselhável corrigirmos a falsa impressão de que não estamos vivendo fraternalmente, nas Américas; mas, além dessa operação corretiva e, para que ela seja duradoura e perfeita, devemos proceder a um verdadeiro exame de consciência, em face do pan-americanismo, e saber se estamos no bom caminho.

Estou certo de que Vossa Excelência avaliará que esta carta eu a escrevo inspirado nos melhores e mais sinceros sentimentos fraternos que sempre ligaram o meu país aos Estados Unidos e também apoiado em idéias que foram emitidas por Vossa Excelência no nosso encontro no Congresso Pan-Americano do Panamá.

Deus guarde a pessoa de Vossa Excelência e o povo norte-americano.

a) *Juscelino Kubitschek.*"

Essa carta, levada a Washington pelo Secretário da Presidência da República, Doutor Vítor Nunes Leal, teve pronta resposta do Presidetne norte-americano, trazido ao Rio de Janeiro pelo Senhor Roy R. Rubottom, Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos, sendo a seguinte a tradução não oficial da mesma:

«*Washington, 5 de junho de 1958.*

Excelentíssimo Senhor

Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Caro Senhor Presidente,

Hoje de manhã, seu Embaixador entregou-me a carta escrita por Vossa Excelência na data de 28 de maio. Achei-a de extremo interêsse.

Na minha opinião, Vossa Excelência caracterizou de maneira exata tanto a situação atual como a conveniência de medidas corretivas. Estou, por isso mesmo, encantado de que Vossa Excelência haja tomado a iniciativa neste assunto.

Mas assim mesmo, Senhor Presidente, não é possível esconder que, diante da opinião mundial, a idéia da unidade pan-americana sofreu sério prejuízo. Não pode deixar de resultar — das desagradáveis ocorrências, que tanto deploramos — a impressão de que nos desentendemos no nosso continente. A propaganda dos interessados no antiamericanismo, naturalmente, procura agora converter êsses supostos desentendimentos numa incompatibilidade, mesmo numa inimizade entre os países livres da comunidade americana, o que, felizmente, está bem longe de se verificar.

Parece-me, Senhor Presidente, que não é conveniente e, principalmente, que não é justo que perdure essa impressão que enfraquece moralmente a causa da democracia, em cuja defesa estamos empenhados.

Neste momento em que escrevo a Vossa Excelência, não tenho outro intento que o de levar-lhe a minha convicção de que algo necessita ser feito para recompor a face da unidade continental. Não tenho plano detalhado para êsse objetivo, mas idéias que, posteriormente, poderei expor a Vossa Excelência, se a ocasião se apresentar.

Permita-me Vossa Excelência que lhe adiante, porém, que a hora soou de revermos fundamentalmente a política de entendimento dêste hemisfério e procedermos a um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos em tôdas as suas implicações. Estaremos todos nós — é a hora de perguntar — agindo no sentido de se estabelecer a ligação indestrutível de sentimentos e interêsses que a conjuntura grave aconselha e recomenda?

Soldado que conduziu a democracia à vitória, homem de Estado experimentado e, mais do que isso, homem sensível à verdade, Vossa Excelência estará em condições, como nenhum outro, de apreciar a gravidade da pergunta que lhe formulo, na intenção exclusiva de delimitar, para logo depois extinguir, uma série de incompreensões que, neste momento, são fàcilmente sanáveis — mas que podem crescer, se não lhes dermos a devida atenção.

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

A repercussão da Operação Pan-Americana já lhe assegurou a permanência nos anais diplomáticos do Brasil e até do continente americano. Por isso é difícil abordá-la nos limites de um item de relatório anual, mas é indispensável tentar fazê-lo.

Trata-se do maior esfôrço diplomático do Brasil em 1958 e, por outro lado, é o primeiro movimento iniciado por nosso país no cenário continental, com base num estado de consciência verdadeiramente latino-americano.

O início da Operação Pan-Americana se deu com a carta dirigida pelo Senhor Presidente da República ao Presidente Dwight D. Eisenhower, em 28 de maio, cujo texto é o seguinte:

«Rio de Janeiro, 28 de maio de 1958.

Excelentíssimo Senhor

Dwight D. Eisenhower,

Presidente dos Estados Unidos da América.

Senhor Presidente,

Venho levar a Vossa Excelência, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, a expressão de solidariedade e estima, que se impõe em face das agressões e dissabores sofridos pelo Vice-Presidente Nixon, na sua recente viagem aos países latino-americanos.

A reação — que se seguiu aos atos reprováveis contra a pessoa do bravo e sereno Senhor Nixon, por parte dos governos e da opinião pública das próprias nações que foram teatro de tão lamentáveis ocorrências — prova que partiram, as referidas manifestações, de simples minoria.

ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS

EXPOSIÇÃO

Quero, ainda, assinalar os trabalhos realizados no Museu Histórico e Diplomático, a fim de serem adotadas medidas necessárias à sua perfeita organização, com pesquisas para localização de objetos que devam ser recolhidos ao seu acervo, organização de catálogo e melhoria de suas instalações. Foram objeto de estudo a criação de dois prêmios culturais permanentes a serem atribuídos pelo Museu a monografias sôbre a História diplomática do Brasil e estudos biográficos de seus vultos mais eminentes.

São essas as principais informações que me cabe trazer a Vossa Excelência sôbre a vida do Ministério das Relações Exteriores em 1958, completadas e ampliadas com as demais constantes da segunda parte dêste Relatório. Por elas, Vossa Excelência poderá ver o empenho que pusemos, todos que trabalhamos no Itamaraty, em cumprir as diretrizes da nossa política internacional sob a esclarecida orientação de Vossa Excelência e em bem servir ao Brasil.

Francisco Negrão de Lima

de o Itamaraty ser atualizado com soluções novas diante dos problemas novos que nos defrontam. E ajuntei: procuraremos adotar os métodos de trabalho mais condizentes com as nossas necessidades, de maneira a equacionar, com a maior precisão possível, os meios de ação aos objetivos mediatos e imediatos cuja consecução o Presidente da República reclama do Itamaraty. Levaremos em conta a experiência própria e a alheia. A diplomacia parlamentar, sempre mais atuante, a inter-relação dos fatôres econômicos e políticos na vida dos povos, a formação de blocos supernacionais, mais ou menos homogêneos e interdependentes, constituem fatôres que devem ser rigorosamente considerados no planejamento da reestrutura da máquina diplomática e na sua atualização.

Para isso, foi criada uma Comissão de Reforma, que já iniciou os seus trabalhos, estudando a ampliação dos quadros e dando nova dimensão à Carreira e consolidando os dispositivos legais que a regulam, visando tudo ao aparelhamento material e técnico do Itamaraty, numa nova estruturação, de sorte a poder atender com eficiência a crescente projeção internacional do Brasil e ao desenvolvimento da nossa política exterior. Espero que no ano entrante o trabalho esteja em condições de ser submetido à alta apreciação de Vossa Excelência.

Várias obras materiais foram realizadas no Palácio Itamaraty e em sedes de Missões diplomáticas, sendo de salientar a reforma que vem sendo feita no segundo pavimento da ala direita dêste Ministério, a fim de facilitar e melhorar a instalação de diversas divisões.

O Instituto Rio-Branco continua funcionando com os melhores resultados e, além dos dois cursos que ministra, prossegue suas atividades de pesquisas e publicações, alargando seu âmbito de uma escola de preparação e especialização num centro de estudos diplomáticos.

Não só nos temos mantido fiéis à obra da UNESCO, nela colaborando com decisivo empenho e elevando à categoria de Embaixada a nossa representação permanente junto àquele Organismo, como ainda no auxílio que temos prestado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, sua Comissão Nacional no Brasil.

Através de centros, institutos e cátedras de estudos brasileiros em universidades estrangeiras, estamos assegurando não só o ensino do nosso idioma, mas ainda um maior conhecimento, no exterior, do nosso país e de suas realizações. Continuamos empenhados em concluir a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, em Assunção. Foram concedidas numerosas bôlsas a estudantes de países europeus e americanos, e obtiveram matrículas em nossas Escolas superiores 510 estudantes latino-americanos, em virtude de convênios firmados pelo Brasil. Várias exposições brasileiras foram realizadas no exterior, salientando-se a de Brasília, em Paris, e as de Arquitetura brasileira e Belas-Artes, em Buenos Aires. Várias outras iniciativas se efetuaram com êxito ou estão em vias de conclusão, a fim de desenvolver a nossa política cultural para apresentar ao mundo testemunhos da atividade espiritual brasileira e estabelecer mais íntima cooperação científica e artística com os povos amigos, particularmente com os das mesmas áreas de cultura.

O Brasil compareceu em 1958 a 95 reuniões internacionais. Firmou e ratificou neste ano os Acordos Internacionais, cuja discriminação se encontra no corpo dêste Relatório.

A vida administrativa do Ministério transcorreu em absoluta regularidade, mas de dia a dia se verificava a necessidade de uma melhor e mais eficiente organização de serviços, tanto que foi alterado o esquema do Departamento Econômico e Comercial, para melhor atender às conveniências do serviço. Ao assumir a pasta, salientei a necessidade

Em 1958, procuramos estabelecer uma nova política de ajustes de comércio e pagamentos, que consolide a posição brasileira em alguns mercados e nos facilite a conquista de outros mais. O assunto continua a ser convenientemente estudado e pesquisado.

Pelo teor dêste Relatório, Vossa Excelência examinará o labor que vem desenvolvendo a nossa Chancelaria, para, com fidelidade e proveito, cumprir a orientação da política internacional que estabeleceu, em seus numerosos aspectos, particularmente no campo econômico, que se veio a tornar a área mais extensa da diplomacia contemporânea. Quero salientar o desenvolvimento dado ao trato dos problemas de cooperação econômica e técnica internacional, para o que tiveram maior organicidade os serviços do Departamento Econômico e Comercial da Secretaria de Estado, com a criação de uma Divisão incumbida de negociar, centralizar e coordenar a participação do Brasil nas Comissões Mistas de Desenvolvimento Econômico ou de Cooperação Econômica e Técnica, e de cuidar dos assuntos ligados à Assistência Técnica bi e multilateral.

As visitas que recebeu o Brasil êste ano testemunham o dilatado prestígio internacional do nosso país e foram ensejo ainda para o estudo em conjunto de problemas do maior vulto com autoridades e personalidades estrangeiras. Dentre elas, posso salientar as do Sr. Arturo Frondizi, ainda quando Presidente eleito da Nação Argentina; do Sr. Ramón Villeda Morales, Presidente da República de Honduras; do Sr. John Foster Dulles, Secretário de Estado norte-americano; do Sr. Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana; do General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, e de Suas Altezas Imperiais os Príncipes Mikasa, da casa real do Japão.

A cooperação intelectual tem merecido desta Chancelaria a maior atenção, dadas as bases profundas com que a política do espírito fundamenta a compreensão dos homens.

A nossa ação se fêz sentir em todos os organismos de formulação de política econômica ou de problemas a ela ligados, tanto de âmbito mundial, quanto de âmbito regional, onde temos procurado atender aos reclamos do nosso desenvolvimento econômico e do nosso comércio exterior. Do mesmo passo, esforçamo-nos pela defesa de nossos produtos de base, o café em primeiro lugar, para cuja economia temos procurado a adoção de medidas de proteção e disciplina, por uma cooperação entre exportadores e importadores. Reunimos, nesta capital, a Conferência Internacional do Café, da qual resultou o Convênio constitutivo da Organização Internacional do Café, cuja estruturação definitiva ficou a cargo de uma Comissão Preparatória. Foi assinado a 27 de setembro um convênio latino-americano que disciplina a oferta mediante a retenção pelos países cafeicultores de uma quota de seu saldo exportável.

Uma série de acordos com a Argentina, a Colômbia, o Chile, o Equador, a Bolívia, o Paraguai e a Venezuela foram firmados, quer referentes a assuntos específicos, quer de âmbito geral, feitos todos dentro de um espírito de complementação de nossas respectivas economias.

No tocante às relações com os países europeus, asiáticos e africanos procedeu-se a negociações e concluiram-se ajustes de comércio e pagamento dentro da chamada faixa bilateral. Prosseguimos na observação de intercâmbio com os países do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, assim como de demais fenômenos capazes de influir nos mercados do nosso comércio externo, como se pode ver na parte expositiva dêste Relatório.

De acôrdo com a orientação de Vossa Excelência, os problemas com os países afro-asiáticos têm merecido atento estudo desta Chancelaria, na convicção de que novos mercados nos poderão ser abertos naqueles continentes, com o estabelecimento de rendoso intercâmbio comercial.

Teve ensejo o meu antecessor de visitar a Bolívia, a Colômbia, o Peru, o Chile e o Equador, e eu próprio estive no Paraguai, por ocasião da posse do Presidente Stroessner. Essas visitas foram oportunidades não apenas de reafirmação da amizade que nos liga estreitamente a êsses países, mas ainda de estudo de problemas de interêsse mútuo, permitindo a assinatura de instrumentos de grande significação, como os 31 acordos firmados pelo Brasil e pela Bolívia, a 29 de março dêste ano e que configuram, no seu conjunto, um novo tipo de relações entre os dois países, mais dinâmico, prático e realista.

A política econômica do Brasil, no que cabe ao Itamaraty prever e prover, mereceu da nossa Chancelaria o mais cuidadoso estudo, resultando numerosas providências, em negociações, entendimentos, acordos bi e multilaterais, não só no trato com os países amigos, mas ainda na nossa atuação junto aos organismos econômicos internacionais. Dentro da sábia orientação de Vossa Excelência, tendente a dar ao Brasil um impulso vigoroso, combatendo o subdesenvolvimento e estruturando com segurança o seu futuro, procuramos na Assembléia da ONU e nas reuniões do seu Conselho Econômico e Social, dar ênfase às conseqüências danosas das oscilações de preços dos produtos primários sôbre a economia dos países que os produzem; à deterioração secular da relação dos preços dos produtos primários em face dos industrializados; aos efeitos da recessão norte-americana e do esmorecimento das atividades produtoras dos demais países industrializados; à deficiência do sistema interncional de financiamento público em vista dos planos de incremento da renda per capita *dos países subdesenvolvidos e elevação do padrão de vida de suas populações.*

E insistimos na necessidade de uma cooperação internacional mais ativa, capaz de dar amparo adequado aos países subdesenvolvidos, que lutam com insuficiência de recursos.

no citado aide-mémoire — incumbida de examinar e determinar o modo de serem executados os seis pontos apresentados pelo Brasil e mais um, sôbre assistência técnica, proposto pela Argentina.

O "Comitê dos 21" reuniu-se em Washington, em 19 de novembro, constituindo verdadeira consagração à OPA e à ação de Vossa Excelência e da diplomacia brasileira, no cumprimento das suas determinações.

Na XIII sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, coube-me, na qualidade de Chefe da Delegação brasileira, expor os princípios norteadores da nossa política exterior, destacando a importância da Operação Pan-Americana e seu propósito de erradicar o subdesenvolvimento da América Latina, a fim de fortalecer a unidade das nações do Continente, possibilitando-lhes uma contribuição mais efetiva para a defesa da civilização ocidental. E insisti, por igual, no direito que cabe aos países latino-americanos a uma participação mais ampla e atuação mais viva no encaminhamento dos grandes problemas internacionais, cujo debate e solução não podem continuar circunscritos às Quatro Grandes Potências, como Vossa Excelência tem amiudadamente insistido. Como é possível verificar pela leitura do presente Relatório, a Delegação brasileira àquela Assembléia orientou sua ação por êstes princípios gerais, de acôrdo com as diretrizes traçadas por Vossa Excelência.

A OEA, no ano de 1958, prosseguiu intensivamente em suas atividades, e o Brasil, ainda mais do que anteriormente, prestigiou-as e nelas colaborou da melhor forma, do que no texto dêste Relatório se dá conta.

Tem procurado o Itamaraty desenvolver as relações internacionais, intensificando-as num sentido realista e empenhando-se numa maior cooperação com os países amigos para atender plenamente os interêsses nacionais, e contribuído para melhoria das condições da vida internacional.

SENHOR PRESIDENTE,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o Relatório das atividades do Ministério das Relações Exteriores no ano de 1958.

De tôdas elas, as que se destacam com maior relêvo são as referentes à Operação Pan-Americana, iniciada por Vossa Excelência, em carta de 28 de maio, ao Presidente dos Estados Unidos da América, na qual sugeriu se procurasse reforçar o sentido da unidade continental, criando «algo de mais profundo e duradouro em prol do nosso destino comum».

Acolhida a idéia com entusiasmo não só na América Latina, mas também pelos Estados Unidos da América, conforme se evidenciou, por ocasião da visita ao Brasil do Secretário de Estado norte-americano, o Govêrno transmitiu às Chancelarias das Repúblicas Americanas um aide mémoire *com a definção e os objetivos da Operação, juntamente com sugestões para se promover uma troca de opiniões sôbre o assunto entre as Embaixadas latino-americanas em Washington. Antecipando-se às respostas a êsse documento, o Govêrno dos Estados Unidos da América convidou os chanceleres americanos para a reunião informal, que se realizou em Washington, com o Secretário de Estado Foster Dulles, e à qual tive a honra de comparecer. Datam de então as primeiras medidas para realizar os propósitos da OPA. Foram criadas duas comissões, uma para estudar os meios de tornar mais freqüentes as reuniões de chanceleres americanos, e outra — o "Comitê dos 21", proposto pelo Brasil*

CERIMONIAL

Desenvolveu a Divisão do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores larga atividade no exercício de 1958 em todos os seus setores de trabalho, especialmente no que diz respeito a visitas de personalidades estrangeiras de relêvo e a recepção e homenagens prestadas às mesmas.

Entre os hóspedes ilustres que visitaram o Brasil no corrente ano, sobressaem o Senhor Arturo Frondizi, Presidente eleito da Nação Argentina; o Senhor Ramón Villeda de Morales, Presidente da República de Honduras; Sua Alteza Imperial o Príncipe Takahito Mikasa, irmão do Imperador do Japão; o General de Divisão Mario Coscia Tavarozzi, Ministro das Obras e Comunicações do Paraguai; o Senhor Oscar Garcia Velutini, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela; Sir David Eccles, Presidente do «Board of Trade» da Grã-Bretanha; o Senhor John Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América; o Senhor Alejandro Montiel Arguello, Ministro de Estado das Relações Exteriores da Nicarágua; o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana; o Senhor Pablo Pardo, Conselheiro Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina; o Senhor Raul Sapena Pastor, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Paraguai; o Senhor José A. Mora, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos; o General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, que compareceu à Foz do Iguaçu para, em companhia do Presidente da República, inaugurar o hotel ali edificado pelo Govêrno brasileiro; o Senhor Kjeld Philip, Ministro do Comércio da Dinamarca; o Senhor

Wenceslau Gonzalez, do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia; o Senhor Manuel Arburua de la Miyar, Presidente do Conselho do Banco do Exterior da Espanha; os integrantes da Missão da República Árabe Unida; um grupo de Peritos em Informações das Nações Unidas; o Senhor John dos Passos; o Professor Maurice Duverger, da Universidade de Paris; o Senhor Aldous Huxley; a Delegação Boliviana da Comissão de Limites; os estagiários do Seminário de Estudos da Unesco sôbre criação de novas cidades; a Delegação dos Estados Africanos Independentes; o Senhor Nelson Rockefeller, Governador, eleito, do Estado de Nova York; o Senhor Sidney Earle Smith, Secretário de Estado das Relações Exteriores do Canadá.

Além dos visitantes acima relacionados — todos homenageados pelo Itamaraty — o Ministério das Relações Exteriores recebeu, em duas grandes festas, os delegados à 47ª Conferência Interparlamentar e os participantes da VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios.

Sem dúvida, entre tôdas essas visitas, sobressaíram as dos Senhores Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, Arturo Frondizi, Presidente, eleito, da Nação Argentina, John Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e a de Sua Alteza Imperial o Príncipe Takahito Mikasa, as quais exigiram grandes esforços da Divisão do Cerimonial do Itamaraty a fim de que aos visitantes e às numerosas comitivas que os acompanharam fôssem dispensadas as atenções e cortesias a que faziam jus, tais como honras militares, hospedagem, condução, escolta, facilidades aduaneiras, pessoas à disposição, etc.

A visita do Presidente Italiano teve lugar nos primeiros dias de setembro e a duração de dez dias, no decurso dos quais as autoridades do Brasil tiveram a oportunidade de tributar àquele Chefe de Estado as mais expressivas homenagens, ao mesmo tempo em que o povo, especialmente nas zonas de imigração italiana, cercavam a sua presença de

manifestações de afeto e carinho só dispensadas aos verdadeiros amigos.

O Senhor Giovanni Gronchi e Senhora, acompanhados dos 21 membros da comitiva, chegaram ao Aeropôrto Militar do Galeão às 13,30 horas do dia 4 de setembro e, imediatamente, embarcaram em duas lanchas da Marinha de Guerra do Brasil que os conduziu até o cais da Bandeira do Ministério da Marinha, onde os aguardavam o Senhor Presidente da República e Senhora Juscelino Kubitschek e as mais altas autoridades civis e militares da União.

Durante os quatro dias de permanência no Rio de Janeiro, o Senhor Giovanni Gronchi cumpriu intenso programa, através do qual ficaram patentes os sentimentos de fraterna amizade que unem os governos e os povos dos dois países: visita ao Senhor Presidente da República; círculo diplomático no Palácio das Laranjeiras; entrevista coletiva à imprensa; visita ao Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta no Palácio Tiradentes, bem como ao Supremo Tribunal Federal; entrega pelo Presidente da República do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao Presidente da República Italiana; banquete no Palácio Itamaraty seguido de recepção de cêrca de três mil pessoas; visita ao Museu de Arte Moderna; passeio turístico pela cidade, seguido de almôço no Alto da Boa Vista; assinatura, no Palácio do Catete, de acordos e convenções entre os dois países; sessão solene na Reitoria da Universidade do Brasil, durante a qual foi conferido o título de Doutor «Honoris Causa» ao Presidente da República Italiana; recepção oferecida pelo Senhor e Senhora Roberto Marinho; parada militar de sete de Setembro, com fôrças do Exército, Marinha e Aeronáutica, na Avenida Presidente Vargas; almôço oferecido pelos Oficiais Generais das Fôrças Armadas no Ministério da Guerra; almôço oferecido à Senhora Giovanni Gronchi pela Senhora Walther Moreira Salles, sem mencionar inúmeras outras homenagens prestadas aos ilustres visitantes por instituições brasileiras e italianas.

Além da Capital Federal, quatro outras cidades foram visitadas pelo Presidente Gronchi e sua comitiva — Brasília, São Paulo, Pôrto Alegre e Caxias do Sul. A cada uma, foram necessárias viagens de funcionários do Cerimonial a fim de preparar a estada do Presidente, bem como determinar o protocolo da visita e organizar a hospedagem e o transporte das pessoas, que em número superior a oitenta, o seguiram em seu percurso. Ao passo que funcionários da Divisão do Cerimonial acompanhavam o ilustre hóspede, outros tiveram instruções de o aguardar nas diversas cidades onde prestaram assistência às autoridades locais e as orientaram quanto ao preparo e à execução do programa de recepção.

Em Brasília, onde também esteve o Presidente da República do Brasil, o nosso visitante foi homenageado com um almôço no Palácio da Alvorada, ao qual se seguiu a cerimônia da entrega do terreno em que será construída a futura sede da Missão diplomática italiana no Brasil.

De Brasília o Senhor Giovanni Gronchi e sua comitiva seguiram para São Paulo, onde permaneceram dois dias, em meio a vibrantes e calorosas manifestações de carinho e aprêço que lhes foram prestadas pelos numerosos brasileiros de origem italiana que habitam aquela Capital. Do programa seguido — em tudo semelhante ao obedecido no Rio de Janeiro — destacou-se a assinatura no Palácio Mauá, sede da Federação Paulista das Indústrias, da «Declaração Conjunta de São Paulo», pelos Presidentes da Itália e do Brasil.

Dos dois dias dedicados ao Rio Grande do Sul, um foi passado em Pôrto Alegre — onde a recepção seguiu as normas protocoloraes usuais — e o outro em Caxias do Sul — cidade em que as manifestações tiveram cunho popular e das quais participaram cêrca de trezentos mil italianos e ítalo-brasileiros radicados no interior daquele Estado. De maior brilho e entusiasmo ainda se revestiram as homenagens nessa última cidade, em virtude de haver o Senhor Presidente da República do Brasil comparecido às mesmas, a fim de se

associar às festas com que foi recebido o Senhor Giovanni Gronchi.

De Pôrto Alegre, o Presidente da Itália veio diretamente ao Rio de Janeiro, onde, no Aeropôrto do Galeão, se processaram as despedidas oficiais dos dois Chefes de Estado e foi divulgado o comunicado final da visita.

Durante sua estada de dez dias no Brasil, Sua Excelência foi alvo das mais expressivas demonstrações de carinho e aprêço por parte da população e do mundo oficial, em vibrante afirmação dos históricos laços de amizade que nos une à nação italiana.

Acontecimento particularmente melancólico para o Brasil e os brasileiros foi o falecimento de Sua Santidade o Papa Pio XII, ocasião em que o Govêrno, associando-se às manifestações de pesar de tôda a cristandade, designou o Ministro da Guerra para representá-lo nas exéquias do líder espiritual do mundo católico, por cuja alma foi rezada missa solene na Igreja da Candelária.

Ao Senhor Presidente da República coube a iniciativa de mandar rezar a aludida missa solene e à Divisão do Cerimonial competiu organizar a parte protocolar da cerimônia, a qual realizou-se na Igreja da Candelária com a presença das mais elevadas autoridades brsileiras e de todos os Chefes de Missão acreditados no Rio de Janeiro.

No ano de 1958, chegaram ao Brasil e apresentaram credenciais ao Senhor Presiednte da República vinte e um novos Chefes de Missão.

Nesse mesmo período, a Divisão do Cerimonial teve ocasião de preparar o necessário expediente para submeter à aprovação do Congresso Nacional os nomes dos Chefes de Missão que o Govêrno brasileiro desejava acreditar no exterior, bem como preparar as Cartas Credenciais dos mesmos e as Revocatórias de seus predecessores, além de elaborar os Plenos Poderes de delegados a Conferências Internacionais. Respondeu igualmente às Cartas Credenciais dos Embaixa-

dores estrangeiros acreditados no Brasil, às Cartas de Chancelaria e de Gabinete dirigidas ao Senhor Presidente da República, enviou e agradeceu cumprimentos por ocasião de datas nacionais de países amigos, acreditou Missões Especiais e Encarregados de Negócios.

O Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, de quem o Ministro de Estado das Relações Exteriores é o Chanceler e o Chefe do Cerimonial o Secretário, reúniu-se regularmente, havendo sido conferido o Grande Colar a Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, além de 390 outras condecorações, nos graus de Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro, a várias personalidades que o Conselho da Ordem julgou merecedoras de tal distinção.

Coube, igualmente, ao Cerimonial providenciar a tramitação de todo o expediente do Corpo diplomático no Rio de Janeiro e do Corpo consular na Capital Federal e nos Estados quanto à importação de automóveis, objetos de uso pessoal, material de expediente, etc., além de resolver problemas vários relativos à estada dos mesmos no nosso país e zelar pelos seus interêsses perante as autoridades brasileiras. Nesse sentido, não mediu esforços para conciliar a defesa de tais interêsses com a aplicação das normas internas vigentes no Brasil, sem se descuidar dos privilégios e imunidades dos funcionários diplomáticos e agentes consulares brasileiros no exterior.

HOMENAGENS NO ITAMARATY

Durante o ano de 1958, foram oferecidos almoços de despedida, no Palácio Itamaraty, aos seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Antonio de Faria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal.

Sua Excelência o Senhor René Van Meerbeke, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bélgica.

Sua Excelência o Senhor Doutor Federico Gutierrez Granier, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bolívia.

Sua Excelência o Senhor Lao Ram Sharan Singh, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia.

Sua Excelência o Senhor Werner Dankwort, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Alemanha.

Sua Excelência o Senhor J. M. Sanz Lajara, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Dominicana.

Foram ainda homenageadas as seguintes pessoas:

Almôço a Suas Excelências o General de Divisão Mario Coscia Tavarozzi, Ministro das Obras e Comunicações do Paraguai e senhora.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Arturo Frondizi, Presidente eleito da Nação Argentina.

Almôço a Suas Excelências o Senhor Oscar Garcia Velutini, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela e Senhora.

Almôço a Suas Excelências Sir David Eccles, Presidente do "Board of Trade", da Grã-Bretanha, e Senhora.

Almôço à Missão da República Árabe Unida.

Almôço aos Peritos em Informações das Nações Unidas.

Jantar a Suas Altezas Imperiais o Príncipe e a Princesa Mikasa, seguida de recepção.

Jantar a Suas Excelências o Senhor Ramón Villeda Morales, Presidente da República de Honduras e Senhora, seguido de recepção.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Pablo Pardo, Conselheiro Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.

Almôço ao Senhor John dos Passos.

Almôço à Delegação Boliviana da Comissão de Limites.

Jantar a Suas Excelências o Senhor John Fortes Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e Senhora, seguido de círculo diplomático.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Embaixador José A. Mora, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos.

Almôço ao Professor Maurice Duverger, da Universidade de Paris.

Almôço ao Senhor Aldous Huxley e Senhora.

Jantar a Suas Excelências o Senhor Alejandre Montiel Arguello, Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua e Senhora.

Almôço ao Senhor Manuel Abburua de la Miyar, Presidente do Conselho do Banco do Exterior da Espanha.

Jantar a Suas Excelências o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana e Senhora, seguido de recepção.

Almôço a Sua Excelência Doutor Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai.

Almôço à Delegação dos Estados Africanos Independentes.

Almôço aos Estagiários do Seminário de Estudos da «UNESCO».

Almôço a Sua Excelência o Senhor Embaixador Wenceslau Gonzalez.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Kjeld Philip, Ministro do Comércio da Dinamarca.

Jantar a Suas Excelências o Senhor Sidney Earle Smith, Secretário de Estado do Canadá e Senhora.

Almôço aos Diretores de Jornais do Rio.

Almôço aos Membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Almôço aos Membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Almôço aos Chefes das Missões diplomáticas latino-americanas, acreditados no Brasil, em comemoração à data de 12 de outubro.

Almôço ao Senhor Augusto Frederico Schmidt, Representante do Brasil no Comitê dos 21.

ALTERAÇÕES NAS CHEFIAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS ACREDITADAS NO RIO DE JANEIRO

Deixaram as funções que desempenhavam no Brasil os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Humberto N. Borbon, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Costa Rica.

Sua Excelência o Senhor Hossein Navab, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Irão.

Sua Excelência o Senhor Humberto C. Cerna, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Guatemala.

Sua Excelência o Senhor Antônio de Faria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal.

Sua Excelência o Senhor Leonardo A. Carrilho, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Venezuela.

Sua Excelência a Princesa Abida Sultaan, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária do Paquistão.

Sua Excelência o Senhor Federico Gutièrrez Granier, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bolívia.

Sua Excelência o Senhor Werner Dankwort, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Sua Excelência o Senhor René van Meerbeke, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bélgica.

Sua Excelência Sir Geoffrey Wedgwood Harrison, K.C.M.G., Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Grã-Bretanha.

Sua Excelência o Senhor Lal Ram Sharan Singh, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia.

Sua Excelência o Senhor Edner Brutus, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Haiti. — 17 de janeiro de 1958.

APRESENTARAM CREDENCIAIS

Sua Excelência o Senhor Donald Mackinnon, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Austrália. — 17 de janeiro de 1958.

Sua Excelência o Senhor Mohamoud Farouqhi, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Irão. — 17 de janeiro de 1958.

Sua Excelência o Senhor Sefkati Istinyeli, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Turquia. — 17 de janeiro de 1958.

Sua Excelência o Senhor Rodolfo Peters Scheider, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Costa Rica. — 21 de janeiro de 1958.

Sua Excelência o Senhor Helmuth Möller, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Dinamarca. — 21 de janeiro de 1958.

Sua Excelência o Senhor Robert Maurice, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Suíça. — 25 de abril de 1958.

Sua Excelência o Senhor Arie Aroch, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado de Israel. — 3 de junho de 1958.

Sua Excelência o Senhor Manuel Farrajota Rocheta, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal. — 4 de junho de 1958.

Sua Excelência o Senhor Mariano Picón Salas, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Venezuela. — 5 de junho de 1958.

Sua Excelência o Senhor Jamal E. D. Farra, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Árabe Unida. — 5 de junho de 1958.

Sua Excelência o Senhor Mohammad Abdulla Khan, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paquistão. — 13 de junho de 1958.

Sua Excelência o Senhor Raif Abillama, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Líbano. — 4 de julho de 1958.

Sua Excelência o Senhor Carlos Morales Guillén, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bolívia. — 22 de julho de 1958.

Sua Excelência o Senhor Gebhardt von Walther, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha. — 27 de agôsto de 1958.

Sua Excelência o Senhor Louis Colot, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bélgica. — 27 de agôsto de 1958.

Sua Excelência o Senhor Burke Hedges, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cuba. — 27 de agôsto de 1958.

Sua Excelência o Senhor Martti Ingman, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Finlândia. — 23 de setembro de 1958.

Sua Excelência o Senhor Carlos Sanz de Santamaría, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Colômbia. — 23 de setembro de 1958.

Sua Excelência Sir Geoffrey Wallinger, K.C.M.G. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Grã-Bretanha. — 23 de setembro de 1958.

Sua Excelência o Senhor M. K. Kriplani, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Índia. — 6 de novembro de 1958.

PLENOS PODERES

Ao Senhor José Maria Alkmin, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na Conferência Internacional do Café. Janeiro de 1958.

Ao Senhor Embaixador Júlio Augusto Barbosa Carneiro para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na Conferência do GATT. Janeiro de 1958.

Ao Senhor Embaixador Gilberto Amado para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Direito Internacional do Mar. Fevereiro de 1958.

Ao Senhor Ministro José Sette Câmara Filho para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Direito Internacional do Mar. Fevereiro de 1958.

Ao Senhor José Luiz Bulhões Pedreira para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Direito Internacional do Mar.

Ao Senhor Embaixador Abelardo Bretanha Bueno do Prado para, na qualidade de Plenipotenciário do Brasil, proceder à troca do Instrumento de ratificação do Acôrdo sôbre Restauração dos Direitos de Propriedade, etc. Brasil-Alemanha. Fevereiro de 1958.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário do Govêrno brasileiro, assinar diversos Acordos e Convênios com a Bolívia. Março de 1958.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas-Valle para representar o Brasil na XXV Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Abril de 1958.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário do Govêrno brasileiro, assinar o Acôrdo Cultural celebrado entre o Brasil e a Colômbia. Maio de 1958.

Ao Senhor Henrique Maia Penido para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na X Sessão Comemorativa do Aniversário da O.M.S. e XI Assembléia Mundial de Saúde. Maio de 1958.

Ao Senhor Henrique Novaes Filho para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na X Sessão Comemorativa do Aniversário da O.M.S. e XI Assembléia Mundial de Saúde. Maio de 1958.

Ao Senhor José Bolívar Drummond para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na X Sessão Comemorativa do Aniversário da O.M.S. e XI Assembléia Mundial de Saúde. Maio de 1958.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar o Convênio Cultural entre o Brasil e a Colômbia. Maio de 1958.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar os Convênios sôbre Bases para Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e a Colômbia. Maio de 1958.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia. Maio de 1958.

Ao Senhor Carlos Sette Gomes Pereira, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Conferência sôbre Arbitramento Comercial Internacional. Maio de 1958.

Ao Senhor Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar o Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Itália. Agôsto de 1958.

Ao Senhor Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na quaildade de Plenipotenciário, assinar o Acôrdo sôbre Prestação de Serviço Militar entre o Brasil e a Itália. Agôsto de 1958.

Ao Senhor Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar o Convênio para constituição de um Centro de Estudos sôbre a Agricultura brasileira. Agôsto de 1958. (Brasil-Itália).

Ao Senhor Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar o Acôrdo de Cooperação para uso Pacífico de Eenrgia Nuclear entre o Brasil e a Itália. Agôsto de 1958.

Ao Senhor Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar a Declaração Conjunta sôbre Manutenção dos Direitos à Previdência Social dos Trabalhadores Migrantes. Brasil-Itália. Agôsto de 1958.

Ao Senhor Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade, de Plenipotenciário, assinar o Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros. Brasil-Paraguai. Setembro de 1958.

Ao Senhor Embaixador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na II Conferência Internacional do Açúcar. Setembro de 1958.

Ao Senhor Manoel Gomes Maranhão para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na II Conferência Internacional do Açúcar. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Arturo Lezama, Presidente do Conselho Nacional do Govêrno da República Oriental do Uruguai, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Walder Lima Sarmanho. Janeiro de 1958.

A Sua Excelência o Major-General Iskander Mirza, Presidente da República do Paquistão, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Ildefonso Falcão. Janeiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Iskander Mirza, Presidente da República do Paquistão, dando por finda a missão do Embaixador José Cochrane de Alencar. Janeiro de 1958.

A Sua Majestade Imperial Haille Sellassié I, Imperador da Etiópia, acreditando o Senhor Francisco Gualberto de Oliveira Filho como Embaixador em Missão Especial para proceder a entrega do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

A Sua Majestade Frederik IX, Rei da Dinamarca, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor João Emílio Ribeiro. Fevereiro de 1958.

A Sua Majestade Frederik IX, Rei da Dinamarca, dando por finda a missão do Senhor Jayme de Souza Gomes. Fevereiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Coronel Guillermo Flores Avendano, Presidente Provisório da República da Guatemala, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor João Luiz de Guimarães Gomes. Fevereiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Coronel Guillermo Flores Avendano, Presidente Provisório da República da Guatemala, dando por finda a missão do Embaixador Francisco d'Alamo Louzada. Fevereiro de 1958.

A Sua Majestade Elisabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, oferecendo duas jóias por intermédio do Embaixador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello. Abril de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Pedro E. Aramburu, Presidente Provisório da Nação Argentina, acreditando o Senhor Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, incumbido da Missão Especial de representar o Brasil nas solenidades da posse do Presidente da República, abril de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Thomas Holenstein, Presidente da Confederação Helvética, acreditando o Senhor Afrânio de Mello Franco Filho como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário. Julho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Thomas Holenstein, Presidente da Confederação Helvética, dando por finda a missão do Embaixador Raul Bopp. Julho de 1958.

A Sua Majestade Paul I, Rei dos Helenos, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Alvaro Teixeira Soares. Julho de 1958.

A Sua Majestade Paul I, Rei dos Helenos, dando por finda a missão do Embaixador Edmundo Machado Júnior. Julho de 1958.

A Sua Majestade Mohammed Zahir Shan Khan, Rei do Afeganistão, acreditando como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor José Cochrane de Alencar. Julho de 1958.

A Sua Majestade Elizabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido do Canadá e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, Defen-

sora da Fé, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Edmundo Machado Junior. Agôsto de 1958.

A Sua Majestade Elisabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido do Canadá e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, dando por finda a missão do Embaixador Afrânio de de Mello Franco Filho. Agôsto de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Hernán Siles Zuazo, Presidente Constitucional da República da Bolívia, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Glauco Ferreira de Souza. Agôsto de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Hernán Siles Zuazo, Presidente Constitucional da República da Bolívia, dando por finda a missão do Embaixador Alvaro Teixeira Soares.

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, acreditando o Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, representar a Nação Brasileira nas solenidades de inauguração do segundo período presidencial.

A Sua Excelência o Senhor General Gabriel Paris, Presidente da Junta de Govêrno da República da Colômbia, acreditando o Senador Apolônio Salles, Vice-Presidente do Senado Federal, para, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, representar a Nação Brasileira nas solenidades da posse de Sua Excelência o Senhor Alberto Lleras Camargo no elevado cargo de Presidente da Colômbia.

A Sua Excelência o Senhor Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Aguinaldo Boulitreau Fragoso. Agôsto de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina, dando por finda a missão do Embaixador João Carlos Muniz. Agôsto de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Sukarno, Presidente da República da Indonésia, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Rubens Ferreira de Mello. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General Fuad Chehab, Presidente da República do Líbano, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Bolívar de Freitas. Outubro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General Fuad Chehab, Presidente da República do Líbano, dando por finda a missão do Embaixador Francisco Gualberto de Oliveira Filho. Outubro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Adolf Schärf, Presidente Federal da República da Áustria, acreditando como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Raul Bopp. Novembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Adolf Schärf, Presidente Federal da República da Áustria, dando por finda a missão do Embaixador Mário Moreira da Silva.

A Sua Excelência o Senhor Adolfo Ruiz Cortines, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, acreditando o Senhor Senador Arthur Bernardes Filho para, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial, representar a Nação Brasileira nas solenidades da posse de Sua Excelência o Senhor Doutor Adolfo Lopez Mateos no elevado cargo de Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel Gamal Abdel Nasser, Presidente da República do Egito, em resposta à Credencial do Embaixador Riskallah Attia Riskallah. Janeiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel Gamal Abdel Nasser, Presidente da República do Egito, em resposta à Revocatória do Embaixador Sami Rizkallah. Janeiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor François Duvalier, Presidente da República do Haiti, em resposta à Credencial do Senhor Edner Brutus, Fevereiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor François Duvalier. Presidente da República do Haiti, em resposta à Revocatória do Senhor Roger Dorsinville. Fevereiro de 1958.

A Sua Majestade Frederik IX, Rei da Dinamarca, em resposta à Credencial do Embaixador Helmuth Ingemann Moller. Fevereiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Celâl Bayar, Presidente da República Turca, em resposta à Credencial do Embaixador Sefkati Istinyeli. Fevereiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Celâl Bayar, Presidente da República Turca, em resposta à Revocatória do Embaixador Fuat Carim. Fevereiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, em resposta à Credencial do Embaixador Rodolfo P. Scheider. Fevereiro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, em resposta à Revocatória do Embaixador Humberto N. Borbon. Fevereiro de 1958.

A Sua Majestade Elizabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido, da Austrália e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, em resposta à Credencial do Ministro Donald Mackinnon. Março de 1958.

A Sua Majestade Elizabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido, da Austrália e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, em resposta à Revocatória do Ministro Cedrix Vernon Kellway. Março de 1958.

A Sua Majestade Imperial Mohammad Reza Pahlavi, Xainxá do Irã, em resposta à Credencial do Ministro Mahmound Faroughi. Março de 1958.

A Sua Majestade Imperial Mohammad Reza Pahlavi, Xainxá do Irão, em resposta à Revocatória do Ministro Hossein Navab. Março de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General Miguel Idigoras Fuentes, Presidente da República de Guatemala, em resposta à Credencial do Embaixador Alberto H. Gonzalez. Março de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General Miguel Idigoras Fuentes, Presidente da República de Guatemala, em resposta à Revocatória do Embaixador Humberto Q. Cerna. Março de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Thomas Holenstein, Presidente da Confederação Helvética, em resposta à Credencial do Embaixador Robert Maurice. Junho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General Miguel Idigoras Fuentes, Presidente da República de Guatemala, em resposta da comunicação de sua ascenção à Presidência da República. Junho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor François Duvalier, Presidente da República do Haiti, em resposta da comunicação de sua ascenção à Presidência da República. 10 de outubro de 1957.

A Sua Excelência o Senhor General Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, em resposta à comunicação de sua ascenção à Presidência da República. Junho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, em resposta à Credencial do Embaixador Arie Aroch. Julho de 1958.

A Sua Majestade Hirohito, Imperador do Japão, agradece a remessa do Grande Cordão da Ordem Suprema do Crisântemo. Julho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel Gamal Abdel-Nasser, Presidente da República Árabe Unida, em resposta à Credencial do Embaixador Gamal El Farra. Julho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguêsa, em resposta à Credencial do Embaixador Manuel Farrajota Rocheta. Julho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguêsa, em resposta à Revocatória do Embaixador Antônio de Faria. Julho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Iskander Mirza, Presidente da República Islâmica do Paquistão, em resposta à Credencial do Embaixador Mohammed A. Khan. Julho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Iskander Mirza, Presidente da República Islâmica do Paquistão, em resposta à Revocatória da Embaixadora Abida Sultaan. Julho de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Hernán Siles Zuazo, Presidente Constitucional da República da Bolívia, em resposta à Credencial do Embaixador Carlos Morales Guillén. Agôsto de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Hernán Siles Zuazo, Presidente Constitucional da República da Bolívia, em resposta à Credencial do Embaixador Federico Gutiérrez Granier. Agôsto de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Celâl Bayar, Presidente da República Turca, em resposta à comunicação de sua reeleição. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel Gamal Abdel-Nasser, Presidente da República Árabe Unida, em resposta à comunicação da proclamação da República Árabe Unida. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Heuss, Presidente da República Federal da Alemanha, em resposta à Credencial do Embaixador Gebhardt von Walther. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Heuss, Presidente da República Federal da Alemanha, em resposta à Revocatória do Embaixador Werner Dankwort. Setembro de 1958.

A Sua Majestade Baudouin, Rei dos Belgas, em resposta à Credencial do Embaixador Louis Colot. Setembro de 1958.

A Sua Majestade Baudouin, Rei dos Belgas, em resposta à Revocatória do Embaixador René von Meerbeke. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Major-General Fulgêncio Batista y Zaldivar, Presidente da República de Cuba, em resposta à Credencial do Embaixador Burke Hedges.

A Sua Excelência o Senhor Camille Chamoun, Presidente da República Libanesa, em resposta à Credencial do Embaixador Emir Raif Abillama. Setembro de 1958.

A Sua Majestade Elizabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha, da Irlanda do Norte e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, em resposta à Credencial do Embaixador Geoffrey Arnould Wallinger. Setembro de 1958.

A Sua Majestade Elizabeth II, Pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha, da Irlanda do

Norte e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, Defensora da Fé, em resposta à Revocatória do Embaixador Geoffrey W. Harrison. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Alberto Lleras Camargo, Presidente da República da Colômbia, em resposta à Credencial do Embaixador Carlos Sanz Santamaría. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Urho Kaleva Kekkonen, Presidente da República da Finlândia, em resposta à Credencial do Embaixador Johannes Ingman. Setembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, em resposta à Credencial do Embaixador Motiram K. Driplani. Novembro de 1958.

A Sua Excelência o Senhor Rajendra Prasad, Presidente da República da Índia, em resposta à Revocatória do Embaixador Lal Ram Sharan Singh. Novembro de 1958.

EXPEDIENTE DA DIVISÃO DO CERIMONIAL

Exposição de Motivos	9
Avisos	151
Ofícios e Cartas	668
Notas	345
Memoranda	116
Circulares	16
Mensagens ao Congresso	11
Telegramas ao exterior (diversos)	315
Telegramas ao interior	502
Despachos, postais e telegráficos, às Missões diplomáticas e Repartições consulares, às Delegações do Brasil junto aos Organismos Internacionais e à Delegacia do Tesouro	1.021
Cartas Credenciais e Revocatórias	30
Cartas de Gabinete e de Chancelaria	42
Plenos Poderes	24
Carteiras ao Corpo diplomático e consular	230
Carteiras de identidade a funcionários das Missões diplomáticas	101
Carteiras de identidade — Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, Organismos Internacionais das Nações Unidas	79
Carteiras aos funcionários do M.R.E.	54
Pedidos de isenção de direito alfandegário	3.973
Pedidos de facilidades aduaneiras:	
Bagagem pessoal acompanhada	268
Automóveis — Vendas	261
Despachos	267
Chapas diplomáticas	512
Pedidos de prioridade para instalação de telefones	28

PERSONALIDADES ESTRANGEIRAS AGRACIADAS COM A ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL EM 1958

NOMES:	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. René Van Meerbeke, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade o Rei dos Belgas no Brasil	GRÃ-CRUZ	9- 1—58
S. Ex. o Sr. Embaixador Enrique Bernstein Carabantes, Subsecretário das Relações Exteriores do Chile. (promoção)	GRÃ-CRUZ	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Deputado Héctor Correa Letelier, Presidente da Câmara dos Deputados do Chile	GRÃ-CRUZ	16-1 -58
S. Ex. o Sr. Oswaldo S inte-Marie Soruco, Ministro das Relações Exteriores do Chile	GRÃ-CRUZ	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Hernán Cuevas Irarrázaval,	GRÃ-CRUZ	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Deputado Jorge Errázuriz Echenique, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Chile	GRANDE OFICIAL	16- 1-58
Sr. Ramón Luis Rodriguez, Chefe, interino, do Cerimonial e Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Chile	COMENDADOR	16-1 -58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhora Maria Teresa Del Canto, Alcaidessa de Santiago	COMENDADOR	16- 1-58
Sr. Carlos Mardones Restat, do Cerimonial e Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Chile	OFICIAL	16- 1-58
Sr. Mariano Fontecilla Concha, do Cerimonial e Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Chile	OFICIAL	16- 1-58
Sr. Carlos Lira, Secretário do Ministro das Relações Exteriores do Chile	CAVALEIRO	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Moreyra y Paz Soldán, Vice-Presidente da República Peruana	GRÃ-CRUZ.	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Dr. Manuel Cisneros Sanchez, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Relações Exteriores de Peru	GRÃ-CRUZ	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Dr. Jorge Basadre, Ministro da Educação Pública do Peru	GRÃ-CRUZ	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Victor Proano, do Peru	GRÃ-CRUZ	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Deputado Luiz E. de Mora, Presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados do Peru	GRANDE OFICIAL	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Ministro Cesar A. de La Fuente, Chefe do Cerimonial do Estado. Peru	GRANDE OFICIAL	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Dr. Hector Garcia Ribeiro, Alcaide de Lima	OFICIAL OFICIAL	16- 1-58
Sr. Gonzalo Fernández Puyó, Subdiretor do Cerimonial do Estado — Peru	COMENDADOR	16- 1-58
Sr. Dr. José Carlos Ferreyros Balta, do Protocolo da Presidência da República Peruana	COMENDADOR	16- 1-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr Carlos Neuhans Ugasteche, Presidente do Patronato de Artes do Peru.....	COMENDADOR	16- 1-58
Sr. Dr. Carlos Arévalo y Carrenc, Chefe da Seção da América do Sul do Departamento Político e Diplomático do Ministério das R lações Exteriores do Peru	COMENDADOR	16- 1-58
Sr. Capitão de Navio Jorge Luna Ferreccio, da Marinha de Guerra do Peru	COMENDADOR	16- 1-58
Sr. Jorge Castro Harrison, Diretor da Escola "Bartolomé Herrera",.....	OFICIAL	16- 1-58
Sr. Carlos de Martins, do Peru.....	OFICIAL	16- 1-58
Sr. Dr Guillermo Ramirez Berrios, Secretário Geral do Instituto Cultural Peruano-Brasileiro.....	OFICIAL	16- 1-58
S. Ex. o Sr. Senador Raul Porras Barrenechea, Presidente da Comissão de Diplomacia do Senado do Peru. (promoção).....	GRANDE OFICIAL	16- 1-58
Sr. Raul Mirá Quesada, Ministro-Conselheiro do Peru (promoção).....	COMENDADOR	16- 1-58
Sr. William A. M. Burden, Presidente do Museu de Arte Moderna de New York e Presidente da Sociedade Amigos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de New York.....	COMENDADOR	21- 1-58
Sr. Alexander Otto, Secretário da Embaixada da Austria no Rio de Janeiro...	OFICIAL	25- 2-58
Sr. Hickman Price Jr., Diretor Superintendente da Willys Overland do Brasil	COMENDADOR	28- 2-58
Sr. Edward Grandry, Chefe do Gabinete do Ministro do Comércio Exterior da Bélgica.....	COMENDADOR	17- 4-58
Sr. Jules François, Professor da Faculdade de Medicina de Gand.....	OFICIAL	17- 4-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Achille Van Acker, Primeiro Ministro, Chefe do Govêrno Belga....	GRÃ-CRUZ	17- 4-58
S. Ex. o Conde Gobert D'Aspremont Lynden, Grande Marechal da Côrte da Belgica.....	GRÃ-CRUZ	17- 4-58
S. Ex. o Conde Charles de Limburg Stirum, Grão-Mestre da Casa do Rei Leopoldo III da Belgica.....	GRÃ-CRUZ	17- 4-58
S. Ex. o Conde André de Meeus D'Argenteuil, Grão-Mestre da Casa da RaMnha Elisabeth da Bélgica.....	GRÃ-CRUZ	17- 4-58
S. Ex. o Sr. Victor Larock, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica....	GRÃ-CRUZ	17- 4-58
S. Ex.o Sr. Embaixador Louis Schetven, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.....	GRÃ-CRUZ	17- 4-58
S. Ex. o Sr. Tenente-General Robert R. Duren, Comandante da Primeira Região Militar, da Bélgica.....	GRANDE OFICIAL	16- 4-58
Sr. Max Wery, Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.....	COMENDADOR	16- 4-58
Sr. Georges Wauters, Chefe do Serviço de Informações e de Relações Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.....	OFICIAL	17- 4-58
Sr. Josse Gits, Chefe do Serviço de Missões Especiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.....	OFICIAL	17-4- 58
Reverendíssimo Padre Jean François Joseph Moureau.....	OFICIAL	17- 4-58
Barão J. J. van Voorst tot Voorst, antigo Adido à Embaixada dos Países-Baixos no Brasil.....	CAVALEIRO	8- 5-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. E. Rafael Urdaneta, antigo Conselheiro da Embaixada do México no Brasil	COMENDADOR	8- 5-58
Sr. Dr. Guenter Pieper, antigo Segundo Secretário (Econômico) da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil	CAVALEIRO	8- 5-58
Sr. Jean-Marie Mésidor, antigo Encarregado de Negócios, interino, da Embaixada do Haiti no Brasil	COMENDADOR	8- 5-58
Sr. Wang Li-Pen, Primeiro Secretário da Embaixada da China no Brasil	OFICIAL	8- 5-58
Sr. Marco Aurelio Rodriguez, antigo Conselheiro Cultural da Embaixada da Venezuela no Brasil	COMENDADOR	8- 5-58
Sr. Secretário Manuel Augusto Roca Zela, do Cerimonial do Estado — Peru	OFICIAL	8- 5-58
Sr. Secretário Fortunato Quesada Lagarriche, do Cerimonial do Estado — Peru	OFICIAL	8- 5-58
Sr. Secretário Alberto León Rocca, do Cerimonial do Estado — Peru	CAVALEIRO	8- 5-58
Sr. Luis Machiavello Amorós, do Cerimonial do Estado — Peru	CAVALEIRO	8- 5-58
Sr. Mario Enrique Castro Jourte, do Cerimonial do Estado — Peru	CAVALEIRO	8- 5-58
S . Ex. o Sr. Dr. José Baquerizo Maldonado, Ministro da Educação do Equador	GRÃ-CRUZ	8- 5-58
S. Ex. o Sr. Dr. Luis Bossano, Catedrático de Sociologia da Universidade Central do Equador	GRÃ-CRUZ	8- 5-58
S. Ex. o Sr. Jorge Espinosa Correa, Subsecretário das Relações Exteriores do Equador	GRÃ-CRUZ	8- 5-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Guillermo Cordovez, Senador do Equador	GRANDE OFICIAL	8- 5-58
S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Andrade Marin, Prefeito de Quito	GRANDE OFICIAL	8- 5-58
S. Ex. o Sr. Oswaldo Alvarez Barba, do do Equador	GRANDE OFICIAL	8- 5-58
Sr. Dr. Alfredo Perez Guerreiro, Reitor da Universidade Central do Equador.	GRANDE OFICIAL	8- 5-58
Sr. Alejandro Dávalos Alvarez, Direto-Geral do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Equador	GRANDE OFICIAL	8- 5-58
Sr. Rafael Vásconez, Subdiretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Equador	GRANDE OFICIAL	8- 5-58
Sr. Dr. Julio Endara, Presidente da Casa da Cultura Equatoriana	COMENDADOR	8- 5-58
Sr. Carlos Mantilla Ortega, Presidente da Associação dos Jornalistas Equatorianos	COMENDADOR	8- 5-58
Sr. Dr. Gerardo Falconi, Membro da Junta Consultiva do Ministério das Relações Exteriores do Equador	COMENDADOR	8- 5-58
Sr. Vicente Crespo, Subdiretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Equador	OFICIAL	8- 5-58
Sr. Isidro Ycaza Plaza, do Equador	OFICIAL	8-5 -58
Sr. Filoteo Samaniego, Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores do Equador	OFICIAL	8- 5-58
Sr. Dr. René Bustamante, do Equador	OFICIAL	8- 5-58
Sr. Rafael Aguirre, Chefe do Protocolo da Presidência da República do Equador	CAVALEIRO	8- 5-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Carlos Uribe, Assistente do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Equador	CAVALEIRO	8- 5-58
Sr. Antonio Bustamante Muñoz, Chefe da Divisão de Atos do Ministério das Relações Exteriores do Equador	CAVALEIRO	8- 5-58
Sr. Hernán Guarderas, Chefe do Gabinete do Subsecretário das Relações Exteriores do Equador	CAVALEIRO	8- 5-58
Sr. Alfredo Barrera, Chefe da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Equador	CAVALEIRO	8- 5-58
S. Ex. o Sr. Carlos Tobar Zaldumbide, Ministro das Relações Exteriores do Equador (promoção)	GRÃ-CRUZ	8- 5-58
Sr. Dr. Julio Prado, Diretor do Departamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Equador. (promoção	GRANDE OFICIAL	8- 5-58
S. Ex. o Sr. Dr. Andrés Alvarado Puerto, Ministro das Relações Exteriores de Honduras	GRÃ-CRUZ	6- 6-58
S. Ex. o Sr. Dr. Ramón Villeda Morales, Presidente da República de Honduras	GRÃ-CRUZ	6- 6-58
Sua Alteza Imperial o Príncipe Takahito Mikasa	GRÃ-CRUZ	12- 6-58
S.Ex. o Sr. Shinrokuro Hidaka, Embaixador Extraordinário e Penipotenciário do Japão	GRANDE OFICIAL	12- 6-58
Excelentíssima Senhora Miyo Amo, Dama de Cerimônia da Casa Imperial do Japão	COMENDADOR	12- 6-58
S. Ex. o Sr. Minoru Kuroda, Mestre de Cerimônia da Casa Imperial do Japão	COMENDADOR	12- 6-58
Sr. Tamotsu Nakaya, Secretário de Embaixada do Japão. (promoção)	OFICIAL)	12- 6-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Manuel Barrau Peláez, Ministro das Relações Exteriores da Bolívia	GRÃ-CRUZ	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Hugo Moreno Córdova, Ministro da Fazenda da Bolívia	GRÃ-CRUZ	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Morales Guillén, Ministro da Defesa da Bolívia	GRÃ-CRUZ	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Wenceslão Gonzalez Cortés, Assesseor Juridico da Chancelaria e Subsecretário, interino, das Relações Exteriores da Bolívia	GRÃ-CRUZ	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Marcial Tamauo, Secretário Geral da Presidência Presidência da República da Bolívia	GRÃ-CRUZ	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Jayme Caballero Tamayo, Diretor Administrativo do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia	GRÃ-CRUZ	20- 5-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Miguel Gisbert, da Bolívia	GRÃ-CRUZ	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Senador Ovídio Barbery, da Bolívia	GRANDE OFICIAL	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Coronel Heliodoro Murillo, Chefe da Casa Militar do Presidente da República da Bolívia	GRANDE OFICIAL	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Ministro Federico Zuazo Cuenca, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia	GRANDE OFICIAL	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Hugo Ortiz Justiniano, da Bolívia	GRANDE OFICIAL	20- 6-58
S. Ex. o Sr. Deputado Alfredo Ibanez Franco, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Luiz Peñaloza, Presidente do Banco Central da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Guillermo Bedregal, da Bolívia	COMENDADOR	20-6 -58
Sr. Engenheiro Gustavo Méndez, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Engenheiro Humberto Dorákiz, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Coronel Arturo Cuellar Réa, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Ricardo Ocampo, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Raúl Gainsborg Viaña, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Hugo Patiño del Valle, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Coronel Juan Urquizo Romero, da Bolívia	COMENDADOR	20- 6-58
Sr. Tenente-Coronel Raul Peñaranda Ahumada, da Bolívia	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Dr. Humberto Fossati, da Bolívia	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Engenheiro Alfonso Balderrama, da Bolívia	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Angel Jemio, da Bolívia	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Engenheiro Hugo Vidal Erigorri, da Bolívia	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Jaime Aranibar Cuevara, da Bolívia	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Eduardo Trigo O'Connor D'Arlach, da Bolívia	CAVALEIRO	20- 6-58
Sr. Raul Calderón Sória, da Bolívia	CAVALEIRO	20- 6-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Hanan Aynor, antigo Primeiro Secretário da Legação de Israel no Brasil.	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Aarno Eino Karhilo, antigo Segundo Secretário da Legação da Finlândia no Brasil.....	CAVALEIRO	20- 6-58
Reverenda Madre Francisca do Sagrado Coração Blanc, da Congregação das Irmãs de São José de Chambery.....	OFICIAL	20- 6-58
Sr. Chiyuki Hiraoka, adido à Embaixada do Japão no Brasil.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Sumio Ono, Adido Adjunto à Embaixada do Japão no Brasil.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. André Barthes, Inspetor de Produção no Estrangeiro da Agence France-Press	CAVALEIRO	4- 7-58
Professor Alexandre Monnier, da Faculdade de Ciências da Universidade de Paris.....	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Blaise Cendras, escritor francês.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Mario Costarella, Secretário do Gabinete do Ministro das Finanças da Itália.....	OFICIAL	4- 7-58
Reverendo Dom Alessandro Cavalli, Pároco de Neviano-Rossi, Freguesia de Fornovo- Taro, Diocese de Parma, Itália.....	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Manuel Quintero Nunez, Diretor Geral de Expansão Comercial do Ministério de Comércio da Espanha.....	COMENDADOR	4- 7-58
Sr. José León Carranza y Gomez, Marquês de Villapesadilla, Alcaide de Cádiz.....	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Dr. José Villar Vinas, Catedrárico da Universidade de Sevilha.....	OFICIAL	4- 7-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Mário de Faria e Mello Ferreira Duarte, Cônsul de Portugal em Madrid..	OFICIAL	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Nils Thomas Svenningsen, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Sigurd Christensen, Diretor Geral do Departamento de Administração e Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
Sr. Hans Severin Moller, Secretário de Embaixada da Dinamarca.....	OFICIAL	4- 7-58
Barão Philipp Von Brand Zu Neidstein, Chefe do Cerimonial do Govêrno da Baviera.....	OFICIAL	4- 7-58
Professor Dr. Hans Rheinfelder, Diretor do Seminário de Linguas Românicas da Faculdade de Filologia da Universidade de Munique.....	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Dr. Willem Julius Van Balen, da Holanda. (Promoção).....	COMENDADOR	4- 7-58
Sr. Oivind Lorentzen, da Noruega.....	COMENDADOR	24- 9-58
Sr. Kristian Sukke.....	CAVALEIRO	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Djamchid Gharib, Chefe do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Irã	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Dr. William Manger.....	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
Sr. Mariano de Madrazo y Lopez de Calle, Cônsul Geral da Espanha em Jerusalém.....	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Manuel de Castro Losada, Chanceler do Consulado Geral da Espanha em Jerusalém.....	CAVALEIRO	4- 7-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Professora Doutora Etta Becker-Donner, Diretora do Museu de Etnologia, em Viena	OFICIAL	4- 7-58
Professor Dr. Siegfried Freiberg, Diretor da Biblioteca da Academia de Belas-Artes de Viena	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Georg Von Mautner-Markhof, Diretor da "Brauerei Schwechat A. G."	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Roque Javier Laurenza. (Promoção	COMENDADOR	4- 7-58
Sr. Pedro Monteiro Pereira Queirós	COMENDADOR	4- 7-58
Sr. Jorge Montealegre, Ministro-Conselheiro da Embaixada da Nicaragua em Washington	COMENDADOR	4- 7-58
Professor Eugène Pittard, Presidente da Sociedade Suiça de Americanistas	OFICIAL	4- 7-58
Professor Lucio Mendieta y Nuñez, Catedrático da Universidade Nacional do México	OFICIAL	4- 7-58
Sr. William E. Knox, Presidente da "Westinghouse Eletric International Company"	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Thomas Aloysius Walsh Dwyer Junior	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Ralph E. Hansen	CAVALEIRO	4- 7-58
Senhora Layona Glenn	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Dr. Irving Brotman, Médico americano (Promoção	COMENDADOR	4- 7-58
Dr. Nicolaas Ernst Rost Onnes, Diretor Geral do Banco Holandês Unido	OFICIAL	4- 7-58
Dr. Victor Jacob Koningsberger, Professor da Universidade de Utrecht	OFICIAL	4- 7-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Herman Offerhaus, Secretário Geral do Real Instituto dos Trópicos, Amsterdam	OFICIAL	4- 7-58
Sr. W. L. Utermark, Subdiretor do Real Instituto dos Trópicos, Amsterdam	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Willy Goudriaan, Presidente da Companhia de Navegação Van Nievelt, Goudriaan & Co's Stoomvaart Maatschappij, Rotterdam	OFICIAL	4- 7-58
Dr. Rudolf Engelbert Marie Van Den Brink, Chefe da casa editora "Elsevier", de Amsterdam	OFICIAL	4- 7-58
Dr. Christiaan Nooteboon, Diretor do "Maritiem Museum Prins Hendrik", em Rotterdam	OFICIAL	4- 7-58
Senhora Sonia Westerhout-de Clercq	CAVALEIRO	4- 7-58
Doutora Johanna Bernardina Van Overeem, Conservadora do "Maritiem Museum Prins Hendrik", em Rotterdam.	CAVALEIRO	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Aquilino E. Boyd, Ministro das Relações Exteriores do Panamá	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Ernesto Castillero Pimentel, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Panamá	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
Sr. Manuel Méndez Guardia, Diretor do Departamento de Política Internacional do Ministério das Relações Exteriores do Panamá	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
Sr. Juvenal Aurelio Castrellón Adames, Diretor da Seção de Organismos, Conferências e Tratados Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Panamá	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
Capitão John F. Goodwin, Industrial americano	OFICIAL	4- 7-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Manoel da Silveira Cardozo, Diretor da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica da América.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Lawrence Oliver, Presidente da "American Processing Company".....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. John M. Athaide, Vice-Presidente do "United States National Bank".....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Ewart W. Goodwin, Presidente da "Percy H. Goodwin Company".....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. James D. Forward, Presidente da Union Tetle Insurance & Trust Company".....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. John A. Hutchins, Professor de Português e de Estudos Brasileiros na Academia Naval de Anápolis.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Ralph E. Becker, Advogado americano.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. H. H. Harris, Industrial americano	CAVALEIRO	4- 7-58
Senhora Marjorie Merriweather Post, americana.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Robert Khlat, Diretor-Adjunto da Divisão do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Libano.....	COMENDADOR	4- 7-58
Sr. Dr. Karim Azkoul, Diretor da Divisão da Organização das Nações Unidas e de Tratados e Conferências Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Libano.....	COMENDADOR	4- 7-58
Sr. João Saad Aboujaoudé, Diretor co-proprietário do "Banque Libannaise pour le Commerce S. A. L.".....	COMENDADOR	4- 7-58
Sr. Deputado Elias Saad Aboujaoudé, Diretor co-proprietário do "Banque Libannaise pour le Commerce S. A. L.".	COMENDADOR	4- 7- 58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Fauzi Bardawil, Advogado libanês..	OFICIAL	4- 7-58
Sr. Ramez Nahas, Advogado libanês....	OFICIAL	4- 7-58
Sr. João Aluf, do Libano.....	CAVALEIRO	4- 7-58
Sr. Nagib Hankach, do Libano.....	CAVALEIRO	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Dr. George Kung-Chao Yeh, Ministro das Relações Exteriores da China.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Chou Shu-Kai, Vice-Ministro Administrativo das Relações Exteriores da China.....	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Hsu Shao-Chang, Diretor do Departamento de Assuntos Americanos do Ministério das Relações Exteriores da China.....	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Wang Feng, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da China.....	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Dr. Kiang Yi-Seng, Diretor do Departamento de Informações do Ministério das Relações Exteriores da China.....	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
Sua Alteza Imperial o Príncipe Herdeiro Asfaw Wossen Haile Sellassié.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
Sua Alteza Imperial o Príncipe Sahle Sellassié Haile Sellassié.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Blattangueta Aklilou Abte Wold, Primeiro Ministro substituto e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Tsahafi Teezaz Tafara Worq Kidane Wold, Ministro da Côrte Imperial da Etiópia.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Blatta Dawit Ogbagzy, Ministro de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Etiópia.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Ras Abebe Aregay, Ministro da Defesa e Presidente do Conselho de Ministros da Etiópia.....	GRÃ-CRUZ	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Ato Gachaou Zallaka, Vice-Ministro no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Etiópia.....	GRANDE OFICIAL	4- 7-58
Sr. Ato Mesfín Abebe, Chefe, interino, do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Etiópia.....	COMENDADOR	4- 7-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Raul Porras Barrenechea, Ministro das Relações Exteriores do Peru.....	GRÃ-CRUZ	28- 7-58
Senhora Jessie Halliwell.....	OFICIAL	28- 7-58
Sr. Leo Halliwell.....	OFICIAL	28- 7-58
Sr. Ministro Luis Humberto Salamanca (Promoção.....	GRANDE OFICIAL	4- 8-58
Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Crisanto Luque, Arcebispo de Bogotá...	GRÃ-CRUZ	4- 8-58
S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Sanz de Santamaria, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia.....	GRÃ-CRUZ	4- 8-58
S. Ex. o Sr. Dr. José Maria Morales Suarez, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	GRÃ-CRUZ	4- 8-58
S. Ex. o Sr. General Ernesto Caicedo Lopez, Chefe do Estado Maior das Fôrças Armadas da Colômbia.....	GRANDE OFICIAL	4- 8-58
Sr. Fernando Gaitán de Narvaez, Chefe do Departamento do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	GRANDE OFICIAL	4- 8-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Jesus Zárate Moreno, Subsecretário Diplomático do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	GRANDE OFICIAL	4- 8-58
Sr. Bernardo Rueda, Subsecretário de Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	GRANDE OFICIAL	4- 8-58
Sr. Germán Rodriguez Fonnegra, Subsecretário de Imigração do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	GRANDE OFICIAL	4-8 -58
Sr. Fernando Mazuera Villegas, Prefeito de Bogotá.....	GRANDE OFICIAL	4- 8-48
Sr. Miguel Samper, Subchefe do Departamento do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia..	COMENDADOR	4- 8-58
Sr. Ernesto Torres Diaz, Chefe da Seção de Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia	COMENDADOR	4- 8-58
Sr. Carlos Jaramillo Borba, Chefe da Seção de Informações e Cultura do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	COMENDADOR	4- 8-58
Sr. Coronel Luis Laverde, da Colômbia	COMENDADOR	4- 8-58
Sr. Humberto Ruiz, da Colômbia.....	OFICIAL	4- 8-58
Sr. Capitão Oscar Rivas Gutierrez, da Colômbia.....	OFICIAL	4- 8-58
Sr. Ignácio Henao Osório, da Colômbia	OFICIAL	4- 8-58
Comandante Carlos Vasquez, da Colômbia.....	CAVALEIRO	4- 8-58
Sr. Capitão-Aviador Jaime Carvajal Muñoz, da Colômbia.....	CAVALEIRO	4- 8-58
Sr. Hernando Piedrahita, da Colômbia...	CAVALEIRO	4- 8-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhorita Blanca Patiño Buendia, Assistente do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia.....	CAVALEIRO	4- 8-58
Engenheira Francisca Fernandez Hall, Ministra-Conselheira da Embaixada da Guatemala no Brasil.....	GRANDE OFICIAL	26- 8-58
S. Ex. o Sr. Ramón Menéndez Pidal, Diretor da Real Academia Espanhola da Língua.....	GRANDE OFICIAL	26- 8-58
S. Ex. o Sr. Dr. Werner Dankwort, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	28- 8-58
Excelentíssima Senhora Maria Fracassi di Torre Rossano, da Itália.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
Excelentíssima Senhora Marquesa Carla Lanza D'Ajeta, da Itália.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana.....	GRANDE COLAR	5- 9-58
Excelentíssima Senhora Carla Gronchi, da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
Sr. Franco Fontana, Cônsul Geral da Itália em São Paulo.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Luigi Gabrielle Asinari Sigray di San Marzan, Cônsul Geral da Itália em Pôrto Alegre.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Mauro Mauri, Cônsul da Itália no Rio de Janeiro.....	OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Senador Giuseppe Medici, Ministro do Orçamento da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Alberto Folchi, Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Itália e Membro do Parlamento.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Dr. Oscar Moccia, Secretário Geral da Presidência da República Itáliana	GRÃ CRUZ	5-9-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Cristoforo Fracassi di Torre Rossano, Chefe do Cerimonial da República Italiana	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
Sr. Dr. Vincenzo di Stefano, Chefe da Inspetoria da Presidencia da República Italiana	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Mario Colesanti, Médico pessoal de S. Ex. o Sr. Presidente da República Italiana	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Frank Maccaferri, Conselheiro de Legação do Cerimonial da República Italiana	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Guiseppe Angelini, Chefe do Serviço de Imprensa da Presidência da República Italiana	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Felice Ghionda, Conselheiro de Legação da República Italiana	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Domenico di Murro, Funcionário Diretivo de II Classe do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Bruno Gatta, Representante da "Radio Audizioni Italiane" (RAI)	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Giovanni Campagna, Representante da "Agenzia Nazionale Stampa Associata" (ANSA)	OFICIAL	5-9 -58
Sr. Francesco Leonardi, da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Giovanni Paolo Tozzoli, Terceiro Secretário de Legação da República Italiana	CAVALEIRO	5- 8-58
Sr. Domenico Zappia Marechal de Segurança Pública, da Itália	CAVALEIRO	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Agostino Albanesi, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-59
Sr. Vincenzo Reisino, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-59
S. Ex. o Marquês Blasco Lanza D'Ajeta, Embaixador Extraordinário e Plenipotecniario da Itália no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
Sr. Dr. Carlo Enrico Giglioli, Conselheiro da Embaixada da Itália no Brasil....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Alberto Rossi, Conselheiro Comercial da Embaixada da Itália no Brasil.....	COMENDADOR	5-9-58
Sr. Dr.Luigi Martelli, Primeiro Secretário da Embaixada da Itália no Brasil	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Alfredo Stendardo, Conselheiro de Imprensa da Embaixada da Itália no Brasil.....	OFICIAL	5- 9-58
Professor Fernando Capecchi, Adido Cultural a Embaixada da Itália no Brasil	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Pasquale Calabró, Conselheiro de Emigração da Embaixada da Itália no Brasil.....	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Piero Ferraboschi, Segundo Secretário da Embaixada da Itália no Brasil	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Domenico di Simone, Adido ao Cerimonial da Presidência da República Italiana.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Canzio Patriarca, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Sirio Sini, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Giovanni Battista Crosetti, da Itália	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Giuseppe Paolucci, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Dr. Olivero Domenichini, da Itália.	CAVALEIRO	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Espedito Pascussi, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Andrea Manfrellotti, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Dr. Oswaldo Andolona-Ajon, Comissário de Segurança Pública da Itália.	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Dr. Alberto Marino, Comissário de Segurança Pública da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Franco Sanguinetti, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Guglielmo Mattias, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Guido Anguissola, Secretário particular do Ministro do Trabalho da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Dr. Giuseppe Causati, Vice-chefe do Cerimonial da Prefeitura de Roma	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Orlando de Rosa, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. R. A Guido Padova, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Armando Egidi, da Itália.....	CAVALEIRO	5- 9-58
Sr. Dr. Leonardo Meni, Secretário particular do Ministro dos Transportes da Itália.....	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Ugo Bagnoli, da Itália.....	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Antonino Spadaro, Chefe de Divisão da Provedoria Geral do Estado, Itália.....	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Ugo Lanzara, da Itália.....	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Adolfo Zingaretti, da Itália.....	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Renato Cima, Chefe da Secretária Presidencial da Itália.....	OFICIAL	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr.Dr. Felice Marchioni, Chefe de Divisão da Presidência da República Italiana	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Candido Gianni, Adido ao Cerimonial da Presidência da República Italiana	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Mário Franzi, Chefe da Secretária de S. Ex. o Sr. Giuseppe Lupis, Subsecretário de Estado da República Italiana	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Roberto Riccardi, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr Luigi Mario Fossati, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Paolo de Michelis di Slonghello, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Maurilio Guglielmo Varalda, da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Ugo Mosca, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Francesco Vincenti Mareri, da Itália.	OFICIAL	5- 9-58
Sr Dr. Alfonso Tomasetta, da Itália....	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Alvino Barillaro, Vice-Chefe de Polícia de Roma	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Francesco Cavi, Chefe da Divisão de Estrangeiros do Ministério do Interior da Itália	OFICIAL	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Dr. Angelo Parisi, Chefe da Vigilância Estrangeira do Ministério do Interior da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Arnaldo Pacelli, Comissário Geral da Segurança Pública do Aeroporto de Roma	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Professor Carlo Ceschi, Superintendente dos Monumentos do Ministério de Instrução Pública da Itália	OFICIAL	5- 9-58
Sr. Dr. Alessandro Levante, Chefe do Cerimonial da Presidência da República Italiana	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Enrico Allaud, Diretor Geral Adjunto do Pessoal e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Folco Trabalza, Chefe da Secretária de S. Ex. o Sr. Alberto Folchi, Subsecretário de Estado da Itália	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Roberto Gaja, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Arturo Pittaluga, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Alessandro Marieni, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Giovanni Vincenzo Soro, Vice-Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Gino Pazzaglia, Vice-Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	COMENDADOR	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Folco Aloisi de Larderal, Vice-Chefe do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Giovanni Paolo de Ferrari, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Adolfo Maresca, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Vincenzo Speranza, Cônsul Geral, Chefe de Divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Carmelo Marzano, Chefe de Polícia, Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Franco Gioia, Diretor Geral da Alfândega, Italia.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Federico Firpo, Diretor Geral da Motorização do Ministério dos Transportes da Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Torquato Ferrar, do Tribunal de Contas, Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Vincenzo Firmi, Provedor Geral, Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Antonio Capobianco, Inspetor da Provedoria Geral do Estado Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Dr. Luigi Rossi, Inspetor Geral da Provedoria Geral do Estado. Itália...	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Andrea de Stefano, Chefe de Seção da Prefeitura de Roma.....	COMENDADOR	5- 9-58
Sr. Enrico Reggiani, Provedor das Obras Públicas do Lazio, Itália.....	COMENDADOR	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Dr. Emo Sparisci, Chefe da Secretária Presidencial da República Italiana	COMENDADOR	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ministro Federico Pescatori, Diretor Geral Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália. (promoção	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Nicola Picella, Secretário Geral do Senado da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Coraldo Piermani, Secretário Geral da Câmara dos Deputados da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Franco Fortini del Giglio, antigo Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Marcelo Valentini, Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ministro Guido Colonna, Chefe do Serviço de Coo rdenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ministro Franz Cavalletti di Oliveto Sabino, Chefe do Serviço de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-59
S. Ex. o Sr. Ministro Giuseppe Capece Galeota della Regina, Chefe do Serviço de Criptografia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Professor Mario Toscano, Chefe de Divisão de Estudos e Documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ministro Andrea Ferrero, Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	GRANDE OFICIAL	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Ministro Carlo Alberto Straneo, Diretor Geral Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Excia. o Ministro Livio Teodolli, Vice-Diretor Geral do Minitério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ministro Renzo Carrobio di Carrobio, Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália...	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Giulio Cesare Rizza, Governador de Roma.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Giovanni Gargaterra, Chefe de Polícia — Itália.....	GRANDE OFICIAL	5 -9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Pier Renato Casarati, Presidente de Seção do Tribunal de Contas — Itália.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Urbano Cioccetti, Prefeito de Roma.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-59
S. Ex. o Sr. Italo de Vito, Chefe de Divisão dos Negócios Gerais da Presidência da República Italiana.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Francesco Consentino, Chefe de Divisão de Relações com o Parlamento e o Govêrno Italiano.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ministro Raimondo Manzini, Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ministro Carlos de Ferraris Salsano, Diretor Geral do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	GRANDE OFICIAL	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Amintore Fanfani, Presidente do Conselho de Ministros da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Dr. Gaetano Azzariti, Presidente da Côrte Constitucional da Itália	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Dr. Meuccio Ruini, Presidente do Conselho Nacional de Econômia e Trabalho da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex.o Sr. Embaixador Adolfo Alessandrini, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália...	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S Excia. o Embaixador Pelegrino Ghigi, Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Mario Conti, Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Fernando Tambroni, Mnistro do Interior da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. Armando Angelini, Ministro dos Transportes da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Ezio Vigorelli, Ministro do Trabalho da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Emilio Colombo, Ministro do Comércio com o Exterior. Itália...	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Raffale Petrilli, Presidente do Conselho de Estado — Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Senador Enrico Carboni, Presidente do Tribunal de Contas. — Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Giulio Andreotti, Ministro do Tesouro — Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Giuseppe Lupis, Subsecretário de Estado — Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Aldo Moro, Ministro da Instrução Pública da Itália.....	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
S. Ex. o Sr. Antonio Maxia, Subsecretário de Estado do Conselho da Itália..	GRÃ-CRUZ	5- 9-58
Excelentíssima Senhora Maria Sansón Baladares.....	COMENDADOR	11- 9-58
Excelentíssima Senhora Lois de Montiel Arguello.....	COMENDADOR	11- 9-58
S. Ex. o Barão Moens de Ferning, Comissário Geral do Govêrno belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.....	GRÃ-CRUZ	22- 9-58
S. Ex. o Sr. Embaixador Conde Hubert Carton de Wiart, Diretor de Relações Exteriores do Comissariado belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.....	GRÃ-CRUZ	22- 9-58
S. Ex. o Sr. Lucien Cooremans, Membro da Câmara dos Representantes e Burgomestre da cidade de Bruxelas.....	GRANDE OFICIAL	22- 9-58
Sr. Charles Everarts de Velp, Secretário Geral do Comissariado belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.....	COMENDADOR	22- 9-58
Sr. Paul Van Hagendoren, Diretor das Seções Estrangeiras do Comissariado belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.....	COMENDADOR	22- 9-58
Marquês Marc de la Boessière Thiennes, Presidente do Comitê Executivo da Seção Internacional de Belas Artes do Comissariado belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas..	OFICIAL	22- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Barão François Vaxelaire, Presidente do Comitê de Recepções do Comissariado Geral do Govêrno belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas	OFICIAL	22- 9-58
Sr. Max Winders, Arquiteto Belga	OFICIAL	22- 9-58
Sr. Fernando Leónides Sabsay, Professor de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito na Universidade Nacional de Buenos Aires	OFICIAL	22- 9-58
Sr. André de Blonay, Secretário Geral da União Interpalarmentar	COMENDADOR	24- 9-58
Professor Giuseppe Codacci-Pisanelli, Presidente do Conselho Interparlamentar. Membro da Câmara dos Deputados da República Italiana	COMENDADOR	24- 9-58
Sr. Albert-Louis Ruttimann, Representante Geral "Swissair" no Brasil	OFICIAL	24- 9-58
Sr. Camilo J. Méndez, Gerente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira	CAVALEIRO	24- 9-58
Sr. Enzo Maximiniano Bóscolo, Gerente do Tráfego da Companhia "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A"	CAVALEIRO	24- 9-58
Sr. Dr. Maurício B. Helman, Diretor do Instituto de Zootecnia da Faculdade de Agronomia e Veterinária de Buenos Aires	OFICIAL	24- 9-58
Sr. Mário Luis Constantini, Presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira	OFICIAL	24- 9-58
Sr. Shuhei Fujikatsu, antigo Primeiro Secretário da Embaixada do Japão no Brasil	OFICIAL	24- 9-58

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Sr. Dr. Daniel Escalante y Ortega, Professor Catedrático de Direito Administrativo da Universidade do México...	OFICIAL	24- 9-58
Sr. José Muñoz Zapata, Subchefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores do México.....	COMENDADOR	24- 9-58
Sr Hans Claus Heirichi August Schuldt	CAVALEIRO	24- 9-58
Sr Paul Arbousse-Bastide, Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Rennes.....	OFICIAL	24- 5-58
Sr Darius Milhaud, compositor francês.	OFICIAL	24- 9-58
Sr Jean Boulle, jornalista francês.....	CAVALEIRO	24- 9-58
S. Ex Reverendíssimo Senhor Dom Pedro Massa, Bispo Titular do Hebron e Prelado do Rio Negro.....	COMENDADOR	25- 9-58
Sr Erich A. Huesch, antigo Segundo Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil.....	CAVALEIRO	14-10-58
Sr. Knut Bernstrom, Encarregado de Negócios interino, da Suécia no Brasil...	COMENDADOR	14-10-58
Senhorita Clara Cova.....	CAVALEIRO	21-10-58

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

O Brasil compareceu, durante o ano de 1958, às seguintes reuniões internacionais:

1. Conferência Internacional do Café
   Rio de Janeiro — janeiro
2. II Sessão da Comissão de Meteorologia Sinótica
   Nova Delhi — janeiro
3. Reunião para Negociações Tarifárias Brasileiras dentro do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)
   Genebra — fevereiro.
4. Conferência da *Civil Air Patrol*
   Havana — fevereiro
5. III Congresso da União Latina
   Roma — fevereiro
6. VIII Reunião de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e Estatística
   Havana — fevereiro.
7. IV Congresso Americano de Medicina do Trabalho
   Cidade do México — fevereiro.
8. Conferência sôbre Direito do Mar
   Genebra — fevereiro.
9. Reunião do Comitê Técnico Permanente dos Portos
   Washington — março.
10. Congresso Internacional de Cancerologia
    Milão — abril.
11. Seminário Internacional sôbre a Formação e Fluxo do Capital
    Nova York — abril

12. XXV Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)
Nova York — abril

13. XIII Sessão da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas
Genebra — abril

14. Reuniões da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias
Genebra — abril

15. 41ª Sessão da Repartição Internacional do Trabalho (Marítima)
Genebra — abril

16. X Sessão do Comitê Executivo da Organização Meteorológica Mundial
Genebra — abril

17. I Consulta sôbre o Acôrdo Aéreo entre o Brasil e a Itália
Roma — maio

18. III Reunião do Grupo de Estudo do Cacau da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Hamburgo — maio.

19. Conferência Internacional sôbre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras
Nova York — maio.

20. Congresso Mundial de Gastroenterologia
Washington — maio.

21. Reunião Francesa de Ginecologia
Annecy — maio

22. XI Assembléia Mundial de Saúde
Minneápolis — maio.

23. 139ª Sessão do Conselho de Administração da O.I.T.
Genebra — maio.

24. Festival Mundial do Filme
Bruxelas — maio.

25. Grupo de Trabalho para o Estudo e Resoluções atinentes à Política de Equilíbrio entre a Oferta e a Procura do Café
Washington.

26. Conferência Internacional sôbre Sentenças Comerciais
Nova York — junho.

27. Comitê de Peritos sôbre a Normalização Internacional de Estatísticas de Educação
Paris — junho.

28. XVII Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão
Londres — junho.

29. 42ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho
Genebra — junho.

30. Congresso Interamericano de Alimentação
Bal Harbour (Flórida) — junho

31. III Congresso Latino-Americano de Obstetrícia e Ginecologia
Cidade do México — junho

32. Reunião do Comitê Científico sôbre os efeitos das Irradiações Atômicas
Nova York — junho.

33. XXX Sessão do Comitê de produtos de Base da FAO
Roma — junho.

34. Iº Congresso Mundial da Família
Paris — junho.

35. X Congresso Internacional de Genética
Montreal — junho.

36. Congresso Mundial da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia
Montreal — junho.
37. Conferência Internacional de Investimentos
Belo Horizonte — junho.
38. Mesa Redonda do Instituto Internacional de Ciências Administrativas
Liège — junho.
39. I Conferência Mundial Católica de Saúde
Bruxelas — julho.
40. XXVI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
Genebra — julho.
41. Reunião do Conselho Internacional Contra o Câncer
Londres — julho.
42. II Congresso Nacional de Educação de Adultos
Rio de Janeiro — julho.
43. VII Sessão da Assembléia Geral do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado
Roma — julho.
44. XV Congresso Internacional de Zoologia
Londres — julho.
45. Congresso Mundial da Infância
Bruxelas — julho.
46. Reunião da União Interparlamentar
Rio de Janeiro — julho.
47. VII Congresso Internacional de Microbiologia
Estocolmo — agôsto.
48. VII Sessão do Comité Permanente da União para Proteção das Obras Literárias e Artísticas
Genebra — agôsto.
50. III Reunião do Conselho Diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História
México — agôsto.

51. Convênio de Tráfego Mútuo e Intercâmbio de Material rodante com a Bolívia
La Paz — setembro.
52. VI Congresso Internacional de Grandes Barragens
Nova York — setembro.
53. XIII Assembléia Plenária da Federação das Associações das Nações Unidas
Bruxelas — setembro.
54. II Conferência Internacional sôbre usos pacíficos da Energia Atômica
Genebra — setembro.
55. Seminário Sul-Americano de Crédito Agrícola
Recife — setembro.
56. V Reunião da União Pan-Americana de Associações de Engenheiros
Montreal — setembro.
57. VI Congresso Internacional de Medicina Tropical e Paludismo
Lisboa — setembro.
58. V Congresso Internacional sôbre Moléstia do Tórax
Tóquio — setembro.
59. II Congresso Latino-Americano de Anatomia Patológica
São Paulo — setembro.
60. XVIII Congresso Internacional de Oftalmologia
Bruxelas — setembro.
61. III Congresso Mundial de Cardiologia
Bruxelas — setembro.
62. Congresso do Instituto Internacional de Finanças Públicas
Bruxelas — setembro.
63. Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia
Londres — setembro.

64. XIII Assembléia Geral das Nações Unidas
Nova York — setembro.
65. XI Congresso de Avicultura
México — setembro.
66. XV Conferência Sanitária Pan-Americana e XXXV Reunião da Organização Mundial de Saúde
São João de Pôrto Rico — setembro.
67. XVI Congresso Internacional de História da Medicina
Montpellier — setembro.
68. II Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica
Viena — setembro.
69. Conferência das Nações Unidas sôbre o açúcar
Genebra — setembro.
70. Conferência Internacional de Meteorologia Agrícola
Varsóvia — setembro.
71. Reunião do Comitê Misto da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Fundo Internacional de Socorro à Infância (UNICEF).
Roma — setembro.
72. Reunião Regional dos Membros da Organização Meteorológica Mundial
Lima.
73. IV Congresso Latino-Americano de Anestesiologia e I Congresso Chileno de Anestesiologia
Santiago — outubro.
74. Seminário de Aperfeiçoamento do Magistério Primário
Montevidéu — outubro.
75. Conferência para Proteção da Propriedade Industrial
Lisboa — outubro.
76. I Congresso Internacional de Magistrados
Roma — outubro.

77. Conferência de Intercâmbio Interamericano de Pessoas.
São João de Pôrto Rico — outubro.

78. XIII Sessão das Partes Contratantes do GATT
Genebra — outubro.

79. III Congresso Internacional de Alergia
Paris — outubro.

80. II Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas para a Ásia e Extremo Oriente
Tóquio — outubro.

81. III Reunião Mundial da *International Road Federation*
Cidade do México — outubro.

82. XXIX Reunião do Congresso Pan-Americano de Homeopatia
Rio de Janeiro — outubro.

83. Seminário Regional de Merenda Escolar da FAO
Bogotá — outubro.

84. XXIX Sessão do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Roma — outubro.

85. Conferência Internacional do Trigo
Genebra — outubro.

86. Segunda Reunião dos Diretores de Serviços Nacionais de Relações Culturais
Paris — outubro.

87. IX Sessão do Conselho Deliberativo do Comitê Intergovernamental paar as Migrações Européias (CIME)
Genebra — novembro.

88. VI Congresso Interamericano de Radiologia
Lima — novembro.

89. Reunião do Conselho de Administração da OIT
Genebra — novembro.
90. VI Reunião da Comissão Florestal Latino-Americana
Antigua, Quatemala — novembro.
91. X Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)
Paris — novembro.
92. VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios
Rio de Janeiro — novembro.
93. II Reunião do Grupo de Trabalho de Bancos Centrais
Rio de Janeiro — novembro.
94. IX Conferência Internacional de Obras Sociais
Tóquio — novembro.
95. V Conferência Regional da FAO para a América Latina
São José da Costa Rica — novembro.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL

NO ANO DE 1958

Brasil-Diversos:

Convênio constitutivo da Organização Internacional do Café.
Assinado no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1958.

Brasil-Áustria:

Acôrdo substitutivo das disposições do Ajuste de Pagamentos e Comércio, de 4 de julho de 1956.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 27 de fevereiro de 1958.

Brasil-FAO

Ajuste entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil sôbre a Assistência Técnica a países sul-americanos na forma de um seminário sôbre crédito agrícola.
Assinado no Rio de Janeiro, a 28 de fevereiro de 1958.

Brasil-Equador:

Declaração sôbre Intercâmbio Cultural e Técnico.
Assinada em Quito, a 5 de março de 1958.
Convênio sôbre Cooperação Econômica e Técnica.
Assinado em Quito, a 5 de março de 1958.
Declaração de Quito.
Assinada em Quito, a 7 de março de 1958.

Brasil-Peru:

Acôrdo relativo à interpretação dos artigos IV e VI do Convênio cultural Brasileiro-Peruano, firmado a 28 de julho de 1945.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 25 de março de 1958.

Brasil-Bolívia:

Convênio Comercial.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio de Comércio Inter-regional.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio de Tráfico Fronteiriço.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio de Cooperação Econômica e Técnica.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio de Trânsito Livre.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio para o Estabelecimento de um Entreposto de Depósito Franco, em Belém.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio para o Estabelecimento de um Entreposto de Depósito Franco, em Pôrto Velho.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio para o Estabelecimento de um Entreposto de Depósito Franco, em Corumbá.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio para o Estabelecimento de um Entreposto de Depósito Franco, em Santos.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Convênio de Intercâmbio Cultural.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Protocolo Preliminar sôbre Navegação Fluvial.
Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais sôbre Demarcação de Limites.

Assinado em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais sôbre a Garantia de Créditos para a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra.

Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais sôbre as obras complementares da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais sôbre Tráfego mútuo e Intercâmbio de Material Rodante e de Tração.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais sôbre o Montante dos adiantamentos efetuados pelo Brasil para a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais sôbre a Pesquisa e a Lavra do Petróleo Boliviano e o abastecimento, em hidrocarbonetos, do Mercado brasileiro.

Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais Adicionais sôbre Estudos Técnicos para o abastecimento, em hidrocarbonetos, do mercado brasileiro.

Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais Adcionais sôbre Distribuição de Bolsas de Estudo.

Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais Adicionais sôbre as Comissões Mistas criadas pelo Convênio Comercial.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais Adicionais sôbre Operações em Cruzeiros e Pesos Bolivianos.

Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.
Notas Reversais Adicionais sôbre Financiamento aos Produtores bolivianos de Borracha pelo Banco de Crédito da Amazônia.

Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.

Notas Reversais Adicionais sôbre Facilidades para a Instalação de Entrepostos de Depósito Franco.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.

Notas Reversais Adicionais sôbre uma Zona Franca, em Manaus.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.

Notas Reversais Adicionais sôbre um Crédito de .... Cr$ 800.000.000,00, para a execução do Convênio de Cooperação Econômica e Técnica.

Notas Reversais Adicionais sôbre a Agência do «Banco do Brasil S.A.», em La Paz.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.

Notas Reversais Adicionais sôbre Comunicações Telegráficas.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.

Notas Reversais Adicionais sôbre a Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica.
Assinadas em La Paz, a 29 de março de 1958.

Brasil-Iugoslávia:

Ajuste de Pagamentos e de Comércio.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 1º de abril de 1958.

Brasil-França:

Compromisso de Arbitramento para a execução do Acôrdo de resgate Franco-Brasileiro, de 4 de maio de 1956.

Assinado no Rio de Janeiro, a 10 de abril de 1958.

Brasil-Colômbia:

Declaração de Bogotá.
Assinada em Bogotá, a 28 de maio de 1958.
Convênio sôbre Cooperação Econômica e Técnica.

Assinado em Bogotá, a 28 de maio de 1958.
Convênio sôbre Transportes Aéreos.
Assinado em Bogotá, a 28 de maio de 1958.
Convênio Cultural.
Assinado em Bogotá, a 28 de maio de 1958.

Brasil-Polônia:

Acôrdo prorrogando, pelo período de seis meses, a partir de 2 de julho de 1958, a vigência do Ajuste de Pagamentos de 1º de abril de 1954.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de junho de 1958.
Acôrdo prorrogando, pelo período de seis meses, a partir de 2 de julho de 1958, o regime estabelecido por troca de notas de 23 de novembro de 1954.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de julho de 1958.

Brasil-Japão:

Acôrdo prorrogando, pelo período de dois meses, a partir de 30 de junho de 1958, as disposições do Ajuste Administrativo de Comércio e do Ajuste Administrativo de Pagamentos, entre o Brasil e o Japão, a 12 de setembro de 1952.
Concluído no Rio de Janeiro, por trocas de notas, datadas de 30 de junho de 1958.

Brasil-Estados Unidos da América:

Emenda ao Acôrdo de Cooperação entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o dos Estados Unidos da América sôbre o uso pacífico da Energia Atômica.
Assinada em Washington, a 9 de julho de 1958.

Brasil-Alemanha:

Ajuste sôbre a Isenção de Impôsto de Renda às Emprêsas de Navegação Aérea.

Concluído no Rio de Janeiro, por trocas de notas, datadas de 18 de julho de 1958.

Brasil-Estados Unidos da América:

Declaração de Brasília.
Assinada em Brasília, a 6 de agôsto de 1958.

Brasil-Chile:

Acôrdo prorrogando, pelo período de seis meses, a partir de 9 de setembro, o Tratado de Comércio e Navegação, firmado entre o Brasil e o Chile, a 1º de março de 1943, bem como o Protocolo Adicional, de 4 de julho de 1947.
Concluído em Santiago, por trocas de notas, datadas de 29 de agôsto de 1958.

Brasil-Japão:

Acôrdo prorrogando, até 30 de setembro de 1958, a vigência do Ajuste Administrativo de Comércio e do Ajuste Administrativo de Pagamentos, entre o Brasil e o Japão, celebrado a 12 de setembro de 1952.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de agôsto de 1958.

Brasil-Argentina:

Ajuste sôbre Intercâmbio de Frutas.
Concluído em Buenos Aires, por troca de notas, datadas de 1º de setembro de 1958.
Ajuste sôbre Transporte de Frutas.
Concluído em Buenos Aires, por troca de notas, datadas de 1º de setembro de 1958.
Ajuste de Pagamentos.
Concluído em Buenos Aires, por troca de notas, datadas de 1º de setembro de 1958.
Acôrdo prorrogando o prazo de validade do Tratado de Comércio e Navegação, de 1940.

Concluído em Buenos Aires, por troca de notas, datadas de 1º de setembro de 1958.

Disposições Complementares ao Ajuste de Pagamentos de 1º de setembro de 1958.

Assinado em Buenos Aires, por troca de notas, datadas de 1º de setembro de 1958.

Brasil-Itália:

Convênio para a constituição de um Centro de Estudos sôbre a Agricultura brasileira.

Assinado no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958.

Acôrdo sôbre Serviço Militar.

Assinado no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958.

Acôrdo Cultural.

Assinado no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958.

Acôrdo de Cooperação para o Emprêgo Pacífico de Energia Atômica.

Assinado no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958.

Acôrdo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 6 de setembro de 1958.

Declaração de São Paulo.

Assinada em São Paulo, a 10 de setembro de 1958.

Brasil-Chile:

Ajuste de Pagamentos.

Concluído em Santiago, por troca de notas, datadas de 10 de setembro de 1958.

Disposições complementares ao Ajuste de Pagamentos.

Concluídas em Santiago, por troca de notas, datadas de 10 de setembro de 1958.

Acôrdo para o estabelecimento de um Grupo Misto de Cooperação Industrial.

Concluído em Santiago, por troca de notas, datadas de 10 de setembro de 1958.

Ata Final das negociações econômicas.

Assinada em Santiago, a 10 de setembro de 1958.

Brasil-Paraguai:

Convênio de Turismo e Livre Trânsito de passageiros. Assinado no Rio de Janeiro, a 12 de setembro de 1958.

Brasil-Argentina:

Acôrdo para o estabelecimento de um Grupo Misto de Cooperação Industrial.

Concluído em Buenos Aires, por troca de notas, datadas de 19 de setembro de 1958.

Acôrdo relativo a uma Comissão Mista Especial, destinada a estudar as fórmulas práticas de aplicação do disposto no item 10 do Ajuste de Comércio, de 23 de março de 1953.

Concluído em Buenos Aires, por troca de notas, datadas de 19 de setembro de 1958.

Ata Final das negociações econômicas.

Assinada em Buenos Aires, a 19 de setembro de 1958.

Brasil-Japão

Acôrdo prorrogando, até 15 de outubro de 1958, os Ajustes administrativos de Comércio e de Pagamentos, celebrados entre o Brasil e o Japão, em 12 de setembro de 1952.

Concluído no Rio de Janeiro, por trocas de notas, datadas de 30 de setembro de 1958.

Brasil-Venezuela

Acôrdo prorrogando, pelo período de um ano, a partir de 2 de outubro de 1958, o *Modus Vivendi*, de 11 de

junho de 1940, que rege as relações comerciais entre o Brasil e a Venezuela.

Concluído em Caracas, por troca de notas, datadas de 6 de outubro de 1958.

Brasil-Diversos

Declaração Conjunta sôbre Preferência Regional Inter-latino-Americana.
Assinada no Rio de Janeiro, a 31 de outubro de 1958.

Brasil-Japão

Ajuste de Comércio e de Pagamentos
Concluído, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 16 de outubro de 1958.
Disposições Complementares ao Ajuste de Comércio e de Pagamentos, de 16 de outubro de 1958.
Firmadas no Rio de Janeiro, por trocas de notas, a 16 de outubro de 1958.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS PELO BRASIL EM 1958

Brasil-Paraguai:

Convênio de cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondaí.

Firmado no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1956. Promulgado pelo Decreto n. 42.919, de 30 de dezembro de 1957.

Publicado no Diário Oficial de 7 de janeiro de 1958.

Convênio para o estabelecimento, em Paranaguá, de um Entreposto de Depósito Franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

Convênio para o estabelecimento, em Concepcion, de um Entreposto de Depósito Franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil.

Firmados no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1956. Promulgados pelo Decreto n. 42.920, de 30 de dezembro de 1957.

Publicados no Diário Oficial de 7 de janeiro de 1958.

Brasil-Diversos:

Acôrdo Internacional do Trigo, de 1956.
Assinado pelo Brasil, em Washington, a 17 de maio de 1956.
Promulgado pelo Decreto n. 43.501, de 7 de abril de 1958.

Publicado no Diário Oficial de 11 de abril de 1958.

Brasil-Alemanha:

Acôrdo sôbre a restauração dos Direitos de Propriedade

Industrial e de Direitos Autorais atingidos pela II Guerra Mundial.
Firmado no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1953.
Promulgado pelo Decreto n. 43.956, de 3 de julho de 1958.
Publicado no Diário Oficial de 3 de julho de 1958.

ATOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL EM 1958

Brasil-Diversos:

Tratado que restabelece uma Áustria independente e democrática.

Assinado em Viena, a 15 de maio de 1955.

Ratificado por Carta de 8 de julho de 1958.

Depositado o instrumento de ratificação junto ao Govêrno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 15 de setembro de 1958.

Convenção para a repressão ao Tráfico de pessoas e do Lenocínio.

Concluída em Lake Success, N. Y., a 21 de março de 1950.

Ratificada por Carta de 4 de julho de 1958.

Depositado o instrumento de ratificação na sede das Nações Unidas, a 12 de setembro de 1958.

Concluída em Genebra, a 1º de julho de 1949 (XXXII Sessão da OIT).

Ratificada por Carta de 29 de abril de 1958.

Depositado o instrumento de ratificação junto à Repartição Internacional do Trabalho, a 8 de julho de 1958.

Convenção e Protocolo para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado.

Concluída na Haia, a 14 de maio de 1954, por ocasião da Conferência Internacional, convocada pela UNESCO, de 21 de abril a 12 de maio de 1954.

Ratificada por Carta de 20 de junho de 1958.

Depositado o instrumento de ratificação nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a 13 de setembro de 1958.

DECRETOS EXECUTIVOS SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS EM 1958

Decreto n. 43.053, de 16 de janeiro de 1958 que torna pública a ratificação por parte do Govêrno do Paquistão, da Convenção sôbre prevenção e repressão ao crime do genocídio.

Decreto n. 43.317, de 10 de março de 1958, que torna pública a denúncia, por parte do Brasil, do Tratado de Comércio, firmado com o Govêrno norte-americano, a 2 de fevereiro de 1935, em Washington.

Decreto n. 43.318, de 10 de março de 1958, que torna pública a denúncia por parte do Brasil, do Tratado de comércio e navegação, firmado com o Govêrno argentino, a 23 de janeiro de 1940, em Buenos Aires.

Decreto n. 43.423, de 26 de março de 1958, que torna pública a denúncia, por parte do Brasil e de outros países, da parte II da Convenção interamericana sôbre radiocomunicações, assinada em Havana, a 13 de dezembro de 1937.

Decreto n. 43.469, de 27 de março de 1958, que dá nova redação ao Decreto n. 43.317, de 10 de março de 1958, que torna pública a denúncia, por parte do Brasil, do Tratado de Comércio, firmado com o Govêrno norte-americano, a 2 de fevereiro de 1935, em Washington.

Decreto n. 43.683, de 7 de maio de 1958, que torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Govêrno do Haiti, da Convenção interamericana sôbre a concessão de direitos políticos à mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948, durante a IX Conferência Internacional Americana.

DECRETOS LEGISLATIVOS DE 1958, RELATIVOS A ATOS INTERNACIONAIS

Brasil-Diversos:

Tratado que restabelece a Áustria como Estado independente e democrático.
Decreto Legislativo n. 2, de 6 de maio de 1958.
Publicado no Diário Oficial de 7 de maio de 1958.
Convenção para Repressão ao Tráfico de Pessoas e do Lenocínio.
Decreto Legislativo n. 6, de 11 de junho de 1958.
Publicado no Diário Oficial, de 12 de junho de 1958.
Protocolos relativos a emendas à *Convenção sôbre Aviação Civil Internacional*
Decreto Legislativo n. 7, de 24 de junho de 1958.
Publicado no Diário Oficial de 19 de agôsto de 1958.

Brasil-Uruguai:

Convênio Cultural.
Decreto Legislativo n. 8, de 7 de novembro de 1958.
Publicado no Diário Oficial de 8 de novembro de 1958.

Brasil-Diversos:

Convenção sôbre a prestação de alimentos no estrangeiro.
Decreto Legislativo n. 10, de 13 de novembro de 1958.
Publicado no Diário Oficial de 14 de novembro de 1958.

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS DE 1958, SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS

Brasil-Itália

Exposição de Motivos DE/DAI/7/551.3(96), de 6 de fevereiro de 1958.

Acôrdo para isentar da bitributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea.

Brasil-Irã:

Exposição de Motivos DCI/DAI/8/542.6(57), de 6 de fevereiro de 1958.
Convênio Cultural.

Brasil-Estados Unidos da América:

Exposição de Motivos DE/DPo/DAI/26/524.26, de 11 de março de 1958.

Programa conjunto de cooperação para o reconhecimento e investigação das reservas de urânio do Brasil.

Brasil-Diversos:

Exposição de Motivos DE/DAI/DEC/SG/G/365/61.388(00), de 20 de março de 1958.
Convênio Constitutivo da Organização Internacional do Café.

Exposição de Motivos DAI/61/650.4(04), de 23 de maio de 1958.

Convenção relativa à simplificação da inspeção dos emigrantes a bordo dos navios. (Nº 21)

Exposição de Motivos DAI/62/650.4(04), de 23 de maio de 1958.

Convenção relativa ao contrato de engajamento de marinheiros. (Nº 22).
Exposição de Motivos DAI/63/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção relativa ao trabalho noturno de menores na indústria (revista em 1948). (Nº 90)
Exposição de Motivos DAI/64/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção relativa às cláusulas de trabalho nos contratos de que participem autoridades públicas. (Nº 94)
Exposição de Motivos DAI/65/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção relativa aos trabalhadores migrantes (revista em 1949) (Nº 97)
Exposição de Motivos DAI/66/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção relativa à abolição das sanções penais por inadimplemento do contrato de trabalho por parte dos trabalhadores indígenas. (Nº 104)
Exposição de Motivos DAI/67/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção sôbre a abolição do trabalho forçado. (Nº 105).
Exposição de Motivos DAI/68/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção relativa ao repouso semanal no comércio e nos escritórios. (Nº 106)
Exposição de Motivos DAI/69/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção relativa à proteção e à integração das populações aborígenes e outras populações tribais e semitribais nos países independentes. (Nº 107)
Exposição de Motivos DAI/70/650.4(04), de 23 de maio de 1958.
Convenção relativa às férias remuneradas dos marítimos — revista em 1949 (Nº 91).

Exposição de Motivos DAI/70/650.4(04), de 23 de maio de 1958.

Convenção relativa aos salários, à duração do trabalho a bordo e efetivos — revista em 1949 (Nº 93).
Exposição de Motivos DAI/70/650.4(04), de 23 de maio de 1958.

Convenção relativa à proteção da maternidade — revista em 1952 — (Nº 103).

Brasil-Colômbia:

Exposição de Motivos nº 105/542.6(31), de 18 de julho de 1958.

Acôrdo Cultural.

Exposição de Motivos DE/DAI/108/588.(33), de 22 de julho de 1958.
Acôrdo Aéreo.

Brasil-Itália:

Exposição de Motivos DPo/DAI/130/522.2(96), de 25 de setembro de 1958.

Acôrdo sôbre Serviço Militar

Brasil-Paraguai:

Exposição de Motivos DCP/DPp/DAI/137/540.60(43), de 18 de outubro de 1958.
Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros.

Brasil-Bolívia:

Exposição de Motivos DCl/78/542.6(31), de 10 de junho de 1958.

Convênio de intercâmbio cultural.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/84/890.(42) (31), de 17 de junho de 1958.
Convênio sôbre o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em Pôrto Velho.

Exposição de Motivos G/DEC/Dcal/84/890.4(2)(31), de 17 de junho de 1958.
Convênio de Cooperação econômica e técnica.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/85/864.(42)(31) de 17 de junho de 1958.
Convênio sôbre o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em Santos
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/86/890.(42)(31), de 17 de junho de 1958.
Convênio de comércio inter-regional.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/87/864.(42)(31), de 17 de junho de 1958.
Convênio sôbre o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em Corumbá.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/88/890.(42)(31), de 17 de junho de 1958.
Convênio Comercial.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/89/864.(42)(31), de 17 de junho de 1958.
Convênio sôbre o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em Belém.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/90/890.(42)(31), de 17 de junho de 1958.
Convênio de tráfico fronteiriço.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/91/890.(42)(31), de 17 de junho de 1958.
Convênio de trânsito livre.
Exposição de Motivos G/DEC/DCal/92/581.(31), de 17 de junho de 1958.
Protocolo preliminar sôbre a navegação permanente dos rios bolivianos e brasileiros do sistema fluvial do Amazonas.

FRONTEIRAS

Ativos, extensos e profícuos resultaram os trabalhos cometidos durante o ano de 1958 pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 1ª e 2ª Divisões, dados resumidamente a seguir.

Primeira Divisão:

BRASIL-VENEZUELA

Duas foram as campanhas demarcatórias empreendidas, em 1958, na fronteira com a Venezuela, em cumprimento do programa aprovado na 36ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, realizada, em Caracas, em fins de 1957.

A primeira, ao longo da Cordilheira de Paracaima — por sôbre as cumiadas da Serra de Ueiassipu, ou do Sol, e nos declives do Monte Roraima, em demanda do ponto de trijunção dos limites do Brasil, da Venezuela e da Guiana Britânica, — teve início já nos primeiros dias do mês de janeiro e durou até ao comêço do segundo trimestre. Do ponto de partida, no sítio em que se ergue o marco, anteriormente plantado, de designação BV-3, até galgar os cimos do Roraima, a expedição procedeu às operações de exploração e reconhecimento, verificando o exato curso da linha divisória e balizando-a mediante a colocação de novos marcos internacionais definidores, em número suficiente e segundo as modalidades de construção fixadas no Acôrdo firmado em Caracas a 5 de outubro de 1949.

A segunda, na Cordilheira Parima — visando ao reconhecimento, exploração e caracterização de uma linha de limites de mais de 180 quilômetros, das nascentes do rio Catrimane às do rio Taraú, — constituiu a maior expedição, em

elementos pessoais e materiais, organizada nos últimos tempos pela Comissão. Dadas as excepcionais dificuldades e perigos oferecidos pela região dos trabalhos, o deslocamento da turma fêz-se em escalões sucessivos, devendo, ao que tudo indica, demorar até meados de 1959 as operações técnicas e os encargos da campanha.

BRASIL-COLÔMBIA

Não obstante estar pràticamente terminada, com os trabalhos realizados, em 1957, na linha Apapóris-Tabatinga, a demarcação da fronteira Brasil-Colômbia, um trecho da mesma — o que medeia entre as cabeceiras dos rios Memachi e Macacuni — ficara privado de levantamento topográfico e da caracterização, por motivo das dificuldades oferecidas ao respectivo acesso. Para corrigir êsse hiato, convieram os Ministros das Relações Exteriores dos dois países, por troca de Notas, efetuada em Bogotá, a 29 de maio de 1958, em promover o encontro, pròximamente, dos Chefes das respectivas Comissões Demarcadoras, que deverão programar a realização do levantamento aerofotogramétrico no dito segmento, a ser balizado em conseqüência.

BRASIL-GUIANA FRANCESA

De conformidade com o que ficara estabelecido na 2ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa de Demarcação, realizada em Paris, em maio de 1956, procedeu-se à permuta de elementos de cálculos, resultantes de trabalhos no terreno, efetuados, separadamente, pelos componentes das Comissões Brasileira e Francesa, integrantes daquela. Êsses e outros labores e providências técnicas de escritório constituíram a necessária preparação para o prosseguimento da tarefa em comum das duas citadas Comissões, a partir do ano vindouro.

Segunda Divisão:

BRASIL-PARAGUAI

De 17 de maio a 3 de junho, realizou-se, em Assunção, a 24ª Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, na qual foram aprovados os trabalhos topográficos, geodésicos e de desenhos cartográficos, executados em 1957, e que levaram a caracterização da fronteira na Serra de Maracaju até uma distância aproximada de 20 kms. do Salto das Sete Quedas, onde, em frente à 5ª e mais importante das quedas, finaliza a linha sêca de nossa fronteira com aquêle país. Em seguida, nos 20 kms. que faltam para se completar a demarcação da referida linha, processou-se o levantamento aerofotogramétrico de uma área de cêrca de 200 kms.2, cujos trabalhos de campo, iniciados no ano anterior, ultimaram-se em 1958, na margem esquerda do Rio Paraná. A restituição estereofotogramétrica acha-se em fase final, dependendo dos elementos topográficos determinados nos trabalhos de campo.

Cumprindo à risca o programa estabelecido na 24ª Conferência, a campanha demarcatória, que teve início a 9 de julho e terminou em 23 de outubro, levou a efeito: a determinação das coordenadas geográficas do pilar astronômico situado na margem direita do rio Paraná, em frente ao canal da 5ª queda do Salto das Sete Quedas; determinação de 4 pontos de apôio planimétrico e altimétrico para o levantamento aerofotogramétrico, na região de Guaíra, na margem esquerda do rio Paraná, com a medição de 20 kms. de poligonal; construção de 71 marcos de concreto que passam a caracterizar, definitivamente, cêrca de 32 kms. da linha de fronteira, no trecho compreendido entre as nascentes dos arroios Jacareí e Vito-y-Cue. Além disso, e preliminarmente, tiveram de executar-se as seguintes e necessárias providências: consêrto de numerosos trechos das estradas de Amambaí e Tacuru e de Tacuru a Jacareí, consêrto de vários pontilhões e construção de uma ponte de 15 metros no Yahapé; limpeza

e conservação de 54 kms. do picadão, com 6 metros de largura, que vai do Jacareí às barrancas do rio Paraná.

BRASIL-BOLÍVIA

Em La Paz, a 29 de março de 1958, entre os 31 instrumentos internacionais assinados pelos Chanceleres José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Peláez — e que constituíram grande e complexa negociação global, tratada por uma Missão Especial, — figurou uma troca de Notas relativa a assuntos de limites, citadamente: I) demarcação do trecho do marco do Morro dos Quatro Irmãos até a nascente do rio Verde reconhecida em 1909 pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana: II) densificação do setor compreendido entre o marco localizado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da Baía Negra e o marco do Taquaral, situado sôbre o paralelo de 19º 02' Sul, dispondo-se a anulação do marco intermediário, denominado Jacadigo, que, em 1909, fôra colocado fora de seu verdadeiro lugar; III) aprovação da demarcação realizada na campanha de 1951 pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana no setor Cerrinho de São Matias-Corixa do Destacamento; IV) concordância em considerar-se, em outra oportunidade, a questão referente ao *status quo* da Ilha de Guajará-mirim.

De 7 a 9 de julho, reuniu-se, nesta Capital, a 14ª Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil-Bolívia, na qual foram aprovados diversos trabalhos: *a*) desenho de cinco fôlhas cartográficas que, com pequena interrupção de uma fôlha no setor São Matias, define, com o de outras fôlhas já aprovadas, a linha de fronteira do marco dos Quatro Irmãos à lagoa Orion, na Corixa Grande, numa extensão de mais de 320 kms., em desenho definitivo; *b*) coordenadas geográficas de doze marcos secundários construídos na geodésica Quatro Irmãos-Boa Vista; *c*) inauguração de um marco principal que assinala a mudança de direção da fronteira ao sul da lagoa Gaíba, e de mais sete marcos secundários construídos sôbre a geodésica Marco do Caragua-

tal-Marco do Bonfim, bem como os valores das coordenadas geográficas dêstes marcos; *d*) reconstrução e os novos valores das coordenadas geográficas de sete marcos principais que, do sul da lagoa Mandioré, se estendem até a embocadura do arroio Conceição.

A campanha demarcatória, que deu cumprimento do programa estabelecido na 14ª Conferência, durou de 8 de agôsto até 10 de novembro, quando, pelo sobrevir das chuvas, tornou-se necessária a suspensão dos trabalhos de campo, dada a impraticabilidade do trânsito na mata existente em tôda a região das operações. Conseguiram-se, contudo, os resultados seguintes: *a*) construção de um marco principal na margem esquerda da Corixa Grande, com a finalidade de melhor definir a linha de fronteira que do marco do Cerrinho dos Limites vai ter à dita Corixa, seguido uma reta de cêrca de 11 kms.; *b*) determinação astronômica das coordenadas geográficas dêsse marco; *c*) construção e determinação das coordenadas geográficas do marco situado ao norte da lagoa Gaíba que, com as do marco anterior, vem permitir o desenho definitivo das fôlhas cartográficas, onde se representará a linha de fronteira desde a lagoa Orion até o sul da lagoa Mandioré, numa extensão aproximada de 203 kms., sem solução de continuidade; *d*) alinhamento e caracterização de 37,5 kms. da geodésica Mandioré-Cáceres, com a construção de 11 marcos secundários; *e*) determinação do azimute de 1ª ordem no extremo norte da geodésica, para sua mais perfeita caracterização; *f*) abertura de 60 kms. de picadas caminhonáveis na mata virgem e feitos 50 kms. de poligonais de precisão, além das operações técnicas complementares destinadas ao alinhamento na geodésica Mandioré-Cáceres.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

ORGANISMOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS E ASSUNTOS ESPECÍFICOS

I — NAÇÕES UNIDAS — CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (ECOSOC)

1. *Assembléia Geral*

Tanto na XXV e XXVI Sessões do ECOSOC, realizadas em abril, em Nova York, e em julho, em Genebra, respectivamente, como na XIII Assembléia Geral, a Delegação brasileira, no que se refere aos temas econômicos, procurou sempre salientar os reflexos da atual situação econômica mundial sôbre a economia dos países subdesenvolvidos, dando especial ênfase às conseqüências danosas das oscilações de preços dos produtos primários sôbre a economia dos países que os produzem; à deterioração secular da relação dos preços dos produtos primários frente aos industrializados; aos efeitos da retração da procura internacional dos produtos de base, por fôrça da recessão norte-americana e pelo esmorecimento das atividades produtoras dos demais países industrializados; à deficiência do sistema internacional de financiamento público face aos planos de incremento da renda per-capita dos países subdesenvolvidos e elevação do padrão de vida de suas populações.

Demonstrando a insuficiência de recursos com que contam essas mesmas nações, insistiu o Brasil na necessidade de uma cooperação internacional mais ativa, capaz de dar amparo adequado aos países subdesenvolvidos.

2. *Fundo Especial das Nações Unidas*

Na XXVI Sessão do ECOSOC foi adotada resolução que recomenda à Assembléia Geral a criação do Fundo Especial das Nações Unidas, a ser custeado por contribuições voluntárias dos membros daquela organização internacional. Por Resolução de 29 de setembro de 1958, da Assembléia Geral, foi criado o referido Fundo, que se servirá, na primeira fase de suas atividades, do mecanismo de assistência técnica da ONU, sem contudo, com ela se confundir. Na medida em que crescerem os seus recursos, evoluirá na direção da assistência financeira ao desenvolvimento econômico, cujos encargos assumirá plenamente quando a Assembléia Geral julgar oportuno.

A despeito da escassez dos recursos com que contará inicialmente o Fundo, o Govêrno brasileiro apoiou a sua criação, uma vez que a mesma representava o reconhecimento concreto, pelos países industrializados, da necessidade de um novo organismo internacional de financiamento a programas de desenvolvimento econômico, idéia pela qual o Brasil se tem batido há longos anos.

3. ECOSOC

Também na XXVI Sessão do ECOSOC, foi reconstituída a Comissão de Produtos de Base daquele Conselho, e reformados os seus estatutos. Embora a reforma haja debilitado as atribuições da Comissão, conseguiu-se, por êsse meio, o ingresso dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, que, com seu alheamento, vinham tornando pràticamente inócuas as recomendações e medidas por ela adotadas.

a) Reserva Mundial de Alimentos — Ainda por ocasião da XXVI Sessão do ECOSOC, foi aprovada, com

apoio do Brasil, Resolução que deu desfêcho à questão da criação de uma Reserva Mundial de Alimentos, a qual vinha sendo estudada há vários anos pela ONU e por sua Agência Especializada competente, a FAO. Com base nos estudos efetuados pela FAO, concluiu-se pela impraticabilidade, no estágio atual, da formação de uma reserva mundial, surgindo como solução prática a instituição de reservas nacionais pelos países interessados, com as quais enfrentarão situações de emergência criadas pela carência de gêneros alimentícios.

b) Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) — i) I Reunião do Grupo de Trabalho sôbre a formação do Mercado Regional Latino-Americano — De 3 a 11 de fevereiro de 1958, realizou-se, sob os auspícios da CEPAL, em Santiago, a I Reunião do Grupo de Trabalho sôbre a formação do Mercado Regional Latino-Americano, de conformidade com a Resolução 3 (I), aprovada em 28 de novembro de 1956 pelo Comitê de Comércio e ratificada pela Resolução 116 (VII) do VII Período de Sessões, em La Paz. Participaram da Reunião, a título individual, 7 (sete) técnicos latino-americanos, de cujos estudos resultou um relatório no qual se enunciam e comentam as 12 (doze) seguintes bases para a formação de um Mercado Regional Latino-Americano:

I — Generalidade do Mercado Regional quanto a países.

II — Amplitude do Mercado Regional quanto a produtos.

III — Tratamento especial para os países menos desenvolvidos.

IV — Unificação de tarifas aduaneiras em relação aos demais países.

V — Especialização de indústrias e outras atividades como resultado do livre jôgo das fôrças econômicas dentro das condições gerais do acôrdo.

VI — Regime especial de pagamentos multilaterais que tenda ao máximo de reciprocidade do intercâmbio entre os países componentes do Mercado Regional, sem prejuízo para

a eventual participação da América Latina no estabelecimento de uma multilateralidade mais geral.

VII — Faculdade de imporem os países aderentes restrições temporárias às importações, segundo normas estabelecidas no acôrdo e sem prejuízo das medidas fundamentais necessárias de política monetária, fiscal e econômica.

VIII — Proteção da agricultura através de restrições à importação de produtos agrícolas.

IX — Estabelecimento de regras de concorrência, a fim de que as exportações de um país aderente não prejudiquem os demais mediante práticas de competição desleal.

X — Regime adequado de créditos e assistência técnica, tanto para estimular as exportações intra-regionais, como para auxiliar a implantação e o desenvolvimento das indústrias correspondentes.

XI — Criação de um órgão consultivo formado pelos Governos aderentes e estabelecimento de um regime de arbitramento.

XII — Participação da atividade econômica privada, de âmbito nacional e internacional.

ii) VI Período de Sessões do Comitê Plenário da CEPAL — De 7 a 8 de abril, reuniu-se em Santiago o VI Período de Sessões do Comitê Plenário, que, entre outros assuntos, tratou do problema da coordenação entre a CEPAL e o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), dos programas de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Econômico e, principalmente, do comércio inter-latino-americano.

Dentre as Resoluções aprovadas na Reunião em aprêço, merece destaque a de nº 145 (AC.40), que, tendo em vista a Resolução XL da Conferência Econômica de Buenos Aires, da Organização dos Estados Americanos (OEA), recomendou à Secretaria Executiva da Comissão que continuasse dando o maior impulso e máxima prioridade aos trabalhos relativos ao Mercado Regional Latino-Americano.

iii) Reunião de Consulta sôbre Política Comercial — De 26 de agôsto a 1º de setembro, foi efetuada, na sede da CEPAL, em Santiago, uma Reunião de Consulta, de alto nível técnico, sôbre Política Comercial, na qual estiveram presentes, com o caráter apenas de consultores da Secretaria da Comissão, e não com o de representantes dos respectivos Governos, peritos da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai.

Teve por objeto a Reunião o exame das causas gerais e particulares da diminuição do comércio mantido entre aquêles quatro países através de contas de compensação o qual caiu, no tocante às exportações, de 425 milhões de dólares, em 1955, a 320 milhões, em 1957. Estudaram-se, na ocasião, as bases de uma política conjunta de liberalização do comércio e os meios de pô-la em prática. Assim é que foi examinada a possibilidade de estabelecer, o mais breve possível, um sistema de preferência aduaneira inter-latino-americana, como reforço às medidas de liberalização. Considerou-se, por outro lado, a implementação de um sistema de compensação de saldos e de uma eventual união de pagamentos, problemas que ficaram de ser examinados durante a II Reunião do Grupo de Trabalho de Bancos Centrais, realizada no Rio de Janeiro de 24 de novembro a 4 de dezembro.

iv) *Reunião Extraordinária do Comitê Plenário* — Em 1º de outubro, inaugurou-se, em Nova York, na sede das Nações Unidas, uma Reunião Extraordinária do Comitê Plenário da CEPAL, da qual resultou a decisão de financiar a construção do projetado edifício das Nações Unidas, em Santiago, com recursos do próprio orçamento da ONU.

c) *Comissão Econômica para a África* — Na XXV Sessão do ECOSOC ficou instituída a Comissão Econômica para a África, cujo estabelecimento havia sido recomendado na XII Assembléia Geral. O Brasil teve participação ativa na luta pela criação dessa Comissão, que, a exemplo do que vêm fazendo as Comissões Econômicas Regionais da ONU para

os demais Continentes, promoverá as bases para a ativação do desenvolvimento econômico dos países e territórios africanos e o progresso social de suas populações. Por êsse meio serão beneficiados, diretamente, os territórios africanos e, indiretamente, todos os produtores de matérias primas, em outras regiões do mundo, para os quais a criação da Comissão Econômica para a África significa a esperança de ser anulada ou substancialmente mitigada a concorrência desleal que se vem mantendo graças ao baixo custo de mão-de-obra resultante das condições sociais que até agora têm prevalecido naquele Continente.

4. *Agências Especializadas*

a) *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)* — O Govêrno brasileiro fêz-se representar nas principais reuniões promovidas pela FAO, notadamente a XXX Sessão do Comitê de Produtos de Base, e a XXIX Sessão do Conselho, além das sessões de grupos especializados para estudos sôbre produtos específicos.

De 12 a 22 de novembro realizou-se em São José, Costa Rica, a V Conferência Regional para a América Latina. Na ocasião foram delineados os métodos de trabalho e os planos de ação da FAO para o próximo biênio, na região, dos quais resultará maior eficácia da assistência que aquela Agência Especializada das Nações Unidas presta aos países-membros.

Reuniu-se em Roma, de 29 de setembro a 2 de outubro, o Comitê Misto FAO — Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI); e também sob o patrocínio conjunto FAO-FISI realizou-se em Bogotá, Colômbia, de 27 de outubro a 8 de novembro, um Seminário Regional de Merenda Escolar. Em ambos os conclaves fêz-se representar o Brasil, tendo seus Delegados participado ativamente dos debates e contribuído para a formulação de diretrizes que passarão a nor-

tear a ação da FAO e do FISI em sua obra de elevação dos padrões de nutrição.

De 1º a 19 de setembro, foi promovido no Recife, um Seminário Sul-Americano de Crédito Agrícola, sob o patrocínio conjunto da FAO e do Govêrno brasileiro. Fizeram-se representar quase todos os países do Continente, tendo sido estudadas e aprovadas medidas e propostas no sentido de melhorar as condições e as modalidades de crédito à agricultura na América do Sul.

A Comissão Nacional da FAO, que havia iniciado suas atividades em 1957, continuou em seu trabalho de promover melhor coordenação entre o Govêrno brasileiro e a Organização.

II — ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (O. E. A.)

1. *Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)*

O Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), da Organização dos Estados Americanos (OEA), cumpriu satisfatòriamente o programa traçado para o exercício fiscal de 1957-58, tendo desenvolvido amplas atividades no campo econômico, no social e no da cooperação técnica.

Em cumprimento da Resolução XVIII, da Conferência Econômica de Buenos Aires (1957), a Secretaria do CIES elaborou importante estudo sob a denominação de «Financing of Economic Development in Latin America», no qual se preconiza a criação de uma instituição financeira interamericana, com o capital de dois e meio a três bilhões de dólares, para serem empregados em dez anos.

No que diz respeito aos problemas ligados à estabilização dos preços e da procura de bens primários, entrou em funcionamento, em atenção à XXXIII Resolução da citada Conferência Econômica da OEA, a Comissão de Produtos Básicos, que se dedica à tarefa de rever periòdicamente a

situação dos mercados de quatorze produtos básicos, de importância fundamental para as economias latino-americanas.

Por solicitação da Delegação do Brasil junto ao CIES, realizou a Secretaria do Conselho meticuloso estudo sôbre as perspectivas de receita de divisas, no ano de 1958, dos países latino-americanos, à luz dos acontecimentos recentes nos mercados de produtos de base e dos possíveis efeitos de flutuações acentuadas da receita em aprêço no ritmo do desenvolvimento econômico da América Latina.

Continuou sendo objeto de estudos, no CIES, de acôrdo com a Resolução II da Conferência Econômica de Buenos Aires, o Projeto de Convênio Econômico Interamericano, que, elaborado pela Secretaria do referido Conselho, não logrou aprovação na citada Conferência, em vista de sérias divergências entre as diversas Delegações quanto a determinados temas básicos, como, por exemplo, financiamento do desenvolvimento econômico, inversões de capitais privados, produtos de base e colocação de excedentes dêsses produtos.

Baseado numa série de conceitos formulados durante as diversas Conferências e Reuniões interamericanas, e especialmente, na Carta Econômica das Américas (Resolução LI da Conferência Interamericana sôbre Problemas da Guerra e da Paz — México, 1945) e no Convênio Econômico de Bogotá (IX Conferência Interamericana, 1948), tinha por finalidade o Projeto a instituição de um corpo de princípios que regulassem as relações econômicas entre os Estados Americanos.

Ante as dificuldades encontradas para a aprovação de tal Projeto, a Delegação do Brasil apresentou, em agôsto de 1957, à Conferência de Buenos Aires, a título de conciliação, novo Projeto de Convênio, que, embora não aprovado, demonstrou reunir condições de aceitabilidade e despertou inequívocas manifestações de apoio por parte de várias Delegações de pêso, as quais reconheceram conter o nosso Projeto fórmulas de louvável espírito harmonizador para os temas

mais sensíveis, como, entre outros, relações de troca, excedentes agro-pecuários, produtos de base e investimentos.

A fim de reexaminar, na multiplicidade dos seus aspectos, o problema em foco, foi constituída, no Conselho da OEA, uma Comissão Especial, cujos trabalhos estão em curso.

Em colaboração com a CEPAL, continuou a Secretaria do CIES a examinar, de acôrdo com a Resolução 44-54, de sua IV Sessão Extraordinária, o problema da expansão do comércio inter-latino-americano, com vistas ao estabelecimento gradual e progressivo, em forma multilateral e competitiva, de um mercado regional latino-americano. Continuou, por outro lado, a examinar os acontecimentos ligados ao possível impacto da criação do Mercado Comum Europeu sôbre as economias latino-americanas.

Considerando a necessidade urgente de uma reorganização do Conselho, tornando-o, de uma vez para sempre, órgão capaz de cumprir, com eficiência e rapidez, os encargos que lhe foram confiados em vários artigos da carta da OEA, foi preparado por um Grupo de Trabalho da Comissão Executiva extenso relatório sôbre o fortalecimento do CIES, o qual será incluído na agenda da XI Conferência Interamericana, a realizar-se em Quito, provàvelmente em começos de 1960.

III — ACÔRDO GERAL SÔBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO (*GATT*)

a) *Negociações Tarifárias Brasileiras* — De conformidade com os têrmos da Decisão das Partes Contratantes de 16 de outubro de 1956, que permitiu a imediata e integral implementação da vigente Lei da Tarifa das Alfândegas, e, com o objetivo de substituir as concessões que, fundamentadas na antiga Tarifa aduaneira brasileira, haviam sido outorgadas, em negociações passadas, às demais partes con-

tratantes do GATT, foram encetadas na cidade de Genebra, em fevereiro último, negociações tarifárias entre o Brasil e alguns países membros do Acôrdo Geral.

Estando a maior parte das referidas negociações pràticamente ultimadas, as Partes Contratantes aprovaram, em sua XIII Sessão (novembro de 1958), o Protocolo Final que deverá incorporar as concessões resultantes daquelas negociações.

Assim, tudo indica que o Protocolo em aprêço seja submetido ao Congresso Nacional e as concessões nêle incorporadas postas em vigor dentro do prazo que as Partes Contratantes concederam ao Govêrno brasileiro, ou seja, até 31 de julho de 1959.

b) XIII Sessão das Partes Contratantes do GATT — A XIII Sessão, a exemplo das duas Sessões anteriores, foi precedida de uma reunião de Ministros de Estado da Fazenda e do Comércio das Partes Contratantes, desta vez em caráter informal, já que a maioria dos Governos dos países membros do Gatt, inclusive o Brasil, não acolhera favoràvelmente a proposta do Secretário Executivo da Organização para promover uma reunião ministerial plena. Compareceram à citada reunião onze Ministros de países que representam cêrca de 55% do comércio das Partes Contratantes.

No nível ministerial, mas com a participação de tôdas as Delegações, foram debatidas questões que haviam sido especialmente indicadas para consideração das altas autoridades presentes, com vistas a se obterem definições autorizadas de onde haurir diretrizes políticas para as futuras atividades das Partes Contratantes.

Refletindo as idéias predominantes naquela reunião sôbre os problemas econômicos de maior importância no campo do comércio internacional, foi aprovado um comunicado conjunto, redigido em sessão reservada, no qual os participantes,

entre os quais figuravam representantes dos países de maior importância no comércio mundial, reconhecem:

a) a gravidade dos problemas que afetam o comércio de alguns produtos primários;

b) os efeitos nocivos do excessivo protecionismo agrícola sôbre o comércio mundial de tais produtos;

c) a conveniência de promover-se, sob os auspícios do GATT, em futuro próximo, uma nova e ampla série de negociações tarifárias gerais, e

d) a necessidade de ativar a administração regular do Acôrdo Geral, quer através de contatos mais freqüentes entre as partes contratantes, quer pelo melhor aparelhamento das Delegações Permanentes dos países membros da organização.

Com base nas conclusões chegadas na aludida reunião ministerial, as demais partes contratantes iniciaram o exame dos itens da agenda daquela reunião.

Entre tais itens, devem ser salientados os referentes ao «Mercado Comum Europeu», à «Integração Econômica na América Latina» e à «Evolução do Comércio Internacional».

À luz das decisões tomadas nas reuniões do Comitê Intercessional, realizadas em abril e maio últimos, as Partes Contratantes, em sua XIII Sessão, prosseguiram no exame do Tratado de Roma.

Aquelas decisões podem ser assim resumidas:

a) o abandono temporário dos debates jurídicos sôbre a compatibilidade daquele tratado com o GATT; e

b) o estabelecimento, nos têrmos do Artigo XXII do Acôrdo Geral, de um sistema de consultas entre a Comunidade Econômica Européia e as partes

contratantes cujos interêsses econômicos poderão vir a ser afetados pela entrada em vigor do estatuto básico da recém-criada organização.

Na Sessão ora terminada, foram iniciadas as referidas consultas, tendo a Delegação brasileira participado daquelas referentes ao café, cacau, açúcar e fumo, bem como acompanhado a relativa a banana.

A despeito da natural decepção de todos pela ausência de soluções adequadas, é importante reconhecer-se que tais consultas apresentaram, pelo menos, a vantagem de haver possibilitado uma melhor tomada de consciência, de parte a parte, dos problemas que são antevistos para o comércio de alguns produtos de base, por fôrça de determinadas disposições do Tratado de Roma.

Conforme ficou assentado, essas consultas prosseguirão durante o próximo mês de fevereiro, quando a Comunidade Econômica Européia, com melhor conhecimento dos efeitos práticos da entrada em vigor de seu estatuto de base, poderá talvez indicar as medidas a serem tomadas no sentido de preservar o ritmo do desenvolvimento das relações econômicas entre os seus integrantes e alguns países de fora da referida área preferencial.

Nas últimas reuniões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), fôra reconhecido que os países latino-americanos, a fim de acelerar a taxa de crescimento de suas economias, deveriam adotar, entre outras medidas, aquelas que facilitassem a gradual e progressiva integração das economias da região, especialmente as relacionadas com o estabelecimento de um sistema tarifário regional em bases preferenciais.

Sendo alguns países latino-americanos membros do GATT, ficou assentado que tais planos deveriam ser encaminhados à consideração das Partes Contratantes em sua XIII Sessão.

Merece particular atenção não se haver registrado qualquer manifestação de hostilidade por parte dos demais países membros da organização, quando da apresentação em plenário, da «Comunicação Conjunta Brasil-Chile», na qual os Governos dos citados países, após aludirem à intenção dos demais países da região de integrarem, na oportunidade devida, suas economias, manifestaram a intenção de breve iniciar, juntamente com o Govêrno da República Argentina, negociações tendentes a facilitar a consecução daquele objetivo final.

Ainda no plenário da XIII Sessão, continuou-se o exame, iniciado na reunião de Ministros de Estado, sôbre a evolução do comércio internacional.

Apreciada a matéria, decidiram as Partes Contratantes constituir três comitês para, à luz das conclusões do relatório do Grupo de Trabalho sôbre a Expansão do Comércio Internacional, formular um programa de ação tendente a acelerar o ritmo de desenvolvimento do comércio mundial:

a) o primeiro examinará a possibilidade de organizar-se uma nova série de negociações tarifárias multilaterais no quadro do GATT, sugerindo as regras que deverão regular tais negociações;

b) o segundo analisará, diante das disposições do Acôrdo Geral, as questões concernentes a produtos agrícolas; e

c) o terceiro estudará os problemas que dificultam ou impedem a expansão do comércio a países em processo de desenvolvimento econômico.

A recém terminada XIII Sessão das Partes Contratantes do GATT, especialmente devido ao teor dos debates sôbre a expansão do comércio internacional, foi de grande significação para os países que, como o Brasil, encontram-se em processo de desenvolvimento econômico.

A necessidade premente de ser acelerado o ritmo de crescimento do comércio dos países em processo de desenvolvimento econômico, seja através da concessão aos seus produtos primários de maiores facilidades de acesso aos mercados dos países industrializados, seja através da estabilização dos mercados de tais produtos, foi admitida pela maioria das partes contratantes como condição indispensável à expansão econômica daqueles países e, conseqüentemente, à melhoria dos padrões de vida de suas populações.

Dentro de tais premissas, foi unânimemente reconhecido que deveriam ser tomadas, por parte dos países de maior importância no comércio mundial, urgentes medidas que favorecessem o desenvolvimento mais rápido e equilibrado das exportações dos países subdesenvolvidos.

Não podemos deixar de acentuar, também, a posição de relêvo reconhecida ao Brasil nos trabalhos do GATT, ao ser o nosso país indicado para integrar diversos comitês, entre os quais o de Orçamento, o de Balanço de Pagamentos, o de Marcos de Origem, o de Produtos de Base, o de Organização, além dos três grupos de trabalho em que se divide o Comitê de Expansão do Comércio Internacional.

IV — ASSUNTOS ESPECÍFICOS

A. *Produtos de Base*

1. *O Café em 1958*

O Itamaraty, em estreita colaboração com o Ministério da Fazenda e com o Instituto Brasileiro do Café, desenvolveu ação intensa, em 1958, no sentido de serem concretizadas as medidas de proteção e disciplina da economia cafeeira mundial, por meio da cooperação entre exportadores e importadores de café.

a) *Organização Internacional do Café* — Já em janeiro, reunia-se, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Govêrno bra-

sileiro, a Conferência Internacional do Café, a fim de tentar a criação de uma Organização Internacional destinada a incentivar o consumo de café em tôdo o mundo, defender a sua economia, proporcionar um fôro internacional para a discussão dos seus problemas e contribuir para a expansão do seu comércio, em benefício dos países produtores e consumidores.

No dia 27 de janeiro, o Brasil, Guatemala, Costa Rica, Cuba, Peru, Honduras, Haiti, El Salvador, Colômbia, Equador, Portugal, Venezuela, Nicarágua, México e República Dominicana firmaram o Convênio Constitutivo da Organização Internacional do Café (OIC), ao qual, em 12 de junho, a França e a Bélgica apuseram suas assinaturas.

A Conferência Internacional do Café aprovou ainda uma Resolução que criava a Comissão Preparatória da Organização Internacional do Café, encarregada de redigir o Projeto de Estatuto da Organização, planejar a sua estrutura e preparar a Primeira Assembléia Geral da OIC.

A Comissão Preparatória extinguir-se-á por ocasião da celebração da Primeira Assembléia Geral da Organização, o que só poderá ocorrer quando houver sido ratificado o Convênio Constitutivo por dois têrços, no mínimo, dos votos dos países signatários.

A Comissão Preparatória, constituída por seis membros (um representante do Brasil, um da Colômbia, dois de países pertencentes à Federação Cafeeira da América (FEDECAME) e dois de países produtores extracontinentais), iniciou os seus trabalhos em 16 de junho, no decurso dos quais elaborou um Relatório e Recomendações.

O Govêrno da República Dominicana ratificou o Convênio Constitutivo da Organização Internacional do Café em 17 de julho e, em 5 de dezembro, tomou igual iniciativa o Govêrno de El Salvador.

b) *Grupo de Estudos sôbre o Café* — Nos primeiros dias de junho, representantes do Brasil, da Colômbia, de Costa Rica, do México, de El Salvador e dos Estados Unidos

formaram um Comitê Organizador para a constituição do «Grupo de Estudos sôbre o Café», com o objetivo de apreciar o problema cafeeiro, especialmente sob o seu aspecto de mercado, e tentar encontrar os meios adequados à estabilização das flutuações de preço, procurando harmonizar a oferta e a demanda do produto.

Realizando sua primeira reunião no dia 11 de junho, o Grupo de Estudos dividiu-se em dois subgrupos, ficando os países latino-americanos em um dêles e fazendo parte do outro os produtores euro-africanos.

Foram elaborados dois projetos de Acôrdo Internacional do Café, pelos citados subgrupos, divergindo ambos quanto à forma de limitar as exportações; o projeto latino-americano baseava-se no sistema de cotas de retenção sôbre a produção exportável, enquanto o projeto euro-africano estabelecia o regime de cotas fixas de exportação.

c) *Convênio Latino-Americano de Café* — Não tendo sido obtido acôrdo entre os defensores de um critério e de outro, assinaram, em 27 de setembro, um Convênio Latino-Americano os seguintes países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela.

O Convênio estipula, em linhas gerais, que os países signatários reterão uma parte de seu saldo exportável, nas seguintes proporções:

Brasil 40%
Colômbia 15%
Demais países ..... 5% sôbre as primeiras 300.000 sacas de 60 K. e 10% sôbre o restante.

O Convênio terá a duração de doze meses, computados a partir do dia 1.º de outubro de 1958, e será administrado por uma Junta Diretora integrada por Delegados dos Governos signatários e sediada na Cidade de Washington, D. C.

A Junta Diretora instalou-se no dia 27 de outubro, sob a Presidência do Embaixador da Costa Rica em Washington e Vice-Presidência do Delegado da Nicarágua, exercendo o cargo de Secretário-Geral um representante brasileiro.

Foi aprovada a Resolução sugerida pelo Brasil para regulamentar o artigo VII, no sentido de ser estabelecido o primeiro período de embarque em 6 meses, reduzindo-se, efetivamente, as ofertas de café, no mercado, de 5% sôbre a média histórica dos últimos 3 anos que antecederam o Convênio do México de outubro de 1957.

Ainda por iniciativa do Brasil, foi aprovado um sistema de inspeção, já em funcionamento desde novembro, por meio de quatro auditores indicados por Brasil, Colômbia, México e El Salvador.

Foi aprovado o orçamento de US$ 260,000,00, sendo as contribuições fixadas em 1 centavo de dólar por saca de 60K. exportada no ano calendário de 1957.

2. *Cacau*

Pela segunda vez, reuniu-se, em Londres, de 19 a 28 de março de 1958, o Grupo de Trabalho sôbre Estabilização, do Grupo de Estudos do Cacau, da FAO.

Discutiram-se, na ocasião, as possíveis causas da instabilidade dos preços do cacau, tendo a Delegação do Brasil apresentado uma proposta de base para um acôrdo internacional sôbre o produto.

De 16 a 23 de maio de 1958, realizou-se, em Hamburgo, a III Sessão do Grupo de Estudos do Cacau, na qual se fêz representar o Brasil.

Procedeu-se a um exame geral do mercado cacaueiro mundial e de suas tendências, tendo-se verificado, que, contràriamente à expectativa, houve expressiva redução na oferta do produto, em conseqüência de condições meteorológicas ad-

versas. Discutiu-se, mais uma vez, o problema da estabilização dos preços do cacau, mas não se chegou, ainda, a qualquer acôrdo internacional.

No âmbito interamericano, realizou-se em Palmira, Colômbia, em julho de 1958, a VII Reunião do Comitê Técnico Interamericano de Cacau, à qual compareceu uma Delegação brasileira constituída de representantes da lavoura e do comércio cacaueiros da Bahia.

3. *Açúcar*

a) *II Conferência das Nações Unidas sôbre o Açúcar* — A fim de estudar a elaboração de um novo Acôrdo Internacional do Açúcar, que pudesse substituir o de 1953, emendado pelo Protocolo de 1956, e que deveria expirar em 31 de dezembro do corrente ano, foi convocada a II Conferência das Nações Unidas sôbre o Açúcar, que se reuniu em Genebra, de 22 de setembro a 24 de outubro de 1958.

Pelo texto do antigo Acôrdo, ao Brasil fôra atribuída uma cota de exportação anual da ordem de 175.000 toneladas, insuficiente para atender às necessidades do país, que pleiteara uma cota de 400.000 toneladas.

Em 1955, por estar em grandes dificuldades de balanço de pagamentos e por contar com substanciais disponibilidades de açúcar, abandonou o Brasil o Acôrdo de 1953, exportando o produto em quantidades que permitissem a atenuação daquelas dificuldades.

A convite do Secretário-Executivo do Conselho Internacional do Açúcar, enviou o país uma Delegação à II Conferência sôbre o Açúcar. Na composição da referida Delegação, bem como no estabelecimento das condições mínimas em que interessaria ao país o retôrno ao Acôrdo Internacional do Açúcar, a ser elaborado naquela Conferência, o Itamaraty atuou em colaboração íntima com o Instituto do Açúcar e do Álcool, cujo Presidente integrou, na qualidade de Delegado,

a Delegação brasileira, chefiada pelo Embaixador do Brasil em Londres.

b) *Acôrdo Internacional do Açúcar* — Ao fim da reunião em aprêço, foi aprovado o novo Acôrdo Internacional do Açúcar, para substituir o de 1953, que, posteriormente, havia sido emendado pelo Protocolo de Londres de 1956.

Objetivando estabilizar os preços do açúcar no mercado livre mundial, assegurar um suprimento adequado para os países importadores e mercado para os países exportadores e, ainda, incrementar o consumo do produto no mundo inteiro, o Acôrdo fixa, em sua parte essencial, cotas anuais de exportação, cabendo ao Brasil 550.000 toneladas métricas, o que equivale à terceira cota em grandeza, dentre tôdas as que foram estabelecidas pelo Acôrdo.

O Acôrdo prevê um sistema de processos corretivos para a manutenção do preço numa estreita faixa de oscilação entre um nível mínimo e um máximo.

O citado Ato permaneceu aberto à assinatura, por parte dos Governos que o aprovaram, de 1º a 24 de dezembro de 1958.

Em 15 de dezembro, foi o Acôrdo Internacional do Açúcar assinado pelo Brasil.

4. *Algodão*

Comitê Consultivo Internacional do Algodão — Tendo em vista a importância do algodão em sua economia, o Brasil de há muito se fêz membro do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, de cujas atividades participa regularmente.

Assim, em 1958, o Brasil esteve presente à XVII Sessão Plenária do Comitê Consultivo, realizada no mês de junho, em Londres, onde foram debatidas as repercussões, no âmbito internacional, da aplicação da política norte-americana de colocação de excedentes agrícolas.

B. *Transportes*

1. *Transportes Marítimos*

Sob a orientação do Itamaraty, que sôbre a matéria consultou o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, realizaram-se conversações entre a Embaixada do Brasil em Washington e a Administração Marítima dos Estados Unidos da América, a fim de esclarecer a política adotada pelo Govêrno brasileiro relativa ao transporte, em navios nacionais, de mercadorias adquiridas sob condições especiais de câmbio. Ao final de tais conversações, foi aceito o ponto de vista brasileiro sôbre a matéria, segundo o qual o pagamento do frete dessas mercadorias é efetuado em cruzeiros, no Brasil, sem cobertura cambial. Conseqüentemente, ao mesmo tempo que se diminui a evasão de divisas para pagamento de frete marítimo, fortalece-se a situação econômica das emprêsas brasileiras de navegação marítima.

2. *Transportes Aéreos*

a) *Acordos sôbre Transportes Aéreos* — Em prosseguimento à diretriz traçada para o estabelecimento de ligações aéreas com os países amigos, sobretudo as nações do hemisfério ocidental, foi celebrado, em maio de 1958, um Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia. Estão pràticamente concluídas as negociações com a Venezuela para a assinatura de ato semelhante. Com o mesmo objetivo prosseguem os entendimentos com os Governos do México e da República Dominicana e foram iniciadas gestões preliminares para a conclusão de convênio com o Marrocos.

Com relação aos acordos aéreos vigentes dos quais o Brasil é parte, realizou-se a I Consulta com a Itália durante a qual foram dirimidas dúvidas surgidas quanto à aplicação do Acôrdo entre os dois países. Foram mantidas conversações informais com autoridades espanholas e portuguêsas, que

permitiram fôssem esclarecidos, com proveito das Partes Contratantes, importantes aspectos do intercâmbio aeronáutico entre o Brasil e aquêles países.

Finalmente, por notas trocadas entre os dois Governos interessados, foram aprovadas as conclusões da IV Consulta sôbre o Acôrdo Aéreo Brasil-Estados Unidos; como decorrência de tal ato, fica assegurado aos transportadores brasileiros o acesso à costa ocidental daquela nação amiga e, através dela, ao Extremo Oriente, o que permitirá a concretização da antiga aspiração nacional de estabelecer ligação rápida e direta com países asiáticos de significativa importância econômica.

b) *Isenção de bitributação para Emprêsas de Transportes Aéreos* — Em julho de 1958, celebrou-se, por troca de notas, o Ajuste entre o Govêrno do Brasil e o da República Federal da Alemanha, pelo qual as emprêsas de transportes aéreos com sede no território de uma das partes ficam isentas de impôsto sôbre a renda que, normalmente, incidiria sôbre os lucros por elas auferidos no território da outra parte contratante, em decorrência do exercício de suas atividades comerciais.

C. *Energia Nuclear*

a) *Agência Internacional de Energia Atômica* — Realizou-se em Viena, de 22 de setembro a 4 de outubro do corrente ano, a II Conferência Geral da A.I.E.A., na qual o Brasil se fêz representar por uma Delegação chefiada pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Entre as várias propostas aprovadas pela Conferência, figurou a da criação de um Comitê Científico Consultivo a ser integrado pelos mesmos países que compõem órgão idêntico nas Nações Unidas, a saber, Estados Unidos da América, Canadá, Grã-Bretanha, França, União Soviética, Índia e Brasil. Nosso país, uma vez mais, foi reconduzido à Junta de Governadores da A.I.E.A., na qualidade de membro designado pela América

Latina, o que corresponde à situação de país mais avançado na tecnologia atômica dentro da respectiva área geográfica. Pela América Latina, integram ainda a Junta de Governadores, como membros eleitos, a Argentina, o Peru e a Venezuela. Terminada a Conferência Geral, o Ministro Carlos Alfredo Bernardes foi eleito Presidente da Junta de Governadores da A.I.E.A. para o período 1958-1959.

b) *Comissão Interamericana de Energia Nuclear* — O Conselho da Organização dos Estados Americanos designou uma comissão especial de sete membros (Brasil, Argentina, Peru, Estados Unidos da América, Nicarágua, México e Venezuela) que, após vários meses de atividade, elaborou o projeto de Estatuto da Comissão Interamericana de Energia Nuclear (CIEN), cuja criação fôra recomendada pelo Comitê Interamericano de Representantes Presidenciais, em 1957. O novo organismo, que deverá instalar-se nos primeiros meses de 1959, encarregar-se-á de incentivar as aplicações pacíficas da energia nuclear, no âmbito pan-americano, constando de seu futuro programa, entre outras medidas importantes, o estudo da instalação de um centro interamericano de treinamento.

c) *Conferência de Genebra* — Realizou-se em setembro de 1958, em Genebra, a II Conferência Internacional sôbre Aplicações Pacíficas da Energia Atômica, em que nosso país se fêz representar por uma delegação sob a chefia do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Foi o Brasil o país latino-americano que maior número de teses apresentou ao aludido certame, o que é excelente demonstração do progresso e dos resultados alcançados pela ciência e pela técnica nacionais no campo da energia atômica.

d) *Nações Unidas* — Durante o ano de 1958, o Brasil continuou representado no Comitê Científico das Nações Unidas, que é integrado por sete membros: Estados Unidos da América, Canadá, Grã-Bretanha, França, União Soviética, Índia e Brasil. Permanecemos também representados no Co-

mitê Científico para o Estudo das Radiações Atômicas, o que significa que, no âmbito das Nações Unidas, nosso país acompanha de perto o trabalho dos dois organismos que se dedicam a estudos nucleares.

d) *Turismo* — Em dezembro de 1958 reuniu-se, em Montevidéu, o VII Congresso Interamericano de Turismo, da Organização dos Estados Americanos, durante o qual, com o apoio da Delegação brasileira, ficou assentada a constituição de uma «Comissão Sul-Americana de Turismo», com a finalidade de coordenar os esforços dos países do hemisfério sul para atrairmos por meio de propaganda mais adequada e ativa maior número de turistas europeus e, principalmente, norte-americanos. Foi também aceito o oferecimento do Brasil para ser a sede do VIII Congresso, a realizar-se em 1960.

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM OS PAÍSES DAS AMÉRICAS

ARGENTINA, CHILE E URUGUAI

Ao negociar, em 1958, novos acordos de natureza econômica com a Argentina, Chile e Uruguai, o Govêrno brasileiro procurou, tanto quanto possível, estabelecer normas comuns para disciplinar as relações com aquêles países, atendendo às características especiais do intercâmbio com as nações do sul do continente, onde se apresentam problemas de natureza semelhante. Visam os novos ajustes celebrados e negociados não só a incentivar o comércio do Brasil com cada um daqueles países, mas também a criar condições propiciadoras de um crescente intercâmbio intra-regional. Refletem êstes atos internacionais a política que vem orientando o Govêrno brasileiro em suas relações com os países do continente e tem sido propugnada nas reuniões promovidas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL): criar novos incentivos ao comércio interlatino-americano, com vista à formação gradual e progressiva de um mercado regional latino-americano.

Com êsses objetivos, o Brasil negociou com o Uruguai e firmou com a Argentina e com o Chile, em setembro de 1958, novos ajustes bilaterais de pagamentos, com base no chamado acôrdo-tipo de Montevidéu, elaborado na I Reunião do Grupo de Trabalho de Bancos Centrais realizada, sob os auspícios da CEPAL, em março de 1958, naquela capital. Constituem as principais características dêsses acordos:

a) a paridade entre o dólar-convênio, estabelecido como moeda de pagamento, e o dólar estadunidense de livre conversibilidade;

b) um mecanismo de transferência dos saldos ou disponibilidades da conta-convênio para a aplicação no comércio com outros países da área.

O sistema de transferência de saldos constitui um passo importante no sentido da multilateralização dos pagamentos na área, que deverá beneficiar o comércio da região, proporcionando-lhe maior flexibilidade, pois o sistema se estende também às relações entre a Argentina e Chile, Uruguai e Argentina e Chile e Equador.

Além dos Ajustes de Pagamentos, foram firmados ou negociados com aquêles três países outros atos internacionais tendentes a promover uma cooperação econômica mais intensa entre os países da área sul do continente. Devem-se ressaltar, primeiramente, os acordos de coperação industrial assinados com a Argentina e Chile, e já negociados com o Uruguai, que prevêem a criação de Grupos Mistos, formados com representantes governamentais e da indústria, para estudar e sugerir medidas destinadas a intensificar e diversificar o comércio de manufaturas. É, porém, idéia central dêsses acordos estabelecer uma vinculação estreita entre os industriais dos diversos países, através da constituição de subgrupos de trabalho, onde mediante entendimentos diretos e freqüentes seriam examinados problemas específicos de determinadas indústrias que oferecem condições propícias a uma complementação regional. Caberia, assim, aos próprios industriais encontrar fórmulas práticas de colaboração que se destinem a expandir o mercado dos seus produtos, promovendo um aumento do intercâmbio de manufaturas na região.

Relativamente ao regime tarifário aplicado ao comércio com êsses países, o Govêrno brasileiro, em agôsto e setembro de 1958, iniciou as negociações dos novos Tratados de Comércio e Navegação com a Argentina e Chile, que deveriam substituir os Tratados de 1940 e 1943, denunciados, respectivamente, em 12 de setembro e 7 de junho de 1958. No decorrer das negociações verificou-se, porém, que as concessões

aduaneiras só poderiam contribuir de forma decisiva para um aumento do intercâmbio regional, mediante o estabelecimento de um regime de preferências tarifárias que isolasse dentro da área os favores que viessem a ser recìprocamente concedidos. Com essa compreensão do problema, resolveu-se suspender as negociações, prorrogar a aplicação dos dispositivos daqueles Tratados por um prazo máximo de nove meses e levar a questão da preferência ao exame da XIII Sessão das Partes Contratantes do GATT, que se reuniria em outubro de 1958. De conformidade com o resultado desta reunião, de que se dá conta em outra parte do presente Relatório, os Governos brasileiro, argentino e chileno, reiniciarão, no comêço de 1959, as negociações dos novos Tratados, os quais deverão ser apreciados na próxima sessão do GATT.

Animado do mesmo propósito de incentivar o comércio com os países do continente, o Govêrno brasileiro firmou com a Argentina, em setembro, um Ajuste de Frutas, que constitui uma peça importante no quadro geral de suas relações comerciais com o país vizinho. Dadas as condições especialíssimas do intercâmbio de frutas entre os dois países, resolveu-se criar um sistema próprio para regulamentar o comércio de frutas, com base na mais ampla liberdade de importação e exportação. Por fôrça do Ajuste, o comércio dêsses produtos se efetua, atualmente, sem contrôles quantitativos, cambiais e de preços, bem como de exigências que possam impedir, dificultar ou restringir, direta ou indiretamente, a importação e comercialização interna das frutas frescas, sêcas, dessecadas, semi-industrializadas e sucos e polpas de frutas.

Cabe, por fim, mencionar a reunião da Comissão Mista Especial argentino-brasileiro sôbre Transportes Marítimos, realizada em dezembro de 1958, no Rio de Janeiro, na qual se examinavam diversos problemas do transporte marítimo entre os dois países e, especialmente, a questão da aplicação da cláusula de preferência de bandeira, estabelecida no item 10 do Ajuste de Comércio entre os dois países. De conformi-

dade com as recomendações apresentadas pela Comissão Mista Especial, foi celebrado, por troca de notas, em 22 de dezembro de 1958, um Ajuste entre os dois Governos, no qual se estabelecem normas disciplinadoras do transporte marítimo das mercadorias, objeto de intercâmbio entre os dois países.

EQUADOR

Foi assinado, em Quito, aos 5 de março de 1958, por ocasião da visita que fêz ao Equador o Ministro José Carlos de Macedo Soares, um Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, complementar ao Acôrdo de 4 de maio de 1953.

O referido Convênio prevê a constituição de uma Comissão Mista, a reunir-se, alternadamente, no Rio de Janeiro e em Quito, formada de representantes dos dois países, e integrada pelos seguintes órgãos: Plenário, duas Secções Permanentes, uma brasileira e outra equatoriana, e Subcomissões Técnicas. Efetuados, pelas Subcomissões Técnicas, sob a coordenação das Seções Permanentes, estudos específicos necessários à consecução dos objetivos do Convênio, serão êsses estudos apreciados pelo Plenário e por êste submetidos à aprovação final dos dois Governos, os quais adotarão, de comum acôrdo, as medidas necessárias para a concretização das conclusões aprovadas.

Deverá a Comissão Mista, entre outros objetivos, estudar as possibilidades: *a*) de incremento e diversificação do comércio entre os dois países; *b*) de desenvolvimento de meios de comunicação, especialmente no que tange à navegação nos rios da bacia amazônica de interêsse para ambos os países; *c*) de intensificar o aproveitamento de matérias-primas; *d*) de investimentos recíprocos e e) de cooperação técnica e de intercâmbio de informações sôbre métodos e conhecimentos técnico-científicos, além do estudo da conveniência recíproca da concessão de zonas ou portos francos.

COLÔMBIA

Também com a Colômbia, por ocasião da visita do Ministro José Carlos de Macedo Soares àquele país, foi assinado, em Bogotá, aos 28 de maio de 1958, um Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, o qual prevê a constituição de uma Comissão Mista, cujos órgãos e métodos de trabalho são semelhantes aos da Comissão Mista brasileiro-equatoriana acima referida.

Entre as funções da Comissão Mista brasileiro-colombiana, figura, com realce, a de estudar as possibilidades de coordenar os programas de desenvolvimento de suas respectivas áreas amazônicas, tendo em vista: *a*) a mais ampla utilização da navegação nos rios da bacia amazônica, inclusive visando a permitir mais fácil acesso aos oceanos Pacífico e Atlântico; *b*) a intensificação dos transportes aéreos na região; *c*) a intensificação do aproveitamento das matérias-primas da região, inclusive petróleo e seus derivados; *d*) o fomento do comércio fronteiriço e *e*) a melhoria das condições de salubridade e moradia e o desenvolvimento de serviços médicos e hospitalares.

Os Convênios sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica com o Equador, a Colômbia e o Peru, êste último firmado em 1957, visam ao estudo e à formulação de um amplo programa de cooperação econômica e técnica, com o objetivo de resolver problemas comuns de avaliação e aproveitamento de recursos naturais e humanos, e de intensificar o comércio recíproco, particularmente no que tange a região geo-econômica da Amazônia, de vital interêsse para o Brasil e para os demais países que dela participam.

VENEZUELA

Por notas trocadas em Caracas, foi prorrogada, por um ano, a partir de 2 de outubro de 1958, a vigência do *modus-vivendi* que vem regendo as relações comerciais brasileiro-

venezuelanas, e pelo qual os dois países recìprocamente se concedem a cláusula da nação mais favorecida.

BOLÍVIA

Coroando negociações processadas no decurso de 1957 e cristalizadas na Ata de Roboré, foram assinados em 29 de março de 1958, vários instrumentos de natureza econômica e comercial, que configuram, no seu conjunto, um novo tipo de relações brasileiro-bolivianas, mais dinâmico, prático e realista.

Três Convênios de comércio — de âmbito geral, inter-regional e fronteiriço — foram o arcabouço do novo sistema de relações. Êsses Convênios apresentam as seguintes principais características: regime de pagamentos em cruzeiros e/ou pesos bolivianos, sob forma livremente concertadas pelas partes interessadas nas transações; redução das formalidades burocráticas ao mínimo imprescindível; criação de Comissões Mistas incumbidas de velar pela normalidade e o desenvolvimento do intercâmbio. O Convênio de Comércio Inter-Regional assinala-se ainda por isentar de direitos, impostos e taxas aduaneiras, pelo prazo de um ano, passível de prorrogação, as transções de complementação econômica entre os Estados de Mato Grosso e Amazonas e os Territórios do Acre e de Rondônia, de um lado, e os Departamentos bolivianos do Beni, Pando e Santa Cruz de la Sierra, do outro; e o Convênio de Tráfico Fronteiriço, por isentar não só de ônus aduaneiros, mas de quaisquer gravames ou formalidades cambiais, fiscais ou consulares, as transações de mercadorias destinadas ao consumo dos núcleos da fronteira, que não ultrapassem o montante máximo semanal de Cr$ 3.000,00, ou seu equivalente em pesos bolivianos, por pessoa física.

Por outro lado, garantiu-se, nas mais favoráveis condições, o escoamento da produção boliviana para o exterior e o abastecimento do mercado boliviano com produtos de ultramar, através de um Convênio de Livre Trânsito e de quatro Convênios nos quais o Brasil concede à Bolívia entrepostos de

depósito franco nas cidades de Belém, Pôrto Velho, Corumbá e Santos. A êstes acrescentam-se as Notas Reversais números 15 e 16, nas quais são asseguradas à Bolívia tôdas as facilidades de utilização da Zona Franca de Manaus.

Duas Notas Reversais, as de números 12 e 19 respectivamente, concorrem para compor, no setor do financiamento e do crédito bancário, o panorama de colaboração e de vinculação comercial constituído pelos instrumentos precitados. Na primeira delas o Govêrno brasileiro se compromete a adquirir, por intermédio do Banco de Crédito da Amazônia, a borracha produzida nos Departamentos do Beni e do Pando, a financiar a produção dessa borracha nas mesmas condições em que financia a produção nacional, e, eventualmente, a financiar a produção de outras matérias primas daquelas regiões bolivianas. Compromete-se, igualmente, a recomendar ao Banco de Crédito da Amazônia a instalação de agências em Cobija e Riberalta. A Nota Reversal n.º 19 prevê a adoção de providências que facilitem a imediata instalação de uma Agência do Banco do Brasil em La Paz.

Finalmente, o quadro das novas relações brasileiro-bolivianas é integrado com a política de colaboração no setor dos investimentos e da assistência econômica e técnica, definida no Convênio de Cooperação Econômica e Técnica e em várias Notas Reversais de 29 de março de 1958.

O Convênio estipula o mútuo fornecimento de bens de produção, com pagamento financiado ou sob a forma de investimentos de capital; a adoção de medidas que evitem ou reduzam a dupla taxação das rendas de capitais; a assistência técnica nos setores da indústria, da agricultura, da pecuária, dos transportes, da energia elétrica, ou em qualquer outro ramo em que esta assistência seja realizável; a concessão, aos técnicos e especialistas de cada uma das Partes, de bolsas de estudo e de facilidades para emprêgo ou estágio no território da outra Parte; e a criação de Comissões Mistas, sediadas nas duas capitais, para o estudo e proposição de projetos de fi-

nanciamento e de investimentos e a troca de idéias e de informações técnicas entre os dois países. O Brasil comprometeu-se, pela Nota Reversal nº 18, a reservar o montante inicial de Cr$ 800.000.000,00 para o financiamento dos projetos nos têrmos do Convênio.

A cooperação econômica e técnica entre o Brasil e a Bolívia ficou, ainda, consagrada nas Notas Reversais de números 3 (conclusão e melhoramento da Ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e obras conexas), 4 (realização de estudos que conduzam à assinatura de Convênios de Tráfego Mútuo e de Intercâmbio de Material Rodante e de Tração entre as ferrovias dos dois países) e 6 e 7 (promoção da pesquisa e lavra do petróleo boliviano por emprêsas privadas brasileiras, construção de oleoduto e gasodutos).

PARAGUAI

A execução do Convênio de Comércio Fronteiriço e do Tratado Geral de Comércio e de Investimentos, vigentes desde 6 de setembro de 1957, assinalou-se, em 1958, por propiciar uma expansão sem precedentes do comércio brasileiro-paraguaio. Deve-se o fato — à parte o incremento das exportações brasileiras de tecidos ao abrigo do Tratado Geral de Comércio e de Investimentos — ao estímulo decorrente do Convênio de Comércio Fronteiriço, seja pelas privilegiadas posições tarifárias que êste ensejou aos produtos brasileiros e paraguaios, seja pelo regime de pagamentos adotado — em cruzeiros, sob forma livremente concertada pelas partes interessadas nas transações — seja pela simplificação conferida aos trâmites burocráticos.

Reuniu-se em outubro a Comissão Mista Permanente Brasil-Paraguai sediada no Rio de Janeiro, incumbida, nos têrmos do Convênio de Comércio Fronteiriço e do Tratado Geral de Comércio e de Investimentos, de examinar o comportamento do intercâmbio entre os dois países e de afastar os

obstáculos à sua regularidade e expansão. A Comissão procedeu a frutuosa troca de idéias sôbre os diferentes aspectos do intercâmbio e avançou o estudo de vários pontos que deverão ser tratados, em grau conclusivo, pela Comissão Mista Plena, em sua primeira reunião, em 1959. Entre êsses pontos figura a regulamentação do Artigo XXI do Tratado Geral de Comércio e de Investimentos, pelo qual cada Parte Contratante outorga livre trânsito, através de seu território, às pessoas, bens e mercadorias procedentes de ou destinadas à outra Parte Contratante, e a regulamentação dos Convênios pelos quais Brasil e Paraguai se concedem mùtuamente, entrepostos de depósito franco em seus respectivos territórios.

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM OS PAÍSES DA EUROPA, ÁSIA, ÁFRICA E OCEANIA

I — INTRODUÇÃO

O presente Relatório inclui as atividades do Serviço da Europa, Ásia e África, da antiga Divisão Comercial, bem como as da Divisão Econômica da Europa, Ásia, África e Oceania, na qual se transformou, a título experimental, por fôrça da Portaria nº 5, de 23 de agôsto de 1958.

Conforme se antecipava no Relatório de 1957, no transcurso do ano passado, o Ministério das Relações Exteriores, em estreita colaboração com outros órgãos do Govêrno que com êle partilham a formulação e a execução da política de comércio exterior, deu andamento a diferentes negociações de ajustes de comércio e pagamentos na chamada faixa bilateral e prosseguiu a contínua observação de intercâmbio com os países integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, assim como de outros fenômenos, no campo econômico, suscetíveis de influírem nos mercados de exportação e importação do Brasil, tais como as primeiras medidas de implementação da Comunidade Econômica Européia.

A prioridade na ordem das negociações foi estabelecida pela conjugação dos seguintes fatôres:

1º) o volume do intercâmbio com o país estrangeiro;

2ª) a necessidade de promover-se a ampliação das áreas de exportação e importação;

3º) a inexistência de ajuste disciplinar do intercâmbio.

Nos novos ajustes celebrados, confirmou-se o princípio da equalização dos ágios das diversas moedas utilizadas no

comércio exterior brasileiro, que fôra assentada pelas autoridades monetárias. Esta medida de natureza cambial visa não só a estimular a concorrência internacional, pela abolição do favor cambial e conseqüente nivelamento dos preços das importações, mas também a coibir a prática de certas operações irregulares de comércio, como as reexportações triangulares.

Na faixa multilateral, assinale-se haver sido intenção do Govêrno brasileiro promover uma reunião dos países europeus integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilarais, em fins do ano passado, com o propósito de examinar o comportamento das trocas comerciais com êsses países e o funcionamento do sistema de pagamentos conexo. Inspirava-se essa idéia da essência mesma do Sistema e continuaria a prática inaugurada com a reunião de 1956. A dificuldade de concertar-se uma data conveniente para todos impediu, porém, a realização da reunião no período acima referido.

A transformação de diferentes moedas européias de transferíveis em conversíveis e, entre elas, tôdas as dos países integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, ocorrida nos últimos dias de 1958, veio reforçar a necessidade de tal reunião que se deverá realizar no primeiro trimestre de 1959.

Adiante se encontrará uma exposição resumida dos principais sucessos do ano passado, no campo das relações comerciais do Brasil com os países da Europa, Ásia e África. Para maior clareza dessa exposição, grupam-se os países em duas grandes áreas ou faixas: a bilateral e a Área de Conversibilidade Limitada.

ÁREA BILATERAL

Incluem-se nesta Área, para efeitos do presente Relatório, os países com os quais o Brasil mantém ajustes de comércio e pagamentos, ou só de pagamentos, baseados em moeda gráfica, qualquer que seja o ágio mínimo fixado para

sua licitação. Estão nesse caso, seja o ajuste intergovernamental, seja interbancário, os seguintes países europeus e asiáticos: Dinamarca, Espanha, Finlândia, Iugoslávia, Japão, Noruega, Polônia, Portugal, República Democrática Alemã, Romênia, Suécia, Tcheco-Eslováquia e Turquia.

Dos Ajustes com os países acima citados, foram negociados em 1958 os concluídos com a Iugoslávia, o Japão, a República Democrática Alemã e a Romênia. A seguir, resumem-se essas negociações:

1.º) *Ajuste de Comércio e Pagamentos Brasil-Iugoslávia* — Iniciadas a 6 de março, as negociações com a Iugoslávia prolongaram-se até 1º de abril, data em que se assinou o Ajuste. A Delegação brasileira estava assim constituída:

Chefe — Ministro Antônio Corrêa do Lago, Chefe, substituto, do Departamento Econômico e Comercial;

Membros — Primeiro Secretário Sérgio Armando Frazão, Chefe, substituto da Divisão Comercial;

— Senhor Arnaldo Walter Blank, da Carteira de Comércio Exterior;

— Secretário Paulo Amélio do Nascimento Silva, da Divisão Comercial;

— Senhor Henrique de Oliveira Duprat, da Superintendência da Moeda e do Crédito;

— Senhor Lázaro Baumann das Neves, da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil;

— Senhor Christiano Nery de Sampaio Vianna, da Superintendência da Moeda e do Crédito;

— Cônsul Marina de Barros e Vasconcellos, da Divisão Comercial;

Essas negociações revestiam-se de particular importância, por serem as primeiras a realizar-se após o assentamento do critério da equalização dos ágios.

Com efeito, seria êste o ponto crucial das negociações, uma vez que a Delegação Iugoslava desejava manter o tratamento cambial mais favorável dispensado às moedas gráficas, cujo deságio em relação às moedas genuínas torna mais fáceis as condições de competição para determinados tipos de fornecimentos. Argumentou a Delegação iugoslava que a vinculação do ágio mínimo da moeda do Ajuste ao ágio mínimo da moeda ACL viria entorpecer o intercâmbio entre os dois países. Isto porque a exportação iugoslava teria de concorrer em condições de inferioridade com a de outros países, notadamente a Tcheco-Eslováquia e a Polônia, beneficiados com um deságio que gira em tôrno de 25%. Por outro lado, teria a Iugoslávia de competir, em pé de igualdade, com os países da Área de Conversibilidade Limitada e, em alguns casos, com os Estados Unidos da América. Ao ver, pois, da Delegação iugoslava, o critério da equalização representaria discriminação contra seu país.

A Delegação brasileira fêz praça das razões já expostas na Introdução ao Relatório, acentuando que se tratava de medida adotada pelas autoriddes monetárias brasileiras em caráter geral, que se aplicaria aos ajustes bilaterais a serem negociados futuramente. O fato de inaugurar-se o novo sistema com a Iugoslávia decorria simplesmente da prioridade que lhe fôra concedida no programa de negociações, mas não podia ser interpretado como medida discriminatória. Êsse ponto de vista veio, finalmente, a prevalecer.

Deve ser assinalado, outrossim, o novo regime de liquidação do saldo da Conta, que faculta ao Banco credor a cobrança, em moeda de conversibilidade limitada, a qualquer momento, quando êle exceder o montante do crédito recíproco (US$ 2.000.000), ou, anualmente, se assim fôr entendido necessário.

Incluiu-se igualmente, nesse Ajuste, um Título especial que disciplina as importações de bens de equipamento pagáveis a longo prazo, que o Brasil venha a fazer da Iugoslávia. Serão essas importações incluídas na Conta normal abertas entre os dois Bancos, enquanto vigorar o Ajuste; terminada a vigência dêste e havendo operações dessa natureza ainda pendentes, será aberta uma Conta Especial, na qual se lançarão os pagamentos correspondentes. Os fundos assim acumulados serão empregados pela Iugoslávia na aquisição de mercadorias de origem brasileira. A liquidação final dessa Conta Especial se fará seis meses após o vencimento da última prestação devida pelo Brasil.

Buscou-se, assim, dar um regime especial a um tipo de operações que, por sua própria natureza, devem ser resguardadas das contingências do comércio normal. Êsse regime especial permite, por outro lado, o alargamento da faixa de escolha para importações de vulto, necessárias ao desenvolvimento econômico do país, a qual, até então, se restringia pràticamente aos países de moeda dura.

O Ajuste, que terá a duração de um ano e poderá ser automàticamente prorrogado por períodos anuais sucessivos, institui uma Comissão Mista com a atribuição de acompanhar o desenvolvimento do intercâmbio entre as duas Partes e propor medidas capazes de promover seu incremento.

As autoridades brasileiras competentes e, muito particularmente o Ministério das Relações Exteriores através de seus órgãos competentes, deverão observar atentamente o comportamento do intercâmbio brasileiro-iugoslavo sob o novo Ajuste, a fim de verificar se as inovações dêle constantes, improduzidas após detido estudo, mas a título experimental e provisório, provarão ser efetivamente as que melhor atendem às conveniências nacionais.

2º) *Ajuste Banco do Brasil-Banco da Estado da República Popular Romena* — Em novembro de 1957, uma Delegação Econômica da República Romena, que visitava diferentes países da América do Sul, entrou em contacto com as autoridades competentes brasileiras, a fim de examinar as possibilidades de ser estabelecido, por meio de um Ajuste de Comércio e Pagamentos, regime próprio que disciplinasse o intercâmbio comercial direto e os pagamentos entre os dois países.

Nessa ocasião, verificou-se haver efetivo interêsse de ambas as partes nesse capítulo, mas os cometimentos anteriores dos órgãos técnicos do Govêrno brasileiro e os da própria Delegação romena obstaram a que se desse imediato início às negociações. Assentou-se que estas se realizariam em maio de 1958, fixando-se, porém e desde logo, que o ajuste delas resultante teria de ser interbancário, pois a ausência de relações diplomáticas entre os dois países impedia a adoção de outra fórmula.

O Ministério das Relações Exteriores, através de sua Divisão Comercial, acompanhou cuidadosamente o desenrolar das negociações entre o Banco do Brasil e a Delegação romena, que se prolongaram por todo o mês de junho, assinando-se o Ajuste a 1º de julho.

Inspirava-se êle, com as naturais modificações decorrentes da fórmula interbancária, do Ajuste com a Iugoslávia, mantendo-se, muito especialmente, o princípio da vinculação do ágio da moeda gráfica ao das moedas de conversibilidade limitada. Manteve-se, por igual, o sistema de liquidação anual do saldo da Conta e da cobrança dos excedentes do crédito técnico recíproco (US$ 1.000.000).

Foram proporcionados aos membros da Delegação romena contactos com os setôres brasileiros mais interessados nos produtos de exportação daquele país, especialmente no que se refere a petróleo, maquinaria, construção naval, etc.

Embora dêsses contactos não hajam resultado negócios imediatos, foram bastante proveitosos por terem ensejado um melhor conhecimento das possibilidades do mercado exportador romeno pouco conhecido no Brasil, tanto em decorrência da escassa tradição comercial entre os dois países, quanto das alterações estruturais nêle introduzidas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Permitiram, outrossim, verificar a desnecessidade, pelo menos no momento atual, de um sistema próprio, para operações de importação a longo prazo de bens de equipamento de origem romena, dada a similitude com a produção brasileira, ou a divergência de padrões adotados.

O Ajuste representa, antes e acima de tudo, um esfôrço consciente para a conquista de um novo mercado para certos produtos brasileiros (café, couros, açúcar, cacau, principalmente), bem como a possibilidade de encontrarmos um novo fornecedor de petróleo e seus derivados.

3º) *Ajuste Banco do Brasil-Deutsche Notenbank* — Ainda em 1958, após troca de cartas entre o Banco do Brasil e o *Deutsche Notenbank,* estabelecimento bancário central da República Democrática Alemã, veio ao Brasil uma Delegação alemã oriental, integrada por elementos dêsse Banco e do Ministério do Comércio Exterior e Interalemão.

Pelas mesmas razões antes apontadas no caso da Romênia, assentou-se que o ajuste a ser negociado teria caráter interbancário e não intergovernamental.

Por ser a República Democrática Alemã importante consumidor de café, além de oferecer uma gama de exportação altamente interessante para o Brasil, em especial no setor industrial, justificava-se plenamente a negociação de ato especial que disciplinasse o comércio direto e os pagamentos recíprocos entre as duas Partes.

O Ajuste concluído entre o Banco do Brasil e o *Deutsche Notenbank,* a 23 de setembro, tem bàsicamente a

mesma estrutura dos dois anteriormente examinados. Manteve-se o princípio da vinculação da moeda gráfica instituída pelo Ajuste ao ágio mínimo das moedas de conversibilidade limitada; previu-se o mesmo sistema de liquidação do saldo da conta e dos excedentes do crédito técnico recíproco de US$ 2.000.000; por fim, instituiu-se sistema idêntico ao constante do Ajuste com a Iugoslávia para as importações financiadas de bens de equipamento.

Dada a estrutura industrial da República Democrática Alemã, a que lhe deve permitir competir com os países europeus de maior tradição no intercâmbio com o Brasil, é de esperar que o comércio entre as duas áreas venha a cifrar-se por importantes totais.

De outra parte, é de acentuar que, no último plano qüinqüenal da República Democrática Alemã, se prevê a duplicação do consumo interno de café e a existência de um Ajuste de Comércio e Pagamentos que em muito deverá contribuir para a consolidação do produto brasileiro naquela área, na qual, até a sua conclusão, só penetrara irregular e indiretamente.

Tendo em mente a importância que os fatôres conhecidos permitem presumir para o comércio entre o Brasil e a República Democrática Alemã, as autoridades brasileiras competentes concordaram com que as emprêsas estatais de exportação e importação alemãs orientais enviassem ao Brasil cinco representantes seus, sem quaisquer privilégios ou prerrogativas diplomáticos ou consulares, para aqui servirem de agentes comerciais.

A exemplo do que aconteceu no caso da negociação com a Romênia, o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão Comercial, colaborou com o Banco do Brasil nos entendimentos com a Delegação do *Deutsche Notenbank*, particularmente no que diz respeito a matérias que pudessem envolver aspectos políticos ou diplomáticos.

4º) *Ajuste de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e o Japão* — Pela importância das relações nipo-brasileiras, tanto no setor econômico, quanto no setor político e no de imigração, revestiam-se de especial significação as negociações com o Japão, com o objetivo de concluir um novo Ajuste de Comércio e Pagamentos, que substituísse os atos celebrados em 1952.

A Delegação brasileira que, em junho de 1958, iniciou as negociações no Rio de Janeiro, estava assim constituída:

Chefe: Edmundo Penna Barbosa da Silva, Ministro Plenipotenciário, Chefe do Departamento Econômico e Comercial do Ministério das Relações Exteriores;

Membros: Sérgio Armando Frazão, Primeiro Secretário de Embaixada, Chefe substituto, da Divisão Comercial do Ministério das Relações Exteriores;

— Lázaro Baumann das Neves, da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil;

— Paulo Amélio do Nascimento Silva, Secretário de Embaixada, da Divisão Comercial do Ministério das Relações Exteriores;

— Irlio Figueiredo Pessoa, da Carteira de Comércio Exteriores;

— Henrique de Oliveira Duprat, da Superintendência da Moeda e do Crédito;

— Christiano Nery de Sampaio Vianna, da Superintendência da Moeda e do Crédito;

— Hélio Schilttler da Silva, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

— Raul Fernando Belfort Roxo Leite Ribeiro, Secretário de Embaixada, da Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores;

— Alberto Vasconcelllos da Costa e Silva, Secretário de Embaixada, da Divisão Comercial do Ministério das Relações Exteriores;

— Edison César de Carvalho, da Assessoria Técnica da Divisão Comercial do Ministério das Relações Exteriores.

Por fôrça de outros compromissos do Brasil no setor econômico-financeiro e havendo-se as negociações prolongado até o mês de outubro, alguns dos componentes dessa Delegação tiveram de ser substituídos, sem que se alterasse, porém, sua estruturação funcional e representativa.

Não foram pequenas as dificuldades que as duas Delegações tiveram a vencer. Inicialmente, cumpre acentuar que uma divergência fundamental as separava no que se refere ao tipo mesmo do ajuste a ser negociado. Enquanto a Delegação brasileira propugnava pela fórmula consagrada nos Ajustes com a Iugoslávia, a Romênia e a República Democrática Alemã, que lhe parecia mais consentânea com as características do intercâmbio nipo-brasileiro, a Delegação japonêsa, sob o fundamento de que seu país decidira, como medida geral e uniforme de política econômica exterior, a abolição dos acordos de pagamentos em moeda gráfica, propunha a adoção de uma fórmula de comércio em moeda dura, sugerindo a libra esterlina como a que mais convinha fôsse escolhida. Dentro dêsse esquema, oferecia o Japão ao Brasil, a fim de familitar o imediato início das transações, um empréstimo no valor de US$ 10.000.000, pagável em um ano.

Larga e longamente ponderaram os Delegados brasileiros a seus parceiros japonêses os inconvenientes de uma tal solução que não só prejudicaria o comércio normal entre os dois países, cujos produtos passariam a receber um tratamento inadequado na competição internacional, mas também afetaria sensìvelmente, a participação nipônica no desenvolvimento econômico brasileiro, que se vinha efetuando, com

tão bons resultados para os dois países, através de importantes investimentos japonêses no Brasil e de volumosas importações de bens de equipamento.

Ao contrário, a fórmula patrocinada pela Delegação brasileira era o ponto de minuciosa observação do que fôra, de 1952 àquela data, o intercâmbio nipo-brasileiro na vigência dos Acordos que se desejavam substituir. Pela sua maior flexibilidade, pela possibilidade da conversão dos saldos em moeda gráfica em moeda da conversibilidade limitada, a proposta brasileira conservava as vantagens do acôrdo clássico de «clearing», ao mesmo tempo em que acolhia os aspectos mais favoráveis dos sistemas multilaterais de pagamentos.

Insistindo, porém, a Delegação japonêsa em que suas instruções não lhe permitiam, em decorrência da nova política de comércio exterior de seu país, aceitar qualquer fórmula que mantivesse a moeda gráfica, entendeu a Delegação brasileira mais conveniente rejeitar globalmente a proposta inicial japonêsa. Ao mesmo tempo, significou à Delegação visitante que, embora continuasse ainda em sua convicção contrária, aceitaria discutir outras propostas que lhe fôssem feitas, com base em moeda dura, desde que lhe era afirmado ser êsse um princípio geral de política econômica japonêsa, que o Brasil entendia e respeitava como matéria de soberania nacional. Desejava, entretanto, ainda uma vez, alertar a Delegação japonêsa para os efeitos menos favoráveis que tão radical mudança teria certamente sôbre o comércio entre os dois países, os quais seriam ainda mais sensíveis no setor das importações de bens de equipamento pagáveis a prazo, que já não poderiam merecer o tratamento preferencial que vinham tendo até então, mas seriam submetidos às mesmas restrições que gravam essas importações, quando feitas de países situados nas áreas de moeda genuína.

A Delegação japonêsa propôs, a essa altura das negociações, um ajuste de pagamentos em libras esterlinas vinculado a um plano de compras pelo Japão de produtos brasileiros, no valor global de US$ 42.500.000. Obrigava-se, assim, o Japão a constituir prèviamente fundos no Brasil, de forma a permitir sua licitação para importação do Japão. Os saldos eventuais, em favor do Brasil não poderiam, entretanto, ser utilizados para pagamentos em outras áreas. Tôdas as operações de comércio entre os dois países, inclusive as importações brasileiras de bens de equipamento pagáveis a prazo, passariam a ser feitas imediatamente em libras esterlinas transferíveis.

A Delegação brasileira aceitou, em princípio, essa proposta, mas, entendendo que ela não acautelava suficientemente os interêsses do país, apresentou-lhe diversas emendas que visavam, sobretudo, a não permitir a vinculação indefinida das receitas brasileiras auferidas no Japão em libras esterlinas efetivas e a assegurar regime mais tranquilo de liquidação para as importações financiadas.

As principais modificações apresentadas pela Delegação brasileira foram as seguintes: *a*) estabelecimento de uma Conta Especial em moeda gráfica, aberta pelo período de 210 dias contados da assinatura do Ajuste, através da qual serão conduzidos os pagamentos de operações autorizadas, mas não liquidadas, inclusive as prestações relativas a importações financiadas, que se tornarem devidas dentro daquele período; *b*) a liquidação do saldo remanescente da Conta Especial será feita pela retenção de 20% dos pagamentos efetuados pelo Japão ao Brasil no mês anterior; *c*) do montante de libras sôbre o Japão a ser colocado em licitação, as autoridades brasileiras deduzirão a parcela necessária ao atendimento dos compromissos prèviamente registrados na SUMOC, além dos 20% referidos no item anterior; *d*) seis meses após cada período anual de vigência

do Ajuste, o saldo eventual em favor do Brasil será de sua livre disposição; e) em caso de expiração do Ajuste, os dois Governos concertar-se-ão quanto à forma de liquidação das operações financiadas.

Depois de prolongadas negociações, as modificações propostas pela Delegação brasileira foram aceitas e o novo Ajuste de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e o Japão foi assinado, por troca de notas, a 16 de outubro de 1958, entrando imediatamente em vigor pelo período de um ano, podendo ser automàticamente prorrogado por períodos anuais sucessivos.

5º) *Visita do Ministro do Comércio da Dinamarca* — No decorrer de 1958, visitou o Brasil o Senhor Kjeld Philip, Ministro do Comércio da Dinamarca, que se fêz acompanhar de funcionários dêsse Ministério, do Ministério das Relações Exteriores, do Banco da Noruega e de assessôres especializados.

O objetivo de sua visita era passar em revista com as autoridades brasileiras o intercâmbio comercial entre o Brasil e seu país, com particular ênfase na situação do bacalhau, um dos principais produtos dinamarqueses de exportação, cuja entrada no Brasil vinha diminuindo de volume nos últimos anos.

Em seu comércio com a Dinamarca, onde o café aparece como a mais importante mercadoria da exportação, o Brasil vinha acumulando saldos positivos, de certa forma consideráveis. Tal fenômeno se explicaria, não só pela diminuição das importações de bacalhau das Ilhas Farol, motivada por questões de preço e qualidade, mas também pelo quase total desaparecimento de certos itens dinamarqueses do consumo brasileiro. Assim ocorrera, por exemplo, com o leite em pó e o cimento que constituíram, até certa época, importantes exportações da Dinamarca para o Brasil. A ins-

talação no Brasil de indústrias dêsses dois produtos, abastecendo corretamente o mercado interno, havia porém eliminado, na prática, a necessidade de importá-los, do que resultara uma diminuição sensível do volume exportado pela Dinamarca para o Brasil.

Por outro lado, conforme já se assinalou acima, razões de qualidade e preço haviam determinado menor interêsse pelo bacalhau dinamarquês de parte dos consumidores brasileiros, contribuindo assim para a situação deficitária da Dinamarca.

Todos êsses motivos dificultavam ao Govêrno dinamarquês a manutenção do regime especial que beneficia o café brasileiro na Dinamarca, que é um dos maiores consumidores do produto.

Tendo em vista, portanto, a necessidade de preservar êsse importante mercado, as autoridades brasileiras, que mantiveram os entendimentos com o Ministro Philip, decidiram submeter ao Conselho de Política Aduaneira uma proposta no sentido de ser suspensa a cobrança da alíquota «ad valorem» de 15% que incida sôbre o bacalhau, de acôrdo com a nova Lei tarifária. Essa proposta, feita pelo Ministério das Relações Exteriores, merece acolhida pelo Conselho de Política Aduaneira.

Por outro lado, as autoridades brasileiras insistiram junto ao Senhor Philip no sentido de que a Dinamarca deveria esforçar-se por diversificar sua pauta de exportação, adaptando-se à nova feição do mercado consumidor brasileiro.

Graças a essas medidas, foi possível obter do Govêrno dinamarquês a manutenção do regime especial em favor do café brasileiro.

6º) *Prorrogação de Ajustes de Comércio e Pagamentos* — Dada a impossibilidade material de serem nego-

ciados novos Ajustes de Comércio e Pagamentos, foram prorrogados sucessivamente até 30 de junho de 1959 os seguintes atos:

a) Ajuste Comercial com a Espanha, de 24 de julho de 1952;

b) Ajuste de Comércio com a Polônia, de 23 de novembro de 1954;

c) Ajuste de Comércio com a Tcheco-Eslováquia, de 17 de maio de 1950.

II — ÁREA DE CONVERSIBILIDADE LIMITADA

O Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, instituído em 1954, engloba, como é sabido, os seguintes países europeus: República Federal da Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países-Baixos.

É da essência mesma dêsse Sistema a realização de reuniões periódicas de seus integrantes com o propósito de verificar seu funcionamento. A primeira dessas reuniões realizou-se no Rio de Janeiro, em principios de 1956, aproximadamente dois anos depois de sua constituição.

Era intenção do Govêrno brasileiro propor aos integrantes europeus do Sistema a realização, em 1958, de outra reunião, desta vez, em obediência ao princípio do rodízio geográfico, a fazer-se na capital de um dos países europeus integrantes do Sistema.

Propunha-se o Govêrno brasileiro, com esta iniciativa, ensejar uma verificação coletiva do comportamento do intercâmbio comercial desde 1956, que permitisse, se assim fôsse aconselhável e necessário, a revisão, ou reformulação, de algumas de suas regras.

Na verdade, tal proposta coincidia com os interêsses de todos os participantes do Sistema, pois se havia patenteado no biênio 1956-58 uma retração das trocas comerciais, seguida de algumas anomalias nos pagamentos e no funciona-

mento das linhas de crédito. Cumpria, portanto, examinar o quanto antes as causas dêsses fenômenos e encontrar solução adequada para êles.

Os primeiros contactos realizados pelo Ministério das Relações Exteriores provaram que os Governos europeus interessados, partilhando das preocupações brasileiras, acolhiam com prazer a idéia da reunião. O Embaixador da Áustria, em nome de seu Govêrno, ofereceu Viena como sede da reunião, o que foi aceito por todos.

Ocorre, entretanto, que não foi possível chegar-se a acôrdo quanto a uma data que reunisse a preferência dos nove países, pela coincidência de diferentes conferências de caráter econômico-financeiro, algumas na Europa, outras na Ásia, que reteriam muitos dos delegados europeus e brasileiros que deveriam comparecer à reunião projetada.

Assentou-se, assim, que os entendimentos entre os componentes do chamado Clube de Haia se realizariam nos primeiros meses de 1959, decisão que se revelou tanto mais acertada quanto, no penúltimo dia de dezembro de 1958, os países constituintes da União Européia de Pagamentos anunciaram o retôrno de suas moedas à conversibilidade, fato novo e de grande repercussão sôbre as relações econômicas entre o Brasil e a Área de Conversibilidade Limitada.

Se bem que a política de alguns dêsses países, particularmente a Grã Bretanha e a República Federal da Alemanha, permitisse prever que caminhavam nessa direção, a decisão tomada pràticamente durante as férias européias de Natal, não deixou de surpreender um pouco mesmo os observadores mais bem informados.

Diante dêste novo acontecimento, que altera fundamentalmente a estrutura do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, a Divisão Econômica da Europa, Ásia e África acelerou o ritmo dos trabalhos e pesquisas que vinha efe-

tuando, acrescentando-lhes também capítulo especial sôbre os reflexos da conversibilidade sôbre o Sistema, de forma a permitir à Delegação brasileira que comparecer à reunião amplo conhecimento de causa, bem como a apresentação de novas fórmulas que melhor se ajustem às novas realidades.

Nesta oportunidade, entende o Govêrno brasileiro ser igualmente conveniente que sejam realizados entendimentos com os seis países que, ao mesmo tempo, integram o Sistema e a Comunidade Econômica Européia, em continuação às conversações iniciadas em Genebra, quando da última reunião das Partes Contratantes do GATT.

III — CONCLUSÃO

O presente Relatório não abrange senão os principais assuntos que foram tratados pela antiga Divisão Comercial e pela Divisão Econômica da Europa, Ásia e África. Outros poderiam ser mencionados como, por exemplo, os relativos à solução de antigas reclamações pecuniárias decorrentes da encampação de emprêsas estrangeiras, ou de sua incorporação ao Patrimônio Nacional. Não descurou a Divisão, outrossim, do atendimento de numerosa correspondência com diferentes órgãos do Govêrno, com associações de classe e com particulares, ora respondendo a consultas, ora informando de oportunidades comerciais para produtos brasileiros.

O ano de 1958 assistiu à execução de uma nova política de ajustes de comércio e pagamentos, que irá agora ser posta à prova. Inspirou-se essa nova política do que pareceu às autoridades brasileiras ser mais conveniente e adequado às necessidades e aos interêsses do país, em função de seu desenvolvimento econômico.

Por meio dos Ajustes assinados buscou-se consolidar a posição brasileira em alguns mercados e conquistar outros, nos quais nossa penetração vinha sendo escassa e irregular.

De modo reflexo, abriram-se à importação brasileira, sempre crescente na sua propensão, mas freqüentemente restringida em sua capacidade pela escassez de divisas, novos mercados, aumentando, conseqüentemente, sua faixa de escolha e aguçando a competição entre novos e tradicionais fornecedores.

Em 1959, é propósito da Divisão da Europa, Ásia e África prosseguir nesse mesmo rumo, cooperando desta forma para a expansão do comércio exterior brasileiro, pedra angular do desenvolvimento econômico do país. Serão entaboladas negociações com países da Europa que, como a Tcheco-Eslováquia, e a Polônia oferecem boas perspectivas de comércio, já exploradas parcialmente, aliás, através dos Ajustes de 1950 e 1954, respectivamente. As pesquisas efetuadas pela Divisão permitem prever que êste intercâmbio é suscetível de substancial incremento, especialmente no que se refere à expansão do mercado consumidor de café nesses países e à possibilidade de fornecerem êles bens de equipamento necessário ao Brasil. Serão igualmente ampliados os contactos com países de áreas geográficas, apenas afloradas pela economia brasileira, tais o Próximo e o Médio Oriente, bem como o Sudeste da Ásia.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I — *Divisão de Cooperação Econômica e Técnica*

A criação, a título experimental, da Divisão de Cooperação Econômica e Técnica (DET), pela Portaria nº 5, de 28 de agôsto do ano em curso, obedeceu precìpuamente à necessidade de dar maior organicidade aos serviços do Departamento Econômico e Comercial e de reagrupar os assuntos de sua competência de maneira mais adequada ao seu tratamento. Resultou, ademais, no que se refere à DET, da necessidade de atender e acompanhar, de forma orgânica e metódica, a intensificação havida nas atividades de cooperação econômica e técnica internacional, resultante de acordos e convênios bilaterais, bem como prevista nos Programas multilaterais de Assistência Técnica das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, de que participa o Brasil.

Dentro de sua competência, a DET deverá *a*) negociar, centralizar e coordenar a participação do Brasil nas Comissões Mistas de Desenvolvimento Econômico ou de Cooperação Econômica e Técnica, criadas ou a serem criadas em convênios bilaterais, assegurando sua vinculação aos programas estaduais e regionais de desenvolvimento econômico e aos programas de Metas do Govêrno Federal; *b*) tratar, sistemàticamente, dos assuntos ligados à Assistência Técnica multilateral e bilateral, assegurando sua coordenação e centralizando tôdas as atividades do Ministério das Relações Exteriores relacionadas com a matéria.

Para êsse fim, a Divisão de Cooperação Econômica e Técnica, também a título experimental, foi subdividida em dois Setores funcionais a saber: 1º) Setor de Cooperação Econômica e Técnica Bilateral (SETB) que agrupará as Secções brasileiras das Comissões Mistas de Desenvolvimento Econômico e de Cooperação Econômica e Técnica e 2º) Setor de Assistência Técnica Multilateral (SATM) que, absorvendo os encargos da Secretaria da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), passou a centralizar e coordenar, na alçada do Ministério das Relações Exteriores, a participação do Brasil nos Programas de Assistência Técnica da ONU e da Cooperação Técnica da OEA.

Através do seu Setor de Cooperação Econômica e Técnica Bilateral (SETB), em fase de estruturação inicial, a DET ateve-se, durante os três primeiros meses de sua criação, a estudos e entendimentos preliminares sôbre a conveniência de serem negociados, diretamente ou no quadro das Comissões Mistas já instaladas, acordos básicos de cooperação técnica que, nos moldes do existente com os Estados Unidos da América, propiciem e estimulem o intercâmbio bilateral de técnicas e conhecimentos tecnológicos com a Alemanha ocidental, França, Japão, Israel e Irã.

Com o primeiro dêsses países, e ainda com base no Convênio de Cooperação Econômica de 4 de setembro de 1953, foi negociada, em 1958, a vinda de uma Missão Técnica alemã para colaborar nos planos de desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul e pleiteados, na forma de assistência técnica, equipamentos e laboratórios para a Escola Rural de Horizontina, naquele Estado, bem como instalações completas para os laboratórios de Mecânica e Eletrotécnica do Instituto Tecnológico da Universidade Católica, do Distrito Federal.

Os entendimentos iniciados com a Embaixada da França nesta capital, com vista a negociação de um acôrdo básico de cooperação técnica franco-brasileiro, prosseguiram, na se-

gunda metade do ano em curso, com a presença no Rio de Janeiro de um representante especial do Comissariado de Assistência Técnica do Ministério do Comércio, da França, Senhor H. Poumaillou, o qual realizou, durante os seis meses de sua estada no Brasil, um levantamento generalizado das possibilidades concretas de contratos ou projetos bilaterais para o intercâmbio de assistência técnica entre entidades governamentais e privadas dos dois países. No campo das pesquisas agronômicas, procedeu a idêntico levantamento e a contatos preliminares com autoridades brasileiras, uma Missão técnica chefiada pelo Ex-Ministro de Estado da França Senhor Jean Jacques Juglas, atualmente Diretor dos Serviços de Pesquisas Agronômicas de Ultramar, do Govêrno francês.

Através das Embaixadas do Japão e de Israel, nesta capital, e da Embaixada do Brasil em Teerã, foram igualmente estabelecidos entendimentos preliminares, com vista a negociações de acordos básicos de assistência e cooperação técnica bilateral com aquêles países.

O Setor de Assistência Técnica Multilateral (SATM) ficou encarregado das funções exercidas pela Secretaria da Comissão Nacional de Assistência Técnica, cumprindo ao chefe da DET e Diretor-Executivo da CNAT apresentar o relatório das atividades da Comissão, em 1958, como se segue:

II — *Comissão Nacional de Assistência Técnica*

Durante o ano de 1958, as atividades da Comissão Nacional de Assitência Técnica, limitadas por sua própria constituição à coordenação, no Brasil, dos Programas assistenciais multilaterais da ONU e da OEA, prosseguiram em ritmo normal e crescente. O interêsse das entidades governamentais brasileiras, federais e estaduais, expandiu-se sobremaneira e traduziu-se em numerosos pedidos novos de assis-

tência técnica, sendo de lamentar, entretanto, que os recursos totais para o financiamento das solicitações recebidas, se tenham mantido estacionários nos programas mencionados, exceção feita da implementação parcial, a partir do segundo semestre do ano, de um novo Programa de Bôlsas de Estudo da OEA, primeiro resultado concreto da Resolução IV da Conferência Econômica de Buenos Aires.

Efetivamente, as disponibilidades em assistência técnica, no quadro dos referidos programas, de formação altamente heterogênea e resultados necessàriamente dispersos e diluídos no tempo e no espaço, vêm sofrendo redução relativa em razão do aumento das necessidades e dos solicitantes, da insuficiência dos fundos e das crescentes dificuldades para o recrutamento de técnicos capacitados no mercado internacional. Acresce a circunstância de que os recursos disponíveis, além de insuficientes, resultam de contribuições *voluntárias* por vêzes de difícil utilização, e, via de regra, com aplicação compulsória e rígida em exercícios ou períodos anuais sucessivos. Ademais, a concorrência das entidades privadas, que mais podem pagar individualmente, obtendo conseqüentemente a melhor técnica disponível e, bem assim, a espiral inflacionária mundialmente generalizada, tornam cada vez mais cara a assistência técnica prestada dentro dos programas cooperativos multilaterais, sem que se tenha paralelamente verificado um aumento correspondente nas contribuições voluntárias da maioria dos países participantes.

Assistência Técnica Multilateral — ONU — A cooperação internacional de âmbito mundial, na forma de assistência técnica multilateral, concretizou-se originalmente através das Resoluções 200 e 304 da Assembléia Geral das Nações Unidas, seguidas das de números 180 e 222-A, do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), as quais, em 1949, criaram respectivamente os Programas Regular e Ampliado de Assistência Técnica de que participa o Brasil, desde seus primórdios. O primeiro vem sendo executado

em escala modesta, dada a exigüidade dos recursos que lhe são reservados no Orçamento da ONU. O segundo é financiado através de uma conta especial, ou Fundo, constituída por contribuições voluntárias, e administrado pela Junta de Assitência Técnica (UNTAB), em que estão representadas as Agências Especializadas e a Administração de Assistência Técnica, da ONU.

A contribuição do Brasil ao Fundo especial do Programa Ampliado elevou-se, em 1958, a Cr$ 15.400.000,00 (quinze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) a que correspondeu, como quota-parte de participação do Brasil, a soma de US$ 526.300,00 (quinhentos e vinte e seis mil e trezentos dólares dos Estados Unidos da América) atribuídos, de acôrdo com os critérios prioritários estabelecidos pela CNAT, a projetos regionais e nacionais cujas solicitações de ajuda técnica, totalizando os serviços de 51 peritos em 1ª e 2ª categorias, integraram o Pedido Global do Brasil apresentado pela CNAT ao findar o ano de 1957 e aprovado, para 1958, pelas Nações Unidas. Em maio do corrente ano, segundo levantamento efetuado pelo Escritório do Representante Residente da Junta de Assistência Técnica, somavam 144 os peritos da ONU chegados ao Brasil desde o início do Programa. Por outro lado, têm sido recrutados pela ONU, no Brasil, para prestação de assessoramento técnico, no exterior, cêrca de 30 técnicos anualmente.

Para 1959, a contribuição do Brasil foi estimada na mesma base da anterior, ou seja, em quinze milhões e quatrocentos mil cruzeiros a ser integrados por dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Viação e Obras Públicas e da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, sujeitas, entretanto, à aprovação parlamentar. Parcela substancial da contribuição total, ou seja num mínimo de três milhões de cruzeiros, deverá ser paga às Nações Unidas na forma de bôlsas de treinamento

e especialização e serviços de assistência técnica localmente prestadas, oferecidos através do Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços.

A quota-parte da participação do Brasil, em 1959, fixada pelas Nações Unidas em US$ 557.700,00 (quinhentos e cinqüenta e sete mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América) foi totalmente distribuída pela CNAT, segundo seus critérios prioritários, e submetida essa distribuição à consideração da Junta de Assistência Técnica da ONU na forma de um Pedido Global para o ano próximo.

Cooperação Técnica Multilateral — OEA — Em face das recomendações do Comitê de Representantes Presidenciais (CIRP) e da Resolução IV da Conferência Econômica de Buenos Aires, de 1956, sôbre a necessidade de serem ampliadas e diversificadas as atividades de Cooperação Técnica da OEA, foram realizados pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) e pela Secretaria Geral da Organização (UPA), em 1958, os estudos e trabalhos de sua competência no sentido da implementação daquelas Resoluções, ou seja: *a*) tornar o Programa de Cooperação Técnica da OEA atividade regular e continuada da Organização; *b*) estabelecer no Orçamento da União Pan-Americana um Fundo Especial para prestação de Assistência Técnica direta aos Estados Membros que a solicitarem; *c*) dar início, no ano fiscal de 1958, a um programa de bôlsas de estudo, como atividade regular da Organização; e *d*) estabelecer um Fundo Especial de auxílio às entidades educacionais do Continente, tendo em vista facilitar-lhes a aquisição de equipamento técnico-científico, estimular a pesquisa científica e técnica e financiar missões técnicas e programas de intercâmbio de professôres.

Como resultado dêsse esfôrço, já em 1958, os Estados Membros, e dentre êles o Brasil, se beneficiaram da assistência direta por conta do fundo respectivo, fixado, inicialmente,

em apenas oitenta mil dólares, e, bem assim, do novo Programa de Bôlsas de Estudo que, projetado para um total de 500 bôlsas anuais, iniciou-se, a título experimental, em junho de 1958, com aproximadamente 30 por cento daquele número. Como em anos anteriores, entretanto, as atividades de Cooperação Técnica da OEA se ressentiram da escassa disponibilidade de recursos para o seu financiamento, provenientes êsses na sua quase totalidade de contribuições voluntárias dos Estados Membros. A contribuição do Brasil, na forma de dotação orçamentária do Ministério das Relações Exteriores, foi de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) em 1958.

Intercâmbio de Bolsistas — ONU e OEA — Dentro do Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, o Brasil recebeu em 1958, para treinamento e especialização, um total de 46 bolsistas enviados pela ONU e provenientes, em sua quase totalidade, de países latino-americanos, os quais se beneficiaram das facilidades oferecidas através do Catálogo Brasileiro de Serviços. No mesmo período, 11 brasileiros foram contemplados com bôlsas dos Programas Regulares da Administração de Assistência Técnica (TAA) e demais Agências Especializadas para a realização, no exterior, de cursos de especialização em Administração Pública, Demografia e Censo, Desenvolvimento Econômico e Serviço Social. Ainda dentro do Programa Ampliado, porém vinculadas aos Projetos regionais e nacionais em execução, foram solicitadas 42 bôlsas, em 1ª e 2ª categorias, para o treinamento de especialistas brasileiros.

No quadro do Programa de Cooperação Técnica da OEA, 22 brasileiros se beneficiaram de oportunidades para treinamento e especialização no exterior e 10 outros obtiveram bôlsas de estudo do novo Programa de Bôlsas da OEA, em período inicial de execução. Por seu lado, no Brasil, o Centro Pan-Americano de Avaliação de Recursos Naturais (Projeto 29 do Programa de Cooperação Técnica), em 1958, recebeu e treinou 42 bolsistas, sendo 5 brasileiros, e o Centro Pan-

-Americano de Febre Aftosa (Projeto 77 do Programa) outros 9 especialistas do Continente.

O intercâmbio de bolsistas, para treinamento e especialização de técnicos através de programas assistenciais multilaterais de que participa o Brasil, elevou-se, assim, em 1958, a um total de 183 beneficiários.

ASSUNTOS CONSULARES E DE PASSAPORTES

SERVIÇOS CONSULARES

CONSULADOS BRASILEIROS

A Divisão Consular apresentou, no curso de 1958, diversas sugestões destinadas a melhor atender ao perfeito rendimento das Repartições consulares. A notória insuficiência do pessoal lotado em algumas dessas Repartições impõe o aumento dos funcionários de carreira, principalmente em certos Consulados Gerais, como os de Nova Orleans e Antuérpia, que necessitam, pelo menos, de mais um funcionário de carreira. Um inconveniente que se verifica em muitas Repartições consulares é a falta de funcionário de carreira para substituir o chefe do pôsto, em suas ausências ou impedimentos, recorrendo-se então a Auxiliares Contratados, muitas vêzes estrangeiros, para assumir a direção dessas Repartições. O Auxiliar Contratado não pode, evidentemente, exercer certas atribuições que competem exclusivamente a diplomata de carreira, como o manuseio de códigos, cujo emprêgo, em Repartições consulares de certo interêsse político, constitui uma necessidade para comunicações urgentes de caráter confidencial. A Divisão Consular não pode ficar alheia a esta deficiência que, embora não seja estritamente de sua competência corrigir ou eliminar, é demasiado relevante para não ser apontada. Com referência a diversas Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular, tais como Helsinki, Praga, Varsóvia, Oslo e Tóquio, verifica-se que, sobrecarregadas de tarefas consulares, não dispõem elas do pessoal indispensável para executar as múltiplas e variadas atribuições de que se acham incumbidas, inconveniente êsse agravado, como é o caso da Embaixada em Tóquio, pela

deficiência de instalações necessárias para a perfeita execução dessas tarefas.

A reabertura do Consulado em Iocoama, que vem sendo defendida pela Divisão Consular e que tem sido insistentemente reclamada pela Embaixada em Tóquio, com argumentos procedentes, não deveria ser mais retardada. A situação de Iocoama como ponto de partida da linha marítima «Osaka Shosen Kaisha» e terminal da «Royal Interocean», elo de ligação entre o Brasil e a Ásia, e sua situação de centro emigratório são aspectos que não podem ser subestimados e que aconselham essa medida.

Esta Divisão se interessou igualmente pela reabertura do Consulado em Bremen e pela transformação em Repartição de carreira, do Consulado honorário em Stuttgart. Cidade de acentuada importância industrial e também centro emigratório, a renda arrecadada por essa Repartição consular tem aumentado gradualmente nos últimos anos, numa proporção significativa: de Cr$ 9.380,00 em 1955, elevou-se em 1956 a Cr$ 28.738,00, — passou em 1957 a ..... Cr$ 72.422,00, atingindo finalmente no ano em curso, até 31 de outubro último, a Cr$ 103.497,00, ouro. Esta quantia é superior às rendas arrecadadas pelos outros Consulados na Alemanha, salvo o Consulado Geral em Hamburgo, ultrapassando as rendas conjuntas de Francfort e Munique. É ainda superior às rendas dos Consulados Gerais no Pôrto, em Rotterdam, São Francisco, Valparaíso, Vigo e Zurique. Além da capacidade fiscal pròpriamente dita da referida Repartição, o incremento do intercâmbio comercial teuto-brasileiro e a conveniência de facilitar-se a concessão de vistos a emigrantes alemães — o Consulado honorário não pode, em princípio, conceder vistos — são elementos que justificam amplamente a transformação daquela Repartição em Consulado de carreira.

Novas Repartições consulares foram criadas em 1958. Pelo Decreto nº 43.562, de 28 de abril do corrente ano, foi

aberto um Consulado Geral em Jerusalém, cuja jurisdição se estende a tôda a Jordânia e parte sul de Israel, abaixo do paralelo 32. Na Venezuela, foi aberto um Consulado honorário em Punto Fijo, com jurisdição sôbre tôda a península de Paranaguá, havendo sido extinto, em conseqüência, o Consulado honorário em Las Piedras. Criou-se igualmente um Serviço consular junto à Embaixada em Washington.

Houve designações de titulares para os seguintes Consulados e Vice-Consulados honorários: Gijón, Bilbao e San Sebastian, Espanha; Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, Açores; Oranjestad, Antilhas Holandesas; Savannah e Wilmington, Estados Unidos da América; Iquitos, Peru; Lugano, Suíça; Cannes, França; São Tomé e La Plata, Argentina.

No interêsse do serviço e para atender a uma melhor distribuição de atribuições, foram alteradas as jurisdições de algumas Repartições consulares e Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular. Foi incluída na jurisdição do Consulado em Port-of-Spain a ilha de Bermuda, ficando, de outro lado, o Sudoeste Africano subordinado ao Consulado Geral em Capetown. Sofreram igualmente modificações as jurisdições da Embaixada em Estocolmo e do Consulado em Gotemburgo, alterações essas processadas em conformidade com a divisão administrativa sueca. Foi ampliada a jurisdição do Consulado honorário em La Plata, ao qual ficou subordinada a cidade de Necochea.

Com a criação da RAU, foram extintas nossas representações diplomáticas no Egito e na Síria, criando-se uma Embaixada junto à República Árabe Unida, no Cairo, e um Consulado Geral em Damasco, Síria, constituída esta última em província.

RENDA CONSULAR

Com poucas exceções, já foram recebidos pela Divisão Consular os dados referentes às rendas arrecadadas pelas

Repartições consulares no corrente ano, até 31 de outubro último. O total dessa renda, em cruzeiros ouro, foi o seguinte:

Consulados de carreira	5.847.365,70
Consulados privativos	25.082,40
Consulados honorários	786.614,40
Vice-Consulados honorários	42.438,29
Total: Cr$ (ouro)	6.701.500,79
Alfândegas:	1.668.323,10

Pela leitura do relatório de 1957, verifica-se que a renda arrecadada naquele ano foi de Cr$ 8.490.952,10, tendo havido assim, no ano em curso, com relação ao ano passado, uma diferença a menos de Cr$ 121.128,21.

CONSULADOS ESTRANGEIROS

No ano em curso, ascendeu a 64 o número de *exequatur* concedidos a representantes consulares estrangeiros.

Já foi publicada a «Lista do Corpo Consular Estrangeiro», atualizada até 31 de julho de 1958. Nova lista deverá sair em princípios de 1959, na qual serão feitas as alterações ocorridas no segundo semestre do corrente ano.

RECONHCIMENTO DE FIRMAS

No setor de legalização de firmas, deve ser mencionada a Circular nº 1.923, que determina a obrigatoriedade de autenticação, pelas autoridades consulares brasileiras, de todo documento destinado a produzir efeitos no Brasil e que tenha, assim, de ser legalizado pela Secretaria de Estado. Essa autenticação é dispensada excepcionalmente, quando não houver representação do Brasil no país de onde provém o documento a ser legalizado.

No intuito de impedir o uso indevido de estampilhas consulares e de evitar fraude ao Tesouro, a Divisão Consular expediu às Missões diplomáticas encarregadas do Serviço Consular e Repartições consulares a Circular nº 2.896, pela qual é recomendado o emprêgo de tinta de penetração em documentos onde seja apôsto o sêlo de armas ou carimbos, impossibilitando-se assim, doravante, que uma estampilha já servida possa vir a ser novamente utilizada. A tinta comum, até então empregada, podendo ser apagada por processo químico, não ofereceria condições de garantia para evitar fraude.

No curso de 1958, foram expedidas à Alfândega do Rio de Janeiro 1.398 guias para recolhimento de emolumentos a pagar pela legalização de documentos estrangeiros, vistos em passaportes e reconhecimento de firmas, apurando-se um total de Cr$ (ouro) 8.388.00.

IMPORTAÇÕES

O setor de importação de bens, como automóveis e outros, muito embora tenha sofrido, quantitativamente, grande redução em confronto com o do ano passado, em conseqüência do critério objetivo e uniforme adotado por esta Divisão com relação aos pedidos que lhe são feitos, constitui ainda um contingente bem pesado no que se refere ao estudo dos pedidos e conseqüente expedição das autorizações.

Em face da precariedade de meios para apurar, em dados estatísticos, o número exato de consultas e respostas em 1958, a Divisão Consular se limitará a avaliar êsses elementos aproximativamente, tomando por base a média de CTs e telegrama recebidos. Com pequena margem de êrro, pode ser calculada uma média diária de 8 a 10 consultas, o que apresentaria, no transcurso do ano, um total de cerca de 3.000 consultas recebidas e outras tantas respostas expedidas, pondo de parte os numerosos expedientes interlocutórios que, às vêzes, tomam considerável tempo para exame e preparo.

Muitos casos suscitam, por circunstâncias várias, a interposição de Mandados de Segurança por parte dos interessados. Êsse apêlo judiciário, pela análise que exige dos seus documentos e das alegações formuladas pelos requerentes, onera sobremodo o funcionário encarregado do preparo das contestações ou esclarecimentos solicitados pela Justiça. O número de Mandados de Segurança tem felizmente, diminuído de mês para mês, de forma sensível, tendo sido informados, em 1958, cêrca de 19 apelos judiciários.

A Divisão Consular está examinando a conveniência de recomendar às Missões diplomáticas encarregadas do Serviço Consular e Repartições consulares que encareçam aos interessados, quando da legalização da relação de bens, que a trazida de móveis, máquinas, instrumentos, etc., — coisas, enfim, que estejam fora do conceito de bagagem — estaria sujeita ao pagamento de tributos alfandegários, e de outras taxas, como capatazia, armazenagem, etc. Outro ponto que está merecendo cuidadoso exame desta Divisão é a necessidade de adotar-se maior rigor na apuração da procedência dos pedidos feitos para a importação de bens. Com efeito, uma maior severidade nesse sentido se impõe, porque, exigindo a legislação que regula a matéria a prova de propriedade dos bens apenas por 6 meses, aparecem inúmeros casos, principalmente de brasileiros que, após 8 meses ou um ano de permanência no exterior, regressam ao Brasil trazendo automóvel de elevado valor mercantil.

SERVIÇO MILITAR

No correr de 1958, mereceram a devida atenção da Divisão Consular, com o encaminhamento de rotina, os casos de alistamento de brasileiros no exterior e adiamento de incorporação, continuando a ser remetidos às nossas Missões diplomáticas encarregadas do Serviço Consular e Repartições consulares certificados e fichas de alistamento militar.

ASSUNTOS GERAIS

O expediente de rotina, em número sempre crescente nos mais variados setores, continuou a ser processado normalmente em 1958: remessas de certidões de nascimentos, consultas sôbre questões de nacionalidade, comunicações relativas a repatriações, contrabandos, importações de munições, armas, explosivos, etc.

Foram expedidas às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições consulares diversas circulares, dentre as quais merecem referência especial as seguintes, além das já enunciadas anteriormente:

a) Circular nº 2.844, que remete instruções sôbre embarque de mercadorias, em conformidade com o novo Regulamento de faturas comerciais;

b) Circular nº 2.860, que esclarece ser obrigatória a licença de importação, ainda quando seja esta última feita por órgãos federais;

c) Circular nº 2.889, relativa à insenção de emolumentos consulares para mercadorias de valor inferior a US$ 25.00;

d) Circular nº 2.897, com a qual foram remetidas cópias dos docs. n.º 43.028 e n.º 43.325, referentes a desembaraço aduaneiro de bagagem, tratamento cambial e funções consideradas de caráter permanente nos Ministérios militares;

e) Circular nº 2.923, que fixa a necessidade de autenticação por parte de autoridades consulares brasileiras de documentos estrangeiros para posterior legalização pela Secretaria de Estado;

f) Circular nº 2.926, que fornece esclarecimentos sôbre a perda da nacionalidade do brasileiro que, voluntária ou involuntàriamente, presta serviço militar em país estrangeiro;

g) Circular nº 2.950, que recomenda a observância do regime de consulta prévia para mercadorias destinadas ao serviço público federal, não amparadas por licença de importação ou certificado de cobertura cambial;

h) Circular nº 3.001, que permite a aceitção de conhecimentos de carga «à ordem», devendo, todavia, tais conhecimentos equivaler a mercadorias colocadas a bordo.

Havendo sido alterados dispositivos da Lei de Introdução ao Código Civil pela Lei nº 3.238, de 1º de agôsto de 1957, foi expedida às Missões diplomáticas estrangeiras a Circular nº 3.004, relativa à celebração de casamentos perante Agentes diplomáticos e consulares estrangeiros. Êsses casamentos poderão ser celebrados quando os nubentes forem nacionais do país da autoridade celebrante, excluindo-se essa faculdade quando tiverem os nubentes ou um dêles dupla nacionalidade, e uma delas fôr a brasileira. Nesses casamentos, deverão ser respeitados os impedimentos dirimentes absolutos, que são os consubstanciados nos incisos I a VIII do art. 183 do Código Civil.

Foi preparado pela Divisão Consular e deverá ser assinado pròximamente um acôrdo com o Paraguai a fim de se estenderem aos funcionários paraguaios, no Brasil, os mesmos privilégios alfandegários de que gozam os funcionários diplomáticos daquele país. O acôrdo seria concluído por troca de notas, à base de reciprocidade, e viria a beneficiar assim os funcionários consulares dos dois países.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO

Seguem abaixo os principais dados estatísticos referentes ao movimento da Divisão Consular em 1958:

Memoranda	203
Circulares	47
Instruções de Serviço	1
Renda Consular: Cr$ (ouro)	6.710.500,79
Reconhecimento de firmas	19.290
Guia para pagamento de emolumentos consulares	1.398
perfazendo um total de Cr$ (ouro)	8.388,80
Exequatur	74
Cartas-patentes	69
Pedidos de importação de armas e munições	208
Pedidos de importações de produtos químicos	352

PASSAPORTES

As atividades da Divisão de Passaportes tiveram acentuado incremento durante o ano de 1958. Registrou-se número crescente de passaportes especiais e diplomáticos expedidos, bem como em maior quantidade foram os expedientes de resposta a consultas formuladas pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no exterior, relativos à concessão de vistos a estrangeiros desejosos de ingresso no território nacional.

Turismo e Trânsito — Encontra-se atualmente em estudos, nas Comissões de Relações Exteriores e de Finanças da Câmara dos Deputados, o convênio de turismo e trânsito entre o Paraguai e o Brasil, firmado a 12 de setembro de 1958, no Rio de Janeiro, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai. O texto do convênio foi enviado à aprovação do Congresso Nacional com a Mensagem 418, de 7 de novembro de 1958. Na Exposição de Motivos, de 18 de outubro de 1958, foi ressaltada a importância especial do convênio, quer do ponto de vista de nossa política exterior, quer quanto às conseqüências econômicas do mesmo. A Exposição de Motivos dá especial relêvo às novas ligações rodoviárias entre o Brasil e o Paraguai, em projeto ou em construção, acentuando-lhes o caráter primacial que desempenharão na obra de maior aproximação dos povos brasileiro e paraguaio. Por outro lado, acentua a Exposição de Motivos que a isenção de taxas e demais formalidades, que implicam maior despesa ou incômodo para os visitantes, foi feita «sem que com isso se prejudique a necessária vigilância pela segurança nacional». O Artigo III do referido Convênio estabelece que as autoridades competentes brasileiras e paraguaias ficam habilitadas a impedir a entrada, em seu

território, respectivamente dos paraguaios e brasileiros cujo ingresso julguem inconveniente, especialmente àqueles considerados perigosos para a segurança continental. Pelo Artigo VI reconhecem as Partes Contratantes o direito de livre trânsito em seus respectivos territórios, dos veículos automotores de turismo de ambos os países. É uma conseqüência natural da extensão do plano rodoviário Brasil-Paraguai. O Artigo VIII estipula que os referidos veículos deverão estar protegidos por um seguro de risco, por danos causados a terceiros e contra roubo. Releva notar que o presente convênio representa o primeiro passo para a conclusão de outros, dentro do plano de maior aproximação das nações e dos povos americanos.

Supressão de visto em passaportes diplomáticos e oficiais — Por troca de Notas entre o Govêrno brasileiro e o Govêrno italiano, realizou-se um Acôrdo entre os dois países para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais. As referidas notas levam a data de 6 de setembro de 1958. A supressão dos vistos constantes das notas não dispensa os titulares de passaporte especial brasileiro (ou documento equivalente) e de serviço italiano(ou documento equivalente) da observância das leis e regulamentos em vigor concernentes ao ingresso, permanência e saída nos respectivos países. Quanto aos titulares de passaportes diplomáticos brasileiros ou italianos, ficarão dispensados de visto nos dois países, para entrar e permanecer em trânsito ou por tempo indeterminado.

Comité Intergovernamental para as Migrações Européias — Realizou-se em fins de maio de 1958, em Genebra, a Reunião do Conselho e da Comissão Executiva do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias. A Comissão designada para representar o Brasil foi assim constituída: Chefe — Henrique de Souza Gomes, Embaixador em Genebra; Delegado — Walter Cechella, Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Ministro Ilmar Penna

Marinho, Chefe do Departamento de Assuntos Consulares e de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores; Assessôres — Professor Oscar Machado da Silva; Secretário Jatyr de Almeida Rodrigues; Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

Circulares — Foram expedidas, durante o ano de 1958, circulares sôbre cassação e restabelecimento de permanência no Brasil, expulsão de estrangeiros e extravio de passaportes. À exceção das circulares de rotina, outras foram enviadas às Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e às Repartições consulares instaurando novas normas relativas a concessão de vistos. Dentre elas podemos destacar a Circular nº 3.123, de 23 de dezembro de 1958, relativa à concessão de vistos a familiares enfermos.

Pedidos de Visto Permanente — A entrada de estrangeiros no teritório nacional é, pelo fato de acarretar integração do alienígena na comunidade brasileira, matéria que demanda a mais cuidadosa atenção e zêlo, bem como a adoção de critérios rígidos de seleção e contrôle por parte das autoridades brasileiras. Neste campo, agem conjuntamente, num sistema de troca de informações e recomendações, o Itamaraty o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Êste sistema de interação e colaboração atende aos reclamos de defesa dos interêsses do Brasil. No sentido de salvaguardar a ordem pública e a segurança das instituições contra possíveis infiltrações de ideologias estranhas aos princípios democráticos do regime, a concessão de vistos permanentes tem sido cercada de uma série de precauções tomadas à base de investigações sôbre os interessados. Tais precauções e medidas se estendem aos pedidos formulados por imigrantes já radicados no país, em favor de seus parentes, refugiados políticos ou residentes em países sob o regime comunista. Assim, o exame dos antecedentes político-sociais é medida preliminar para a concessão do visto. Da mesma forma, e por razões de ordem pública,

são examinados os antecedentes penais dos candidatos à permanência definitiva no Brasil. Outro aspecto de relevante importância é a averigüação da situação financeira dos desejosos de conseguir visto permanente, requisito que se impõe em virtude dos interêsses econômico-financeiros do Brasil. A Circular nº 2.785, de 9 de outubro de 1957, às Missões diplomáticas, aos Consulados de carreira, privativos e honorários autorizados a visar passaportes, sôbre a concessão de visto permanente a imigrantes espontâneos, determinava a concessão de visto permanente aos candidatos que, havendo consultado individualmente o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, exibissem resposta considerando-os de profissão útil e de fácil colocação no mercado de trabalho brasileiro. Há, pois, uma complementação entre os requisitos de autonomia financeira e os de caráter profissional.

Visto temporário — A permanência de alienígenas em território nacional, em caráter transitório, está, também, condicionada às exigências de ordem pública e segurança nacionais. Tem o Itamaraty dado mais ênfase a êstes casos, havendo, inclusive, circular a respeito. A presença de indesejáveis no território nacional, temporàriamente, acarreta, é óbvio, os mesmos inconvenientes, se não maiores, da permanência definitiva de alienígenas nocivos à ordem pública.

Viajantes oriundos de países comunistas — Adotou a Divisão de Passaportes novo critério de contrôle para a concessão de visto temporário para viajantes oriundos de países comunistas que vêm ao Brasil em missão de natureza comercial. Os pedidos de visto deverão prèviamente ser submetidos à aprovação do Chefe da Divisão de Ordem Política e Social. Compete, pois, à Divisão de Ordem Política e Social emitir parecer sôbre a conveniência, ou não, de ser-lhes concedido o visto.

Consultas sôbre Concessão de Visto — Nos casos de consulta, as autoridades consulares devem fornecer à Secretaria de Estado informações sôbre profissão, ideologia política

e antecedentes do candidato, citando as fontes dessas informações e emitindo opinião sôbre a conveniência do visto.

Oficiais e Técnicos Militares Norte-Americanos — Aos oficiais e técnicos norte-americanos que se dirigem ao Recife tem sido concedido visto oficial a pedido do Departamento da Fôrça Aérea norte-americana. Êsses oficiais e técnicos militares vêm desempenhar funções na base de teleguiados de Fernando de Noronha. A Divisão de Passaportes faz a notificação da concessão dos referidos vistos aos Ministérios militares brasileiros.

Turistas cidadãos de países americanos — A Lei 2.526, de 5 de julho de 1955, isenta de visto consular os turistas cidadãos de países americanos. A amplitude do texto legal, entretanto, tem possibilitado a entrada, em território nacional, de elementos indesejáveis, alguns, inclusive, anteriormente expulsos do Brasil, ou que tiveram sua permanência em nosso país cassada. Abre, assim, a referida lei uma brecha pela qual conseguem os referidos indesejáveis penetrar em território nacional. O artifício é simples: na impossibilidade de obter vistos temporários ou de permanência definitiva, os alienígenas ingressam no Brasil beneficiados pela Lei 2.526. O Departamento do Interior e da Justiça é de opinião que, em face do texto legal, não se podem erguer barreiras jurídicas à entrada de tal classe de alienígenas. Nos casos de expulsão do território nacional é evidente que não será permitida a entrada do estrangeiro. Tratando-se de cassação de permanência, através do sistema de consulta, a Divisão de Passaportes dirige-se ao Departamento do Interior e da Justiça inquirindo-o sôbre as causas que a motivaram, sendo enviadas, depois, instruções aos Consulados e Missões diplomáticas. Desta maneira soluciona-se a dificuldade criada pela Lei 2.526.

Imigrantes de países da órbita soviética — Aos imigrantes de países da órbita soviética, que só permitem a saída em caráter temporário do seu território, tem a Divisão de Passaportes autorizado a concessão de visto de turismo,

podendo seu beneficiário requerer permanência definitiva quando de sua chegada ao Brasil.

Instituto Nacional de Imigração e Colonização — Dentro da diretriz de selecionar os imigrantes, atendendo ao plano geral de fazê-lo tendo em vista sua integração no mercado de trabalho brasileiro, tem o Instituto Nacional de Imigração e Colonização organizado listas discriminadoras de profissões cuja procura é de vulto a absorver a oferta, sendo, assim, de fácil colocação no Brasil. A Divisão de Passaportes tem remetido essas listas às Missões diplomáticas a Repartições consulares para serem observadas na concessão de vistos. Conta o INIC, incluive, em Roma, com o Serviço Brasileiro de Seleção de Imigrantes na Europa, encarregado de selecionar, dentro dos padrões e normas daquele Instituto, os imigrantes mais úteis ao Brasil.

Refugiados Húngaros — Através do Comité Intergovernamental para Migrações Européias, têm chegado contînuamente ao Brasil refugiados húngaros. O INIC tem enviado ao Itamaraty, para concessão de vistos, listas dêsses refugiados, que vêm para o Brasil sob os auspícios do Comitê Húngaro da Cruz Vermelha e da Comissão Nacional Católica de Imigração.

Refugiados húngaros no Brasil. Incidente na Ilha das Flores — Em princípios de 1958, ocorreu lamentável incidente provocado por refugiados húngaros alojados pelas autoridades brasileiras na Ilha das Flores. Tanto mais que deu origem a comentários desairosos para com o Brasil em vários periódicos europeus e americanos. Não é desnecessário recapitular os principais acontecimentos e suas repercuções no plano internacional. Após a revolução húngara e o massacre levado a efeito pelas tropas soviéticas, ofereceu-se o Brasil para dar acolhida às vítimas da revolução. Pela Circular 1.864 do Departamento Consular e de Passaportes, de 26 de fevereiro de 1958, o Itamaraty esclareceu a posição do Brasil na questão dos refugiados húngaros. Até

a data da circular o Brasil, «movido por sentimentos de solidariedade humana» havia acolhido 1.800 cidadãos húngaros, *não como imigrantes, mas como refugiados*. Daquele número, 82% já se encontravam inteira e permanentemente colocados. Para os restantes 147 homens válidos que ainda se encontravam sem trabalho — número êsse que se reduzia dia a dia — existiam 202 propostas de colocação em vários Estados da União. Êstes índices quantitativos eram a prova suficiente para destruir as alegações dos 11 refugiados que partiram clandestinamente do Brasil, a bordo do «Highland Monarch» e foram ter à Inglaterra. Alegavam os refugiados ao chegarem no Reino Unido («News Chronicle») que *they had been promised houses and work* e, segundo declarações feitas a Mr. Greenwood, «Spokeman» da oposição do «Home Office», *we found no homes other than camps or single rooms in rat-infested slums with water pouring through the roofs*. A resposta do Itamaraty, amplamente divulgada pelas Representações diplomáticas em diversos países europeus, não deixou margem de dúvida sôbre a inverdade de tais declarações. Em primeiro lugar foi acentuado o fato de que não recebíamos os húngaros como imigrantes, isto é, como potencial humano para incrementar nosso mercado de trabalho. Antes, foram motivos de solidariedade humana que levaram o Govêrno brasileiro a receber os refugiados, uma vez que, ante os horrores da repressão soviética, o Brasil, como nação democrática e amante da paz, não se poderia furtar ao dever humanitário de dar acolhida e agasalho aos que buscavam abrigo. Por outro lado, acentuou o Itamaraty que os casos de inadaptação ao novo meio são freqüentes — dado o caráter sedentário do homem — tendo ocorrido em países europeus como a Áustria e de imigração, como a Argentina, o Canadá e os Estados Unidos da América. Frisou o Itamaraty também, o contraste fundamental existente entre os sistemas políticos do Brasil e da Hungria, acentuando que a fuga clandestina dos refugiados seria um reflexo da falta de estímulo para iniciar vida nova em circunstâncias dife-

rentes, em regime de irrestrita liberdade e de livre competição, às quais estariam já desabituados os magiares. Agindo ainda como fôrça subversiva, poderia ser apontada a perniciosa influência de elementos entre êles infiltrados e cujo verdadeiro propósito seria o de desmoralizar a atuação humanitária dos países democráticos que acolheram as vítimas de regime de opressão. Os efeitos sensacionalistas do telegrama endereçado por alguns dêsses elementos ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, representantes do CIME, do Comitê Húngaro do Brasil e de organizações de benemerência, como a Comissão Nacional Católica de Imigração, o HIAS e outras, foram completamente destruídos pela oportunidade de verificar-se, *de visu*, a inverdade da improcedência do que foi por êles alegado. Também representantes da imprensa estrangeira tiveram a oportunidade de constatar a falta de fundamento das declarações. De outra parte, surgiram dificuldades internas para o Govêrno britânico, uma vez que, pelas leis inglêsas, os refugiados não poderiam permanecer em território inglês. Entretanto, o sentimentalismo e o sensacionalismo que envolveram a questão fizeram surgir na opinião pública daquele país uma onda de simpatia em tôrno dos refugiados, o que era explorado pelo oposição que exigia do Primeiro Ministro Butler um pronunciamento do Parlamento a respeito. Em caráter excepcional, ressalta o «Times», Mr. Butler anunciou ao Parlamento que o Govêrno inglês resolvera conceder asilo às três famílias de refugiados húngaros. Essa medida do Govêrno britânico foi tomada de comum acôrdo com o Govêrno brasileiro que, depois de consultar o INIC, procedeu a estudo do assunto. Anunciou, ainda, o Itamarty a futura divulgação de depoimentos e documentos de muitos dos próprios refugiados húngaros que, no Brasil, refizeram sua vida.

Convenção sôbre o Estatuto dos Refugiados — A Convenção sôbre o Estatuto dos Refugiados foi considerada pela

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável do relator, Deputado Joaquim Duval, quanto à sua constitucionalidade. Atualmente está na Comissão das Relações Exteriores, sendo seu relator o Deputado Menotti Del Picchia.

Requerimentos para Concessão de Visto — Por razões de ordem prática e para maior distribuição setorial do serviço, tem a Divisão de Passaportes procurado limitar o recebimento de requerimentos para a concessão de vistos, instruindo os interessados a se dirigirem diretamente às Missões diplomáticas e Repartições consulares, nos casos em que estas podem, por si, resolver o assunto.

Correspondência — Várias sociedades de assistência e benemerência mantêm correspondência com a Divisão de Passaportes. Entre elas podem ser destacadas o Serviço Social Internacional, a Comissão Nacional Católica de Imigração e a United Hias Service. Também pedidos de informação de particulares têm sido respondidos pela Divisão.

Estatística — As atividades de rotina da Divisão de Passaportes, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1958, expressam-se pelos seguintes dados:

1) *Passaportes diplomáticos*

   a) expedidos: 400
   b) prorrogados: 146

2) *Passaportes especiais*:

   a) expedidos: 3.050
   b) prorrogados: 438

3) *Passaportes Comuns enviados à Polícia Marítima*

   a) expedidos: 18.000

4) *Vistos Oficiais e diplomáticos*

   a) expedidos: 123

5) *Cartas de pedido de visto* — 10.000
6) *Declarações em passaportes estrangeiros* — 363
7) *Declarações em passaportes brasileiros* — 15
8) *Passaportes coletivos especiais* — 10
9) *Passaportes brasileiros para estrangeiros* — 2.500
10) *Carteiras de identidade para estrangeiros*:

a) expedidas: 206
b) prorogadas: 216

Correspondência

1) Telegramas — 416
2) Cartas-telegramas — 1.807
3) Ofícios-verbais — 749
4) Ofícios — 193
5) Cartas particulares — 216
6) Memoranda — 93
7) Exposições de motivos — 2

Atestados médicos — 434

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL

Durante o ano de 1958, a Divisão do Pessoal executou as tarefas que lhe são atribuídas através da elaboração dos expedientes cuja discriminação se encontra no quadro estatístico em anexo.

Ressentiu-se especialmente a Divisão da falta de pessoal em número suficiente para o planejamento e organização administrativas, que constituem a parte mais importante de suas funções.

Assim é que de um total de 4 funcionários de carreira, que aqui se encontravam lotados no início de 1958, além do Chefe e do Subchefe, conta agora a Divisão do Pessoal com apenas um.

Do mesmo modo, o número de funcionários administrativos, já em número insuficiente, caiu de 12 para 9, sendo que dêstes, apenas uma datilógrafa, para todo o serviço mecânico da Divisão. O volume de trabalho e de expedientes apresentado no mapa estatístico só foi possível graças à diligência dêsses funcionários, mas não pôde deixar de acarretar prejuízos para o melhor desenvolvimento dos trabalhos e para o aproveitamento dos recursos individuais de cada funcionário.

Os expedientes de rotina referem-se a distribuição e cômputo de boletins de merecimento, elaboração das listas quíntuplas de promoção, decretos de remoção, promoção, aposentadoria, etc., fôlhas de pagamento, saques de ajuda de custo, de remuneração mensal, de auxílio-transporte e diárias para serviço provisório e para as delegações a Congressos e Conferências no exterior, além de elaboração das listas de pessoal, estudo e despacho de processos, concessão de férias, licenças e férias extraordinárias, pedidos de concessão de

facilidades aduaneiras, emissão de carteiras de identidade funcional, contrôle do livro de ponto, etc.

Quanto aos trabalhos de planejamento e organização realizados durante o ano, ressalta a atualização e complementação da Tabela de Milhas, agora estruturada de maneira a cobrir as distâncias entre todos os postos diplomáticos e consulares, o que veio sanar a lacuna que desde há alguns anos entravava os serviços do setor encarregado das remoções. Sem dúvida uma utilíssima realização do último chefe da Divisão do Pessoal, Conselheiro Manuel Antônio de Pimentel Brandão.

Cuidou, outrossim, a D.P. de estudar a maneira de regularizar a questão das promoções à classe «N» da Carreira de Diplomata, que vinha sendo objeto de controvérsias devido a divergências de interpretação da lei que regula essas promoções. A sugestão final decorrente dêsse estudo, encontra-se ainda em tramitação pela Casa.

A Comissão de Reforma, cuja criação fôra objeto de sugestão do ex-Chefe da Divisão em seu Relatório de 1957, está atualmente em pleno funcionamento, e com o fruto de seus trabalhos será possível à Divisão do Pessoal entregar-se à tarefa prática de ampliação dos quadros, dando nova dimensão à Carreira, com a consolidação dos dispositivos legais que a regulam.

Ainda dentro do mesmo espírito, inicia agora a D.P. o estudo da situação dos auxiliares contratados no exterior, com o fito de reformar a estrutura da lotação do pessoal administrativo nas Missões diplomáticas e Repartições consulares, a fim de proporcionar uma distribuição mais racional e eficiente daqueles servidores.

Finalmente, começar-se-á em breve o planejamento de uma reforma geral na própria Divisão, com o objetivo de aparelhá-la material e tècnicamente para o trabalho a enfrentar no futuro, quando o desenvolvimento do Itamaraty e a projeção sempre crescente do Brasil no concêrto das nações estão

a reclamar de todos os setores do Ministério, notadamente de sua base administrativa, o máximo grau de eficiência e perfeição para a boa realização dos objetivos de nossa política exterior.

MAPA ESTATÍSTICO DOS TRABALHOS DA DIVISÃO DO PESSOAL NO ANO DE 1958

I — *Expediente*

a)	Decretos	
	de remoção	125
	de aposentadoria	7
	de nomeação para Congressos	102
	de exoneração	9
	de promoção	26
	TOTAL	269
b)	Portarias	108
c)	Exposições de Motivos	34
d)	Avisos	28
e)	Expedientes à Alfândega	412
f)	Despachos	42
g)	Ofícios Diversos	1.515
h)	Memoranda	443
i)	Declarações	85
j)	Circulares	4
k)	Correspondência com a Delegacia do Tesouro em Nova York	
	1 — Telegramas	364
	2 — Cartas-Telegramas	1.272
	3 — Outros expedientes	167

II — DADOS SÔBRE PESSOAL

a)	Curricula Vitae	10
b)	Apresentações	179
c)	Partidas	161
d)	Falecimentos	3
e)	Posses	32
f)	Concessão de salário-família	43
g)	Cálculos para remoções e férias	232
h)	Licenças	170
i)	Aposentadorias	7
j)	Nomeações na Carreira de Diplomata	17

MATERIAL

Muitas são as atribuições da Divisão do Material, atingindo os mais diversos setores da Administração.

Embora dispondo de escassos recursos, todos os esforços têm sido envidados no sentido de que seja obtido o maior aproveitamento possível dos meios a ela atribuídos.

Visando proporcionar melhores instalações às suas Repartições no exterior, a Divisão do Material, no exercício de 1958, aprovou projetos e concedeu dotações necessárias às reformas das instalações e obras de maior monta nas Embaixadas em Roma, Montevidéu, Buenos Aires, Havana e Assunção. Foram também concedidos recursos à Delegação do Brasil junto à UNESCO para sua instalação, feita em moldes modernos e apresentando o maior bom gôsto e confôrto, em salas a ela destinadas em novo e majestoso prédio, sede daquele Organismo Internacional.

Também com referência às Repartições no exterior e, no sentido de conservar a padronização de seus serviços e material utilizado, a Divisão do Material autorizou o fornecimento de 32 máquinas de escrever a diversas Missões diplomáticas e Repartições consulares, além de controlar e superintender o serviço de nosso fornecedor oficial em Londres, com o objetivo de conseguir o máximo de perfeição e rapidez.

Depois de árdua tarefa conseguiu esta Divisão atualizar e organizar os inventários anuais das Missões diplomáticas e Repartições consulares e iniciar um serviço de arquivo de fotografias de prédios e instalações internas das mesmas. No próximo ano deverá começar a ser utilizado o referido serviço, de grande importância para os estudos por parte da Divisão do Material e que prestará real auxílio a funcionários da carreira diplomática.

Em 1958 a Divisão do Material e o Serviço de Conservação do Patrimônio projetaram e executaram a reforma do 2º andar da ala direita do Itamaraty, obra esta tornada inadiável dado o precário estado de conservação daquela construção. A reforma foi feita na base da do andar térreo, realizada em 1956, e novas salas de trabalho, confortáveis e de acôrdo com os fins a que se destinam, foram entregues às Divisões dêste Ministério.

No princípio do corrente ano foi instalado definitivamente, em salas para êste fim adaptadas, o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, sendo inaugurado solenemente pelo Senhor Presidente da República.

Foi realizada, em parte, no corrente ano, antiga pretensão da Divisão do Material: instalação de amplo e moderno sistema de proteção contra incêndio, cuja falta era injustificável em prédio do valor histórico do Palácio Itamaraty.

Com o objetivo de melhorar o tão precário serviço telefônico da Secretaria de Estado, foi feita revisão geral da rêde interna Ericson, o que proporcionou sensível melhora nesse serviço.

No que se refere às instalações da Secretaroa de Estado, além das aquisições dos móveis de uso comum, foram adquiridos no corrente ano duas mesas para conferências, um cofre-forte para o Departamento Econômico, vários ventiladores de coluna e de mesa e forradas com tapetes as seguintes dependências da Secretaria de Estado: Sala de Música, antesala do Gabinete do Senhor Secretário Geral, hall de ligação com ante-sala da Secretaria Geral, salas da Divisão Cultural e do Departamento de Passaportes. Foi também reformada a forração da Biblioteca, com linóleo de borracha. Pode-se incluir, nas aquisições de maior vulto realizadas nêsse período, a de mais um aparelho copiador «Ditto» para o Serviço de Comunicações, de um flash eletrônico para o Serviço Fotográfico e atualização do estoque de bandeiras estrangeiras, dispondo o Itamaraty atualmente de completa coleção

de bandeiras de todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

Com o objetivo de colaborar com o Serviço Médico do Itamaraty a Divisão do Material conseguiu obter da Prefeitura vacinas «Salk» destinadas aos filhos dos funcionários e providenciou, como em anos anteriores, o serviço de «Abreugrafia», facultado a todos os servidores da Casa.

Da maior monta e utilidade foram as concorrências públicas realizadas para a venda de automóveis usados, imprestáveis ao serviço dêste Ministério e cada dia mais se depreciando por estragos causados pela falta de uso. Foram recolhidos aos cofres públicos Cr$ 835.733,00, relativos a 10 automóveis avaliados em Cr$ 515.000,00 e absolutamente imprestáveis ao Ministério das Relações Exteriores.

Em 1958 foram feitas pela Divisão do Material 251 requisições ao Departamento Federal de Compras, 58 coletas de preços, 78 autorizações de saques e recebidos, aplicados e comprovados 5 adiantamentos.

Em virtude do reduzido número de servidores da Portaria, foi solicitada a admissão de funcionários especializados para atender aos serviços de refrigeração, mecânica de máquinas de escrever e de automóveis, lanternagem, pintura e lustração. Tendo sido aprovada a Tabela de Tarefeiros em junho do presente ano, pôde a Divisão do Material organizar um serviço permanente de consertos e conservação dos aparelhos elétricos do Ministério, obtendo os melhores resultados e grande economia, evitando os elevados preços das oficinas especializadas.

Podemos destacar os seguintes trabalhos de maior monta realizados pelas oficinas do Itamaraty em 1958:

instalação de fôrça para as máquinas da oficina mecânica;
instalação geral de luz fluorescente em tôdas as salas do Arquivo e Depósito de Maços;
Instalação de um quadro elétrico de campainhas para atender a chamada de automóveis na garage;

recuperação e instalação de aparelhos de ar condicionado em salas diversas;
instalação de entrada de água para o páteo da garage e para a oficina de refrigeração;
impermeabilização de parte dos terraços da Biblioteca;
execução de uma armação em madeira e ferragens para colocação de tôldo na varanda da sala de recepções;
confecção de armários especiais para guarda de cristais;
conservação e consertos diversos em móveis e alfaias;
reforma parcial dos jardins.

Apesar da falta de recursos financeiros e da reduzida e deficiente frota de veículos de que dispõe, a Garage conseguiu manter seus serviços com eficiência e regularidade. Em suas oficinas foram feitos os reparos e a conservação normal dos automóveis da Secretaria de Estado, o que representou grande economia para os cofres públicos. Com o objetivo de completar a instalação de seus serviços, foi adquirido um novo conjunto de tanque reservatório e bomba para abastecimento de gasolina.

Pensa a Divisão do Material bem ter cumprido suas atribuições, apesar dos poucos recursos financeiros de que pôde dispôr em virtude do plano de economia em que se empenhou o Govêrno. Se assim se deu ela o deve, em grande parte, à dedicação e eficiência de seus poucos funcionários.

COMUNICAÇÕES E ARQUIVO

Durante o ano de 1958 foram feitas várias alterações no funcionamento de diversos setores da Divisão de Comunicações e Arquivo, visando a acelerar o processamento da correspondência em trânsito na DCo., mediante a simplificação das rotinas. Como suplemento a essas medidas foi efetuado um rearranjo dos diferentes serviços, com transferência para novos locais, de maneira não só a criar uma contiguidade funcional «linear», que reduziu ao mínimo as etapas de andamento dos expedientes, mas também a descongestionar os lugares de trabalho já angustiados pelo constante incremento de correspondência de tôda a sorte, além de desafogar o pessoal ali servindo.

As modificações em aprêço foram feitas dentro da concepção de que todos os setores concernentes ao expediente do Ministério, quer quanto a sua elaboração, quer quanto a seu recebimento, andamento e expedição, quer quanto a sua conservação, são profundamente interdependentes e constituem um complexo orgânico caracterizado para uma só finalidade: permitir a rápida tramitação dos assuntos tratados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Assim, para facilitar essa finalidade, a Divisão de Comunicações e Arquivo — que já reune dois órgãos até há pouco independentes — gruparam-se diferentes serviços administrativos referentes ao Expediente, redistribuindo-se os mesmos de acôrdo com o seguinte esquema:

SERVIÇO DO EXPEDIENTE

I — *Setor da Correspondência Especial*

a) Criptografia

b) Telegramas

c) Arquivo da Correspondência Especial

II — *Setor da Correspondência Ordinária*

d) Cartas-Telegramas
e) Datilografia
f) Mimeografia
g) Tradução (em organização)

III — *Setor de Trânsito da Correspondência*

h) Carteira de Entrada
i) Malas internas
j) Classificação e Distribuição
k) Malas Diplomáticas
l) Carteira de Saída
m) Expedição

IV — *Setor de Arquivo*

n) Arquivo de Originais
o) Arquivo de Maços
p) Microfilmagem (em organização)

V — *Setor Telefônico*

q) Rêde Central
r) Rêde Ericson

Da reintegração na Divisão de Comunicações muito se beneficiaram o serviço, em geral, e o Arquivo, em particular. Assim, com o «pool» de recursos humanos e materiais disponíveis para tôda a Divisão, pôde ser iniciado, já nos últimos meses do ano, o programa de trabalho relativo aos diversos setores do Arquivo, dentro do plano global do Serviço do Expediente.

Uma das principais metas a serem alcançadas é fazer a correspondência recebida chegar às Divisões no turno seguinte àquele em que deu entrada no Ministério. Básico para isso é, sem dúvida, o perfeito entrosamento da «Carteira de Entrada", "Malas Diplomáticas" e "Classificação e Distribuição». Acelerados os serviços das duas primeiras, onde não se verifica demora alguma no trato do expediente, voltou-se a atenção para a "Classificação e Distribuição". Visando a di-

namizar o setor foram adotados, a título experimental, novos métodos de trabalho. Assim, passou o referido setor a funcionar, ininterruptamente, de 9 às 19 horas. Por outro lado, reduziu-se uma parada no trânsito da correspondência com a incorporação das funções de «distribuidoras» às de «classificadoras». O expediente que anteriormente era lido, na mesma sala, por dois funcionários, um para distribuir e outro para classificar, recebe agora, com substancial economia de tempo, apenas uma leitura. A fim de assegurar uma distribuição adequada e sem falhas, foi elaborado um «Manual» que, submetido em dezembro à consideração dos diversos órgãos do Ministério, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro. Não será, por certo, prematuro afirmar que o sistema vem sendo aplicado com ótimos resultados.

Outra das medidas em experiência no setor é a eliminação das especializações. A prática de cada funcionário classificar apenas em uma das classes do sistema decimal apresenta o inconveniente de deixar uma larga margem para o critério pessoal, além de dificultar as substituições por faltas, férias ou licenças. As tarefas do dia são agora divididas equitativamente entre os servidores, cabendo a Chefe do Setor zelar pela adoção de critérios os mais objetivos para a classificação do expediente.

Na execução do programa de trabalho foi dada prioridade à atualização dos maços. Em ritmo acelerado e no horário de 9 às 19 horas foi possível arquivar nos «dossiers» a documentação que se encontrava acumulada nas classes. Essa tarefa prosseguirá, contudo, nos primeiros meses de 1959, já que à medida que melhoram os serviços oferecidos pelo Arquivo Geral e se restabelece a antiga confiança nos maços as Divisões vão remetendo ao Arquivo a documentação retida em seus arquivos particulares. A etapa seguinte será a seleção dos «dossiers» que terão prioridade para revisão.

Outro ponto alto nas atividades da Divisão de Comunicações e Arquivo em 1958 foi a conclusão dos estudos ne-

cessários à instalação do Setor de Microfilmagem. Em compras sucessivas, nos anos anteriores, o Ministério foi adquirindo um equipamento apurado que vale hoje cêrca de quatro milhões de cruzeiros. Será possível, assim, constituir um serviço modelar cuja experiência e exemplo serão sobremodo úteis na aplicação da microfilmagem à Administração Pública. Ao Itamaraty faltava apenas, por uma questão de espaço, a instalação do Laboratório técnico. Nesse sentido, diversas casas especializadas apresentaram projetos. Com o objetivo de dar ao assunto uma solução rápida e definitiva, foi decidido o aproveitamento do andar superior do edifício anexo ao Ministério. Trata-se de construção sólida, contígua ao prédio do Arquivo, circunstância que permitirá o fácil acesso com o lançamento de uma passarela no mesmo nível. Com a solução adotada haverá espaço disponível para eventual expansão dos serviços de microfilmagem, ganhando por outro lado o Arquivo (atualmente limitado às dependências de 1930) novos armazéns para conservação dos maços transferidos.

Também ao Arquivo de Originais foi dedicada atenção especial. Paralisada em 1955 e 1956 a encadernação de códices, foi a mesma reiniciada em 1957 com a remessa de 1.607 volumes à Oficina. Dêsses retornaram ao Arquivo, em 1957, 195. Cuidou-se, assim, em 1958 de acelerar os trabalhos de modo a eliminar o atraso do serviço. As providências nesse sentido tomadas produziram resultados bastantes auspiciosos: se até setembro haviam sido preparados apenas 50 códices, as estatísticas do último trimestre mostram uma entrega de 280 volumes encadernados. A manutenção, em 1959, do mesmo ritmo de trabalho assegurará, por certo, a atualização do serviço, mesmo com a média de 400 novos códices por encadernar anualmente.

No Setor Cartas-Telegramas, deu-se início, a título experimental, ao sistema de virem as CTs já datilografadas nas matrizes e prontas para reprodução, com grande economia de tempo e de trabalho. Também, em caráter experimental

foram reunidos os Setores Cartas-Telegramas e Datilografia, no intuito de conseguir um melhor rendimento da produção e de permitir, com a troca eventual de servidores, uma utilização máxima dos recursos de pessoal. Ambos os setores foram localizados, pela interdependência das funções junto a Classificação e Distribuição, cumprindo o horário de 8 às 19 horas.

Especial referência merece a solução, já à vista, do velho problema das obsoletas mesas telefônicas. De acôrdo com os entendimentos já concluídos, a Secretaria de Estado será afinal dotada de um novo e eficiente sistema de comunicações telefônicas nos primeiros meses de 1959.

Em sua nudez estatística nos números que se seguem computam o vulto da tarefa realizada pela Divisão de Comunicações e Arquivo:

Telegramas expedidos	11.876
Telegramas recebidos	10.509
CTs expedidas	10.180
CTs recebidas	11.209
Circulares expedidas	299
Expedientes dactilografados ..	43.744
Malas Diplomáticas recebidas	1.435
Malas diplomáticas expedidas	1.396
Expedientes recebidos	47.566
Expedição de impressos e correspondência	76.131
Maços consultados	7.106
Maços transferidos	790
Códices encadernados	250

Se as cifras que antecedem medem reflexamente a intensidade do trabalho de todos os setores da Casa no ano que finda, aferem elas também a necessidade, que é constante, de aperfeiçoamento dos serviços que avultam dia a dia, a fim de torná-los mais eficientes.

ORÇAMENTO

I — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 — *Distribuição de créditos*

A Divisão do Orçamento elaborou as tabelas de distribuição dos créditos orçamentários para o exercício de 1958 e promoveu os expedientes relativos ao encaminhamento das mesmas ao Ministério da Fazenda, para o necessário registro no Tribunal de Contas.

Pelas referidas tabelas, modificadas posteriormente por novas redistribuições, os créditos atribuídos ao Ministério das Relações Exteriores, no mesmo exercício, tiveram a seguinte distribuição:

	Cr$
Tescuro Nacional	23.956.210
Tesouro Nacional (distribuição automática)	121.218.367
Tribunal de Contas (sem distribuição)	62.149.142
Delegacia do Tesouro	152.991.442
Delegacia do Tesouro (redistribuído)	304.237.000
TOTAL GERAL	664.552.161

Pelos dados acima verifica-se que os recursos destinados às despesas no exterior atingiram em 1958 ..... Cr$ 457.228.442,00, ou sejam 68% do total das despesas do Ministério.

Do total dêsses recursos Cr$ 338.155.000,00 (74%) foram convertidos em dólares à taxa de Cr$ 31,82 por dólar, produzindo US$ 10.627.121,00, e Cr$ 119.073.442,00 (26%) o foram à taxa de Cr$ 18,82, produzindo .....

US$ 6.326.962.91. Dispôs, assim, o Itamaraty, no exercício de 1958, de US$ 16.954.083.91 para atender a seus gastos no exterior.

2. *Evolução de despesa*

A execução orçamentária do exercício de 1958 foi levada a efeito dentro do critério da mais estrita economia possível, procurando assim a Administração do Itamaraty dar a sua cooperação à política de contenção de despesas do Govêrno da República.

Êsse critério, adotado desde o início do ano, foi reforçado, no decorrer do exercício, com a contribuição do Ministério das Relações Exteriores ao Fundo de Reserva, instituído pelo Decreto nº 44.058, de 22 de julho de 1958.

No quadro I, anexo, encontra-se um resumo da execução orçamentária no fim do exercício, com a indicação de dotações, despesas e saldos.

Conforme se poderá verificar no referido quadro, o saldo global foi de Cr$ 81.598.441 correspondente a 12% do quantitativo do orçamento. Dêste total, Cr$ 50.000.000,00 correspondem à contribuição do Ministério das Relações Exteriores ao Fundo de Reserva já mencionado .

Apesar dos propósitos de parcimônia nos gastos, foi necessário solicitar a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, no montante de Cr$ 586.664.300,00 conforme consta dos quadros anexos. No quadro II estão relacionados os créditos suplementares às diversas verbas; no quadro III estão incluídos os créditos especiais solicitados mas ainda não votados pelo Poder Legislativo. No quadro IV se encontram os créditos especiais solicitados em exercícios anteriores e autorizados por Leis e no quadro V os que foram abertos por Decreto.

Cumpre observar que o maior crédito especial solicitado, no montante de Cr$ 523.000.000,00 (quinhentos e vinte e três milhões de cruzeiros), destina-se a atender às despesas

com a terminação da ponte sôbre o Rio Grande e outros gastos da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

3. *Atividades da Divisão do Orçamento*

As atividades da Divisão do Orçamento relacionadas com a execução orçamentária acham-se resumidas nos seguintes dados:

	Valores totais em Cr$
Contribuições e auxílios a entidades Internacionais	52.684.297,00
Extração de empenhos	64.901.935,00
Pagamento de faturas	14.560.274,00
Requisições de adiantamentos dirigidos ao Tribunal de Contas, à Diretoria de Despesa Pública e ao Departamento Federal de Compras	32.084.500,00
Pagamentos por exercícios findos	2.437.929,00
Pagamentos com o "Restos a pagar"	3.868.823,00

A Proposta Orçamentária para 1959, elaborada pela Divisão do Orçamento com a cooperação dos serviços competentes do Itamaraty, previa uma despesa total de ..... Cr$ 785.416.336,00 com um aumento de Cr$ 120.864.175,00, ou seja, de 18% sôbre o quantitativo do Orçamento vigente.

O aumento mais significativo (Cr$ 41.650.000 00 ou 262%) recaiu sôbre a verba 4.0.00 — Investimentos, refletindo sobretudo o interêsse da Administração em dotar o Itamaraty dos recursos necessários à efetivação de um plano de aquisição de imóveis onde possam ser condignamente instaladas as sedes das nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares, sempre que tais aquisições se mostrarem vantajosas ou inevitáveis.

Na verba 2.0.00 — Transferências, verificou-se também sensível aumento (Cr$ 13.974.230, ou 24%) decorrente do forte acréscimo das contribuições para determinados organismos internacionais. Verificou-se, ainda, nesta verba, o desdobramento de subconsignação 2.1.00 — Auxílios e subvenções, nas subconsignações 2.1.01 — Auxílios 2.1.02 —

Subvenções Ordinárias, e 2.1.03 — Subvenções Extraordinárias. Êste desdobramento se impunha uma vez que não se justificava a classificação como auxílios de contribuições voluntárias destinadas a Câmaras de Comércio, instituições culturais e outras ainda que de caráter internacional ou relacionadas com organismos internacionais.

Finalmente, a verba 1.0.00 — Custeio foi a que menores acréscimos sofreu, em virtude de se haver verificado serem as dotações de algumas de suas subconsignações superiores às necessidades da Administração. Para outras subconsignações, porém, foram propostos aumentos substanciais, estando neste caso as subconsignações 1.1.26 — Gratificação de representação (+ 20.000.000), 1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, etc. (+ 7.000.000), 1.6.13 — Serviços Educativos e Culturais (+ 8.000.000) etc. Além dêsses aumentos, foi proposta a criação, na unidade administrativa 01 — Secretaria de Estado, da subconsignação 1.1.05 — Salários de contratados, com a dotação de Cr$ 3.000.000, destinando-se essa dotação ao contrato de elementos especializados, tais como economistas, taquígrafos bilingües, etc.

O orçamento finalmente aprovado no montante de Cr$ 729.042.180,00, apresentou uma elevação de ..... Cr$ 64.490.019,00 correspondentes a 9,7% sôbre o quantitativo do Orçamento vigente, e uma redução de ..... Cr$ 56.455.756,00, correspondentes a 7,1% sôbre a Proposta do Ministério das Relações Exteriores.

Nos quadros VI e VII anexos, encontra-se o resumo da evolução da Proposta Orçamentária e a comparação entre os quantitativos do orçamento em vigor e do orçamento para 1959.

Verifica-se pelos mesmos, que os resultados obtidos foram mais satisfatórios, devendo-se os mesmos a um trabalho mais intenso e melhor orientação da Administração junto aos órgãos que a estudaram e julgaram.

Apesar desta melhora, porém, o Itamaraty continua a dispor de recursos orçamentários assás modestos, não ultrapassando a sua participação no conjunto das despesas da União a casa dos 0,5%. Tal modicidade constitui um empecilho à expansão inelutável dos serviços do Ministério das Relações Exteriores em face das obrigações que lhe são impostas como decorrência da crescente participação do Brasil na política internacional.

QUADRO I

EXERCÍCIO DE 1958

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Em Cruzeiros)

RESUMO POR UNIDADES ADMINISTRATIVAS

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO	DESPESA	SALDO	FUNDO DE RESERVA
01 — Secretaria de Estado	558.569.830,00	482.326.427	76.243.403	50.000.000,00
02 — Missões diplomáticas e Repartições consulares..	84.173.741,00	79.594.172	4.579.569	—
03 — Instituto Rio-Branco	4.808.590,00	4.033.121	775.469	—
04 — Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites	17.000.000,00	17.000.000	—	—
TOTAL	664.552.161,00	582.953.720	31.598.441	50.000.000,00

RESUMO POR VERBAS

VERBA	DOTAÇÃO	DESPESA	SALDO	FUNDO DE RESERVA
1.0.00 — Custeio	591.129.511,00	522.537.420	20.592.091	48.000.000
2.0.00 — Transferências	57.922.650,00	52.684.297	5.038.353	200.000
4.0.00 — Investimentos	15.500.000,00	7.732.003	5.967.997	1.800.000
TOTAL	664.552.161,00	582.953.720	31.598.441	50.000.000

QUADRO II

EXERCICIO DE 1958

CRÉDITOS SUPLEMENTARES SOLICITADOS

HISTÓRICO	SUBCONSIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (Cr$)
Para pagamento de diferença de vencimentos e salários a que fizeram jus servidores do Itamaraty em virtude de disposições legais.....	1.1.12	550.000,00
Para o pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço a funcionários do Itamaraty.....	1.1.23	450.000,00
Para ocorrer às despesas decorrentes de visitas de personalidades ilustres ao Brasil.....	1.6.04	5.000.000,00
Para atender às despesas com o envio de delegações a conferências no exterior.....	1.6.15-2-2	3.000.000,00
Para completar o pagamento do auxílio do Brasil ao Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI).....	2.1.01-1-23	10.500.000,00
Para o pagamento da parte restante da contribuição do Brasil para a Fôrça de Emergência das Nações Unidas (UNEF) em 1958.....	2.1.01-2	2.164.300,00
TOTAL.....	.....	21.664.300,00

QUADRO III

EXERCÍCIO DE 1958

CRÉDITOS ESPECIAIS SOLICITADOS MAS AINDA NÃO VOTADOS PELO PODER LEGISLATIVO

HISTÓRICO	IMPORTÂNCIA (Cr$)
Para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente eleito da Argentina....	3.000.000,00
Para atender às despesas relacionadas com a visita, ao Brasil, dos Presidentes das Repúblicas de Honduras e da Itália e do Príncipe Mikasa do Japão.....	15.000.000,00
Para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente eleito da República da Colômbia.....	5.000.000,00
Para atender às despesas com a terminação da ponte sôbre o Rio Grande e outros gastos da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana	523.000.000,00
Refôrço do crédito especial relativo à visita do Presidente da República Italiana.....	19.000.000,00
TOTAL.....	565.000.000,00

QUADRO IV

EXERCÍCIO DE 1958

CRÉDITOS ESPECIAIS JÁ AUTORIZADOS POR LEI

HISTÓRICO	N.º DA LEI	DATA	IMPORTÂNCIA
Autoriza a abertura de crédito especial, como reforço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguêsa.....	3.379	2.4.58	10.000.000,00
Autoriza a abertura de crédito especial para atender às despesas decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República do Paraguai.....	3.450	6.11.58	5.000.000,00
TOTAL.....	.....	.....	15.00.000,00

QUADRO V

EXERCÍCIO DE 1958

CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS POR DECRETOS

HISTÓRICO	N.º DO DECRETO	DATA	IMPORTÂNCIA (Cr$)
Para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Portuguêsa.....	43.109	28.1.58	13.000.000,00
Para atender às despesas com a construção da ponte sôbre o Rio Grande.....	43.181	5.2.58	90.000.000,00
Para custear a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil.....	43.728	21.5.58	20.000.000,00
TOTAL.....	.....	.....	123.000.000,00

QUADRO VI

EVOLUÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1959

UNIDADE ADMINISTRATIVA	VERBA	PROPOSTA DO MINISTÉRIO	PROPOSTA DO EXECUTIVO	1.ª VOTAÇÃO NA CÂMARA	VOTAÇÃO NO SENADO	VOTAÇÃO FINAL NA CÂMARA
01	1.0.00 — Custeio	541.205.909	487.777.660	483.822.660	516.488.640	507.466.660
"	2.0.00 — Transferências	71.696.880	69.576.880	69.776.880	84.665.520	80.165.520
"	4.0.00 — Investimentos	36.250.000	21.400.000	20.800.000	22.700.000	22.700.000
	TOTAL DA UNIDADE 01	649.352.789	578.754.540,	574.399.540	623.854.160	610.332.180
02	1.0.00 — Custeio	88.350.000	88.200.000	91.668.000	92.900.000	92.900.000
"	4.0.00 — Investimentos	20.900.000	300.000	300.000	300.000	300.000
	TOTAL DA UNIDADE 02	109.250.000	88.500.000	91.968.000	93.200.000	93.200,000
03	1.0.00 — Custeio	4.933.590	4.810.000	4.810.000	4.810.000	4. 810.000
....	....TOTAL DA UNIDADE 03	4.933.590	4.810.000	4.810.000	4.810.000	4.810.000
04	1.0.00 — Custeio	21.961.557	20.700.000	20.700.000	20.700.000	20.700.000
	TOTAL DA UNIDADE 04	21.961.557	20.700.000	20.700.000	20.700.000	20.700.000
	TOTAL GERAL	785.497.936	692.764.540	691.877.540	742.564.160	729.042.180

QUADRO VII

ORÇAMENTO DA DESPESA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIDADE ADMINISTRATIVA	VERBA	1958	1959	+ OU — EM 1959
01	1.0.00 — Custeio	485.447.180,00	507.466.660,00	+ 22.019.480,00
"	2.0.00 — Transferências	57.922.650,00	80.165.520,00	+ 22.242.870,00
"	4.0.00 — Investimentos	15.200.000,00	22.700.000,00	+ 7.500.000,00
	TOTAL DA UNIDADE 01	558.569.830,00	610.332.180,00	+ 51.762.350,00
02	1.0.00 — Custeio	83.873.741,00	92.900.000,00	+ 9.026.259,00
"	4.0.00 — Investimentos	300.000,00	300.000,00	—
	TOTAL DA UNIDADE 02	84.173.741,00	93.200.000,00	+ 9.026.259,00
03	1.0.00 — Custeio	4.808.590,00	4.810.000.00	+ 1.410,00
	TOTAL DA UNIDADE 03	4.808.590,00	4.810.000,00	+ 1.410,00
04	1.0.00 — Custeio	17.000.000,00	20.700.000,00	+ 3.700.000,00
	TOTAL DA UNIDADE 04	17.000.000,00	20.700.000,00	+ 3.700.000,00
	TOTAL GERAL	664.552.161,00	729.042.180,00	+ 64.490.019 00

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

Aquisição

As aquisições têm sido efetuadas, por intermédio das Missões diplomáticas, principalmente das Embaixadas em Londres, Paris, Haia e Buenos Aires, sendo que esta última ofereceu comprar uma série de obras referentes à história da Argentina e Paraguai, da maior importância para o Ministério das Relações Exteriores que, por não constarem do seu acervo, foram encomendadas, a fim de preencher a lacuna existente na coleção da Biblioteca. Além das obras sôbre os assuntos em evidência que a Biblioteca incorpora, sempre que possível, procura também enriquecer sua *Brasiliana*. Assim, adquiriu, em Paris, as edições de 1578 e 1660 de Jean de Léry, "Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique". A Biblioteca possui de Jean de Léry, entre outras edições, as de 1586, 1611 e 1880, portanto, as que ora foram adquiridas completaram a bibliografia. As obras em questão são, sem dúvida, das mais interessantes e instrutivas sôbre o Brasil do 1º século. J.C. Rodrigues referindo-se à edição de 1578 diz o seguinte: «Esta edição é raríssima. É realmente uma segunda tiragem da primeira, com a única diferença que se não menciona Rochelle como o lugar onde foi impressa. Só poucos bibliógrafos a mencionam». O total de livros adquiridos elevou-se a 586 obras, 705 volumes e 41 folhetos. Foi registrado, durante o ano em curso, o total de 1064 obras, 2095 volumes e 1908 folhetos.

Empréstimo

O movimento de consulta intensificou-se muito: a Biblioteca é procurada não só pelos funcionários dêste Ministério mas também pelos alunos do Instituto Rio-Branco, da Escola Superior de Guerra e de várias Faculdades. Além de atender às numerosas requisições de obras, tem também o Serviço de Empréstimo fornecido relações datilografadas sôbre vários assuntos solicitados pelos consulentes. Assim é que foram elaboradas relações de obras sôbre organismos internacionais, teoria de estado, literatura brasileira, bem como sôbre as mais recentes obras, existentes na Biblioteca, a respeito de vários países.

Catalogação

A catalogação está perfeitamente em dia. As pesquisas para uniformizar as entradas prosseguem normalmente, bem como o catálogo de identidade para estabelecer a forma definitiva do nome do autor, adotada pela Biblioteca. Para facilitar êste trabalho a Biblioteca adquiriu, através do Consulado Geral em Nova York, o catálogo da «Library of Congress», que abrange as obras catalogadas por aquela Biblioteca desde 1898 até 1942, em 167 volumes e o suplemento que vai de 1942-1947, em 42 volumes. A Biblioteca desde 1948 recebe, anualmente, os volumes do referido catálogo de modo que esta aquisição completará a série em aprêço. As pesquisas de autor, sem o referido catálogo, se faziam com dificuldade tornando-se necessária, muitas vêzes, a ida da catalogadora à Biblioteca Nacional e ao IBBD, o que implicava considerável perda de tempo.

Classificação

Êsse serviço, em virtude de a Biblioteca estar agora classificando, em separado, os artigos de revistas que têm interêsse para o Itamaraty, viu seu trabalho grandemente acrescido.

Bibliografia e Referência

A Biblioteca do Itamaraty fornece, constantemente, bibliografias a entidades e a particulares. Entretanto, devido a escassez de funcionários com que luta atualmente, nem sempre é possível atender a todos os pedidos. Apesar dessa dificuldade, foi possível enviar à Embaixada em Nova Delhi uma bibliografia sôbre a Índia abrangendo os seguintes assuntos: sociografia, demografia, ciência política, política interna e internacional, constitucional e penal, viagens, geografia e história. Para a mesma Missão diplomática foi ainda enviada uma bibliografia em inglês, sôbre o Brasil, especialmente a respeito das condições da vida do país. Também a Câmara dos Deputados solicitou uma bibliografia sôbre os países subdesenvolvidos, mas as obras sôbre o assunto são relativamente poucas e a maior parte do material se encontra em revistas. Foram feitas, por isso, pesquisas relativas à matéria em artigos dos seguintes periódicos: «American Economic Review», «Quarterly Journal of Economics», «The South Africa Journal of Political Economy», «Fortuna» e «Bulletin of the Department of State». Estando a O.N.U. também tratando do assunto amplamente, in-

cluíram-se nessa bibliografia suas publicações. A Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores decidiu publicar, a exemplo do exercício passado, a relação das obras incorporadas anualmente ao seu acervo, completando assim os boletins mensais (Bibliografia Mensal), que aparecem sem interrupção, desde 1937. A "Bibliografia Anual", referente ao ano de 1958, será acrescida do índice onomástico, o que deve melhor servir não só aos consulentes dessa Biblioteca como aos das demais do país.

Periódicos

A Seção de periódicos iniciou o inventário, a fim de completar e atualizar as coleções. A catalogação analítica prossegue e muito benefício tem trazido aos leitores, pois os assuntos mais em evidência, constantes em artigos dos referidos periódicos, são fichados imediatamente e postos à disposição dos consulentes. Foi elaborada uma «Lista de Duplicatas» para permuta ou doação, para facilitar o intercâmbio entre a Biblioteca e as demais entidades congêneres. O objetivo desta lista é possibilitar que estas duplicatas sejam utilizadas para completar coleções e simultâneamente obter, por troca, os exemplares que faltam às coleções da Biblioteca.

Encadernação

Os trabalhos de encadernação da Biblioteca estiveram, a cargo de oficinas particulares (768 volumes) e da Encadernação do Ministério (698 volumes).

BIBLIOTECA

Movimento do ano de 1958

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	Obras	Volumes	Folhetos	Obras	Volumes	Folhetos
Assinaturas de procedência nacional	—	—	—	—	14	11
Assinaturas de procedência estrangeira	—	—	—	—	507	1422
Compradas no Brasil	289	406	8	—	36	10
Compradas no estrangeiro	297	299	33	—	28	216
Doações de procedência nacional	338	377	108	—	196	188
Doações de procedência estrangeira	153	175	162	2	90	211
Permutas de procedência nacional	—	—	—	—	2	—
Permutas de procedência estrangeira	—	—	—	—	—	—
SOMA	1077	1257	311	2	873	2058
BAIXAS	15	14	1	—	21	460
TOTAL LIQUIDO	1062	1243	310	2	852	1598
ACERVO (vols. + folhetos)	1.553			2.450		

	DIAS UTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	VOLUMES		
				Encadernados	Extraviados	Requisitados
Durante o ano	298	2753	—	662	—	4238
Transporte	—	—	—	—	—	—
TOTAL	298	2753	—	662	—	4238

BIBLIOTECA ESPECIAL DA «ONU»

Entrada de Livros

A Biblioteca da ONU recebeu, normalmente, as publicações da «ONU» e Agências Especializadas, sendo que, na sua maioria, em duplicata.

Consultas de Livros

Êste ano o movimento de consulta decresceu no número de obras e volumes, aumentando no de folhetos:

Assembléias	107 obras	— 35 vols.	— 81 fls..
Conselhos	59 "	— 11 "	— 82 "
Agências Especializadas	91 "	— 62 "	— 48 "
Economia e Finanças	65 "	— 54 "	— 29 "
Diversos	44 "	— 19 "	— 25 "
Periódicos	49 "	— 27 "	— 73 "
Total	415 "	—208 "	—338 "

Intercâmbio de Publicações

Atendendo aos pedidos recebidos, foram enviadas duplicatas das publicações da ONU para as seguintes bibliotecas:

Biblioteca do Conselho Coordenador de Abastecimento	39 obras —	167 vols.
Biblioteca da Assessoria de Estudos e Planejamento GREAI. — Banco do Brasil	44 "	274 "
Biblioteca da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira. Nova Friburgo, Estado do Rio, (Rem. 6/3/58)	318 "	926 "
Biblioteca do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil. — Faculdade Nacional de Filosofia (Rem. 18/4/58)	12 "	16 "

Biblioteca do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil. — Faculdade Nacional de Filosofia (Rem. 26/VI/58)	9 obras	9 vols.
Biblioteca do Est. Maior das Fôrças Armadas	64 "	64 "
Biblioteca da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira. Nova Friburgo, Estado do Rio, (Rem. 21/VII/58)	56 "	234 "
Biblioteca do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais	40 "	58 "
Biblioteca do Conselho de Segurança Nacional	36 "	63 "
Total	618 "	1.711

OFICINA DE ENCADERNAÇÃO

No início do presente exercício, o trabalho de encadernação de códices do Arquivo de Originais encontrava-se bastante atrasado, pois existia uma crescente desproporção entre o material acumulado e o que era encadernado normalmente.

No Relatório do ano de 1957 (pág. 287), existe um quadro em que se pode verificar o ritmo de encadernação de códices nos últimos cinco anos, verificando-se que nos anos de 1955 e 1956 houve a cessação daquele serviço, e os índices dos anos subseqüentes indicam que o número de exemplares encadernados é sempre muito inferior à quantidade acumulada, aproximadamente 400 unidades anuais.

No presente exercício as estatísticas mostravam-se desencorajadoras, apenas haviam sido encadernados 100 códices até setembro último.

A Encadernação, setor encarregado dêsse serviço, alegava, como justificativa para êsse atraso, (cêrca de 2.000 códices por encadernar), uma série de motivos que podem ser enquadrados em dois pontos:

1) falta de pessoal especializado;
2) dispersão de atividades (Arquivo e Biblioteca).

Para solucionar o problema foram tomadas as seguintes providências:

1) suspender, temporàriamente, os serviços de encadernação da Biblioteca;

2) contratar quatro aprendizes de encadernação.

A Biblioteca, numa demonstração de boa vontade e colaboração, concordou em suspender as remessas de material para Encadernação, a fim de que os esforços daquele serviço se pudessem concentrar no trabalho do Arquivo.

Foram contratados quatro aprendizes de encadernação, para vencer a grande quantidade de material acumulado, evitando-se também novo acúmulo no futuro.

Ao terminar o ano de 1958 verifica-se que no trimestre setembro-dezembro foram encadernados 200 volumes e cêrca de 300 já estão em fase final de preparação.

Mantendo a Oficina de Encadernação o ritmo apresentado no último trimestre é de prever que em 1959 fiquem em dia os trabalhos do Arquivo, voltando então a referida Seção, agora convenientemente aparelhada, a servir, como lhe cumpre, os demais serviços dêste Ministério.

MAPOTECA

Prosseguiram normalmente as atividades da Mapoteca no decorrer do ano de 1958, assim discriminadas:

Foram registradas e incorporadas às suas coleções cartográficas as seguintes peças adquiridas por doação ou compra:

Mapas e cartas geográficas	95
Atlas	2
Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	1
TOTAL	98

Somados êsses números ao acervo já existente, ficou a Mapoteca ao findar o ano, com o seguinte patrimônio:

Mapas e cartas geográficas	13.855
Atlas	264
Impressos diversos (livros, folhetos)	216
TOTAL	14.335

Catalogação

O catálogo móvel da Seção foi acrescido, no decorrer de 1958, de 648 fichas contendo dados informativos sôbre o conteúdo e importância dos mapas e atlas incorporados às coleções da Mapoteca.

Movimento de Consultas e Requisições

O movimento de consultas à Mapoteca, não só por parte dos funcionários do Ministério e das Comissões Demarcadoras de Limites, como, principalmente, de elementos es-

Divisão do Pessoal, Divisão Econômica, Mapoteca, Comissão Comemorativa do Centenário de Clóvis Bevilacqua.

tranhos aos seus quadros, aumentou no decorrer do ano de 1958.

Assim sendo, as diferentes modalidades de consultas ou requisições, incluindo empréstimos e doações, abrangeram um total de 685 mapas.

Colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Dando prosseguimento ao plano de divulgação de conhecimentos e informações sôbre o material cartográfico que constitui o acervo da Mapoteca, forneceu ela ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, durante o ano de 1958, 667 pequenas monografias sôbre outros tantos mapas, todos referentes à Região Amazônica. Êsse trabalho integrará a vasta bibliografia que aquêle Instituto está elaborando sôbre o Brasil setentrional e central.

Exposição Internacional de Bruxelas

A Mapoteca contribuiu para o Pavilhão do Brasil com alguns mapas raros das suas coleções, entre os quais um do nordeste no tempo da ocupação holandesa, de autoria de Marcgrave, do século XVII.

Reunião de Consulta sôbre Cartografia

Sob os auspícios da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, teve lugar na cidade de São Paulo, em outubro último, a 1ª Reunião de Consulta sôbre cartografia, à qual compareceram técnicos e professôres brasileiros e estrangeiros. A Mapoteca fêz-se representar no certame e colaborou com 29 mapas do seu acervo para a Exposição de Cartografia realizada na ocasião, além de apresentar, também, um catálogo descritivo dos referidos mapas.

ARQUIVO HISTÓRICO

Catalogação

Acaba de ser terminada a organização dos documentos referentes às Seções 35, 36 e 37 sôbre o período do Império até os primórdios da República, abrangendo os Casamentos da família Imperial, a Correspondência dos Ministérios e das Províncias, assim como o Conselho de Estado, etc.

Informações

Foram prestadas várias informações para compra de documentos, no país e no exterior, assim como se organizou uma relação de todos os Atos Internacionais arquivados nesta Seção em 1957. Além desta, foi feita igualmente uma relação dos Congressos no exterior, a pedido do Serviço de Documentação da Presidência da República.

Pesquisadores estranhos à Casa

Fizeram-se consultas sôbre: fronteiras do Brasil; Comércio em geral, especialmente açúcar e sal; Tratados com a Grã-Bretanha; Le Breton; e vários assuntos do período anterior à Independência, (catálogo publicado em 1957); diversos documentos da época da proclamação da República; Enclides da Cunha e Pimenta Bueno.

Pesquisadores da Casa

Documentos anteriores à Independência; Pimenta Bueno; Circulares; Tratados e Atos internacionais; Liga de Arbitramento em Haia e Liga das Nações; e pareceres do Consultor Jurídico, foram consultados por diversos setores da Casa: Gabinete, Instituto Rio Branco, Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, Divisão Consular, IBECC, Divisão do Pessoal, Divisão Econômica, Mapoteca, Comissão Comemorativa do Centenário de Clovis Bevilaqua.

Certidões

Lavraram-se várias certidões sôbre tempo de serviço, nascimento e outras provas.

Tratados e Atos Internacionais

Foram incorporados ao acervo do Arquivo Histórico atos internacionais celebrados com a Alemanha, Bolívia, Colômbia e Equador.

Exposições

Ao Departamento de Imprensa Nacional forneceu o Arquivo Histórico vários documentos impressos, relativos à instalação da primeira imprensa oficial no Brasil. Ao Museu Histórico do Itamaraty foram cedidos tratados e acordos raros, inclusive o relativo ao casamento de D. Januária e do Conde de Aquila.

Estatística do Movimento do Armazém e Casa Forte

Volumes Encadernados

De janeiro a dezembro foram consultados 1.954 volumes.

Latas de Documentos Avulsos

De janeiro a dezembro foram consultados 528 latas (aproximadamente 30.000 fls.).

Tratados, Acordos e Convenções

Consultados na Seção ou nos outros Serviços:

Total	96 (exemplares)
Incorporados ao Arquivo Histórico ..	17 (exemplares)

PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações do Serviço de Documentação editou, até a presente data do corrente ano, trinta e uma obras (31), num total de três mil duzentas e setenta e duas páginas (3.272) e trinta e seis mil duzentos e vinte exemplares (36.220), e prossegue a impressão de outros trabalhos.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	*Exemplares*	*Nº de págs.*
Anuário, 1957	1.300	510
Bibliografia da História do Brasil, 1952	1.500	218
Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, ns. 23 e 24	1.000	144
Lista diplomática, novembro-dezembro de 1957	2.000	98
Lista diplomática, janeiro-fevereiro de 1958	2.000	98
Lista diplomática, março-julho de 1958	2.000	98
Lista diplomática, setembro de 1958	1.500	98
Lista diplomática, outubro de 1958	1.500	98
Lista diplomática, novembro de 1958	1.500	98
Lista do Corpo Consular estrangeiro, de 31 de julho de 1958	1.000	70
Relatório, 1957	1.300	340
Atos Internacionais:		
Brasil-Bolívia, de 29 de março de 1958	1.000	110
Nº 385 — Brasil e outros Países. Convenções Internacionais do Trabalho	500	100
Nº 386 — Brasil-Bélgica. Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita ...	500	10
Nº 387 — Brasil-Bélgica. Tratado de Extradição	500	18
Nº 391 — Brasil-Paraguai. Depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai	500	12

	Exemplares	*Nº de págs.*
Nº 393 — Brasil-Paraguai. Convenção de cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos Rios Acaraí e Mondaí	500	12
Nº 394 — Brasil-Paraguai. Tratado geral de comércio e investimentos	500	24
Nº 398 — Brasil-Nações Unidas. Acôrdo básico para a concessão de assistência técnica	500	12
Nº 401 — Brasil-Peru. Acôrdo sôbre transportes aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Peruana	500	32
Nº 223 — Carta das Nações Unidas (reimpressão)	500	18
Nº 320 — Brasil-Estados Unidos da América. Acôrdo de Assistência Militar (reimpressão)	300	64
Diversos:		
Contribuição Italiana ao Direito Internacional, de Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva (Separata do Boletim n.º 25 e 26 da Sociedade Brasileira de Direito Innacional)	300	20
Discurso de Posse no Itamaraty do Embaixador F. Negrão de Lima	2.000	8
Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek sôbre a Situação Interamericana (Operação Pan-Americana), em 20-7-1958	2.000	8
Exposição do Exmo. Sr. Presidente da República às Fôrças Armadas sôbre a Operação Pan-Americana	2.000	22
Declaração de Brasília	2.000	4
Livro I do Govêrno do Brasil (1607-1633) ..	3.000	464
A Proccesualística dos Atos Internacionais, de João Hermes Pereira de Araújo	1.520	354
II Seminário Latino-Americano para o Ensino Universitário das Ciências Sociais	500	88

Obras em andamento:

Ato Internacional n.º 381 — Brasil e Outros Países
Ato Internacional n.º 388 — Brasil e Outros Países
Ato Internacional n.º 389 — Brasil e Outros Países
Ato Internacional n.º 390 — Brasil e Países — Membros da [OEA]
Ato Internacional n.º 392 — Brasil-Paraguai
Ato Internacional n.º 395 — Brasil e Outros Países
Ato Internacional n.º 396 — Brasil e Outros Países
Ato Internacional n.º 397 — Brasil e Outros Países
Ato Internacional n.º 398 — Brasil-Nações Unidas
Ato Internacional nº 399 — Brasil-Argentina.
Bibliografia Anual, 1957
Bibliografia de História do Brasil, 1953
Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional ns. 25 e 26
Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, ns. 27 e 28
Conceitos de Solidariedade Continental — Discursos do Chanceler José Carlos de Macedo Soares no Paraguai, Chile, Equador e Peru
Conferência do Embaixador Luís Maria de Pablo Pardo
A Cultura Brasileira, de Fernando de Azevedo
Ensaios e Estudos em Homenagem a Renato Almeida
Tratado sôbre a Nacionalidade (IV Volume), de Ilmar Penna Marinho
Relatório, 1958

Além das obras enumeradas, imprimiram-se formulários para a Chancelaria da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, cartões para distribuição aos jornalistas acreditados junto ao Ministério das Relações Exteriores durante a visita do Presidente Gronchi, cartazes para o Seminário de Museus e fichas para contrôle de verbas.

Parte da verba destinada a esta Seção contribuiu para encadernações, especiais, restauração de obras raras da Biblioteca do Ministério e publicação do "Itamaraty", boletim mensal do Serviço de Informações.

GABINETE FOTOGRÁFICO E FOTOSTÁTICO

Pedidos fotostáticos 19
Número de cópias tamanho 0,46 x 0,64 287
Pedidos fotográficos 117
Número de cópias tamanho 0,18 x 0,24 ..... 1.972

Para a Divisão Cultural foram feitas 294 ampliações tamanho 0,50 x 0,60 e 3.326 cópias tamanho 0,18 x 0,24, de vistas do Brasil.

DEPÓSITO DE IMPRESSOS

O Depósito de Impressos distribuiu êste ano avultado número de publicações, entre obras de direito, história, diplomacia, comércio, administração, etc., de edição própria do Ministério das Relações Exteriores e de outra procedência editorial.

Abaixo dois quadros, um que abrange o último qüinqüênio, e outro que compreende sòmente o ano de 1958, dizem sobremaneira de sua profícua atividade.

MOVIMENTO DE CONSULTAS E REQUISIÇÕES

ANO	1958	1957	1956	1955	1954
Obras Gerais.....	5.319	9.867	13.387	4.368	5.601
Periódicas.....	2.721	4.981	2.410	1.553	3.128
Relatórios do Ministerio.	1.034	872	825	106	78
Folhetos Diversos.....	64.820	84.680	63.400	167.062	176.899

MOVIMENTO DO DEPÓSITO DE IMPRESSOS

DURANTE O ANO DE 1958

	OBRAS GERAIS		PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DIVERSAS		RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO		FOLHETOS	DIÁRIO OFICIAL
	Exemp.	Vols.	Exemp.	Vols.	Exemp.	Vols.		
Existentes em 1957.	37.810	18.179	11.339	4.871	16.082	21.821	223.454	
Entrados em 1958.	6.751	18	2.786	1.040	1.300		50.878	
TOTAL.....	44.561	18.197	14.125	5.911	17.382	21.821	274.332	
Saídos em 1958:								
Para diversos.....	3.432	2.080	1.552	1.143	760		51.037	751
Para Biblioteca.....	68		24		36		821	
Para Outras Divisões.....	1.819		1.145		238		12.962	
TOTAL.....	5.319	2.080	2.721	1.143	1.034		64.820	
SALDO EXISTENTE EM DEZEMBRO DE 1958.....	39.242	16.117	11.404	4.768	16.348	21.821	209.512	

DIVERSOS

CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica do Itamaraty, ainda sob a denominação de Serviço Jurídico, continua a desempenhar cabalmente as funções que lhe cabiam e que foram bastante acrescidas em fins de 1958, com o encargo do encaminhamento de cartas rogatórias e pedidos de extradição.

A presença constante do Consultor Jurídico e do Assistente Jurídico facilita o desempenho de tais funções.

Em 1958, o Consultor Jurídico (Embaixador Hildebrando Accioly), a par de respostas verbais a várias consultas, emitiu pareceres escritos sôbre algumas questões de caráter confidencial além das seguintes, de caráter ostensivo:

Estudo de problemas do «espaço exterior».

Matrícula de estudantes estrangeiros em estabelecimentos de ensino superior brasileiros. Interpretação dos artigos IV e VI do Convênio Cultural Brasil-Peru.

Conferência internacional sôbre reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.

Revisão do Tratado Americano de Soluções Pacíficas.

Processo de assinatura e ratificação de acordos internacionais.

Criação de um Consulado Geral do Brasil em Jerusalém.

Acôrdo adicional ao Tratado de Extradição entre o Brasil e a Bélgica.

Projeto de Convenção das Nações Unidas, sôbre liberdade de informações.

Convenção nº 96 da Organização Internacional do Trabalho.

Acordos firmados em La Paz a 29 de março de 1958, entre o Brasil e a Bolívia.

Regime dos estreitos: adoção de certo artigo na Conferência de Genebra sôbre o Direito do Mar.

Assinatura *ad referendum* de Protocolos de emenda do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Acôrdo do Brasil com o Egito. Sucessão de Estados.

Projeto de Código de Ofensas contra a Paz e a Segurança da Humanidade.

Convenção sôbre Arbitramento Comercial internacional.

Recomendações aprovadas nas Conferências da Organização Internacional do Trabalho. Apresentação ao Congresso Nacional.

Acôrdo Brasil-Alemanha, sôbre restauração dos direitos de propriedade industrial. Consulta do Banco do Brasil sôbre o início de vigência do aludido ato.

Cláusula da nação mais favorecida. Consulta do Ministério da Fazenda.

Convenção sôbre reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.

Execução de compromissos de arbitramento com a França.

Validade de divórcio concedido na Bolívia a um súdito britânico domiciliado no Brasil.

Projeto de Convenção sôbre liberdade de informação

Texto final da Convenção relativa à Repartição Hidrográfica Internacional.

Ajuste com a Argentina, sôbre intercâmbio comercial e sôbre pagamentos.

Contrabando de gado boliviano, na fronteira com o Brasil.

Acôrdo sôbre privilégios e imunidades da missão do CIME no Brasil e dos respectivos funcionários.

Adoção de lei uniforme interamericana, sôbre arbitramento comercial.

Convenções da Conferência das Nações Unidas sôbre Direito do Mar.

Privilégios consulares.

Acôrdo de assistência judiciária gratuita, com a Holanda.

Contrôle de entrada de dois portos, na Argélia.

Agenda da 4ª Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos.

O Assistente Jurídico (Dr. Amilcar de Araújo Falcão) apresentou pareceres acêrca dos seguintes assuntos:

Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Petróleo.

Mandado de Segurança impetrado por Raul Ribeiro da Silva.

Pauta aduaneira aplicável aos produtos originários da Polônia.

Vantagens do Decreto nº 18.588, de 1929. Benedito Pereira e outros.

Ação ordinária contra a União. Otávio Fialho e outros.

Pedido de certidão. Júlia de Abreu Machado.

Comissão Mista Brasileiro-Boliviana — Techint — Companhia Técnica Internacional.

Espólio do brasileiro Samuel Marques. Conflito de leis de 1º grau.

Sociedades anônimas estrangeiras — Instalação e funcionamento no Brasil.

Comissão Educacional dos Estados Unidos da América no Brasil — Regime jurídico do pessoal brasileiro.

Declaração de bens e valores. Regulamentação da Lei nº 3.164, de 1957.

Centro Interamericano de Habitação. Patente de máquina de fabricação de bloco de adôbe.

Situação dos Professôres contratados pela Divisão Cultural.

Aquisição de imóvel. Sede da Legação do Brasil em Camberra.

Mandado de Segurança impetrado por Orlando Soares Carbonar contra o IRBR. Eliminação em exame de sanidade física por deficiência visual. Ato discricionário técnico. Contrôle jurisdicional.

Ajuste Bancário Brasil-Romênia — Representação dos interêsses romenos no Brasil a cargo de brasileiro. Autorização do Presidente da República.

Acôrdo de garantia de investimentos com os Estados Unidos da América.

Embargo de mercadorias bolivianas em trânsito pelo Brasil.

Terreno para a Embaixada em Paris.

Direitos e vantagens. Carlos Escobeiro Fernandes, Cônsul aposentado.

Incidência de taxas sôbre mercadorias peruanas em trânsito por Manaus.

Maria Sandra Cordeiro de Mello.

Ação ordinária requerida por Marconi Cavalcanti Lyra. Reintegração no serviço público.

Monografia sôbre a legislação brasileira. Liberdade individual e prisão arbitrária, detenção e exílio.

Férias extraordinárias. Cônsul Geral Colmar Pereira de Cerqueira Daltro.

Apreensão e recambiamento da menor Marie Dominique Condoleon Masseran.

Impôsto de renda. Juros de mora decorrentes de atrasados comerciais.

Pedido de cancelamento de suspensão. Secretário José Maria Bello Filho.

Pedido de certidão sôbre matéria relativa à vida funcional do cônjuge. Ludovico Pinto.

Affidavit preparado pelos advogados inglêses *Allen & Overy, British Trust Association Limited* vs. *Bank of London & South America Limited* e outros.

Mandado de segurança impetrado por Teresinha Alves Pacheco contra o Diretor do Instituto Rio Branco. Majoração de nota atribuída a prova intelectual. Ato discricionário técnico e contrôle jurisdicional. Direito líquido e certo.

Assistência Judiciária Brasil-Itália.

Importação de automóvel Thor Thors.

Pagamento de benefícios, gratificação adicional, indenização por dispensa, etc.,para funcionários da Comissão Mista Brasileiro Boliviana de Estudos de Petróleo.

MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO DO ITAMARATY

Solenemente inaugurado pelo Senhor Presidente da República aos 28 de janeiro de 1957 e desde então aberto à visitação pública, passou o Museu Histórico e Diplomático do Itamarati a ter, em 1958, existência própria e distinta da dos demais órgãos do Ministério, na forma prevista pelo Decreto nº 38.893, de 14 de março de 1956, que lhe aprovou o Regulamento. Ultimadas, no ano anterior, as obras de adaptação do espaço vizinho da galeria direita do Palácio para serem instaladas a Secretaria e as Seções de Iconografia, Mobiliário e Relíquias Históricas e a de Numismática, foram designados, em Portarias de 6 de fevereiro de 1958, os funcionários a que caberia a responsabilidade dos serviços.

Cuidou-se, logo, de completar as instalações das salas com os tapetes e as cortinas necessárias à proteção das peças contra a ação dos raios solares. Com essas providências foi possível proceder-se a uma adequada disposição do mobiliário e ao arranjo das coleções nas vitrinas. Aos objetos de valor histórico, que constituem o acervo do Museu, acrescentaram-se, por gentileza do Arquivo Histórico, alguns exemplares de tratados e cartas de ratificação e de plenos poderes, dando, assim, ênfase ao aspecto educativo da exposição do M.H.D.I.

Por outro lado, procedeu-se a um levantamento dos objetos históricos existentes nas Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras. A conclusão a que se chegou foi a de que os órgãos do Ministério no exterior, muito embora disponham de peças de valor histórico e artístico, não possuem objetos ligados à história diplomática do país.

Para se ter uma idéia exata das peças que, pertencendo ao Palácio Itamaraty, se encontram fora dêle, procedeu-se a outro levantamento em vários museus a fim de possibilitar a volta dêsses objetos ao seu lugar de origem, pois não poucos são de valor histórico.

Devem-se ainda salientar as peças de valor artístico e significado histórico, ofertadas ao Museu pelo Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, então Ministro das Relações Exteriores. Peças estas oferecidas a Sua Excelência por Governos sul-americanos quando das suas viagens a vários países do Continente.

Pela família do falecido Presidente Epitácio Pessoa, foi oferecido ao Museu, o retrato a óleo do mesmo homem de Estado, obra do conhecido pintor suéco Kronstandt.

Ainda no campo das atividades específicas, foram realizados os trabalhos preliminares para a publicação do catálogo do Museu, bem como exaustivas pesquisas para localização de objetos de interêsse para o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty.

Bastante intensa foi a atividade administrativa em 1958. Tratava-se de instalar um órgão novo. Nesse sentido, foram tomadas as inúmeras providências necessárias à garantia da continuidade do trabalho, as quais, se pouco representam isoladamente, exigiram no conjunto um grande esfôrço e a preciosa colaboração dos demais órgãos do Itamaraty.

Dentre os trabalhos que coube à Secretaria executar em 1958 ressaltam o plano de aplicação dos recursos orçamentários atribuídos ao Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty e os expedientes necessários à sua movimentação, a organização e proposta de criação da Tabela de Empregos, as medidas administrativas preliminares à requisição das coleções depositadas na casa-forte do Ministério, o exame da documentação entregue ao Museu, além da correspondência de rotina e remessa de publicações solicitadas. Foram, também,

objeto de estudos em 1958 a criação de dois prêmios culturais permanentes a serem atribuídos pelo Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty à melhor monografia de história diplomática do Brasil e ao melhor ensaio biográfico de um de seus vultos, bem como o oferecimento, aos doadores do Museu, de medalhas de agradecimento.

INSTITUTO RIO BRANCO

I — *Funcionamento dos Cursos*

Durante o ano letivo de 1958, o Instituto Rio Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1º e 2º anos) e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

1) *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata*

Considerando que perduravam as circunstâncias que, em 1957, determinaram a manutenção do currículo de dois anos para o Curso, o Ministro de Estado baixou nova Portaria, em 24 de fevereiro de 1958, conservando suspensa por mais um ano a aplicação da Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956, que aumentava o Curso para três anos. Assim, o regime trienal só será adotado a partir de 1960.

Outra modificação introduzida na legislação reguladora do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata foi a constante da Portaria Ministerial de 27 de janeiro de 1958, segundo a qual foram suprimidos os exames finais orais em quase tôdas as matérias, sendo conservados apenas em três delas: Português, Francês e Inglês.

a) *2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata*

Concluíram o 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os seguintes alunos, relacionados de acôrdo com a classificação final obtida no Curso:

Narto Lanza
Marcos Henrique Camillo Côrtes
Álvaro da Costa Franco Filho

João Carlos Pessoa Fragoso
Luiz Fernando do Couto Nazareth
Lavínia Augusta Machado
Heitor Soares de Moura Filho
Miguel Pedro de Vasconcellos Souza
João Augusto de Médicis
Jorge Carlos Ribeiro
Luiz Villarinho Pedroso
Landulpho Victoriano Borges da Fonseca
Aderbal Costa
Adriano Benayon do Amaral
Celeste Dezon Costa Hasslocher
José Constâncio Austregésilo de Athayde
Francisco Thompson Flôres Netto
Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso
Livieto Justino de Souza
Cláudio Luiz dos Santos Rocha
Mário Augusto Santos
Walter Wehrs
Isaura Maria de Morin Parente de Mello
Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua
Carlos Henrique Paulino Prates
Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos
Maud Polly Góes
Sérgio Seabra de Noronha

Com a nomeação dessa turma, elevar-se-á a 219 o número de funcionários que ingressaram na carreira de diplomata através do Instituto Rio-Branco, desde 1947.

As matérias do 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1958, estiveram a cargo dos seguintes professôres:

Português — Professor Hamilton Elia

Francês — Professôra Louise Jaquier

Inglês — Professor Desmond Cole

Política Econômica — Professor João Paulo de Almeida Magalhães

Direito Internacional Público — Embaixador Hildebrando Pombeu Pinto Accioly

Direito Internacional Privado — Desembargador Oscar Accioly Tenório, substituído nos seus impedimentos pelo Doutor Darcy Rodrigues Lopes Ribeiro.

Política Internacional — Professor João Baptista Barreto Leite Filho.

Direito Comercial — Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

b) 1º *ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata*

Da turma do 1º ano fizeram parte os 19 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado em 1957, dois dos quais amparados por sentença judicial (Mário César de Moraes Pitão e Aloysio Ribeiro Vieira).

Após as provas finais, os alunos do 1º ano foram classificados na seguinte ordem, de acrdo com o aproveitamento verificado:

Ítalo Miguel Alexandre Mastrogiovanni
Mauro Mendes de Azeredo
Maria da Natividade Duarte Ribeiro
Sérgio Henrique Nabuco de Castro
Antônio Ferreira da Rocha
Paulo Sérgio Nery
José Botafogo Gonçalves
Annunciata Padula
Roberto de Salvo Coimbra
Carlos Alberto Leite
Paulo Guilherme Vilas Boas Castro
Carlos Norberto de Oliveira Pares
Júlio Gonçalves Sanchez
Adolpho Ribeiro Vieira
Adolpho Corrêa de Sá e Benevides
Aloysio Ribeiro Vieira
Arrhenius Fábio Machado de Freitas
José Dácio Afonso Miranda
Mário César de Moraes Pitão
Carlos Luiz Coutinho Perez

Foram os seguintes os professôres que se encarregaram de ministrar as matérias do 1º ano do Curso:

Português — Professor Hamilton Elia

Francês — Professôra Ivonne Guillou

Inglês — Professor Peter Alexander

História Diplomática do Brasil — Professor Américo Jacobina Lacombe

História Diplomática Mundial — Professôra Eugênia Damasceno Vieira Prado.

Geografia — Professor Hilgard O'Reilly Sternberg.

Economia Política — Professor Hélio Schlittler e Silva

Direito Constitucional e *Administrativo* — Professor Hamilton Leal

Direito Civil — Professor José Cândido Sampaio de Lacerda, substituído nos seus impedimentos pelo Professor José Eduardo Pizarro Drummond.

A Direção do Instituto Rio-Branco vem encarecendo aos Professôres de Português, de Francês e de Inglês, do Curso de Preparação, a conveniência de darem cunho prático ao ensino das três línguas. Como o diploma clássico ou científico é condição para admissão ao referido Curso, é de presumir que, depois de sete anos de estudos teóricos das referidas línguas, os alunos conheçam suficientemente sua gramática e sua literatura.

Assim sendo, o que cumpre fazer-se no Curso de Preparação é treinar os alunos intensivamente na redação de relatórios, memoranda, notas, ofícios, bilhetes verbais, Cartas de Chancelaria, etc., de modo a facilitar a aplicação dos seus conhecimentos lingüísticos aos fins da atividade diplomática.

Alternadamente com a prática da escrita, tem-se intensificado também o uso oral das línguas, seja como instru-

mentos de trabalho, seja como instrumentos de intercurso social.

No ano que passou, as aulas respectivas foram orientadas decididamente em tal sentido.

2) *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas*

A exemplo dos anos anteriores, realizou-se, de março a agôsto, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, previsto no art. 3º do Decreto-lei n. 9.032, de 6 de março de 1946.

Integraram êste Curso, no corrente ano, os diplomatas que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1957, abaixo relacionados por ordem alfabética:

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva
Álvaro Bastos do Valle
Bernardo de Azevedo Brito
Carlos Antônio Bettencourt Bueno
Ivan Velloso da Silveira Batalha.
Joayrton Martins Cahu
José Maria Diniz Duiz de Gamboa
Laura Maria Malcher de Macedo
Luiz Orlando Carone Gélio
Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti
Marcos Castrioto de Azambuja
Moacyr Moreira Martins Ferreira
René Haguenauer
René Luiz Cavé Rainho
Sérgio Martins Thompson Flôres
Sérgio de Queirós Duarte.

Constituíram o corpo docente do referido Curso os seguintes professôres:

Prática Diplomática — Embaixador Rubens Ferreira de Mello.

Prática Consular — Cônsul Milton Faria

Estudos Brasileiros — Padre Fernando Bastos de Ávila.

Tratados e Política Econômica do Brasil — Professor João Paulo de Almeida Magalhães.

Tal como ocorreu em 1957, a parte de conferências estêve a cargo dos próprios alunos, o que constituiu para êles experiência interessante, de vez que, além do cuidadoso trabalho de pesquisa exigido pelo alto nível dos temas propostos, como se poderá verificar da relação abaixo, tiveram oportunidade de expor oralmente seus pontos de vista e de defendê-los por ocasião dos debates:

«O Brasil em face de duas políticas mundiais: EE. UU. e URSS».

«O princípio do *uti possidetis* na definição das fronteiras do Brasil. Como nasceu e como prosperou. Casos concretos de sua aplicação».

«A política expansionista européia no norte da África (século XIX)».

«A questão da sucessão portuguêsa. Aspecto diplomático. Acusações a D. Pedro por servir-se da diplomacia brasileira».

«A Palestina e o problema da partilha. Suas origens. O advento do Estado de Israel. Como ocorreu. Suas características. Suas conseqüências na política internacional».

«A posição do Japão frente à Ásia e ao Ocidente».

«A unificação árabe. Suas possibilidades e suas conseqüências».

«A paz de Brest-Litowsk e sua influência nas relações entre os países beligerantes e a Rússia».

«O despertar do continente africano e os possíveis reflexos na economia brasileira (como concorrente do Brasil)».

«Asilo diplomático, seus fundamentos. O caso Haya de la Torre. Sua análise e suas lições».

«O tratado de Versalhes e a política revisionista de Hitler».

«A independência uruguaia, solução inglêsa para a guerra da cisplatina».

«A Côrte Internacional de Justiça. Questões de sua alçada. A jurisdição obrigatória; a cláusula facultativa.

«A influência dos grupos econômicos sôbre a política exterior».

«A Espanha e as Nações Unidas. O bloqueio diplomático de 1945. Posição do Brasil. A admissão da Espanha».

«A doutrina da não-intervenção no Continente americano. Suas origens, seus fundamentos».

Como complemento às aulas de Prática Diplomática, o Instituto convidou diplomatas ligados aos altos setores do Itamaraty para fazerem exposições sôbre importantes negociações e acordos levados a efeito na ocasião. Foram abordados os seguintes assuntos:

«Mercado Comum Interamericano» — Ministro Antônio Corrêa do Lago.

«Litígio Peru-Equador, conversas do Senhor Ministro de Estado nos dois países» — Ministro Luiz Leivas Bastian Pinto.

«Petróleo boliviano» — Secretário Lucillo Haddock Lobo.

«Negociações entre o Brasil e a Bolívia».

Sôbre êsse tema, houve duas exposições conjuntas: a primeira estêve a cargo do Ministro José Augusto de Macedo Soares e demais membros da comissão que acompanhou o Ministro de Estado àquele país a fim de concluir as negociações; a segunda foi feita pelo Secretário Jorge Pais de Carvalho e por altos funcionários do Banco do Brasil, assessôres do Ministro nas referidas negociações.

II — *Exame Vestibular*

As inscrições para o Exame Vestibular mantiveram-se abertas de 7 de abril a 20 de junho.

O programa para êsse Exame obedeceu, em sua quase totalidade, ao disposto na Portaria Ministerial de 3 de maio de 1956, com exceção da parte relativa às cadeiras de História do Brasil e Noções Fundamentais de Direito, as quais sofreram as pequenas alterações previstas nas Portarias Ministeriais de 22 de novembro de 1957 e 23 de janeiro de 1958, respectivamente.

Com referência às instruções reguladoras do Exame Vestibular, continuaram em vigor as disposições constantes da Portaria Ministerial de 3 de maio de 1956, já mencionada, tendo sido alterado apenas o item IV, relativo à seqüência das provas, que passaram a se efetuar na ordem cronológica prevista na Portaria Ministerial de 25 de fevereiro de 1958, mediante a qual as provas de Geografia e de Economia antecederam à de História Mundial Moderna.

Inscreveram-se 186 candidatos, dos quais 2 tiveram o requerimento de inscrição indeferido, em virtude de haver ultrapassado o limite de idade exigido.

Descontados os casos de desistências e reprovações no exame psicofísico, foram chamados a prestar a primeira prova intelectual (Português), 131 candidatos, dos quais 8 em cumprimento de decisão judicial. Dentre os convocados, 13 deixaram de comparecer e 67 não lograram aprovação.

Nas provas subseqüentes, foi o seguinte o resultado dos exames:

Francês — Foram convocados 53 candidatos, dois dos quais também amparados por medida liminar, concedida em mandado de segurança. Foram inabilitados nesta prova 16 candidatos, ocorrendo 1 desistência no exame oral.

Inglês — Foram cassadas, por ocasião desta prova, as liminares concedidas a 4 candidatos, o que reduziu a 32 o número de candidatos convocados, dos quais 7 foram reprovados e 1 desistiu.

História do Brasil — 24 candidatos — 18 aprovados.

Geografia — Foram convocados para esta prova 20 candidatos, dois dos quais em virtude de sentença favorável em mandado de segurança. Houve 3 reprovações.

Elementos de Economia Política — 17 candidatos — todos aprovados.

História Mundial Moderna — Foram convocados para esta prova apenas 16 candidatos, em virtude de haver sido inabilitado na prova de Inglês, realizada em segunda chamada, um dos amparados por sentença judicial. Não houve reprovações.

Noções Fundamentais de Direito — 16 candidatos — todos aprovados.

Com a realização das provas classificatórias de Cultura Geral (escrita) e de Português (oral), encerrou-se o Exame Vestibular, tendo alcançado a média de conjunto exigida pelos Regulamentos os 14 candidatos abaixo relacionados segundo a ordem de classificação:

Rubens Ricupero
Orlando Soares Carbonar
Sérgio Damasceno Vieira
Jayme Villa Lobos
Thereza Maria Mendes Machado
Fernando Antonio de Oliveira Santos Fontoura
Sérgio Rezende Carneiro de Lacerda
Álvaro Pinto de Aguiar Júnior
Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira
Tarcísio Marciano da Rocha
Maria Rosita Gulikers de Aguiar
José Ferreira Lopes
Carlos Luzilde Hildebrandt
Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro

Integraram a banca examinadora do Exame Vestibular os seguintes professôres:

Português — Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Marieta Motta.

Francês — Jean Louis Marfaing e Maurice Vouxclaud

Inglês — James A. Cayton e Desmond Cole

História do Brasil — Hélio Vianna

Geografia — Lúcio de Castro Soares.

Elementos de Economia Política — Sebastião Advíncola da Cunha

História Mundial Moderna — Maria Yedda Leite Linhares.

Noções Fundamentais de Direito — Amilcar Falcão.

Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Professor Renato Almeida.

III — *Pesquisas e Publicações*

No decorrer de 1958 foram publicados os seguintes trabalhos: «Esquisse de l'Histoire du Brésil», de autoria do Barão do Rio-Branco, reeditada por êste Instituto e acrescida de prefácio e notas do Professor José Honório Rodrigues, e o Anuário do Instituto Rio-Branco, referente aos anos de 1956-1957, organizado e revisto nesta Seção. As citadas publicações, selecionadas segundo o interêsse que poderiam despertar, foram enviadas a Faculdades, Instituições Culturais, Professôres e Historiadores, efetuando-se a distribuição para o Distrito Federal, Estados do Brasil e exterior.

Encontram-se ainda em impressão 2 tomos da obra em 9 volumes: «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri», sendo que em fase final de impressão o 2º tomo da 4ª parte. Os índices onomástico e ideológico já se acham terminados e está sendo preparado o índice cronológico, visto a organização dos documentos neste volume não seguir a ordem de datas.

O trabalho do Professor Jaime Cortesão: «O Brasil nos Velhos Mapas», encontra-se no Departamento de Imprensa

Nacional em composição.

A seção atendeu ainda a elevado número de pedidos das demais publicações editadas por êste Instituto, sendo que o movimento geral de distribuição atinge um total de 2.200 volumes.

IV — *Biblioteca*

No decurso de 1958, tendo tido uma de suas salas ampliada, pôde a Biblioteca adquirir mais seis estantes, vindo assim a desdobrar suas seções de livros e periódicos. Adquiriu obras num total de 427 volumes, sendo dois por permuta — «Dictionnaire de l'Académie Française», em 2 v., permutado com o Cônsul Pedro Carlos Neves da Rocha — e 148 por doações diversas.

Foram encadernados 361 volumes, 10 dos quais na própria oficina de encadernação do Ministério das Relações Exteriores.

Prosseguindo no movimento de intercâmbio de catalogação com o SIC, remeteu-lhe a Biblioteca do Instituto Rio-Branco 500 fichas de encomenda e 4 para imprimir, tendo recebido 1.137 fichas impressas, 334 negativas e 46 provisórias.

Terminada a elaboração do catálogo dicionário, foi iniciada a do catálogo topográfico, que é catálogo fundamental no auxílio ao bibliotecário. Nêle ficam registrados todos os volumes que a Biblioteca possui, arrumadas as fichas pela ordem que ocupam os livros nas estantes, funcionando quase como um catálogo inventário.

O movimento de consulta às obras da Biblioteca somou um total de 818 empréstimos, excluindo as consultas feitas diàriamente pelos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, na própria sede da Biblioteca, durante o período escolar. As obras mais consultadas foram as de Direito e Política Inter-

nacional, seguindo-se-lhes Literatura, História, Economia, Geografia, Filologia e Geologia. Os periódicos mais consultados foram os americanos,. seguindo-se-lhes, em ordem decrescente, brasileiros, inglêses e franceses.

V — *Orçamento*

A dotação fixada para o Instituto Rio-Branco, em 1958, foi de Cr$ 4.808.590,00.

Essa quantia, aplicada de acôrdo com o plano de despesas aprovado pelo Senhor Ministro de Estado, foi assim distribuída:

	Cr$	Cr$
Pagamentos feitos em fôlha, relativos a pessoal e a gratificações por serviços prestados (janeiro a dezembro)		3.183.121,00
Pagamentos feitos mediante coleta de preços, relativos a fornecimentos e serviços diversos de pintura e reparos		481.500,00
Importância recebida por regime de adiantamento:		
a) aplicada na aquisição de material permanente e de consumo	286.500,00	
b) aplicada na aquisição de livros estrangeiros	100.000,00	368.500,00
Saldo de verba		775.469,00
		4.808.590,00

O saldo verificado decorreu dos seguintes fatos:

a) a Imprensa Nacional deixou de entregar obras, no montante de Cr$ 450.000,00, esperadas no corrente ano;

b) o número de alunos em condições de receberem bôlsas de estudo foi inferior ao previsto;

c) por motivo de fôrça maior, não se realizou o Curso de Extensão, programado para o pessoal administrativo da Secretaria de Estado.

Funcionários em exercício no Instituto Rio-Branco
Durante o ano de 1958

Diretor:

Embaixador Antônio Camillo de Oliveira

Secretária do Diretor:

Naura Teixeira Lopes da Cruz

Chefe da Secretaria:

Conselheira Vera Regina Amaral Sauer

Seção de Administração:

Chefe interina: Martha Freire Pereira Pinto

Auxiliares:

Maria Paletta de Alencar

Anna Maria Ribeiro Teixeira

Tesoureira: Maria Aparecida de Carvalho Sá

Contador: Estevão Botelho

Serventes: Ivan Teixeira e Rubens Pereira de Sousa e Silva

Seção Técnico-Pedagógica:

Chefe interina: Rachel Biasotto Mano

Auxiliares:

Zina Arcary

Ilka Vianna de Moura

Lucíola Junqueira

Serventes: Wilson Teixeira e Antônio Jorge dos Santos

Seção de Pesquisas e Publicações:

Chefe interino: Maria de Vilhena Fabiano de Araújo

Bibliotecária: Heloísa Behring Tonello.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

O Serviço de Informações apresentou, durante o ano de 1958, um apreciável volume de trabalho em suas relações com a imprensa, nacional e estrangeira, bem como com as Missões diplomáticas brasileiras e com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

a) *Relações com a Imprensa nacional e estrangeira* — O Serviço de Informações distribuiu diàriamente à imprensa brasileira e às agências telegráficas brasileiras e estrangeiras notícias procedentes dos diversos setores de atividade da Secretaria de Estado, bem como das Missões diplomáticas e das Repartições consulares.

Com as visitas efetuadas pelo Ministro José Carlos de Macedo Soares ao Equador, à Bolívia e à Colômbia e pelo Ministro Francisco Negrão de Lima ao Paraguai e aos Estados Unidos da América realizou o Serviço de Informações uma ampla divulgação na imprensa nacional e estrangeira de notícias, textos de discursos e documentos relativos aos assuntos tratados por ocasião dessas viagens.

Do mesmo modo, quando das visitas oficiais ao Brasil do Senhor Arturo Frondizi, Presidente da República Argentina; do Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana; do Senhor Ramon Villeda de Morales, Presidente da República de Honduras; de Sua Alteza Imperial o Príncipe Takahito Mikasa, irmão do Imperador do Japão, e do Senhor John Foster Dulles, Secretário de Estado dos

Estados Unidos da América, no intuito de proporcionar à imprensa nacional e estrangeira uma ampla cobertura jornalística, o Serviço de Informações providenciou a distribuição de credenciais e distintivos aos profissionais da imprensa.

Durante a visita do Presidente Giovanni Gronchi, o Serviço de Informações não sòmente distribuiu diàriamente à imprensa farto noticiário jornalístico como destacou funcionários que acompanharam a comitiva em sua viagem pelo Brasil, assistindo de modo especial os jornalistas italianos enviados ao Brasil naquela ocasião.

Do mesmo modo foram atendidos pelo Serviço de Informações vários jornalistas estrangeiros e correspondentes de agências telegráficas do exterior que visitaram o Brasil no ano de 1958.

b) *Relações com as Missões diplomáticas* — Foi diàriamente transmitido para os postos receptores, sediados em determinadas Missões diplomáticas, o Boletim Radiotelegráfico, que contém a súmula dos principais acontecimentos do país e do Ministério das Relações Exteriores. O aludido boletim, das Missões diplomáticas de onde foi captado, foi distribuído, pelo correio, às restantes Missões diplomáticas bem como às Repartições consulares brasileiras.

O Serviço de Informações remeteu, igualmente, às Embaixadas e Legações do Brasil os recortes do «Lux Jornal» que continham assuntos de interêsse de cada uma das Missões diplomáticas.

Por ocasião da visita do Presidente Gronchi ao Brasil foi transmitido, diàriamente, à Embaixada do Brasil em Roma, um boletim radiotelegráfico especial, que noticiou minuciosamente as festividades realizadas em homenagem ao Presidente da República Italiana, bem como divulgou os textos dos discursos e documentos mais importantes relacionados com a visita do Chefe do Estado italiano.

c) *Relações com a Secretaria de Estado* — Estabeleceu o Serviço de Informações a necessária ligação entre a Se-

cretaria de Estado e a imprensa, bem como distribuiu diàriamente ao Gabinete do Ministro de Estado, à Secretaria Geral e aos diversos Departamentos os recortes dos jornais matutinos e vespertinos, selecionados pelo Serviço de Informações.

Publicou, também, o Serviço de Informações, diàriamente, um boletim interno, com notícias de especial interêsse para os funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Relação dos trabalhos executados pelo SCP no ano de 1958:

Projeto para reforma da sala dos telegramas secretos

O SCP estudou e apresentou um projeto para a reforma da sala dos telegramas secretos.

A sala seria dividida em duas por uma vedação de vidro e madeira, sendo uma parte reservada aos funcionários do Serviço, e outra destinada aos que vão àquele setor consultar o texto dos telegramas e outros expedientes secretos. A porta de entrada da sala de consultas seria controlada elètricamente pelos funcionários responsáveis.

Obras de reforma da Embaixada em Madrid

Os serviços feitos no prédio da Embaixada do Brasil em Madrid se relacionam com a boa conservação do mesmo, e compreendem substituição de madeiras estragadas, remendo de paredes, pisos e tetos, substituição de alguns encanamentos e eletrodutos, limpeza de pedras e mármores e pintura em geral.

Instalação de um laboratório de microfilmagem

A firma Meira S.A. apresentou proposta para montagem de um laboratório de microfilmagem, cujo projeto local e especificações foram estudados e examinados pelo Serviço de Con-

servação do Patrimônio. O local definitivo escolhido será o resultante da recuperação do jirau da garagem atual.

Reforma do segundo pavimento da ala direita.

Foi feita a reforma do segundo pavimento da ala direita a exemplo do que se havia feito no pavimento térreo.

Depois de cuidadosa revisão do telhado, fêz-se um fôrro de estuque em tôda a extensão da ala direita, forrando-se o piso com novo assoalho de frisos de peroba de Campos.

Em sua extensão, ficou o andar dividido em 12 salas de trabalho com dois grupos sanitários para os funcionários e mais um sanitário privativo para o Chefe de Serviço. Fêz-se uma escada nova para facilitar a circulação. As referidas obras ficaram a cargo da firma Construtora Mello Cunha S.A.

Reforma da Chancelaria da Embaixada em Assunção

O SCP apresentou um projeto para reforma da Chancelaria da Embaixada em Assunção. A sala de espera ou ante-sala ficará com acesso independente e inteiramente isolada, quer da circulação interna da Chancelaria quer da circulação de acesso a essa.

Demolição do prédio da rua Senador Pompeu, 151

Foi vistoriado o prédio da rua Senador Pompeu, 151, recomendando-se sua demolição em vista do estado precário em que se encontrava, e por resultar demasiadamente onerosa e anti-econômica sua eventual reconstrução.

COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

A Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, em prosseguimento de seus trabalhos em 1958, realizou trinta sessões, apresentando comentários de 157 obras.

A fim de atualizar a organização e apresentação tipográfica, de acôrdo com as normas em vigor, foi suspensa em 1958 a publicação da *Bibliografia de História do Brasil*, encontrando-se, porém, em fase final para ser entregue à Imprensa Nacional as bibliografias correspondentes aos anos de 1953/54, às quais se seguirão as dos anos de 1955/56 e 57/58. Espera a Comissão de Textos estar com a sua *Bibliografia* completamente atualizada com a publicação dos anos de 1959/60.

A Comissão teve o número de seus membros acrescido de mais um, pela Portaria de 12 de fevereiro de 1958, tendo sido nomeado para êsse lugar o Diplomata Roberto Luís Assumpção de Araújo.

A Comissão vem concentrando suas maiores atividades no levantamento de várias missões diplomáticas brasileiras, ao tempo do Império, a fim de serem publicadas, tendo sido concluído o trabalho sôbre a «Missão Saraiva», organizado e prefaciado pelo General De Paranhos Antunes.

Acompanhou de perto a Comissão o trabalho dos pesquisadores em Arquivos portuguêses, franceses e espanhóis, tendo recebido cópias de valiosos documentos, inclusive do "Catálogo de Documentos de interêsse para a História do Brasil, existente no Arquivo das Índias de Sevilha", que estão sendo estudados para oportuna publicação.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura que funciona no Itamaraty como Comissão Nacional da UNESCO ampliou em vários setores as suas atividades, quer no campo internacional em contato permanente com a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, quer no âmbito nacional, através das Comissões regionais sediadas em quase todos os Estados da Federação e de suas Comissões especializadas de Ciências Sociais, Museus, Teatro, Folclore, Bibliografia, Música, Direitos Autorais e Informações.

Com o Ministério da Educação e Cultura o IBECC manteve colaboração intensa e permanente.

Pelo Decreto n. 43.885, de 10 de junho de 1958, foi criada a Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas paar a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que ficará diretamente subordinada à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. O Professor Paulo de Berredo Carneiro foi nomeado por decreto de 24 de julho Delegado Permanente com o título de Embaixador.

Várias reuniões de âmbito internacional foram realizadas no Brasil no ano de 1958 entre as quais merecem destaque as seguintes:

1ª) O Estágio sôbre o Papel Educativo dos Museus, que contou com a participação de ilustres especialistas nacionais e estrangeiros, e foi realizado de 7 a 30 de setembro sob o patrocínio do IBECC, da UNESCO e da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM), no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

2ª) O Simpósio de Arquitetura e Urbanismo realizado no Rio de Janeiro e em Brasília, de 6 a 13 de outubro, sob o patrocínio do IBECC, da UNESCO, do Instituto de Arquitetos do Brasil, da Divisão Cultural do Itamaraty, da Novacap e do Instituto Brasil-Estados Unidos.

Essas duas reuniões internacionais resultaram de decisões da IX Conferência Geral da UNESCO realizada em Nova Delhi, em 1956.

O IBECC participou da IIIª Conferência das Comissões Nacionais realizada em São José da Costa Rica de 30 de maio a 4 de junho.

Em 28 de julho de 1958, foi inaugurada no Rio de Janeiro a sede do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.

Atendendo solicitação da UNESCO, foi criada no Rio de Janeiro uma Comissão para o estudo e execução no Brasil do Prejto Maior da UNESCO relativa ao intercâmbio de valores culturais entre o Oriente e o Ocidente.

Várias bôlsas foram distribuídas a especialistas, por intermédio da UNESCO e do Projeto Ampliado de Assistência Técnica. Os trabalhadores sindicais brasileiros, em virtude de acôrdo, receberam várias das referidas bôlsas.

O Brasil participou do Seminário para a Formação Profissional de Jornalistas, em Quito, de 29 de setembro a 3 de outubro.

O IBECC patrocinou a IIIª Reunião Nacional de Antropologia em Recife, o Simpósio sôbre Ensino de Ciências como parte da X Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciências em São Paulo e o I Congresso Brasileiro de Teatro Amador em Natal.

O IBECC subvencionou a publicação dos *Cadernos de Teatro*, da *Summa Brasiliensis Mathematicae* e da *Revista Cultus*. Êste ano fêz editar o *Correio do IBECC*, boletim periódico de suas atividades.

Visitaram o Brasil, em missão da UNESCO, o Senhor Jean Thomas, Subdiretor Geral da UNESCO e o Senhor Szczerba-Likiernik, Chefe da Divisão para o Desenvolvimento Internacional de Ciências Sociais.

Finalmente, o Brasil participou da X Conferência Geral da UNESCO, que se realizou em Paris e durante a qual foi aprovado o orçamento daquela organização correspondente aos anos de 1959 e 1960.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Associação dos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores, fundada em 1901, continuou no ano de 1958 o seu proveitoso trabalho. Teve seu quadro aumentado com a admissão de mais vinte e nove associados. Aplicando-se, entre outras atividades, ao recebimento no Tesouro Nacional, por procuração, dos vencimentos de funcionários aposentados ou na ativa, percebeu a quantia de três milhões duzentos e vinte mil quinhentos e cinqüenta cruzeiros.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1959